

VIOLÊNCIA CONTRA LGBT

Resistência e enfrentamento



DENIS DA SILVA PEREIRA

VIOLÊNCIA CONTRA LGBT

Resistência e enfrentamento

Denis da Silva Pereira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Gerusa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

VIOLÊNCIA CONTRA LGBT

Resistência e enfrentamento

Denis da Silva Pereira



Copyright© 2021 Universidade Federal do Amazonas

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor

Jacob Moysés Cohen

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Revisão Gramatical

EDUA

Revisão Técnica

Rita Cintia Pinto Vieira

Ficha Catalográfica elaborada por Rita Cintia Pinto Vieira

P436v Pereira, Denis da Silva
Violência contra LGBT's em Manaus: resistência e
enfrentamento [recurso eletrônico] / Denis da Silva Pereira.
– Manaus: EDUA, 2020.
380 p.; 14 x 21 cm.

ISBN 978-85-526-0075-6

1. Violência contra LGBT - Manaus, AM. 2. Violência
Moral. 3. LGBTfobia. 4. Homofobia. I. Título. II. Série.

CDU 323.285:316.647.82(811.3)

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM -
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho
Centro de Convivência - E-mail: edua@ufam.edu.br

www.edua.ufam.edu.br

VIOLÊNCIA CONTRA LGBT

Resistência e enfrentamento

Denis da Silva Pereira

Manaus, 2021

Sumário

Agradecimentos	11
Lista de siglas	12
Prefácio	15
Prólogo	19
INTRODUÇÃO	35
CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS ESTRURADORES DO ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA LGBT'S EM MANAUS	57
1.1 A demanda por reconhecimento e a geração de conflito	62
1.2 Por uma pesquisa pautada na reflexividade	80
CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA DO COTIDIANO: DO SIMBÓLICO, DO MORAL À VIOLÊNCIA FÍSICA	107
2.1 Violência e lgbtfobia: genealogia e posição epistemológica	110
2.2 Marcas invisíveis: a dor na alma de LGBT's de Manaus	127
2.3 Marcas na carne: a violência física contra LGBT em Manaus	152
2.4 A violência homicida em Manaus: as tragédias como dispositivo de mobilização e de luta	166
2.5 Modus operandi da polícia e da justiça: em busca de novos padrões disciplinares	184
CAPÍTULO III - O DESAFIO IDENTITÁRIO, ORGANIZACIONAL E POLÍTICO LGBT: CONSTRUÇÃO, AVANÇOS E DESAFIOS EM MANAUS	191
3.1 O caso dos Guayaki: reflexão sobre identidade sexual e de gênero lá e aqui	191
3.2 O armário: ainda um recurso útil entre os que podem utilizá-lo	195
3.3 Identidades coletivas: olhares históricos, organização social e desafios dos LGBT's	199
CAPÍTULO IV - DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA: INSTAURAÇÃO DO MAL E DO CONFLITO	237
4.1 A dimensão da resistência, do enfrentamento e do conflito social	243
4.2 A instauração do mal: o desafio do reconhecimento e da redistribuição	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS	275

Este trabalho de pesquisa, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Alfredo Wagner pela orientação e pela convivência de aprendizado.

Aos docentes do Programa, em especial, Sidnei Silva, Thereza Menezes, Deise Montardo, Marcia Calderipe, Fátima Weiss, Maria Helena Ortolan, José Basini pelo rito de passagem à antropologia.

Aos docentes que compuseram a banca de avaliação, Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, Ana Carla dos Santos Bruno, Sérgio Luís Carrara e Luiz Antônio Castro Santos.

Aos meus companheiros e companheiras das viagens antropológicas e amizade: Maria Magela, Gino Ranciaro, Alvatir Carolino, Socorro Batalha, Valéria Melo, Consuelena Lopes, Miguel Aparício, Rondinelles Coelho, Conceição Sodré, Lílian Lima, Daniel Viegas, Daniel Tavares, Glademir Santos, Emmanuel Almeida Júnior, Rosseline Tavares, Ernandes Herculano, Elieyd Sousa, Franceane Lima, Genoveva Amorin, Audirene Cordeiro, Cloves Pereira, Silvana Teixeira, Daniele Colares e Wender Araújo.

Aos amigos e amigas: Agida Santos, Marcos Dutra, Givanildo Colares, Antônio Silva, Nara Colares, Erick, Peterson Kaic, Luciano Bittencourt, Ney Coutinho, Claudeth Coelho, Alessandro, Darley Moraes, Diego Sena, José Eurico, Márcio Carvalho, Naira Thauana, Priscila Guilherme, Rodrigo Alves, Lucas Maciel, Aleandro Silva, Keitiane Freitas, André Melo, Graça Passos, Ana Cássia Souza, Elenir Araújo e Wanda.

Ao Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste – IFAM/CMZL, por meio da sua direção composta pelos amigos: Aldenir Caetano, Maria Francisca Moraes e Ana Cássia.

Aos agentes de resistência: Amazonas, Baryshnikov, Tulipa, Psicodélico, Anhangá, Dionísia, Eros, Bondosa, Inocência, Agité e Lênin. *In memoriam*: Deusuite, Hefesto, Baco, Sávio. Aos agentes de enfrentamento: Dinká, Cronos, Ajuricaba, Hipócrates, Hígia, Themis.

Agências e agentes de Estado: servidores da SEJUSC, SEARP, SEAP, SEMASHD, SEDUC, SEMED e DGH.

À minha família: irmãos – Neuton, Océlio, Dimas, Delson, Djalma e à irmã Dilma; cunhadas: Waldemarina, Francisca, Ana e ao cunhado Neurandi; aos sobrinhos: Flávio, Domênico Wolace, Crhistoffer, Danilo, Murilo, Lucas e às sobrinhas – Camila, Daiane, Ariana.

Lista de Siglas

AAGHT	Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis
AAMLLES	Associação de Mulheres Independentes Pela Livre Expressão Sexual
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABANNE	Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste
AGLTPIN	Associação de Gays, Lésbicas e Travestis de Parintins
AGN	Agência de Fomento do RN
AGN	Associação de Garotos da Noite
AGTTFC	Associação de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais da Tríplice Fronteira
ALMAZ	Articulação das Mulheres Homoafetivas e Aliadas do Amazonas
AMA	Articulação de Mulheres do Amazonas
APAAM	Associação de Prostitutos e Ex-Prostitutas do Amazonas
APO	Associação da Parada do Orgulho
ARATRAMA	Articulação Amazônica do Povo Tradicional de Matriz Africana
ARTGAY	Articulação Brasileira de Gays
ATAAM	Associação de Travestis do Amazonas
BO	Boletim de Ocorrência
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CDHC	Comissão de Direitos Humanos da Câmara
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação
CEDHC	Conferência Estadual de Direitos Humanos e Cidadania
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Código Internacional de Doenças
CIOPS	Centro Integrado de Operações de Segurança Pública
CMDHC	Conferência Metropolitana de Direitos Humanos e Cidadania
CMM	Câmara Municipal de Manaus
CMZL	Campus Manaus Zona Leste
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDH	Conferência Nacional de Direitos Humanos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDPM	Divisão de Formação Continuada
DEF	Divisão de Ensino Fundamental
DST/AIDS	Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da imunodeficiência adquirida
EAFM	Escola Agrotécnica Federal de Manaus
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUAM	Fundação de Medicina Tropical
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
GP	Garoto de Programa
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HSH	Homens que fazem sexo com homem
IML	Instituto Médico Legal
IMPD	Igreja Mundial do Poder de Deus
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MANAUSCULT	Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
MGLTM	Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis de Manacapuru
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PDC	Projetos de Decreto Legislativo
PDL – 234/2011	Projeto de Decreto Legislativo
PDT/RO	Partido Democrático Trabalhista - Rondônia
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIM	Polo Industrial de Manaus
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação

PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
POP	Procedimento Operacional Padrão
PP/RJ	Partido Progressista/Rio de Janeiro
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGSCA	Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia
PR	Paraná
PRODAM	Programa de Dados do Amazonas
PSDB/GO	Partido da Social Democracia Brasileira/Goiás
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RCC	Renovação Carismática Católica
REA	Reunião Equatorial de Antropologia
REA/ABANNE	Reunião Equatorial de Antropologia/ Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste
RECID	Rede de Educação Cidadã
SEAP	Secretária de Estado de Administração Penitenciária
SEARP	Secretaria do Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares
SEDUC	Secretaria de Educação
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado
SEJEL	Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social dos Direitos Humanos
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SINESP	Sistema Nacional de Educação e Segurança Pública
SOMOS	Grupo de Afirmação Social
SSP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
SSP/AM	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSAM	Secretaria de Saúde do Amazonas
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UJS	União da Juventude Socialista

Prefácio

*Alfredo Wagner Berno de Almeida*¹

Este livro, que originalmente consistiu na tese de doutorado do autor, parte de uma narrativa que evidencia que os acasos concorrem para cerzir a história de um modo peculiar. Um flerte, um carro que é levado a refazer um percurso, na imediaticidade de um olhar de soslaio, e um encontro fortuito, tanto podem anunciar a surpresa, o prazer e o riso, quanto provocar sofrimento e a possibilidade de uma tragédia. Indagando o trivial mais simples o autor se expõe e, numa análise reflexiva, situa agentes sociais numa trama sociológica que demarca a sexualidade na fronteira, através de um ato classificado como criminoso, por atentar contra a vida. Uma fachada inesperada, desferida com propósito letal, desfaz expectativas românticas, fazendo despontar emoções nada poéticas relatadas em estilo contundente na rigidez de um boletim de ocorrência. A narrativa de próprio punho revela os limites de uma relação fundada na liberação de costumes. É deste ponto de partida, disruptivo, que o autor nos convida a acompanhar o percurso de seu complexo itinerário analítico, que se estende de situações vividas à elaboração de uma tese de doutorado. Transformar atos vividos em experiências sensoriais, tornando-os objeto de análise e de reflexão.

A redação concisa e direta, ao se contrapor à linguagem metafórica, às analogias e às visões edulcoradas, facilita este propósito acadêmico e bem contorna os possíveis obstáculos e entaves a uma descrição rigorosa, produzida segundo critérios de produção científica.

Numa abordagem marcada por identidades em movimento, o autor se empenha no discernimento e no acuro. Discute a controversa distinção entre gênero e sexo, descortinando condições de possibilidades para uma reversão de convenções e normas, que vigem sob uma forma extremada e ao mesmo tempo naturalizada de dominação masculina. O convite à leitura pressupõe uma apreciação crítica do peso das normas e seus efeitos na vida cotidiana, sobretudo quanto à discriminação sexual e à interdição velada de práticas

¹ Antropólogo. Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (UEA, UEMA, UFAM). Pesquisador CNPq.

corporais, com consequências éticas e relativas à liberdade de escolha. As

mais proeminentes dentre elas concernem às tentativas de legisladores e de fundamentalistas em impor uma visão da homossexualidade como doença e degradação, inclusive no plano das políticas públicas e dos dispositivos jurídicos, transformando-a em “crime”. No plano moral, consideram que, enquanto violação de princípios, são transgressões da fé ao mesmo tempo que são classificadas como transgressões sexuais. Os atos de violência cometidos contra os que contestam tais tentativas e desconstroem a noção de “sexo natural”, apontando inclusive para novos significados do conceito de família², evidenciam uma tendência ascensional e autoritária, absolutamente ilegal, que compromete os princípios democráticos. Este processo de criminalização de práticas e de controle compulsório da sexualidade, que funciona à molde de um ritual de instituição³ de uma “temporada de caça às bruxas”, não pode ser dissociado das violências recorrentes contra lideranças dos movimentos LGBT’s e do elevado número de assassinatos de homossexuais. Os homicídios e as tentativas de homicídio determinados por questões de gênero e por fatores relativos à sexualidade compreendem mortes violentas intencionais. Estes indicadores de criminalidade, abrangendo os mortos e atingidos pela violência, consistem em acontecimentos funestos que demonstram que os números a eles correspondentes só são comparáveis historicamente a grandes tragédias e a catástrofes, a guerras e a genocídios, a matanças e a feminicídios. Há intérpretes que argumentam que se corre o risco dos saberes homossexual e feminino, populares, serem forçados paulatinamente a refluírem para uma existência clandestina, subterrânea e velada, mediante os constrangimentos sucessivos e as condições de possibilidade de severas punições.

Assim, embora o autor em pauta não se pretenda um tragediógrafo, relata episódios cujo desenrolar da ação termina de ordinário em acontecimentos fatais, em que os agentes sociais estudados são as vítimas. O trabalho etnográfico ganha consistência e força descritiva a partir deste tipo de narrativa pormenorizada e extremamente analítica da tragicidade dos fatos examinados,

2 Para maiores esclarecimentos leia-se a “Apresentação” da coletânea organizada por Adriana Pisticelli, Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara, intitulada *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. p. 9-35.

3 Para maiores detalhes sobre as ações de inquisidores no século XV, consulte-se o livro escrito em 1484 e recentemente reeditado: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*: Malleus Maleficarum. 27. ed. Tradução de Paulo Frões. Introdução histórica de Rose Marie Muraro. Prefácio de Carlos Byington. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2015. 528

segundo o ponto de vista dos próprios entrevistados, bem como das estatísticas oficiais através dos chamados “anúários de segurança pública”, que focalizam os indicadores nacionais de criminalidade.

Em virtude desta forma de abordagem, o livro ora apresentado torna-se uma leitura imprescindível para a compreensão sociológica dos problemas concernentes a gênero e sexualidade, que hoje marcam a sociedade brasileira. Convido-os, pois, enfaticamente, à leitura.

A tradição sob a qual se edificou o arcabouço epistemológico das ciências sociais, mesmo aquelas que outrora se posicionaram contrárias aos ditos do positivismo e suas derivações como o evolucionismo, o funcionalismo ou o behaviorismo, impediria de forma veemente qualquer projeto de cunho acadêmico que tomasse como ponto de partida precisamente um acontecimento pessoal. Imaginem se tal evento estivesse circunscrito à vida do próprio pesquisador. Neste sentido, mesmo com todos os processos decorridos no campo epistemológico que redimensionaram a posição e a finalidade da ciência, alterando as práticas dos cientistas e o papel dos indivíduos e dos povos estudados, não é possível garantir que a decisão de iniciar uma tese de doutoramento estabelecendo a posição de entrada no campo de pesquisa, as mudanças decorridas no processo e a exposição de alguns elementos norteadores do trabalho por meio de um evento trágico e contingencial na vida do pesquisador será ou não bem recebida.

O intento não possui a finalidade de se constituir como texto autobiográfico, muito menos como uma história típica dos consultórios de psicologia, em que as tragédias existenciais são objeto de interpretação psíquica, quando muito psicossocial. Entretanto, mesmo como todas as precauções tomadas, estas não eliminam os riscos de se estar entrando numa areia movediça teórica da qual sair seria tarefa muito difícil. O risco torna-se grandioso haja vista estar muito distante da possibilidade e do interesse de me propor a escrever algo do gênero de Wolf (2003) por ele mesmo: *Uma autobiografia intelectual*¹, em que o antropólogo descreve suas idas e vindas, suas dificuldades, suas opções vinculando-as à sua trajetória intelectual. Tampouco proponho uma abordagem ao estilo da entrevista com Bauman (2005) publicada sob o título *Identidade*, em que sua condição de membro da comunidade europeia, de família judia polonesa e imigrante na Inglaterra é narrada como uma espécie de angústia sobre sua própria identidade para refletir conceitualmente sobre a temática.

1 Cf. ERIC, Wolf. *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

Bourdieu (2005, p. 22), em momento tardio de sua carreira, demonstrou apreensão de que a publicação do livro *Esboço de autoanálise* pudesse ser arma nas mãos de “[...] todos que ficam só aguardando a ocasião para negar, justamente em nome de sua posição e trajetória, o caráter científico de sua sociologia”. Colocar-me como pano de fundo numa propedêutica de um estudo na condição de neófito no campo antropológico no mínimo representa um atrevimento teórico e um exercício subjetivo de autoafirmação e catarse².

Mesmo com os riscos apontados, primeiramente, à própria habilidade teórica em estabelecer as fronteiras na textualização rumo a uma análise racional de cunho antropológico que possa apontar para algumas questões que serão desenvolvidas como temas centrais do trabalho e, posteriormente, a incerteza de sua legitimação acadêmica, o que este esboço propedêutico pretende, em princípio, é o transbordamento do sofrimento e da tragédia para a vida daquele que pretendia olhar minimamente à “distância” o fenômeno da violência contra homossexuais. O envolvimento como afetado pela simples condição de fazer parte dos povos³ que compreendem as identidades coletivas

2 A distinção entre subjetividade e objetividade deixou há muito de possuir *status* de verdade, mesmo assim, no cotidiano da ciência, muitos ainda buscam estabelecer algumas fronteiras. Dessa forma, refiro-me acerca da influência que o exercício da escrita sobre este acontecimento provocou em minha personalidade.

3 Será utilizado o itálico, neste trabalho, quando se tratar de conceito ou categoria importante para o trabalho e em citações curtas de agentes da pesquisa. Neste caso, o termo povo e sua variação no plural povos aparecerão grafado em itálico. Esclareço que no texto de qualificação, os LGBT's foram classificados pelo uso do termo povo. Reconheço que naquele momento se tratava mais de uma intuição intelectual que não me deixava pensar indígenas, quilombolas [...] como categorias distintas dos LGBT's enquanto coletivos que desejam reconhecimento e redistribuição – dimensão identitária e de classe social. Todavia, tanto na qualificação quanto na disciplina Seminário de Pesquisa, recebi críticas que me demoveram, naquele momento, de continuar com o uso deste termo para me referir ao público alvo da pesquisa. Nos meses que antecediam a entrega definitiva da tese, recebi a indicação de meu orientador, Professor Alfredo Wagner, da leitura de *Meio sem fim: notas sobre política*, em que Agamben (2015) lembra que todas as vezes, na Europa, em que o termo povo é utilizado, ele indica também pobreza, deserdados e excluídos – nomeia o sujeito político e a classe que de fato se mantém excluída. Designa, segundo o mesmo autor, “[...] tanto o conjunto de cidadãos como corpo político unitário quanto pertencentes a classes inferiores [...] também em inglês *people*, que tem um sentido mais indiferenciado, conserva, porém, o significado de *ordinary people* em oposição aos ricos e nobreza.” (AGAMBEN, 2015, p. 36-37). O autor remete-se ao pensamento de Arendt (2014) cuja definição de povo tenha nascido da compaixão e que a palavra tornou-se sinônimo de azar e infelicidade. Assim, povo pode se configurar como “[...] uma oscilação dialética entre dois polos opostos: de um lado, povo com corpo político integral, de outro, o subconjunto povo como multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos [...] corte dos milagres ou campo dos miseráveis, dos oprimidos, dos vencidos que foram banidos.” (AGAMBEN, 2015, p. 31). De forma mais ampla a condição de não reconhecimento – no sentido de que atinge os LGBT's como um todo – e, de forma mais específica, a condição de excluído social – no sentido

de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais/Transgêneros (LGBT) absorveu-me avassaladoramente pelo acontecimento decorrido durante o desenvolvimento da pesquisa. Aqui, o significado de afetamento ganha sentido distinto daquele proposto por Fravet-Saada (2005) por não representar em nenhum dos sentidos uma tomada de decisão, de minha parte como etnógrafo, em assumir a identidade gay, muito menos programar e organizar uma encenação onde seria alvo de uma tentativa de homicídio.

No decorrer da pesquisa ocorreu transposição de lugar antes do pesquisador que poderia se posicionar como aquele que iria lidar com casos muito tristes e de repente passa a lidar com o trágico. Afinal, no senso comum, “tragédia” e “muito triste” podem se equivaler, mas o trágico é muito mais que o muito triste (EAGLETON, 2013). O absoluto do sofrimento que marca historicamente a humanidade a qualquer momento pode “bater à porta” ou invadir o espaço de maior intimidade – a residência, o quarto, a cama, contingencialmente, de qualquer pessoa LGBT. A referência anterior se dá pelo fato de que os casos de violência e, primordialmente, de homicídios de gays, decorrem de forma muito comum em suas residências.

Ao situar minha experiência pessoal como prelúdio da exposição do objeto, ou como próprio objeto de pesquisa, penso que o desafio acadêmico se faz ainda mais radical, considerando que boa parte de minha construção identitária deu-se num processo dialógico entre o vivido e o pensado, marcado por uma história de militância extremante dinâmica iniciada no estado do Pará, continuada nos estados de Minas Gerais e São Paulo e há quinze anos no estado do Amazonas. O processo existencial possui múltiplas dimensões e pode potencializar o trabalho acadêmico em curso, por outro lado, é possível constituir-se como mais um obstáculo epistemológico. Estou, dessa maneira, reforçando a ausência de sentido em estabelecer fronteiras radicais entre o subjetivo e o objetivo em ciência.

Em janeiro de 2013, quando dava os primeiros passos desta pesquisa, ao fim de um relacionamento de namoro (em minha vivência social, mais precisamente pela Zona Leste de Manaus) acabei por conhecer *Thânatus*⁴, daqueles que padecem pela ausência de redistribuição. Dessa forma, utilizarei genericamente a categoria povo para me referir aos LGBT's como grupos coletivos. Por sua vez, o termo “população” quando aparecer no texto será sempre grafado entre aspas, haja vista que, mesmo a considerar ser uma categoria de uso tanto do Estado quanto dos agentes de enfrentamento – autodenominação, portanto, por seu caráter individualizante e imobilizador –, será expresso de forma contextual neste trabalho de pesquisa.

4 Personificação da Morte, a grafia neste trabalho está em latim. Ao considerar a experiência vivida no momento em que iniciava o desenvolvimento desta pesquisa, considerei que atribuir

jovem que acabara de completar 23 anos, havia servido ao exército e estabelecido algumas experiências no mercado de trabalho. Neste período estava compondo *exército de reserva neoliberal* e a procura de emprego. A relação gay – bofe⁵, a exemplo do que ocorreu a Oscar Wilde no fim do século XIX – descrito por ele mesmo em *De Profundis: e outros escritos do cárcere* – não constitui coisas do passado. São comuns, neste tipo de relação, a doação total do gay ao bofe e a negação quase que total do bofe em relação ao gay. A assimetria nesta modalidade de relação é bastante comum. No caso de *Wilde*, ainda sobreveio o cárcere dos tempos de criminalização da homossexualidade na Inglaterra. O sentimento de que a relação não traria resultados positivos tomou conta de mim.

Se na Inglaterra Vitoriana o pecado da chamada pederastia se tornaria crime, nos dias atuais, como bem expressa Foucault (1988), o sexo manifesta-se como perigo iminente. Entretanto, neste caso, colocar-me sem riscos provenientes de relações de total assimetria já seria muito por esperar. *Thânatus* demonstrou-se muito atencioso e possuidor de senso de humor aguçado, características que me causaram boa impressão. Entretanto, a percepção de que no campo amoroso havia uma precariedade, certamente determinada por uma gama de fatores, também fez parte das “prenoções” sobre ele. Nesse percurso social e afetivo houve bastante cumplicidade (pensava eu), pois compartilhávamos confidências familiares.

Thânatus afirmava que não tinha sido criado pelo pai, visto que foi rejeitado por ele ao nascer. Somente na adolescência passou a residir com seu genitor, mas as relações seriam desastrosas, tanto que ultimamente estaria fixando residência na casa de uma suposta tia. Compartilhamos intensamente problemas de relacionamento, projetos para o futuro e seu objetivo premente seria conseguir um emprego. Alguns dias lhe fiz companhia para resolver questões documentais e entregar currículos, considerando que estava iniciando nova etapa em sua vida, assim como ele sempre se mostrou companheiro em minhas demandas diárias. Com o passar dos dias, ele foi apresentado aos amigos e a alguns parentes próximos, obteve a liberdade para frequentar minha residência, realizar refeições e até participar de reuniões de amigos. Sua presença passou a ser trivial e regular. No dia 3 de março de 2013, dois meses

este nome fictício àquele que atentou contra minha vida coaduna-se com aquilo que possivelmente não fosse sua vontade, mas que fez parte de um desejo momentâneo e que poderia ter resultado em minha morte. *Thânatus* “foi a cara da morte” para mim, “e ela estava viva”.

5 Típica relação descrita por Fry e MacRae (1985) em *O que é homossexualidade*, quando se reproduz a norma heterossexual/cis marcada pela existência de um parceiro que representa o papel masculino e outro o papel feminino, característica desvinculada da condição de ativo/passivo.

após conhecê-lo, ele solicitou que fosse buscá-lo; foi a primeira noite em que dormiria em minha residência.

Nessa noite, dialoguei com ele e ouvi muito sobre sua vida sexual e afetiva. Ele confidenciou a existência de uma relação de namoro com uma moça de seu bairro. Nesta mesma noite, ele solicitou minha aquiescência para vê-la, de forma que o deixei livre para que fosse ao encontro dela. Assim ele foi ter com sua namorada e retornou para minha residência por volta de meia-noite. Tal revelação me fez enxergar que, se por ventura ele gostasse de homens, não seria eu a pessoa indicada e ideal para empreender tal desafio, muitas vezes frustrado de buscar sua autoaceitação, primordialmente pela minha indisposição subjetiva para isso. Deste modo, inclinado a renunciar e com certo temor de aprofundar os elos afetivos, decidi afastá-lo de mim, estabelecendo o fim do relacionamento.

Por experiência, ditames simbólicos difusos de construções androcêntricas e heterocêntricas da sociedade, de forma muito comum, possuem a capacidade de produzir formas identitárias simplesmente por estabelecer maniqueísmos de certo e errado, bem e mal, atrelados a dois pressupostos acima citados, do papel dominante do masculino e da prática heteronormativa, pontuando que a segunda fragiliza a primeira. Na verdade, estava em busca de alguém minimamente definido em sua identidade sexual. *Garcia Lorca* sentiu no corpo e na alma as consequências da negação da patente “homossexualidade” e a posterior fuga da relação amorosa protagonizada por *Salvador Dali*, retratada no filme *Poucas cinzas*. Evidente que o último também pagou elevado preço pelos caminhos escolhidos.

Na manhã seguinte, busquei conversar sobre isso enquanto rumávamos em direção à sua casa. Expus o fato de que iria realizar uma cirurgia de implantes dentários no dia 8 de março, o que me deixaria convalescente por alguns dias e que chegaria o momento de encerrarmos a relação, pois parecia não ser salutar para nós dois. Ele ainda tentou me demover da ideia, afirmando que estávamos nos conhecendo e que poderíamos viver uma relação muito boa. Seus argumentos não me convenceram e eu estava convicto de que o melhor a fazer seria me distanciar.

Após este colóquio, *Thánatus* ainda fez algumas ligações telefônicas, as quais achei por bem não atender, haja vista que além do distanciamento que desejava impor, ainda me encontrava em recuperação da cirurgia que havia realizado, o que dificultava a fala. Em 18 de março de 2013, após dez dias decorridos da realização da cirurgia odontológica, ainda usando máscara cirúrgica, recebi a ligação de um número não registrado em meu telefone celular. Ao atender, era

Thânatus afirmando que estava próximo de minha casa e que iria me visitar, pois desejava ver *como estava*. Esta expressão foi usada por ele.

Tentei evitar a visita, mas foi impossível dissuadi-lo. Em menos de dez minutos estava em minha residência. Ao chegar, eu e um amigo estávamos jantando (amigo que naquele período me ajudava na recuperação). *Thânatus* chegou em companhia de outro rapaz, já conhecido, mas que não possuía proximidade. Como é prática em minha casa, educadamente os convidamos para o jantar.

Após a refeição, conversamos de forma descontraída. Terminamos a refeição, exceto *Thânatus*. Espontaneamente, nos dirigimos para a sala para assistir a um dos capítulos finais da telenovela *Salve Jorge*, como tinha se tornado rotina, inclusive com a presença de outros amigos que sempre apareciam neste momento. Observei que, enquanto comíamos, *Thânatus* achou ineficiente a faca de mesa e pegou na pia uma faca tipo “peixeira”, passando a utilizá-la para cortar carne. Voltei à cozinha três vezes, e em todas as idas, ele lamentava meu afastamento e propunha retomarmos a relação. Reproduzi sempre o mesmo argumento utilizado no dia em que protagonizei nosso afastamento, frase do tipo: *você que não me queria, não tem como ficarmos* e, em outro momento, finalmente afirmei: *Thânatus, até estou namorando outra pessoa!*

Depois, ele foi à sala compor a plateia de “noveleiros”. Neste momento adentrou em minha residência, de forma esfuziante, mais um de meus amigos que, como de costume, viera assistir e conversar. Na verdade, mais conversar que assistir, invariavelmente nossa rotina. A chegada de mais um amigo deixou o ambiente ainda mais descontraído. Estes encontros em minha casa se caracterizavam por muitos diálogos entrecruzados, geralmente sobre diversas temáticas. A novela como pano de fundo, muitas falas e risos fizeram com que a permanência exagerada de *Thânatus* na cozinha e, após sua chegada à sala, ter se recusado a todo custo sentar-se, fosse ignorada.

Thânatus ficou todo o tempo recostado em um parapeito do arco que divide as salas de estar da de refeição. Caso tivesse sentado em algum local, sofá ou cadeira, o instrumento que marca finitude de muitos homossexuais poderia denunciá-lo, considerando que ele vestia uma bermuda estilo surfista. O encontro prosseguia animado e jocoso. Contudo, a todo momento *Thânatus* solicitava em voz baixa que desejava falar comigo em particular. Isso era possível porque eu estava deitado no sofá com a cabeça recostada no mesmo parapeito em que ele se recostava de pé. Em um dos intervalos da novela, aceitei conversar em particular. Ao entrarmos no quarto, ele, de imediato, procura trancar a porta. Como não desejava alongar a conversa, disse que a chave

estava longe e que não haveria necessidade de trancá-la. Ele ainda solicitou, entre risos, aos que ficaram na sala: *não interrompam que vou ter uma conversa séria com o Denis.*

O quarto estava à meia-luz. Recostei meu corpo na cama, recebi um abraço e um beijo angelical no rosto, em meio a sorrisos doces, como de costume. Na seqüência, o questionamento: *por que você não me quer mais?* Tentei explicar com os mesmos argumentos anteriores o motivo do desligamento. Foi aí que veio a solicitação carinhosa: *fecha teus olhos que eu quero te dar um presente!* Em segundos, percebi seu afastamento, e subitamente o brilho da lâmina da faca tipo “peixeira” vindo sobre mim acompanhado de seu corpo. O alvo era a garganta. A intenção seria perfurar mortalmente o centro de meu pescoço. Entretanto, em movimento instintivo de sobrevivência, comum a qualquer ser vivo, consegui me desviar, de modo que a faca atingiu a lateral esquerda do meu pescoço. Imediatamente gritei, estridentemente, por um de meus amigos e me lancei, ferozmente, em uma luta corporal com ele tentando retirar a faca de sua mão.

Minha força corporal superior possibilitou desarmá-lo, mas sem impedir que obtivesse um corte em minha mão esquerda que somou dezenove pontos de sutura, acrescido de cinco da perfuração no pescoço. Jorrava grande quantidade de sangue pelo quarto. Nesta luta corporal pela sobrevivência, meus amigos adentraram no quarto e em segundos eu estava com a faca em posição de ataque, expulsando *Thânatus* e seu amigo de minha residência. Após a saída deles, fui conduzido ao hospital para os primeiros socorros.

Em menos de dois minutos o ato trágico estava concretizado, mesmo que, de certa forma, frustrado, pois o desejo de *Thânatus* era o meu assassinato. Sua performance era de fúria, até quando sua tentativa de me esfaquear já estava quase frustrada. Após eu ter conseguido segurar seus dois pulsos, ele ainda se debatia e buscava com todas as forças possíveis finalizar a execução do crime. Após o ocorrido, algumas questões apareceram como objeto de minha reflexão.

Esse acontecimento teve o poder de me ferir muito além do aspecto físico e gerou um sentimento de encontro com a identidade gay, verdade que se impõe a minha subjetividade de forma inequívoca. Ficou evidente, no entanto, que o *armário*⁶ que segundo Sedgwick (2008) postula como inerente à identidade *gay* no mundo contemporâneo, fez-se presente em diversos momentos como prática e desejo.

6 No terceiro capítulo esta categoria é fundamentada e refletida. No decorrer do trabalho ela aparece regularmente para designar o dilema de falar ou não falar, assumir ou não assumir a identidade.

1 - Na chegar ao pronto socorro, pessoas logo se aproximaram com as perguntas usuais: *O que foi? Como foi? Onde foi?* Prontamente respondi que tinha *sofrido um assalto*. Como fui levado de imediato para a sala de atendimento de emergência, mesmo com muitas dores, enquanto o médico limpava, colocava o dreno em meu pescoço e fazia a sutura na mão esquerda, ainda tive a astúcia de descrever, deliberadamente e com propósito defensivo, uma tentativa de assalto ficcional. Refugiei-me em episódio de aceitação imediata, autoevidente. A sutura era realizada pelo cirurgião, enquanto anunciava o poder de Jesus sobre o corte a poucos centímetros da jugular. Este anúncio repetido quase como mantra certamente não possuiria o mesmo sentido e textualização se fosse explicitado como resultante de enlaces entre pessoas do mesmo sexo, *armário* que me garantiu a graça, negada aos ímpios.

2 - Ao chegar a minha casa, arquitetei um plano de forma a não permitir que o acontecimento viesse a ser conhecido pelos familiares e pelos colegas com quem trabalho no Instituto Federal de Educação do Amazonas (IFAM). Somente depois de exaustivo processo de autoconvencimento, decidi ligar para o diretor educacional do instituto para comunicar o fato. Destas relações sociais em círculo de pessoas próximas, foi possível perceber como os crimes contra LGBT's que decorrem de processos afetivos-sexuais resultam na rápida indicação social de que o LGBT alvo da violência provocou sua própria morte. Assim, boa parte dos LGBT's, mesmo que não conheçam a posição de Aristóteles, sentem sua posição se efetivar em suas vidas: *não se sente piedade daqueles que provocam seu próprio infortúnio*.

3 - O receio de expor a condição identitária e, além disso, de assumir que componentes de meu objeto de pesquisa tinham literalmente se misturado com a vida pessoal do pesquisador; que a violência tinha somatizado em mim mesmo, carne e psique; que as marcas dos ferimentos em minha mão e pescoço e os tormentos noturnos que por semanas exigiram que sempre alguém estivesse não somente no mesmo quarto, mas na mesma cama para que eu pudesse dormir, ainda me impediram, posteriormente, de aceitar a proposta feita por meu orientador, Alfredo Wagner, para que registrasse a ocorrência por meio de fotografias dos ferimentos, foi real e paradoxal. Essas fotos seriam importantes para o processo tramitar na justiça. A necessidade de apagar as marcas desse acontecimento se dava não somente pelo trauma que eu ansiava por esquecer, mas principalmente pela vergonha sentida em estar passando por tal situação, haja vista que os cortes em meu corpo pareciam simbolizar naquele momento apenas o resultado do fato de ser *gay*.

A cultura heteronormativa colocou os LGBT's historicamente vinculados ao pecado, ao crime e finalmente ao desvio ou adoecimento, construindo identidades culpadas. A culpa compreendida não como uma introyecção psíquica, mas como paradigma social dos grupos homossexuais. O paradigma que se refere à estrutura da ciência (Khun, 2013) seria marcado por sua crise e revolução e, na vida dos gays atuais, aparece como uma simbiose em que todos os atributos podem surgir, em níveis mais intensos ou mais fracos, determinando uma multiplicidade de atributos negativos. Esse contexto me faz recordar a conversa no início da década passada com uma mestra em psicologia que afirmou: *os gays mesmo parecendo possuem uma alegria, na verdade geralmente, possuem baixa autoestima e tendências à depressão*. Posições essencialistas como essas desvinculadas, se é que as elas possuam alguma legitimidade científica, negam a construção simbólica do androcentrismo e da heteronormatividade/cis, marcada por classificações que marginalizam as formas e performances distintas daquelas dominantes.

Penso que cabe fazer importante inserção aqui do conceito discutido no artigo de Rohden (2006) – *Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?* – tendo em vista ser patente a estreita relação do ato de violência praticado contra mim e outros *gays* com certos traços da chamada cultura brasileira, ligados à posição de subalternidade social em que os LGBT's são visivelmente colocados. Esta pesquisa verificou que a assimetria se reproduz internamente nas relações amorosas, quando elas assumem a mesma forma daquelas consideradas “típicas” “heteronormativas patriarcais” do Brasil, classificadas esquematicamente pelos dualismos *gay-bofe*, *sapatão-machuda*, *boy-mulher*.

O androcentrismo social brasileiro veria como desonrosas as relações de um “homem”, neste caso o *bofe*, que no senso comum não é visto como LGBT, considerando que este sentimento é também compartilhado pelo próprio *bofe* que constrói uma relação na qual o *gay* é reificado⁷. Este ser-objeto pode ser alvo de quaisquer tipos de agressão em caso de frustração dos desejos do *bofe* ou ainda quando isto custa ou poderia vir a custar algum tipo de desonra social. Segunda a autora, honra e vergonha seriam dois polos norteadores de hierarquizações sociais dos indivíduos (ROHDEN, 2006). Rohden dialoga com dois outros teóricos – *Peristiany* (1971) e *Pitt-Rivers* (1979) – e, para este último, a honra está ligada ao masculino e a vergonha ao feminino. Estes esquemas teóricos contribuem para compreensão do ato de violência aqui

7 Quando tratamos de relações entre lésbicas que reproduzem o denominado “modelo patriarcal heteronormativo – cis”, geralmente é aquela classificada como “sapatão, machuda ou *boy*” que assume o estigma da inferioridade social, mesmo que internamente a mesma reproduza o papel de homem e, portanto, do poder de violência.

em foco e as reações que tive *a posteriori*, bem como explica o estigma do feminino em LGBT, neste caso, mais comum em *gays* efeminados, travestis e transexuais.

O fato de explicitar este acontecimento como prelúdio à própria estruturação dos fundamentos da pesquisa pode ser pensado como uma autovitimização, categoria não utilizada neste trabalho, inclusive. Entretanto, ao verificar a reação de parte de meus familiares, especialmente, ficou a impressão de que o acontecimento seria apenas consequência naturalizada daqueles que assumem a identidade LGBT, coadunando com as diversas experiências de agentes deste trabalho que enfrentam as violências, praticadas individual ou institucionalmente, em que o contexto familiar apareceu como espaço social privilegiado da percepção.

Dessa forma, o paradoxo entre o que sentia com o emergir radical de uma identidade sexual e as práticas de negação momentânea gestou em mim de forma gradual o despertar e o reconhecimento de preconceitos que não se configuravam mais como projeção do outro sobre mim, mas como reflexo interiorizado dessas formas pré-concebidas e de não aceitação que, mesmo para um homossexual assumido na família, entre os amigos, no campo do trabalho ou no meio acadêmico, parece inegável. Ainda carregou/carregava um pesado *armário* usado para esconder “o defeito que representa a homossexualidade”.

Ao sair do pronto socorro localizado no bairro Parque das Laranjeiras, na companhia de outros amigos do curso de pós-graduação e do trabalho, fomos de imediato fazer o registro policial, Boletim de Ocorrência (B.O). Ao chegarmos à delegacia, fomos mal recebidos por um policial civil em fim de carreira, que chamou uma escrivã para que registrasse o fato. Durante o relato, a servidora demonstrou seu preconceito com gestos corpóreos, quando solicitou o endereço e falei que não lembrava completamente. De forma ríspida, falou: “*isso é o que dá se envolver com gente que nem conhece direito*”. Por mais que de alguma maneira houvesse razão, senti o peso do preconceito devido a sua ilegitimidade em “me chamar atenção”, considerando que tremia de forma descontrolada, pelo susto, pelos ferimentos e ao mesmo tempo pelo misto de saber que tinha beirado à morte, seria razoável perceber que o momento de debilidade em que me encontrava não seria o mais adequado para discursos moralizantes.

Na sequência, a mesma escrivã enquanto lavrava o B.O (e ao mesmo tempo em que pedia para aguardar a chegada do delegado para que assinasse o registro) passou a cantarolar uma música do repertório romântico de Roberto Carlos, com firme intenção de insulto. Creio ser incomum alguém que tem em

sua presença uma pessoa enfaixada, o corpo com picos de tremores causados pela dor e pavor, sinta o desejo de cantar. No momento em que encontrava os *agentes sociais* que contribuíram com a construção deste trabalho, identificava-me com os relatos de experiências trágicas e de percepções pormenorizadas sobre a relação com LGBT's.

Até este momento, ante minha repulsa, não poderia estabelecer o julgamento de que o aparelho policial e jurídico cultive em suas entranhas qualquer tipo de preconceito sexual/gênero institucionalizado. Mesmo que seja necessário ressaltar a morosidade do processo, registrei o caso no dia dezoito de março e realizei o exame de corpo de delito em dezenove do mesmo mês. Entretanto, somente no mês de abril, quando fui à delegacia e me propus a acompanhar os policiais até casa do acusado, é que ocorreu o seu depoimento; senti necessidade de recorrer a amizade de um médico perito do IML (Instituto Médico Legal) para que fosse dada celeridade à expedição do exame, momento em que o documento foi enviado à delegacia, desencadeando a tramitação do processo junto ao poder judiciário. Em visita à delegacia para tomar ciência do processo, comunicaram-me que ao analisar o exame de corpo de delito, a delegada titular havia lavrado um termo circunstancial de ocorrência (T.C.O), pois havia considerado que o caso não era suficientemente grave para instaurar um inquérito policial. Em virtude de minha ignorância quanto aos dispositivos jurídicos, mesmo com a convicção de tratar-se de uma “tentativa de homicídio”, acabei ficando calado e não esbocei qualquer reação.

No dia vinte e cinco de junho de 2014, recebi convocação para comparecer ao Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos. Ao chegar à sala indicada, constatei que se tratava de uma audiência de conciliação. Devido a um conflito de horário do agendamento e o não comparecimento do acusado, a sessão foi adiada e remarcada para o dia sete de janeiro de 2014, sendo efetivada sem a presença do autor. Argumentei com o servidor do tribunal responsável pela mediação se era cabível conciliação em casos de tentativa de homicídios. Após a leitura, o servidor apenas comunicou que iria encaminhar o processo ao Ministério Público. O Ministério Público reenviou ainda no mês de janeiro os autos para a delegacia para refazê-lo. Em três de fevereiro, finalmente, as testemunhas foram ouvidas.

Bourdieu (2007, p. 216) em seu texto *A força do direito*⁸ apresenta a *impessoalidade e a universalidade* como princípios da retórica do campo jurídico que lhe atestam feição de *autonomia, neutralidade e universalidade*. Entretanto, como podemos verificar, a delegada (que necessariamente possui 8 Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

formação em Direito) desconsiderou o crime do qual fui alvo, atribuindo o mesmo peso que se atribui aos crimes de calúnia, difamação e injúria. Outro aspecto que se relaciona ao caso encontra-se na centralidade das audiências de conciliação que conseguem enquadrar um pretense homicida e o “sujeito” sobre o qual o intento foi empreendido. Nader (1994, p. 20) em seu artigo “*Harmonia coercitiva*” descreve a criação da *Alternative Dispute Resolutions* (ADR) como uma passagem nos Estados Unidos “[...] de uma preocupação com a justiça para uma preocupação com a harmonia e a eficiência, de uma preocupação com a ética do certo e do errado para uma ética do tratamento, dos tribunais para a ADR”.

Assim, quando Foucault (1988, p. 10) afirma que não existe algo “[...] unitário ou global chamado poder, mas formas díspares, heterogêneas em constante transformação”, pode-se observar que no campo jurídico os conflitos internos refletem os conflitos sociais. Assim, enquanto o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, determinou aos cartórios realizar contratos matrimônios entre pessoas do mesmo sexo, temos em uma delegacia do bairro Jorge Teixeira em Manaus oferecendo tratamento diferenciado em um caso de violência contra LGBT, situação que exigiu parecer do Ministério Público para que o trâmite fosse refeito. Em outras palavras, a relativa independência ou autonomia da periferia com relação ao centro representa que as transformações ao nível capilar, em dimensão microfísico do poder, não estão ligadas necessariamente às mudanças ocorridas no âmbito do Estado (FOUCAULT, 1988). Significa que as mudanças sobre as questões ligadas aos direitos dos LGBT’s não podem ser pensadas como uma conquista vinculada somente a conquistas de direitos no âmbito do Estado, mas nas práticas e relações de poder em termos microfísicos.

Para Mott (2003, grifo nosso), a prática da “*homofobia*” tem se configurado como questão inerente às relações social no Brasil, visto que as “*forças simbólicas*” agem no sentido de negar a plena cidadania dos “homossexuais”, de modo que a violência contra os LGBT’s tem sido praticada e banalizada por todo o país. Dessa forma, para ele, o campo acadêmico não se desvincula do campo da militância social no combate à homofobia e suas práticas. Tal perspectiva considera que o puro academicismo desvinculado da concretude da vida das pessoas, subalternizadas, oprimidas, dominadas, parece inócuo, pois não contribui nos processos de conflito rumo às mudanças sociais de inclusão, postuladas no texto *Reconhecimento sem ética* como processos de *reconhecimento e redistribuição* (FRASER, 2007, 2009).

Este prólogo, contido em uma tese de doutoramento, parece-me inadequado

à tradição acadêmica. No entanto, ele tem a finalidade organizar as múltiplas dimensões de significados que uma ordem de fatos tem adquirido no contexto da pesquisa, implicações que certamente não terei condições de percebê-las em toda a sua extensão, muito menos de analisá-las. Esta tarefa será realizada como um “puxirum”, ou como trabalho coletivo, sempre aberto a novas interpretações e contribuições.

Por essas significações e implicações perpassarem questões de ordem subjetivas, de forma que elas marcam o trabalho de pesquisa e evidenciam dimensões externas, cuja previsão seria mera especulação. A decisão de iniciar esta textualização narrando fatos ocorridos recentemente comigo, evita, pelo menos, a construção de um trabalho pautado em uma racionalidade metafísica ou positivista, negando que o “sujeito” (no caso, refiro-me a mim mesmo como pesquisador) e objeto estejam entranhados, misturados, compondo uma totalidade. A pesquisa não se configurou, portanto, numa racionalidade que trata casos de violência e lgbtfobia como fenômenos abstratos e vazios, pelo contrário, pautou-se pela concretude de relações reais de existência, compreendendo atos de transgressão com ataques ao direito elementar à vida. O trabalho de pesquisa, neste sentido, pautou-se na fundamentação dos conceitos que norteiam o trabalho e na reflexividade, como aporte teórico que marca a reflexão detida sobre violência contra LGBT’s em Manaus.

O relato aqui descrito, além de contextualizar a construção desta pesquisa, traz algumas questões cruciais para pensarmos os processos de violência contra LGBT’s em Manaus. A primeira delas é a patente realidade de violência registrada envolvendo relações homoafetivas. Esta modalidade de violência é distinta daquela que se observa por uma modalidade de lgbtfobia ideológica que se caracteriza por uma oposição ou enfrentamento direto aos LGBT’s, a exemplo do ataque sofrido por um *gay*, em São Paulo, 2013, com o uso de lâmpadas fluorescentes, ou o caso de expulsão de *Amazonas* de sua própria casa em Manaus⁹.

No campo político, a Câmara Municipal de Manaus e a Assembleia Legislativa do Estado têm desempenhado papel lgbtfóbico de forma ampla e irrestrita. Assim, pode-se afirmar que Manaus tem pautado a violência contra LGBT’s sob diversas modalidades: da *afetiva a cognitiva* em nome da manutenção dos padrões heteronormativos-cis e androcêntricos. Com seu elevado índice de homicídios em Manaus¹⁰, a lgbtfobia possui causas difusas, mas que podem ser

⁹ *Amazonas* compõe o elenco de agentes que contribuiram para a realização deste trabalho. Adiante, ela será apresentada de forma mais detida e detalhada.

¹⁰ De acordo com os dados expressos no I Capítulo, intitulado *Violência contra LGBT’s: dispositivo de mobilização*.

compreendidas simbolicamente como oriundas da dominação masculina, pelo machismo e pelo heterossexismo. Tais princípios parecem autorizar a prática de violência e desencadeiam processos legitimadores oriundos de instituições do Estado e também religiosas.

Brereton (apud EAGLETON, 2013, p. 23) afirma que a tragédia é um desastre “[...] definitivo e impressionante por causa de um fracasso imprevisto ou não percebido entre pessoas”. Contudo o trágico, segundo ele, pressupõe respeito e compaixão. Mesmo que Eagleton (2013) classifique como esdrúxula esta ideia, não se pode negar que as mortes de LGBT’s estão bem distantes de produzir práticas radicais na sociedade de não aceitação dessa modalidade de violência. Isso não significa que não haja entre os familiares e amigos dos assassinados sentimento de tristeza, observáveis cotidianamente nos velórios de LGBT’s, em falas e performances entres os *agentes sociais* aqui pesquisados. Entretanto, os sentimentos de naturalização social a respeito desse fenômeno são facilmente observáveis.

Este trabalho que, de acordo com o que será exposto adiante, tem em Arendt (2014) e na sua percepção de violência um dos pressupostos de reflexão e crítica em relação aos acontecimentos trágicos contra os LGBT’s, coaduna-se com aquilo que postula Zizek (apud EAGLETON, 2014, p. 286), considerando a indústria como matriz econômica do Amazonas: “[...] a violência extremamente caótica da vida industrial ‘moderna’, dissolvendo estruturas civilizadas tradicionais, é diretamente vivenciada como o retorno da violência bárbara mitopoética primordial reprimida pela couraça dos costumes”. O “fim trágico” quase extermina esta pesquisa pautada no drama que circunda de forma muito comum a vida dos LGBT’s e a tragédia marcada pelos genocídios praticados contra eles. Ao considerar a violência como reação e dispositivo dos processos de resistência e enfrentamento da violência simbólica, coloco-me na condição de afirmar: *já que o fim não se deu, sigamos!*

O desafio de pensar a reflexividade e, acima de tudo, praticar a “reflexividade reflexa” no trabalho antropológico encontra-se espreado por todas as etapas de descrição etnográficas. Na busca de adquirir informações que pressuponham a diferenciação não hierarquizada entre os *agentes*, tem sido presente na construção desta pesquisa a noção clara de que o antropólogo não é mais o detentor da “chave de interpretação” cultural de outras sociedades, ou até mesmo da sua. Em outros termos, o princípio da verdade que norteou a tradição da filosofia desde os gregos e embasou a crença cientificista na modernidade não passa, na atualidade, de uma pluralidade de interpretações fundamentadas

Desse modo, o antropólogo como especialista detém, ou deveria deter, a capacidade de reflexividade. A proposição de Bourdieu (2011, p. 11) possui o antídoto que combate as “imagens simplistas e unilaterais” determinadas pelo “[...] ponto de vista único, dominante, em suma quase divino, no qual se situa geralmente o observado e também o seu leitor”. É premente para se compreender a perspectiva de Bourdieu substituir a concepção de macrosociedade pela concepção de campo, como espaço criado e delimitado, no qual as percepções são multilaterais, e todas com força explicativa. Ganha espaço primordial no trabalho de Bourdieu (2011) a memória coletiva, a biografia coletiva, distantes das ilusões biográficas. Nesta *práxis*, a eliminação de qualquer forma de dissimetria entre o pesquisador e os *agentes* pesquisados torna-se fundamental na procura de minimizar ao máximo a violência simbólica.

Todavia, isso não representa a diminuição ou extinção do papel compreensivo do cientista social, pelo contrário, o campo em Bourdieu é espaço social percebido e controlado pelo cientista que desenvolve sua pesquisa por meio da reflexividade. Para o sociólogo,

[...] só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num ‘trabalho’, num olhar ‘sociológico’, permite perceber e controlar o campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. (BOURDIEU, 2011, p. 694).

Pode-se observar que a reflexividade aqui nem de longe pode ser confundida com um perspectivismo relativista, tampouco com uma autobiografia, pois o cientista reflexivo deve ser o retrato do esforço para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente. Bourdieu (2011) esclarece que sem isto o trabalho do cientista não passaria de um cinismo.

Em suma, a “tentativa de homicídio” de que fui alvo não pode ser a experiência definidora do fio condutor sob o qual o pesquisador e a pesquisa deveriam nortear-se, tampouco tal experiência teria que ser negada, suprimida das múltiplas experiências teóricas e práticas da relação entre pesquisador e os *agentes* sociais pesquisados. Neste sentido, o esfaqueamento sofrido pode ser fonte de profunda capacidade de entendimento nas questões de espancamento, perfurações e homicídios de LGBT’s. O tratamento recebido na delegacia, que leva o lesionado a sentir-se culpado pela violência sofrida, pode permitir a análise desses contextos de legitimação da violência contra LGBT que estão presentes na vida cotidiana e, portanto, na família, hospital, escola ou na

delegacia de polícia. Imaginemos um “sujeito” LGBT que busca ajuda médica, policial ou da justiça, sem instrução acadêmica, alijado (a) do mercado formal de trabalho. Como deve ser o tratamento dispensado a ele?

A formação acadêmica produz condições de possibilidades para que o pesquisador, refletindo sobre suas próprias experiências, possa contribuir para uma leitura crítica das experiências alheias. Este pressuposto consiste por si mesmo num determinante para a compreensão sociológica que perpassa as diferentes etapas da pesquisa.

O trabalho antropológico se apresenta, pois, como um desafio constante e profundo marcado primordialmente por sua relação de legitimidade e ilegitimidade patente. A descrição etnográfica impõe sobre si mesma a reflexão sobre a autoridade ou validade. Observar, descrever e interpretar exige sempre que o “modelo racional” do pesquisador busque colocar seu ouvido e seu olhar numa dimensão de alteridade radical. Esse dilema é alvo, em diferentes abordagens, dos trabalhos de Clifford, Bourdieu, Crapanzano dentre outros. Sendo realidade que a relação do etnógrafo com o nativo exige o uso da reflexividade, construir conhecimento neste campo, onde o pesquisador e nativo se fundem em uma mesma pessoa, inequivocamente impõe à textualização o desafio de não realizar apenas fragmentação autobiográfica e/ou psicológica.

Na tentativa de desenvolver no doutoramento estudo que pudesse representar certa trajetória de pesquisa, apresentei ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), no ano de 2011, projeto intitulado *O combate ao mal na Zona Leste da Cidade de Manaus*¹ que tinha por foco analisar os confrontos fronteiriços entre concepções de bem e de mal nas noites da Zona Leste da cidade de Manaus, como forma de retratar a dimensão festiva das noites dessa região e as relações de complementariedade e conflito com o proselitismo evangélico por meio de pregações noturnas, entrega de santinhos, venda de

1 O referido estudo antropológico é resultado de processos de construções e desconstruções, continuidades e rupturas no campo da pesquisa, inicialmente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/ UFAM), no qual cursei o mestrado, no período de 2005-2007. Estabelecer este período como marco genealógico do atual trabalho tem apenas a finalidade de não buscar em tempos mais longínquos a origem desta pesquisa. O trabalho desenvolvido na pesquisa de mestrado vinculou-se à análise do processo de conversão às igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais no Brasil e no Amazonas. O local onde se realizou a prática de campo foi a Zona Leste da Cidade de Manaus, com moradores desta região, sendo o critério básico de seleção dos sujeitos da pesquisa o fato destes, à época, terem aderido à prática religiosa em igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais. Estes sujeitos foram tratados como neoconvertidos. A pesquisa verificou que o processo de urbanização trouxe em seu bojo a efetivação de novas formações éticas, em que a matriz católica brasileira perde espaço para formas mais dinâmicas e burguesas de cristianismo. O trabalho buscava analisar a percepção dos sujeitos que vinham de outras matrizes religiosas ou que não tinham práticas religiosas ligadas a nenhuma instituição ou doutrina, optando pelas igrejas evangélicas. Dentre as conclusões do trabalho, ficou evidenciado que a adesão ao pentecostalismo ou ao neopentecostalismo tomava a conotação subjetiva de combate aos males que afligiam a pessoalidade do convertido assim como de sua família ou contexto social. Falar de maniqueísmos neste contexto não parece anacrônico, apenas estamos falando de formas contemporâneas de dicotomias radicais entre o bem e o mal, mesmo que na concretude das vidas das pessoas isso não seja simples, transparente ou organizado. No primeiro capítulo exponho os elos históricos desse processo que estabelece certa continuidade entre os trabalhos do mestrado e esta tese.

doces e pelas famosas vigílias² noturnas em templos da região. No decorrer das disciplinas cursadas no PPGAS e com o amadurecimento no processo de entrada no campo, chamava atenção a intensa presença de LGBT's nestes locais de festa, principalmente nas imediações da avenida Altaz Mirin, conhecida popularmente por Grande Circular. Outro fenômeno que se configurava como rotineiro era o combate religioso a estas festivas e práticas noturnas, baseada em verdadeiras campanhas antimundanas³, por meio de discursos e práticas pentecostais e neopentecostais de enfrentamento *ao mal*: consumo de álcool, cigarro, cocaína, prostituição. De forma mais ampla, esse combate existe em diversos espaços da sociedade por meio de variadas formas, como a das pregações proferidas por pastores realizadas de forma muito intensa nos espaços televisivos, como o “Ministério Vida em Cristo” liderado pelo pastor Silas Malafaia⁴.

O encontro propedêutico entre as duas propostas de pesquisas deu-se na seleção do local da pesquisa – a Zona Leste de Manaus –, cidade que atualmente superou a número de dois milhões habitantes e que cresceu de forma desordenada em decorrência do empreendimento industrial – Polo Industrial de Manaus (PIM) –, tornando-se a maior concentração populacional do Norte do país. Neste ínterim, durante o processo de maturação teórica e entrada no campo empírico da pesquisa, os LGBT's foram ganhando o protagonismo na pesquisa, considerando o intenso processo de homicídios no Amazonas, especialmente em Manaus, e a forma simplista e maniqueísta como esses homicídios eram e são explicados pelos grupos sociais. Tal forma se assemelha ao juízo naturalizado que se tem do extermínio da juventude empobrecida em Manaus, ou seja, o fato de uma pessoa ser LGBT em muito permite a legitimação de seu homicídio, assim como possuir envolvimento com o tráfico de drogas naturaliza o corriqueiro assassinato de jovens nas periferias brasileiras.

2 No momento de construção do projeto, realizei o clássico *Survey Malinowski* e neste momento era prática bastante disseminada na Zona Leste de Manaus a realização de cultos noturnos que perpassavam a noite – estes eventos de oração e louvor eram classificados como vigílias.

3 O termo justifica-se na medida em que os evangélicos estabelecem um divisor entre convertidos e não convertidos. Neste sentido, os evangélicos representam o grupo que “saiu do mundo” e, neste caso, mundo equivale a pecado; os não convertidos, inclusive fiéis católicos, são aqueles que fazem parte do mundo, portanto, vivem no pecado.

4 O referido pastor é de formação da Assembleia de Deus, mas atualmente possui seu próprio ministério religioso. Muito conhecido nacionalmente por seu discurso propagado na mídia, marcado por rígido conservadorismo, posicionando-se claramente a favor de políticos que defendem os valores morais da família heteronormativa e as regras do capital.

O estudo sobre LGBT também foi fomentado por meu amigo e companheiro de pós-graduação (mestrado e doutorado) Alvatir Carolino, que em nossas conversas atentou para minha proximidade holística do tema ligado aos direitos dos LGBT's. Dessa forma, processualmente, os LGBT's passaram a constituir como os *agentes sociais* centrais da pesquisa. Não custou muito para abrir-se um novo olhar sobre a situação de afirmação identitária LGBT em Manaus que tem produzido um processo de recrudescimento e/ou visibilização da violência que atinge estes *povos*, o que torna o fenômeno uma questão-desafio premente em várias frentes. O meio acadêmico incluíse, inequivocamente, nesta problemática social, pois mesmo que seja possível trabalhar estes acontecimentos como quimera, ou apenas vinculado a outros aspectos não relacionados à intolerância, penso não ser a forma mais indicada, considerando a concretude dos afetados pela violência simbólica, moral e física e, nesse sentido, o campo acadêmico possui dever ético de dar sua contribuição contrária a quaisquer formas de intolerância e violência.

Após esta redefinição, o projeto começou a ser desenvolvido sob a orientação do Professor Alfredo Wagner e teve, após alguns meses de desenvolvimento, a experiência registrada acima, que não sei se contribuiu ou não com a execução do trabalho, mas sem dúvida jogou-me de forma abrupta e inexorável dentro do “olho do furacão”, impedindo-me de realizar uma pesquisa pautada em certo distanciamento do seu objeto, desconstruindo por completo as velhas bases da objetividade científica, deixando-me num emaranhado complexo de difícil definição de elementos: os agentes, o objeto e o pesquisador.

O título do trabalho se deu como processo de parturição, levando-se em consideração os diversos momentos com distintas nomenclaturas. Contudo, a maturação teórica e o exercício do trabalho de campo culminaram com o título a seguir: *Violência contra LGBT's em Manaus e as agências da resistência e do enfrentamento: estudo de uma disputa assimétrica dos campos territoriais da Moral e do Direito*. Significa que esses dramas e tragédias discutidos em textos como *Doce violência* de Eagleton (2013), trabalho que desenvolve certa historicidade conceitual do trágico, que em si não pode ser escondido ou negado. Neste trabalho de pesquisa, os dramas e tragédias passam a ser compreendidos como processos sociopolíticos, em que se estabelece como princípio que a violência, além de ser pensada como potencialmente mobilizadora de *agentes sociais* das organizações, é também consequência dialética da própria resistência ao androcentrismo e à heteronormatividade/cis naturalizados. Nesse sentido, os atos em si e a dimensão de visibilidade desses atos de violência apontam mais para um conflito territorial do campo da moral e do direito.

Esta tese, portanto, postula a existência concreta de agentes individuais ou organizacionais que emergem como vozes e práticas insatisfeitas como sua subalternidade⁵ e negação de seus direitos. Portanto, mesmo que se considerem aspectos culturais e sociais, defende-se o princípio de que violência moral e física, defendida aqui como prática reativa à construção de outras edificações simbólicas distintas da heteronormativas/cis, resulta na produção de novos *habitus*, marcados por agentes questionadores, críticos e atuantes.

O mesmo decorre das condições empíricas de Manaus, que possui estatísticas elevadas de violência contra LGBT's, sendo os homicídios casos recorrentes que colocam a capital em patamar elevado nacionalmente quando tratamos desse tipo de violência⁶. Frente a isso, a pesquisa produziu algumas questões problematizadoras para analisar a realidade da violência no Brasil e, mais especificamente, em Manaus.

Assim sendo, os acontecimentos intensos de violência física e de homicídios em Manaus refletiriam a permanência residual de um modelo de sociedade pré-cartesiana ou nos moldes “orientais” de ausência da categoria “sujeito”, ou seja, da incompletude de determinado projeto de modernidade? A esta questão se verificou teoricamente que o projeto de modernidade se manteve fechado aos princípios de determinada autonomia, liberdade e igualdade dos fundamentos burgueses. Possivelmente, a efervescência científica tenha possibilitado ideias transgressoras da ordem de gênero e sexual e tenha contribuído na resistência “homossexual” no Ocidente. Outra questão que se atribui a este contexto dos pressupostos da “modernidade” encontra-se no fato da primazia do direito individual em detrimento do direito coletivo, realidade que permite a alguns LGBT's maior inclusão social que outros, para ilustrar.

A violência contra LGBT seria resultado do processo de ruptura da imposição heteronormativa/cis de dominação masculina, que poderia ser compreendido como uma crise de poder, situação que, segundo Arendt (2014), gera a necessidade do uso da violência como tentativa de recuperação do poder perdido? Em sentido mais restrito, como analisar a recorrência dessas práticas nacionalmente e em Manaus? Será que o avanço dos grupos *patrimonialistas, religiosos e punitivistas*⁷ no contexto mais amplo da sociedade

5 De acordo com o texto de Spivak (2010) intitulado *Pode o subalterno falar?*

6 Conforme apresentação de dados expressos no primeiro capítulo, na seção 1.2.4 – Violência contra LGBT: dispositivo de mobilização.

7 No decorrer deste trabalho apresentarei de maneira mais detalhada esse grupo e como se chegou a esta classificação. Aqui, pontuo tratar-se da composição parlamentar no Congresso Nacional: 1 - defensores da propriedade privada; 2 - defensores da indústria da arma, pautados em princípios fascistas de endurecimento das leis punitivas em detrimento das leis que democratizem o acesso aos bens; e 3 - defensores da família heteronormativa e de dogmas atribuídos

e composição das forças políticas partidárias possuem relação com a violência ou com a legitimidade dela? Neste sentido, verificou-se a dialética da violência como reativa conservadora e como dispositivo mobilizador.

A intensificação ou simplesmente o processo de maior visibilidade da violência *simbólica, moral e física* contra LGBT impôs à pesquisa a necessidade de descrever esses episódios, marcados por dramas existenciais e por tragédias, que objetivaram, por meio da descrição etnográfica, construir elementos de compreensão das realidades empíricas para se analisar socialmente este fenômeno, posta aqui como mais um *ponto de vista*, reconhecendo, portanto, que outras explicações sejam possíveis e plausíveis.

O trabalho de campo e o arcabouço levaram-me a compreender o fenômeno da violência como prática ampla e complexa. Ampla no sentido de poder ser vislumbrada como *simbólica*, como violência consentida, a partir da estrutura androcêntrica, heteronormativa, e *moral* à medida que os *agentes LGBT's* buscam resistir, enfrentar e quebrar estas estruturas. Tais práticas produzem certo tensionamento que aponta para a ordem dos conflitos sociais. Assim, no seio dessas tensões conflituosas, a violência descrita aqui como *moral* é facilmente percebida por meio de práticas de preconceito, exclusão, submissão e humilhações verbais, em que o simples fato de um “indivíduo” ser LGBT⁸, em determinados contextos, o leva a ser classificado como uma personificação do mal.

A partir da construção simbólica maniqueísta, quaisquer formas de agressões à integridade psíquica ou física de LGBT's podem vir a ser legitimadas e naturalizadas. A violência reativa e dialética que por vezes resulta no extermínio de muitos LGBT's pode ser entendida como resultado da perda de poder, como preconiza Arendt (2014), mas não será entendida como o fim da política. Esta pesquisa observou que a violência empiricamente praticada reflete em si a ausência de qualquer racionalidade. Socialmente, no entanto, a mesma prática de violência reverbera no fortalecimento da mobilização e organização dos LGBT's, ou seja, a luta⁹ por reconhecimento como igualdade ao cristianismo.

8 A sigla LGBT será grafada em minúsculo quando se refere à determinada particularidade, personalidade, “individualidade”.

9 O conceito de luta a que farei referência neste trabalho é o tratado por Weber (1994, p. 23), que ressalta: luta denomina-se uma relação social que tem as ações orientadas por uma disputa, onde as vontades se opõem, uma querendo sobrepor a outra. Nessa relação um lado tenta resistir. A luta pode ser pacífica, sem que haja “violência física efetiva”. Também há uma concorrência regulada quando seus fins e meios se orientam por uma ordem. Nesse sentido, Weber destaca a luta pela existência que envolve as ações que visam à sobrevivência.

de *status* se consolida (FRASER, 2007).

O desfecho teórico desta pesquisa se deu a partir de determinadas práticas elementares que canalizaram o trajeto a ser percorrido, isto é, fundamentou-se teoricamente em pressupostos que visaram à construção de bases confiáveis de análise e compreensão da violência que atinge os LGBT's em Manaus. Outra dimensão foi o de identificar as organizações do *movimento social*¹⁰ LGBT de Manaus e posteriormente desenvolver atividade etnográfica por meio de participação das reuniões do Fórum LGBT Amazonas, em especial. Esta organização congrega diversas associações de segmentos LGBT's. A partir de 2015, o trabalho de campo buscou acompanhar as atividades da Aliança Amazonense LGBT, entidade que passou por um processo de reativação após uma clivagem dentro do Fórum em 2014.

Noutro polo da pesquisa desenvolvi descrição etnográfica de situações de violência simbólica, moral e física. Pontuo que, propedeuticamente, a pesquisa intentava focar unicamente no estudo das mortes de LGBT's. Todavia, o arcabouço teórico e a experiência do campo me indicaram que a morte de LGBT's costuma ter como desfecho processos de práticas preconceituosas, muitas delas com histórico inclusive de agressão física, mesmo que não se trate aqui de um postulado mecanicista e evolucionista. Esta síntese ampliou a pesquisa, aumentou seu desafio, mas possibilitou, por outro lado, pensar de forma mais integral essa problemática. Dessa forma, o desenvolvimento e o desfecho desta pesquisa lhe confere o caráter de trabalho de antropologia política, seguindo o indicativo da possível aliança entre *reconhecimento e redistribuição*.

A pesquisa possui pressupostos de análises advindas do multiculturalismo, de Taylor (1994), e das reflexões sobre reconhecimento e redistribuição de Fraser (2010). Isso significa que pensar a condição LGBT passa necessariamente pela condição identitária e pela condição de classe, tendo em vista que os LGBT's *notáveis*¹¹ possuem maior “blindagem” social em relações às práticas preconceituosas e de violência.

10 A categoria movimento social é entendida nesta pesquisa como ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico permeado por conflitos sociais.

11 O termo, nesta pesquisa, refere-se ao contexto de LGBT's que circundam as esferas de poder político, econômico e/ou de prestígio social que, mesmo por vezes, possa-se reconhecer que sejam afetados por formas de preconceito e/ou violência. Inegavelmente, cabe destacar, estão mais protegidos, blindados em comparação a maioria dos homossexuais comuns. Importante enfatizar também que esses indivíduos incluídos socialmente, em sua maioria, estão distantes de quaisquer práticas de lutas pelos direitos dos povos LGBT's.

Para se pensar a categoria violência, o trabalho buscou discutir as relações de dominação simbólica em Bourdieu (1994, 2014) por meio de textos como “*O poder simbólico*” e, de forma especial, “*A dominação masculina*”. As ideias de Beel Hooks (s.d) foram importantes para a superação do prisma da vitimização – *Recusando-se a ser uma vítima*. Por fim, a categoria violência foi fundamentada por diversos autores, dentre eles ganharam destaque os livros “*Condição humana*” e “*Sobre a violência*”, de Arendt (2014).

O fundamento da reflexão passa por analisar o processo que produziu a dominação heteronormativa/cis e masculina na sociedade e como o surgimento, no século XX, de uma *identidade gay* produziu processos de violação moral e física não institucionalizada de LGBT’s, no caso do Brasil. Importante pontuar o contexto, pois em alguns países a violação é amparada por lei e até praticada pelo Estado. Desse modo, em alguns países, assumir uma identidade e/ou ser flagrado em práticas “homossexuais” constitui crime. Neste contexto, Scott (2000) em seu livro *Los dominados y el arte de la resistencia*, desponta como interlocutor do ponto de vista dessa pesquisa ao caráter de resistência que os *povos LGBT’s* representam, ou seja, a violência tendo como pressuposto a resistência da autoafirmação identitária coletiva-organizacional e a resistência como pressuposto do atrevimento “individual” de *agentes* que se autoafirmam.

Considerando que os LGBT’s são entendidos a partir da sua configuração organizacional e que no Brasil estes grupos avançaram tanto em aspectos qualitativos quanto quantitativos, podemos afirmar que estamos em uma disputa conflituosa pelo domínio dos campos da moral e do direito. Quanto à discussão dos elementos que constituem as interpretações sobre “homossexualidade” (LGBT), a fundamentação perpassa o trabalho de Foucault (1984, 1988), a teoria *queer*, de Butler, especialmente por meio do trabalho de Salih (2012) em *Judith Butler e a teoria Queer*. Como pensamento dialógico interno e em alguma medida crítico à teoria *queer* americana, Preciado (2010) contribuiu para fundamentar a perspectiva de identidade postulada neste trabalho. Outro aporte que contribuiu para pensar a “homossexualidade” no contemporâneo encontra-se no texto *Epistemologia do armário*, de Sedgwick (2008). Ainda merece destaque o livro *To be gay: história da homossexualidade*, de Naphis (2006), o qual estabelece um aprofundamento teórico do processo de constituição da identidade gay.

Fry e MacRae em (1985), em *O que é homossexualidade*, contribuíram com determinadas noções sobre “homossexualidade” no Brasil, igualmente com o relato de processo dos LGBT’s enquanto *grupo organizacional*, aqui me reportando à perspectiva de Barth (2001) sobre sua concepção de identidade

étnica. Essa perspectiva propõe pensar os LGBT's como unidade étnica, mas sem pressupor qualquer relação de correspondência simples entre unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais (BARTH, 2001) ou como grupo cultural homogêneo. Dentro dessa perspectiva de organização, o livro *Sopa de letrinhas* (2008) sobre o movimento LGBT em São Paulo consubstancia o desafio de refletir sobre o aspecto sócio-político-organizacional LGBT.

Heilborn (1996), em *Ser ou estar homossexual*, incorpora por meio de estudo etnográfico o diálogo entre antropologia e filosofia, especialmente para refletir sobre identidade e pós-identidade ou, ainda, sobre identidades móveis. Por intermédio dos textos de Vidal (2008), em *Sexualidade e a condição homossexual na moral cristã*, e Prado (2012), em *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*, a pesquisa apropriou-se de alguns referenciais de cunho processual das reflexões teóricas sobre a “homossexualidade” e sobre o preconceito contra “homossexuais”. A discussão sobre “homofobia” tomou como base de reflexão diversos autores, todavia, Prado e Machado (2008) e Borrilo (2010) ganharam destaque. Eles apresentam teoricamente as categorias, modelos e padrões das práticas de “homofobia”. Neste trabalho de pesquisa utilizei a categoria lgbtfobia.

Outras produções que contribuíram com esta pesquisa encontram-se nos textos de Clastres (2012, 2004) nas obras *A sociedade contra o Estado* (principalmente no texto *O arco e o cesto*) e *Arqueologia da violência*. O primeiro tem o papel contribuir na produção de algumas noções sobre como as sociedades nativas indígenas lidavam com as práticas que envolviam a superação de ditames biológicos ou culturais numa discussão de gênero e trabalho; o segundo texto possui o papel de embasar a percepção teórica de *etnocídio e genocídio* que norteou este estudo.

A pesquisa também se utilizou de informações jornalísticas sobre violência contra LGBT's, buscas no site do grupo de pesquisa de violência contra gays da Universidade Federal da Bahia “*Quem a homotransfobia matou hoje*”, nos textos “*Assassinatos de homossexuais: manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos*” (MOTT, 2000) e, por fim, “*Matei porque odeio gay*” (MOTT, CERQUEIRA, 2003).

A violência contra LGBT's foi analisada também nas documentações do Governo Federal como do *Brasil sem Homofobia de 2004*, no *Relatório sobre violência no Brasil – Ano de 2011* e no *Caderno de propostas da III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (2006). O processo de identificação dos acontecimentos de violência foi condição preliminar do trabalho etnográfico, e a partir disso

desenvolveu-se o trabalho de entrevistas com os *agentes* envolvidos: agredidos, familiares de agredidos ou de assassinados. Também compuseram os dados da pesquisa os órgãos do sistema de segurança pública, do sistema penitenciário, da justiça e os movimentos sociais organizados.

Como está explícito no corpo do trabalho, a pesquisa norteou-se por uma gama de autores que fundamentam as discussões teóricas sobre gênero e sexualidade. Todavia, são os textos de Foucault (1984, 1988) que estabeleceram pressupostos fundamentais a este campo de estudo, colocando-o em posição privilegiada nesta pesquisa. No campo metodológico teve primazia as categorias fundamentadas por Bourdieu (2005, 2007, 2011, 2014), como as noções de *reflexividade*, *poder simbólico*, *campo*, *habitus*, *agente* e *Estado*. Pontuo que a reflexividade ainda contou com a contribuição de outros autores. No aspecto de indicativo de análise social é importante os pressupostos da liberdade e autonomia marcados pela hierarquização sexual e de gênero, a exemplo da premissa de Dumont (1985) sobre a manutenção, mesmo que residual, de uma “tradicionalidade” que não reconhece os “sujeitos”.

O caráter de qualquer pesquisa acadêmica nos impõe o compromisso no campo do intelecto, no sentido de pensar o campo da pesquisa como produtor de conhecimentos novos que alimente compreensivamente a dinâmica das realidades sociais. É sabido que mesclar o militante e o acadêmico reverbera em uma série de possíveis implicações não somente quanto à legitimidade, mas também a despeito da criação de lacunas que a alma militante pode cerrar em relação aos sentidos da visão e da audição. Contudo, no decorrer do trabalho demonstro as condições sobre as quais construí esta tese, isto é, em nenhum momento a desvinculei de meus processos como *agente* de múltiplas dimensões sociais.

Dessa feita, há determinadas questões que podem fragilizar o trabalho ou até mesmo serem avaliadas e julgadas como negativas ao bom andamento de uma pesquisa de doutorado. Creio que uma delas se deu na amplitude de *agentes* que estabeleci diálogo por meio de entrevistas: *agentes de resistência* em suas vidas cotidianas, *agentes de enfrentamento* nos movimentos sociais e *agentes de Estado* em suas atribuições. Evidentemente que nem todas essas vivências estão contempladas na textualização, mesmo assim o número de *agentes* que se tornaram personagens neste trabalho é relativamente grande e isso, inevitavelmente, foi consequência do diálogo interno do pesquisador e do militante em que se pontuava: *se você está pesquisando violência contra LGBT's é seu compromisso garantir visibilidade ao maior número de segmento desse povo.*

O primeiro capítulo, inicialmente, compreende textualização que pretende construir o sentido da pesquisa, revelando resumidamente alguns condicionantes históricos que explicam a motivação deste trabalho. Posteriormente, apresenta algumas pré-suposições que justificam e norteiam conceitualmente as abordagens: a violência como fato empírico no Brasil e em Manaus; a posição da pesquisa frente à violência enquanto categoria de análise; o olhar reflexivo do fenômeno estudado; a demanda por reconhecimento desses povos; a compreensão de que os LGBT's são grupos organizacionais; e a fundamentação das formas de preconceito e lgbtfobia existentes.

Pela posição em classificar os “indivíduos” que participaram da pesquisa pela categoria *agente*, seria contraditório não atribuir o protagonismo àqueles que também são tidos como *agentes* efetivos. Dessa forma, apresentá-los possui a função de maximizar o entendimento da violência contra LGBT's, possibilitando um acompanhamento mais detido de suas vivências e dramas, em uma leitura teórica e empírica. Além disso, apresentá-los reforça o postulado de que eles são *agentes* sociais em situação de conflito, escrevendo suas trajetórias e a história da sociedade. É preciso considerar que as vozes dos *agentes sociais*, ao contribuir com este exercício – e ainda considerando as arbitrariedades do campo acadêmicos ou as debilidades do pesquisador – podem ser degeneradas ou precarizadas.

Nesse viés, passei a descrever o processo de construção da pesquisa, suas rupturas e as mudanças realizadas visando atender às novas compreensões que se obtinha no cotidiano de sua realização. Nesse contexto se impôs o desafio de fundamentar e justificar as categorias a serem utilizadas ao se analisar as práticas de violência em sua concretude. Os *agentes* foram subdivididos em: *agentes de resistência, agentes de enfrentamento e agentes de Estado*¹².

Agentes de resistência: compreende todos os agentes sociais que contribuíram com a pesquisa na condição de vítimas da violência simbólica, moral ou física em Manaus:

12 Enfatizo que os agentes desempenham múltiplos papéis e, nesse sentido, a classificação que os colocam em determinadas posições no trabalho tem a função de garantir organização e entendimento demonstrando a especificidade de cada um no interior do trabalho. Dessa forma, há casos em que um agente poderia ter contribuído do ponto de vista de um agente de resistência, enfrentamento ou de Estado. Ademais, as classificações propostas possuem semânticas específicas, a exemplo do termo agente de Estado que, neste trabalho, representa simplesmente a função de identificar as pessoas que estejam atuando nas esferas governamentais e que contribuíram com a pesquisa a partir deste ponto de vista.

I - Agentes vivos:

- 1 - *Amazonas*: lésbica, 46 anos, Zona Norte;
- 2 - *Baryshnikov*: gay, 22 anos, Zona Leste;
- 3 - *Eros*: gay, 37 anos, Zona Oeste;
- 4 - *Tulipa*: transexual/transgênero feminina, 23 anos, Zona Leste;
- 5 - *Psicodélico*: transexual/transgênero masculino gay, 27 anos, Zona Norte;
- 6 - *Anhangá*: gay, 32, Zona Leste;
- 7 - *Dionísia*: travesti, 28 anos, Zona Leste.

II - Agentes mortos:

- 1 - *Deusuite*: travesti, 26 anos, morta por apedrejamento na Zona Norte, segundo relato de sua mãe, Dona *Inocência* – Zona Norte;
- 2 - *Hefesto*: gay, 33 anos, morto por estrangulamento na Zona Leste, segundo o relato de sua mãe, Dona *Bondosa*;
- 3 - *Baco*: 36 anos, gay, morto por estrangulamento na Zona Leste, segundo o relato de seu amigo, *Agité*;
- 4 - *Sávio*: 17 anos, morto por perfuração na cabeça por “arma” tipo enxada na Zona Leste.

Agentes de enfrentamento: compreende todos os agentes que contribuíram nesta pesquisa, como: ativistas membros de associações, organizações não governamentais (ONG's), coletivos, setoriais partidários e outras formas organizacionais dos diversos segmentos LGBT congregados no Fórum LGBT Amazonas e Aliança Amazonense LGBT:

- 1 - *Dinká*: é liderança lésbica no movimento LGBT Amazonas, possui vínculo com o poder público; todavia, neste trabalho, sua participação se deu como militante social, portanto classificada como agente de enfrentamento;
- 2 - *Cronos*: liderança gay no movimento LGBT e sindical do Amazonas; pertence à setorial LGBT partidário;
- 3 - *Ajuricaba*: liderança gay no movimento LGBT Amazonas e membro de setorial LGBT partidário;

4 - *Hipócrates*¹³: liderança heterossexual do movimento LGBT Amazonas;

5 - *Hígia*: travesti, militante do movimento LGBT Amazonas e coordenadora do setor de Direitos Humanos – LGBT Amazonas;

6 - *Themis*: lésbica, militante do movimento LGBT Amazonas e coordenadora do setor de Direitos Humanos LGBT da OAB.

Agentes de Estado: abrange os agentes que desenvolvem atividades como servidores públicos em quaisquer esferas – municipal, estadual e/ou federal, quais sejam: servidores da educação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas (SEDUC); Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC); Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); Delegacia Especializadas em Homicídios; policiais militares, classificados como PM1 e PM2 (as siglas são utilizadas como forma de mitigar a exposição desses agentes, tendo em vista que as entrevistas foram realizadas sem a aquiescência de seus superiores¹⁴).

A organização dessas categorias que delimitam o espaço de interlocução entre *agentes* e pesquisador possui caráter organizativo e visou possibilitar a construção de certa tecitura que simplificou a escritura e quiçá simplifique o entendimento. A ressalva é salutar pela evidência de que essas posições não podem ser encaradas de forma estanques ou fechadas. *Dinká* é *agente* de Estado e participou desta pesquisa na posição de membro de uma associação de lésbicas. Ao mesmo tempo é representante no Fórum LGBT Amazonas na condição de *agente de enfrentamento*. *Hígia*, por sua vez, participou desta pesquisa como *agente* de enfrentamento e deu contribuição significativa para se compreender o preconceito na área profissional enfrentado pelo segmento travesti, situando-a também como *agente de resistência*.

13 Este agente de enfrentamento possui identidade heterossexual, no entanto, segundo ele, desde o início tem contribuído na construção dos LGBT's como grupo organizacional, como movimento social no estado do Amazonas. Hipócrates reflete o que mais adiante explicita a respeito das primeiras representações do estado em nível nacional, em que os agentes heterossexuais conduziam o movimento social.

14 Visando salvaguardar as identidades dos policiais militares, optei pelo uso da sigla PM (policia militar) com um número ao lado (1 e 2); todavia, os demais agentes de Estado quando aparecem textualmente citados, suas identidades reais são explicitadas, visto que após análise observou-se que não houve em suas participações nenhuma posição que lhes causassem constrangimento profissional ou social.

Outra questão pertinente refere-se às posições das teorias pós-estruturalistas e pós-identitárias que passaram a ser extremamente discutidas no campo acadêmico nos últimos anos, representada de forma vanguardista pela teoria *Queer*. O adensamento da pesquisa demonstra que a crença em identidades definidas, terminadas e sectárias seria considerada, no mínimo, como amadorismo teórico. Todavia, apropriar-se dessas perspectivas que desconstroem o gênero e a sexualidade como verdades do contemporâneo impedem a compreensão da realidade em que esses agentes estão inseridos. Primeiro que a violência é reativa ao processo de afirmação identitária, portanto, pressupõe que os processos sociais de conflito se dão no estabelecimento de diferenças divisórias, mesmo que a todo o momento essas divisões sejam quebradas e reconstruídas. Segundo, que a concepção de identidade compreendida neste trabalho de pesquisa não se pauta pelas práticas individuais, mas pela afirmação de identidade protagonizada por *agentes sociais*, portanto, como dimensão coletiva e organizacional.

Os *agentes* acima citados representam inumeráveis outros que, mesmo não aparecendo de forma direta por meio de suas expressões, contribuíram com este trabalho. Muitos participaram por meio de dados hemerográficos, textos de páginas especializadas e outros. Nos casos específicos dos homicídios, por exemplo, a morte de um pai de santo no bairro Grande Vitória a terçadadas e a ocultação do cadáver na fossa de sua residência (*A Crítica*, 1 maio 2011) ou de outro pai de santo assassinado a facadas por intolerância religiosa (*A Crítica*, 2014), foram casos que contribuíram para entender as interseccionalidades identitárias que reforçam preconceitos e tornam *agentes* mais vulneráveis a serem alvos da violência¹⁵.

O encerramento do primeiro capítulo deu-se com amostragem quantitativa dos casos de violência no Brasil e em Manaus, sob o pressuposto de que a violência, por mais trágica, mais aterrorizante que possa ser enquanto maculação dos Direitos Humanos e extermínio de muitos LGBT's, que em certa medida, represente o fim do político (ARENDRT, 2014), nesta pesquisa, para além de reconhecer esta dimensão negadora dos princípios formais, que por serem formais não oferece princípio de contradição com o real dado, compreende-se que o aumento dos registros de violência reflete a afirmação

15 Os casos citados acima poderiam ter composto o elenco de histórias sobre violência em Manaus, aglutinando a interseccionalidade de maneira muito concreta. Todavia, há muitos crimes registrados contra LGBT's em Manaus que o trabalho de se estabelecer algum contato com esses dados torna-se praticamente impossível. Várias são as causas, como não possuir parentes na cidade, morar alugado ou quando não se encontram referência de parentes ou amigos. Ainda, não encontrar agentes que em que se possa falar sobre o assunto, comum quando o crime envolve o chamado "acerto de contas" pelo tráfico, dentre outros.

identitária dos LGBT's por meio de processos de resistência e enfrentamento e de instauração de políticas afirmativas para estes povos. Em outro sentido, o campo indicou que violência e mobilização caminham juntos, ou seja, a violência pode ser enxergada como dispositivo mobilizador e organizador neste momento da história.

O segundo capítulo discorre sobre as categorias de violência postuladas por esta pesquisa: a simbólica, a moral e a física. A violência simbólica encontra-se fundamentada na perspectiva de Bourdieu, representada pelas formas dominantes de heteronormatividade/cis que impõem aos LGBT's, por vezes, a adaptação de muitos padrões socialmente aceitos (ou pelo menos mais facilmente aceitos), condições de negação absoluta das identidades sexuais e/ou de gênero ou as negações parciais de pessoas que se afirmam em determinados lugares e em outros se mantêm dentro do *armário*.

A violência moral é reconhecida como a que decorre no momento em que os LGBT's, frente às forças de dominação simbólica heteronormativa/cis, afirmam suas identidades de sexualidade e/ou de gênero. A afirmação torna-se prática de resistência diante das agressões verbais e das diversas formas de exclusão. A violência física está classificada em duas modalidades: a primeira está circunscrita a várias formas de agressões físicas – espancamentos, tentativas de homicídio, enquanto a segunda abrange as práticas de violência que culminaram em homicídios.

O intenso relato de *agentes de resistência* que expuseram experiências de discriminação marcadas por violência simbólica e moral dentro do contexto familiar indicou que seria salutar a classificação distintiva. Assim, busquei organizá-las em duas modalidades: violência privada – entendida como aquela que decorre de contextos familiares, e violência pública – que diz respeito as que ocorrem em contextos institucionais não familiares (escola, igreja, trabalho e outros). No corpo textual dessa seção surge de forma mais contundente a *interseccionalidade* como condição de compreensão das várias modalidades de violência.

A continuidade do trabalho se deu como desenvolvimento de reflexão histórica e compreensiva de duas categorias fundamentais deste exercício: a violência e a lgbtfobia. A violência foi apresentada como princípio importante por diversos autores. A preocupação em realizar tais distinções se encontra no objetivo de demonstrar abertamente o caráter da violência como elemento revolucionário positivo no mesmo sentido que Fanon (1997) em seu livro *Os condenados da Terra*, ou ainda, com os métodos de Marx, Engels, Sorel e Lênin. Posteriormente, estabeleço diálogo com os princípios da violência postulados

por Arendt (2014), que a classifica como prática eliminadora da política e, portanto, nociva. A pesquisa extraiu desse diálogo a síntese que postula que, *em si*, a violência elimina qualquer possibilidade política por seu caráter de “irracionalidade”. Todavia, no contexto específico do estudo da violência contra LGBT’s, estes atos apolíticos ou pré-políticos possuem a função de dispositivo de mobilização dos *agentes de enfrentamento e de Estado*, por mais que deste último não se possa generalizar. Portanto, num *para si*, a violência tem cumprido o papel de fundamentar os discursos e mobilizar para a luta contra as inúmeras formas de discriminação.

A categoria *lgbtfobia* surge no contexto da dinâmica conceitual que o meio acadêmico e organizacional possui. Os primeiros escritos que compõem esta pesquisa estavam pautados na tese da “homofobia”; na sequência, tornou-se usual o termo “homotransfobia” como forma de dar conta das travestilidades e transexualidades. Todavia, este pareceu não ter a força de abrangência que se ensajou e, ultimamente, a categoria *lgbtfobia* tem se constituído senso comum dentro do repertório acadêmico e político sobre LGBT. Nesta etapa do trabalho demos primazia aos desafios de demonstrar conceitualmente e empiricamente a plausibilidade do uso desta categoria como condição basilar deste edifício.

O caráter de trabalho antropológico, portanto, pautado nas descrições etnográficas das violências que atingem LGBT’s concretamente na cidade de Manaus é amparado pelo desafio de se configurar como antropologia dos conflitos e do direito. Na medida em que se expõem as vertentes organizadas do poder político vigente no contexto estadunidense – neoconservadores, neoliberais, populistas autoritários e a nova classe média –, traduzidas para o contexto brasileiro como *patrimonialistas, punitivistas e religiosos*, extrai-se que a reorganização desses grupos se dá em ambiente reativo a ações de *agentes de resistência, enfrentamento e de Estado*, como dimensão promotora de *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*. As três categorias adotadas foram resultado da leitura da análise sociológica de Michel Apple (apud RODRIGUES, 2004) adaptada à realidade do Congresso Nacional Brasileiro e exposto em palestra da deputada federal do Partido dos Trabalhadores (PT), Erika Kokay, na Conferência de Direitos Humanos LGBT 2016.

Dessa forma, ao defender a agência social e política dos LGBT’s, o protagonismo neste segundo capítulo concentrou-se nos diversos *agentes de resistência*, a saber, *Baryshnikov, Eros, Anhangá, Tulipa, Amazonas, Psicodélico, Dionísia, Baco, Hefesto, Deusuite e Sávio*. Agentes que no decorrer do trabalho etnográfico relataram as diversas formas de como a violência pode atingir

LGBT's em Manaus. De acordo com as referências postas acima, a seleção desses agentes considerou o foco do trabalho da diversidade dos LGBT's. O respeito à diversidade destes povos em alguns aspectos pode amparar acusações de superficialidade, todavia, também pode ser enxergada como trabalho que buscou considerar a diversidade, que no sentido político são amálgamas sociais. O trabalho refletiu as dores destes como processos únicos, mas que na prática são processos sociais – a violência. Esta se faz presente de forma indistinta e quase de generalizada na existência deste coletivo de diversidades.

Visando garantir cognoscibilidade, o trabalho aponta para algumas posições teóricas como é o caso da adoção do termo *agente* e a *noção de identidade LGBT* como constructo, todavia pondera os postulados pós-estruturalistas que tornam esta categoria fluida ou líquida. Nesta pesquisa as identidades possuem aspectos da concretude corpórea, possuidora de certa estabilidade, na qual ainda se luta pelo direito de se ter uma identidade. Já a noção de *habitus* de Bourdieu contribuiu para se pensar essa dinâmica das identidades construídas socialmente, bem como das formas de preconceitos e violências como elementos também construídos e, portanto, abertos a transformações.

A partir disso, o texto buscou traduzir a polifonia dos *agentes* que fizeram parte desta construção de forma muito direta ao contarem suas experiências como vítimas de violência. O capítulo foi organizado de maneira que pudesse refletir as três modalidades de violência sofrida pelo LGBT's – *a simbólica*, comum a todos que compõem estes povos pelo simples fato de nascerem em uma sociedade heteronormativa/cis; *a moral* – quando eles passam a ser, de alguma forma, violentados por discursos preconceituosos, por agressões verbais e por práticas de privação na família, na escola e no trabalho. Exclusão, inclusive, do direito a salvação praticada nas igrejas cristãs. *Violência física* – agressões e homicídios tão cotidianos e naturalizados em Manaus. Além disso, apresento duas categorias discricionais da violência na cidade de Manaus: a violência praticada na convivência familiar, *violência privada*, e a violência praticada nas demais instituições, *violência pública*. Esta classificação foi realizada por observar que esta distinção ajudou a refletir e a compreender de forma mais profunda o fenômeno da violência dentro deste estudo.

O capítulo tem seu desfecho com breve seção na qual se reflete algumas percepções de práticas policiais e de justiça sob o postulado de Foucault, tomando-se como base a sociedade *disciplinar*, em outras palavras, de que as práticas disciplinares de *agentes de Estado* ligados à segurança pública e à justiça criminal são marcadas pela antinomia em relação às legislações vigentes e em consonância com a tradição androcêntrica e lgbtfóbica brasileira.

O terceiro capítulo intitulado *Desafios identitários, organizacionais e sociopolíticos dos LGBT's* incorpora a dimensão que visibiliza os *agentes de enfrentamento e os de Estado* como membros de instituições organizacionais compostas por movimento social e instituições de Estado nas esferas municipais, estaduais e federal, e nos poderes legislativo, executivo e judiciário. A primeira seção teve como objetivo desenvolver reflexão sobre os desafios da identidade sexual e de gênero no Brasil a partir de incursão aos índios *Guayaki* por meio do texto *o Arco e o cesto* na obra *A sociedade contra o Estado*, de Clastres (2012). Esta análise comparativa buscou encontrar elementos que fundamentassem algumas prenoções sobre esta modalidade de identidade entre povos primitivos e sobre a sociedade atual. Este trabalho havia sido realizado por Fry e MacRae (1985) no texto *O que é homossexualidade?*

A discussão sobre os desafios identitários dos LGBT's, mesmo após a criação da premissa das identidades como coletividade e organicidade no período contemporâneo, em grande medida continua a ter restrições de afirmação plena de suas identidades de gênero e sexualidade, fazendo da *Epistemologia do armário* texto importante para a reflexão da temática. Isso significa que afirmar-se integralmente permanece um desafio e que o *armário gay*, por sua vez, também se configura como local de proteção.

O processo que tem produzido nas últimas décadas movimento antagônico ao *armário* e empreendido a luta afirmativa por direitos se deu na formatação do princípio coletivo de identidade. O princípio em questão foi desenvolvido a partir do momento em que os *povos* em discussão passaram a se constituir como organizações sociais. A construção de narrativas históricas sobre o princípio e seu desenvolvimento possibilita entender as identidades LGBT's, as posições que ocupam e os direitos que pleiteiam. Nesse sentido, o capítulo apresenta um recorte de cunho sócio-histórico do processo de desenvolvimento das organizações dos movimentos LGBT's no Amazonas a partir do olhar e da memória dos próprios *agentes de enfrentamento*. Dessa feita, minha inserção no movimento LGBT, em especial no Fórum, possibilitou a construção etnográfica dos processos vivenciados por estes coletivos e ainda me deu a possibilidade de compreender a sua constituição histórica.

Concretamente, a pesquisa foi realizada no Fórum LGBT Amazonas e na Aliança Amazonense LGBT, ponto de encontro, interação e aprendizado sobre os diversos segmentos organizados e seus processos de luta. Penso ser importante esclarecer que mesmo que a Aliança tenha sido fundada 2011, no período de desenvolvimento do trabalho de campo, ela ainda não possuía uma agenda de reuniões, sendo que o Fórum, naquele período, havia aglutinado

quase que a totalidade dos coletivos dos segmentos LGBT's de Manaus. Em reunião ordinária do Fórum realizada em 2013, *Hipócrates*, representante de determinada ONG, solicita o ingresso da referida Associação no Fórum, pedido que foi aprovado pelos membros na reunião. Nesse contexto organizacional, somente a Associação da Parada Orgulho LGBT (APO-LGBT) não fazia parte da composição do Fórum. Em 2015 houve uma nova clivagem em sua composição motivado por um “racha”, em 2014, entre membros petistas que divergiam acerca do apoio a duas candidaturas ao governo amazonense. Nesse período a Aliança voltou a ser ativada e passou a realizar algumas reuniões com líderes evadidos do Fórum. Ao todo, pelo que fui informado, duas reuniões foram realizadas sem contar com minha participação. De todo modo, a Aliança se fez importante, na pesquisa, por ter possibilitado a entrevistado de três de seus membros.

Assim, por meio de *agentes de enfrentamento* que se encontram atualmente na Aliança e no Fórum produzi um recorte etnográfico sobre o processo organizacional, pautado por conquistas, derrotas, impasses, clivagens e retrocessos.

Este capítulo textualizou outra face da luta e do conflito assumido pelos *agentes de enfrentamento* que se encontram no campo político, no confronto e negociação com os aparatos de governo e/ou Estado, orientado pelo texto de Bourdieu (2014) *Sobre o Estado*. A descrição etnográfica se deu por meio de entrevistas com *agentes de Estado* e consultas a documentos e legislações. A etnografia demonstra a complexidade dos conflitos internos, pois não são os *agentes* que coordenam as políticas públicas em direitos humanos que impedem o avanço da pauta LGBT. Os governos são compostos de forças heterogêneas e *risomáticas* e que colocam os *agentes* e setores em condição de conflito dentro dos governos, produzindo, por vezes, apenas embuste político-governamental. Quanto ao poder legislativo, há uma decantação que permite se vislumbrar as forças minoritárias que possuem projeto de redistribuição, de reconhecimento e de forças majoritárias que representam o patrimônio, os dogmas religiosos e o controle punitivo.

Dessa forma, o capítulo traz uma visão panorâmica das ações administrativas do executivo municipal e estadual circunscrito à ausência de políticas públicas locais para LGBT's, sendo que a etnografia comparou a ação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH) com a premissa aristotélica de que “*uma andorinha só não faz verão*”. As ações e a participação da referida pasta em reuniões com o movimento social LGBT se deram a partir da sensibilidade individual com a causa e não com a promoção

de política concreta por parte da secretaria. Quanto à “Política Estadual de Direitos Humanos LGBT”¹⁶, descrevi reflexivamente as ações que o Governo do Amazonas tem empreendido visando ao atendimento das demandas dos *movimentos sociais* da “população LGBT”. O questionamento que norteou a dissertação dessa seção objetivou analisar em que medida o estado do Amazonas desenvolve política voltada para LGBT’s ou se estamos frente a uma espécie de “cala-boca” ao movimento social do Governo Federal¹⁷. Ficou explícito com a *Corrida do Arco-íris*, realizada em momento pré-copa do mundo, de que estávamos frente a uma ação para “*inglês ver*”. O executivo federal teve espaço privilegiado na medida em que as políticas que os LGBT’s possuem foram empreendidas de forma sistêmica pelo programa do governo Lula “*Brasil sem Homofobia*”¹⁸.

O capítulo ainda pôs em reflexão a ausência de ações parlamentares voltadas para os LGBT’s. Analisou-se que nas esferas da Câmara Municipal de Manaus e da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas não se evidencia ações que sejam norteadas pelo princípio da inclusão ou do reconhecimento destes *povos*. Os parlamentares do Amazonas e de Manaus em sua maioria são conservadores no campo da moralidade. No Congresso Nacional, o texto demonstra o intento de poucos parlamentares, deputadas especialmente, que no decorrer das últimas décadas tentaram introduzir legislações que consideravam as necessidades deste *povo*, a exemplo dos Projetos de Lei Nº 1.151/1995, PL Nº 612/2011, PL Nº 122/2006, PL Nº 5.002/2013 e o PL Nº 7.582/2014. Todavia, sem exceção, estes projetos têm sido freados pela maioria contrária ao reconhecimento dos direitos que lhes cabem.

O capítulo conclui com breve exposição sobre o campo jurídico ao demonstrar a atuação das cortes superiores – STF e STJ – frente às provocações impetradas por meio de ações que deixavam em evidência situações de clara afronta ao princípio da isonomia jurídica. Disso resulta que Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, tornou legítima e reconhecida a relação homoafetiva¹⁹, atribuindo vários direitos aos casais LGBT’s Brasil afora. Em Manaus, a interpretação do Supremo tem legitimado a realização dos casamentos coletivos LGBT/heterossexual desde 2014 promovidos pela OAB/AM. Portanto, o capítulo discute e reflete a dialética entre pautas, conquistas

16 O uso de aspas representa o questionamento sobre a existência de uma política de direitos humanos LGBT.

17 Governo anterior ao de Michel Temer.

18 Não se pode deixar de esclarecer que no momento em que elaboro a revisão final desta tese, as políticas de Direitos Humanos estão sofrendo um desmonte realizado pelo governo golpista de Michel Temer.

19 Termo adotado pelo poder judiciário.

e a dimensão dos conflitos sociais recrudescidos singularmente nos últimos anos.

O capítulo IV, intitulado “*Da violência lgbtfóbica: instauração do mal e do conflito territorial dos campos da moral e do direito*”, foi escrito em consonância com as reflexões desenvolvidas no capítulo anterior em que se expôs os desafios organizacionais e a dinâmica das atuações governamentais, parlamentares e de justiça a respeito das reivindicações dos povos LGBT. A premissa desse trabalho de pesquisa de que a violência se constitui como dispositivo de mobilização possui caráter dialético à medida que se evidencia que o fenômeno da violência contra LGBT’s se tornou visível a partir da própria organicidade desses povos. Esta categoria tem cumprido o papel de força motriz no engajamento desta causa. Para demonstrar a validade desta hipótese, o capítulo deu visibilidade ao Caderno de Resumo (BRASIL, 2016) intitulado *Relatório Final – 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, de junho de 2016.

O texto apresentou 23 propostas para combater todas as formas de violência contra LGBT’s. Além de demonstrar a força dessa categoria para o *movimento social* e para todos aqueles que são comprometidos com os Direitos Humanos, o resultado da conferência constitui-se o marcador de uma posição política que tem promovido assimetricamente o levante conservador no país, constituindo-se como conflito social. Nesta perspectiva, a contribuição de Scott (2004) sobre as formas de resistência dos dominados contribuiu para verificar de que forma o processo de resistência se faz historicamente e como na atualidade, de forma mais intensa e consciente, essas identidades produzem ação e o sentido da resistência em manterem-se fora do *armário*.

A dimensão do conflito está marcada por duas posições antagônicas, em que temos os *agentes de resistência e de enfrentamento* na defesa do direito de existir e de ter acesso à plena cidadania e de outro a posição conservadora que estigmatiza os LGBT’s como pessoas dotadas de um mal, inviabilizando o *reconhecimento*, produzindo e/ou legitimando práticas de violência. A concepção de bem e de mal, da ação boa e da ação ruim, é pensada de forma mais abrangente pelo texto de Arendt (1999) “*Eichmann em Jerusalém*”, em que a análise do processo de avanço nazista na Alemanha e o discurso de defesa de *Eichmann* possibilitam um excelente arcabouço reflexivo sobre o preconceito e as ações violentas contra LGBT’s. Ao encontro dessa reflexão, Foucault (1984), em “*História da sexualidade: o uso dos prazeres*”, expressa os processos que levaram a sexualidade ao topo daquilo que representa o mal.

O retorno ao campo da pesquisa desenvolvida no mestrado no PPGSCA

tornou-se inevitável. Afinal, o padrão de normalidade e de anormalidade é legitimado de forma sistemática pelas forças mais conservadoras da sociedade brasileira por meio de hermenêuticas bíblicas. Além disso, a reação contra LGBT's não se dá de forma difusa, desorganizada e/ou espontânea, muito pelo contrário, são forças organizadas que têm agido de maneira articulada a outros matizes de conservadorismo. Assim, o quarto capítulo trouxe breve apresentação e reflexão sobre as vanguardas conservadoras cristãs aglutinadas em movimentos pentecostais e neopentecostais, católicos e evangélicos.

PRESSUPOSTOS ESTRURADORES DO ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA LGBT's EM MANAUS

Os processos de afirmação de identidades LGBT que se configuram como possibilidade de expressão da variedade de orientações sexuais e de identidade de gênero¹ têm se deparado diante de contrafluxos sociais que procuram restabelecer determinada ordem heterossexista/cis. As demandas por igualdade de *status* empreendida pelos agentes LGBT no Brasil e no mundo trouxeram para a centralidade das discussões e das lutas a questão da violência. Mesmo se tratando de prática bastante comum nas compilações de história da sexualidade, pode-se afirmar que somente a partir da década de 1960 podemos atribuir identidade (FOUCAULT 1984, 1988; NAPHS, 2006) e *status* de agentes de luta política.

Por seu caráter de conflito social e político este estudo sobre violência contra LGBT em Manaus, além de não poder ser realizado à revelia das organizações sociais, exige que se pontue que a própria “natureza” genealógica do estudo em pauta possui um pé no acadêmico e outro nas vivências concretas como militante social. Assim, este trabalho não se configura apenas um reflexo do movimento social LGBT, de forma que que isso tornaria o trabalho ilegítimo academicamente. Como pesquisa, privilegia a reflexividade, a compreensão teórica e a produção crítica da realidade, pontuando uma posição política clara. No entanto, possui a necessária isenção para realizar críticas e contribuir academicamente com os processos sociais sobre os quais se debruçou.

Acrescenta-se que essa compilação possui relação com a trajetória percorrida no campo educacional, na docência e na pesquisa, assim como se constitui como interface de minha inserção sociopolítica por meio de movimentos sociais e partidários. A minha performance de atuação social

1 “Orientação sexual: refere-se à capacidade de cada pessoa experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduo de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Identidade de gênero: entende-se como experiência interna, individual e profundamente sentida que todas as pessoas têm em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído ao nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outra expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismo” (INDO-NÉSIA, 2006, p. 9).

é tributária em termos genealógicos às Comunidades Eclesiais de Base do Oeste Paraense (CEBs) e, posteriormente, como estudante da PUC – MG. Ao longo do tempo fui agregando experiências à medida que novos desafios foram surgindo, a exemplo do período em que compus a direção do Sindicato Nacional dos Servidores em Educação Federal – Seção Manaus, em 2012 e 2013 (SINASEFE/AM), representando o IFAM/CMZL – Campus Manaus Zona Leste. Neste período já atuava como discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

A contextualização se faz necessária porque que este trabalho só ganha sentido e cognoscibilidade no reconhecimento da relevância do surgimento dos movimentos sociais de defesa dos Direitos Humanos LGBT. Dialeticamente, o *movimento social* LGBT é tido como o ente constituidor da visibilidade e da luta que partejou a problemática da ausência de igualdade de *status* entre LGBT's e heterossexuais/cis. Assim, mesmo que se dê o legítimo reconhecimento do protagonismo dessa agenda no campo acadêmico da pesquisa e do ensino, e atualmente tenhamos uma efervescência social, temos que retornar à *Stonewall*².

Nesta pesquisa, os dramas e tragédias causados pela violência são interpretados como *dispositivo* de acionamento de luta e de políticas públicas voltadas para os LGBT's, isto é, que a violência na atualidade se tornou a síntese que baliza, em grande medida, as ações dos *agentes sociais* e dos *agentes de Estado*. Teoricamente, proporciona reconhecer parcialmente a premissa de Arendt (2014) sobre o significado da violência como a morte do político, mas potencializa a crítica no sentido da percepção de que a violência, até por

2 “Nos EUA da década de 60, a homossexualidade ainda era considerada desordem mental pela Associação Psiquiátrica Americana, e inclusive crime passível de pena de 20 anos à prisão perpétua em quase todos os estados americanos (exceto em Illinois). A cidade de Nova York, com a maior “população” LGBT da época, tinha também as mais rígidas leis contra sodomia do país, havendo criado até mesmo esquadrões do vício para fazer batidas nos bares homossexuais e prender seus clientes. Chegavam a infiltrar policiais disfarçados em ambientes públicos de pegação com a finalidade de identificar e prender gays, como o bar *Stonewall Inn*, precário de higiene e que oferecia drinks adulterados a preços astronômicos. Apesar disso, constituía-se em um dos poucos locais onde pessoas LGBT podiam se socializar, beber, dançar e ser homossexuais. Como de praxe, as batidas policiais eram recorrentes, mas terminavam de forma relativamente pacífica: a polícia prendia algumas pessoas, o bar fechava por algumas horas, para depois abrir novamente. Na noite do dia 28 de junho de 1969, contudo, algo diferente ocorreu: os usuários do *Stonewall Inn* resistiram à prisão e a polícia perdeu o controle da batida. Uma multidão se reuniu na rua, na frente do bar, encurralando a polícia dentro dele. A tropa de choque foi convocada, e o cenário virou uma praça de guerra, com confrontos violentos que duraram por seis dias”. (28 DE JUNHO: a revolta de Stonewall que lançou um movimento. [S.l.], 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2014/06/28-de-junho-revolta-de-stonewall-que.html>>. Acesso em: 2015).

seu aspecto danoso, cruel, comovente e trágico, tem embasado processos mobilizadores, que recuperam a política de identidade em parceria com a política de classe.

Dessa forma, o trabalho de campo inicia-se com minha inserção no Fórum LGBT Amazonas, espaço que naquele momento congregava os segmentos e coletivos organizacionais dos LGBT's no Amazonas. É patente que esta pesquisa pressupôs a inseparabilidade do campo acadêmico em contraposição ao campo dos processos sociais, por mais que a esfera de ação do campo teórico tenha como papel essencial o exercício da crítica. Nesse caso, como assumido claramente, tem-se neste contexto a compreensão da relevância de reconhecer e dar visibilidade aos processos de complementariedade entre os diversos campos hermeticamente entrelaçados – o acadêmico, o social e o governamental.

A condição de pesquisador *gay* e afetado pela violência nem de longe permitiu a tentativa de algum distanciamento durkheimiano entre o pesquisador, os agentes e o objeto da pesquisa. Em 2015, no momento em que se deu determinada clivagem no Fórum, reativando a Aliança Amazonense LGBT fundada em 2011, fui convidado a compor a Aliança como representante de uma organização nacional de LGBT's. O convite feito em reunião dentro da sede do PT com os dissidentes do Fórum exigiu capacidade mediadora e estratégica: recorri ao discurso do distanciamento científico para justificar que não poderia compor coordenação nenhuma e mesmo assim garantir que poderia continuar a frequentar as reuniões das duas agremiações. Caso eu assumisse qualquer cargo ou função no interior da Aliança, comprometeria minha pesquisa dentro do Fórum. As dicotomias superadas na ciência pelo menos se mostrou importante naquele momento.

A preocupação acadêmica com a alteridade torna-se patente no curso de especialização realizada por meio da Universidade Cândido Mendes (UCAM), em que desenvolvi pesquisa sobre as múltiplas relações dos discentes da Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAFM), ganhou fôlego teórico no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCAS-UFAM) em pesquisa intitulada "*O processo de resignificação na prática religiosa pentecostal e neopentecostal: um estudo sócio religioso no contexto da Zona Leste da Cidade de Manaus*" em 2007. Minha incursão no campo propriamente antropológico se deu como aluno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da PPGAS-UFAM em 2011. Naquele momento, o intuito era desenvolver estudo sobre os limites fronteiriços entre o religioso, representado pela ação evangélica nas noites da Zona Leste de

Manaus, e o profano, retratado pelos frequentadores dos bares, bregas, forrós, estripes da região, considerando, evidentemente, os pressupostos da não essencialização desses grupos, haja vista que o estudo de mestrado demonstrou o caráter dinâmico e fluido das categorias êmicas “sair do mundo” e “voltar para o mundo”.

O caminho percorrido no PPGAS, marcado pelo aprofundamento teórico no campo antropológico, apontou duas percepções teóricas e subjetivas. A primeira circunscreve-se na compreensão de que este “combate ao mal”, empreendido pelos segmentos cristãos, tem nos LGBT’s um foco legitimado moralmente, especialmente com o avanço organizacional e reivindicatório por reconhecimento e proteção jurídica: união civil, adoção de nome social, direito de sucessão, adoção de crianças e combate às várias modalidades de lgbtfobia. Esse enfrentamento parece ter colocado os LGBT’s como alvo privilegiado de algo que deve ser negado e combatido por grande parte dos segmentos pentecostais e neopentecostais. Dentro desse contexto, não se pode escamotear o fato de a cidade de Manaus ocupar rotineiramente as primeiras colocações nas estatísticas de crimes lgbtfóbicos, especialmente homicídios.

Entretanto, a questão aqui não é de relacionar de forma direta o avanço dos empreendimentos religiosos no campo da moral e do direito³ em Manaus ao expressivo índice de violência lgbtfóbica na cidade⁴, mas de considerar que o contexto em que se configuram estas “relações de violência” possui complexidade extrema, ainda mais se considerarmos que o campo religioso se configura como importante reprodutor e disseminador de ideias que contribuem no processo de “naturalização” ou até mesmo de uma legitimação de um tipo de “justiça popular” que poderia refletir a instauração daquilo que se considera como justiça divina. Neste sentido, de antemão pontuo como a temática da sexualidade e do gênero ganharam centralidade. Outro aspecto que considero importante nessa trajetória se encontra no desafio das “construções etnográficas”: a violência contra LGBT descrita só pode ser compreendida por meio da dimensão política de análise, ou seja, a tarefa exige considerar o papel do *movimento LGBT* no Brasil e em Manaus e a função desempenhada por grupos mais vinculados ao essencialismo conservador e homogeneizador hétero/cis. Esse levantamento só foi possível a partir de minha inserção nas organizações sociais LGBT’s no intento de compreender as modalidades organizativas, as bandeiras de lutas, suas estratégias e desafios internos.

3 O uso do termo “direito” será utilizado sempre como sinônimo do campo legislativo, considerando que é neste espaço que se produz as leis que balizam a vida social. Portanto, direito, neste trabalho, não se confunde com poder judiciários, sistema de justiça e outros.

4 Este capítulo aponta estes dados ao seu final.

A segunda frente se deu na busca de interagir com as *agências de Estado* em busca de compreender o ordenamento das ações ou ausência delas nas esferas de poder. Fechando o tripé, lancei-me ao encontro de *agentes* que residem em Manaus e que sentiram na alma – ou na carne – a força do preconceito por meio de atos de violência. O objetivo da pesquisa tornou-se claro teoricamente a partir do momento em que se consolidou o projeto de pesquisa: compreender a dinâmica processual da violência e produzir uma síntese antropológica reflexiva que pudesse dar visibilidade aos processos de resistência e de enfrentamento protagonizados pelas pessoas objeto deste estudo. No decorrer desta pesquisa, a prática do encontro com o outro exigiu primoroso esforço de construção de confiabilidade, de controle emocional, sem esconder sensibilidade às dores expostas e respeito por experiências dolorosas em que o silêncio pode, frente ao pesquisador, representar um grito.

No decorrer da pesquisa antropológica, o pesquisador buscou maior aproximação possível daqueles que contribuíram diretamente com a execução do trabalho. Ao realizar as entrevistas, eu possuía certo arcabouço teórico que me ajudou na construção das trocas de informação; as entrevistas foram sempre precedidas de uma espécie de pré-entrevistas; eu me reconhecia como *agente* inserido neste segmento social marcado por formas de exclusão, discriminação e agressão física. Mesmo assim, desenvolver concretamente o trabalho de campo foi difícil e desafiante, por vezes, angustiante. Em situações específicas em que criei a expectativa de ouvir (às vezes até de forma petulante e interesseira de minha parte) relatos de determinadas situações de violência, alguns simplesmente silenciavam, negavam ou amenizavam. Esse processo me fez aprender que o mais importante para o trabalho não seria a busca de segredos que não se pode contar, mas sim de fortalecer o caráter e o compromisso ético, político e epistemológico do pesquisador junto aos *agentes*.

O dilema da autoridade do trabalho etnográfico é exposto por Clifford (2002 p. 20) quando afirma que “[...] o desenvolvimento da ciência etnográfica não pode ser compreendido em separado de um debate político-epistemológico sobre escrita e a representação da alteridade”, considerando que para ele, estamos tratando de uma experiência incontável. Dessa forma, como legitimá-la? Dessa feita, o encontro entre pesquisador e agentes sociais é sempre caótico.

Neste contexto, passei por outros processos de construção de consciência dos limites pessoais de realizar etnografia que buscasse ir às entranhas mais profundas dos agentes que participaram da pesquisa, mesmo quando tivessem “segredos inconfessáveis”⁵, todavia importantes, para o estudo. Tal

5 Paradoxo proposital em que demonstro o quanto a pesquisa teria maior profundidade caso

catarse me demoveu de algumas pretensões que almejava, como a de realizar etnografia com grupos pentecostais visando dialogar com o avanço das forças conservadoras autoritárias frente ao movimento LGBT. Percebi que minha posição em si já me deixaria em condição bem complexa quando à possibilidade de um olhar analítico. Assim, as discussões que envolveram os movimentos religiosos pentecostais e neopentecostais ficaram atreladas a alguns estudos realizados por outros pesquisadores, em minha dissertação de mestrado realizada PPGSCA, e em outros artigos, como o apresentado no REA – ABANNE 2013 em Fortaleza: *Homofobia pentecostal e seus reflexos entre homossexuais na cidade de Manaus*. O estudo ressignificado no decorrer da pesquisa abraçou, de forma específica, campo do preconceito de gênero e de sexualidade produtoras de violência *simbólica, moral e física* que em muitas situações têm como desfecho os homicídios.

Considerando o processo de mudanças e aprendizagens nesta trajetória que resultou nesse trabalho, guinadas que culminou numa pesquisa que aprimorou e estabeleceu foco salutar para o pesquisador, para os agentes e para a síntese da epistemologia e política, este texto representa mais uma contribuição à visibilidade teórica e política da situação lacunar de Direitos Humanos vivenciados pelos LGBT's demarcados por práticas discriminadoras, excludentes e por crimes que atentam contra a integridade física e, por vezes, até mesmo pela interrupção existencial dessas pessoas.

1.1 A demanda por reconhecimento e a geração de conflito

A temática da violência contra LGBT's possui como pano de fundo a questão da alteridade e da diversidade, baseada em discussões sobre a premência do reconhecimento (TAYLOR, 1994; FRASER, 2007), sendo a questão tributária da própria demanda por concreta afirmação identitária decorrida no XX. Assim, o conceito de *redistribuição*, que possuía monopólio reflexivo no campo das ciências sociais clássicas, teve com o aparecimento das demandas pelo reconhecimento a necessidade de recomposição teórica e política. A inserção do conceito de “homofobia” e/ou de “homotransfobia” (e atualmente de *lgbtfobia*) aparece, nesse contexto, no momento em que identidades “homossexuais”⁶ passam a se afirmar e, primordialmente, passam as entrevistas pudessem revelar o mal dito ou o não dito. Possivelmente algumas barreiras poderiam ser transpostas caso fosse um estudo de caso, onde o pesquisador pudesse acompanhar uma situação específica por longo período de tempo.

6 O termo homossexualidade ou homossexual será posto entre aspas quando estiver no sentido de LGBT por conta de pressupostos históricos ou por necessidade de uso literal de textos escri-

a se recompor como formas organizacionais, identidades étnicas coletivas de cunho político, que ao estabelecerem relações de troca e complementariedade, produzem a *autoatribuição e a atribuição por outros* (BARTH, 2000, p. 32).

Nesse sentido, produzem verdadeiras fronteiras sociais em que é possível observar incorporações por parte das formas dominantes de sexualidade e de gênero. Todavia, por se tratar de formas que emergem na luta de acionar e acessar direitos sociais, culturais e políticos, produzem também verdadeiro processo de conflito *interétnico*⁷. A gênese do *movimento* de afirmação “homossexual” se dá em contexto estadunidense na década de sessenta, e decorre daí a nomenclatura *movimento gay*, termo adotado de forma universalmente posteriormente. Fraser parece expor o desafio desta pesquisa ao contextualizar a dicotomia entre redistribuição e reconhecimento:

No presente, infelizmente, as relações entre os dois campos estão bastante tensas. Em muitos casos, as lutas por reconhecimento estão dissociadas das lutas por redistribuição. Dentro de movimentos sociais como o feminismo, por exemplo, tendências ativistas que encaram a redistribuição como um remédio para a dominação masculina estão cada vez mais dissociadas das tendências que olham para o reconhecimento da diferença de gênero. E o mesmo parece ser verdade na esfera intelectual. Na academia, para continuar com o feminismo, acadêmica(o)s que entendem gênero como uma relação social mantém uma difícil coexistência com aquela(e)s que o constroem como uma identidade ou um código cultural. Essa situação exemplifica um fenômeno mais amplo: a difundida separação entre a política cultural e a política social, a política da diferença e a política da igualdade. (FRASER, 2007, p. 102).

O trabalho de campo apontou que a realidade dramática de muitos LGBT’s encontra-se em relação direta e dialógica entre os campos das relações sociais e dos desafios identitários. Isso representou para este trabalho a necessidade de conciliar os aspectos sociais típicos das demandas por redistribuição, observando que casos de preconceito e a violência – pelo menos a física – são mais evidentes entre aqueles pertencentes à classe trabalhadora mais empobrecida. A maioria dos agentes sociais que contribuíram com estes em momentos em que este termo era considerado consenso. Regina Facchini reflete sobre as constantes transformações dos termos e siglas dentro do movimento LGBT no Brasil. ⁷ É verificável a intensa troca cultural entre LGBT’s e heterossexuais/cis, sendo a linguagem um exemplo evidente de demarcação identitária. Muitas expressões que antes poderiam ser classificadas como de gueto são amplamente utilizadas em nível macrosocial. Todavia, quando se considera esta “população” enquanto reclamante de igualdade de *status*, surge uma força antagonica, de forma a conter o processo. O termo “conflito interétnico” aparece aqui como sinônimo de conflito territorial dos campos moral e do direito.

pesquisa são LGBT's pobres, alguns podem ser conceituados, de acordo com Marx, como *lumpemproletários*, como é o caso de *Deusuíte*.

A luta pelos direitos sociais dos LGBT's encontra-se no bojo das discussões teóricas sobre identidade. Paradoxalmente, enquanto no campo político recrudescia a luta exigindo tratamento paritário e o fim dos preconceitos, no campo teórico o aparecimento da teoria *Queer* apontava para o redimensionamento do conceito de identidade, pois iniciava-se a percepção intelectual de que as identidades étnicas possuíam elevado teor de mobilidade, trocas fronteiriças e que, portanto, pensar gênero e sexualidade deveria superar quaisquer modos essencialistas. A teoria *Queer* concebe que todas as formas de sexualidade são precárias, inclusive a heteronormativa - cis. A desconstrução proposta pela teoria *Queer* concentra-se no caráter de que todas as formas sexuais são dinâmicas, excêntricas, esquisitas, portanto, apenas construções sociais.

Observa-se que no momento em que se propõe estudar a violência sofrida pelos LGBT's, inserido em um leque bastante amplo de estudos de gênero e sexualidade, demonstra-se o alcance de visibilidade que tal questão adquiriu. Violência e conflito são categorias que inequivocamente fazem parte não somente do léxico deste trabalho, mas parte do cerne epistemológico que embasa esta pesquisa. Ou seja, dentro deste contexto patente de “genocídio e etnocídio”⁸ a perspectiva foi de considerar que os alvos de lgbtfofia são concretamente *agentes de resistência* frente à naturalização e ao teísmo fundamentalista heteronormativo/cis, o que nos permite inferir estarmos em um campo de conflito social do campo da moral e do direito.

Desta forma, no contexto da cidade de Manaus, esta pesquisa pretender oferecer mais uma contribuição teórica sobre as relações sociais no campo das discussões de gênero e sexualidade, objetivamente, sobre análise de práticas de violência que atenta contra pessoas LGBT. O estudo se justifica na medida em que o Brasil está entre os países que não criminaliza as práticas LGBT's,

8 O uso dos termos genocídio e etnocídio foi introduzido ao texto a partir de uma apropriação interpretativa do texto de Pierre Clastres intitulado *A arqueologia da violência: pesquisa de antropologia política*, 2004. Neste trabalho Clastres produz uma distinção entre as duas categorias: a primeira vinculada ao conceito de racismo que produz o desejo de exterminar o outro – a exemplo do Nazismo na Alemanha; e etnocídio, termo que surge a partir dos estudos antropológico sobre os povos não europeizados, a exemplo dos indígenas, que vincula a prática de avanço do domínio colonial não somente como processo genocida, mas também etnocida, visto que pretendia “matar a cultura”. Neste sentido, aponto para o caráter genocida das mortes cotidianas de LGBT's no Brasil e para um processo etnocida a para o avanço de processos conservadores, excludentes no campo social e político – modos de violências simbólicas, morais e físicas como processos que visam exterminar um modo “cultural” de vida.

mas que possuem algum tipo de estrutura aferidora, governamental ou não. Nesse caso, nosso país ocupa protagonismo. O estado do Amazonas aparece nas estatísticas como local de intensa incidência de crimes contra estes *povos*, especialmente homicídios, sendo que a capital, Manaus, aparece sempre nas primeiras colocações nacionais dessa modalidade de crime.

A pesquisa trouxe questões de caráter teórico no uso de categorias que legitimariam o estudo etnográfico, articulando várias concepções advindas das ciências humanas, como a violência e sua carga de complexidade epistemológica, histórica e de sua extensão (como violência *simbólica, moral e física*), questões de identidade e agência (*resistência, enfrentamento e de Estado*), a noção de *habitus*, a categoria do *mal* como elemento que justifica o sacrifício de LGBT's na atualidade, os padrões de genocídio e etnocídio e, por fim, a categoria do conflito.

Ademais, propedeuticamente se inseriu como centralidade a categoria do *reconhecimento* e da *redistribuição* como condição de efetivação da plena democracia. Empiricamente, o trabalho se norteou pela busca de compreensão dos contextos socioantropológicos dos casos de violências, incluídos os crimes de violência física e os trágicos homicídios, geralmente marcados por brutalidade excessiva. De que forma os movimentos sociais e o Estado têm dado resposta a estes acontecimentos? Em que medida, em um contexto marcado pelo avanço conservador, as violências e inúmeras tragédias homicidas refletem certo combate de um *mal* a ser eliminado? Como podemos dimensionar o conflito social dos campos da moral e do direito? Como LGBT's, *agentes de resistência, enfrentamento e de Estado* compreendem e agem frente a acontecimentos de discriminação, agressão e morte? Como podemos analisar as práticas policiais e jurisdicionais a respeito da violência contra estes *povos*? Diante dos processos vivenciados historicamente e marcados pela autonomia do "sujeito", como pensar a negação ao direito identitário? Seria isso resíduo de uma sociedade pré-cartesiana ou seria resultado da não concretização absoluta ou precarização da dominação pela força simbólica masculina e heteronormativa? Este fato teria gestado uma crise de poder que levaria à prática da violência no sentido proposto por Hanna Arendt? Por mais que a polifonia de ideias seja a marca reflexiva do trabalho, postula-se que a violência praticada contra estes segmentos sociais possui relação com essa premissa de Arendt sobre a perda do poder – no caso da dominação absoluta da heteronormatividade/cis –, o que possibilita não somente a prática da violência como sua legitimação atribuída por setores da sociedade de um lado e, por outro, como antítese aos processos de resistência dos agentes individuais e coletivos.

Neste sentido, estamos nos inserindo numa concepção de conflito, de forma que neste trabalho classificamos de *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*. Os movimentos organizados, ao buscarem a afirmação social, encontram o reverso em grupos antagonônicos que almejam o reestabelecimento de um padrão social do passado⁹. Neste caso, fica patente que a violência pode ser compreendida como o não político. Entretanto, sobre o avanço da irracionalidade que marca, segundo Arendt, essa prática, pode-se vislumbrar a força motriz que alimenta a organização LGBT em Manaus e no Brasil. Dessa forma, entre os que usam a categoria tempo e tradição¹⁰ como maneira de demandar determinada dominação hétero/cis, o conflito territorial não está restrito à luta fundiária, mas ao campo da moral e da política.

Assim, a pesquisa proporcionou dar visibilidade à violência como fenômeno social sem deixar de enxergar que ela afeta também agentes individuais. Todavia, para não correr o risco de se englobar com exclusividade um simples estudo de caso, a pesquisa esforçou-se em fazer uma análise genealógica da dimensão organizacional, coletiva e política do fenômeno da violência lgbtfóbica. Dessa forma, exemplifico a ação do Fórum LGBT Amazonas em 2014 frente à intensa incidência dessa modalidade de violência naquele momento, inclusive afetando membros da própria entidade, como foi o caso de um pai de santo, foi alvo de perseguição e ameaças, invasão e destruição dos símbolos religiosos em seu terreiro de umbanda localizado na Zona Oeste da capital.

Naquele período acompanhei membros do Fórum em audiência dentro da Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas (SSP-AM), em que foi colocada a pauta de reivindicações a despeito da segurança pública voltada a este público.

Esta reunião, realizada junto à ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública, foi eivada de ideias e projetos que seriam implementados pelo estado, como o projeto de formação na temática da cidadania, gênero e sexualidade para os policiais militares e a adaptação do B.O para que passasse a registrar as identidades de gênero. No entanto, nenhum projeto se tornou realidade até o momento. O encontro teve importância para mim pois foi a primeira vez que comecei a me reconhecer como um misto de pesquisador e *agente de resistência e enfrentamento*.

As perspectivas epistemológicas que arbitrariamente delimitaram os

9 O passado não é pensado como aquele sem LGBT, pois a história da sexualidade nos mostra ser prática inerente à condição humana; o passado descrito aqui diz respeito às formas de negação ao direito de ser e de viver.

10 No quarto capítulo apresento de forma compreensiva as distinções dessa modalidade de conflito entre aqueles que envolvem as questões de território.

modos de construção, análise e condução do trabalho, bem como as bases que lhe garantiram certa seguridade, fundam-se elementarmente na perspectiva da desnaturalização, ou seja, de que a dominação/cis não passa de um padrão produzido pela violência simbólica que construiu um leque amplo de aspectos legitimadores, observáveis desde os sistemas míticos até o sistema jurídico nas sociedades diferenciadas (BOURDIEU, 2014). Este primeiro critério de análise encontra seu fundamento no texto intitulado “*A dominação masculina*”, reflexão que apresenta os processos de reprodução histórica que acabou por produzir, legitimar, familiarizar e naturalizar a dominação do homem na sociedade.

O trabalho antropológico requer articulação entre elementos teóricos e etnográficos atendendo às demandas compreensivas, construtivas e explicativas. Nesse sentido, as reflexões de Bachelard (1996), em seu esforço de se contrapor ao positivismo – corrente filosófica que preconizava a verdade pelo campo do empirismo e como construção científica – oferecem base teórica para fundamentar este estudo.

A violência contra pessoas que “praticavam a homossexualidade” pode ser encontrada em tempos e espaços distintos. Entretanto, este trabalho busca problematizar antropológicamente os casos decorridos na atualidade em Manaus, sem privilegiar o aspecto quantitativo, mesmo que os números estejam inseridos como condição compreensiva. Objetiva, dessa forma, descrever seus processos e compreender socialmente como é construída, estruturada e mantida a cultura de extermínio de pessoas que se encontram apartadas dos ditos socioculturais dominantes, frente a todos os pressupostos estabelecidos no campo dos Direitos Humanos. Em seu discurso preliminar no livro *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*, Bachelard (1996, p. 7) estabelece que:

Mais cedo ou mais tarde, na maioria dos domínios, é forçoso constatar que essa primeira representação geométrica, fundada num realismo ingênuo das propriedades espaciais, implica ligações mais ocultas, leis topológicas menos nitidamente solidárias com as relações métricas imediatamente aparentes [...] sente-se pouco a pouco a necessidade de trabalhar sob o espaço, no nível das relações essenciais que sustentam tanto o espaço quanto os fenômenos. O pensamento científico é então levado para construções mais metafóricas que reais.

Bachelard (1996) buscou devolver à abstração racional o protagonismo de possibilitar a desobstrução do espírito ao organizar as etapas do pensamento científico como pré-científico, científico e, por último, como novo espírito

científico¹¹, afirmando que neste novo espírito os conceitos anteriormente postos como fixos perdem este *status* como resultado da teoria da relatividade de Einstein.

O desafio desta pesquisa sobre as diversas modalidades de violência que atingem LGBT's concentra-se na necessidade de transpor a concretude fenomenal das primeiras imagens, bem como superar o estado concreto-abstrato, em que a segurança da abstração decorre de sua representação sensível. Dessa forma, o trabalho não cessa de justificar-se ao apontar a notável presença e legitimação da violência contra LGBT's, para possíveis níveis de intolerância e exclusão, no sentido de podermos nomear essas práticas como *lgbtfóbicas*.

Em Borrilo (2010), o termo “homofobia” ganha dimensões conceituais distintas: a primeira diz respeito à dimensão psíquica ou interpessoal; a outra, por outro lado, é de ordem social. Nesta pesquisa, ambas são entendidas como processos construídos socialmente por meio da relação *campo e habitus*. Para Borrilo (2010), a “*homofobia*” *irracional* é marcadamente emotiva e reflete problemas de conflitos individuais; a “*homofobia*” *cognitiva* encontra-se na perspectiva da manutenção da diferença entre homo/hétero e possui caráter social. Nesse sentido, quanto aos crimes contra LGBT's em Manaus, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AM) no Fórum LGBT, classifica duas modalidades de crimes contra LGBT's: *crimes de ódio e crimes comuns*. A pesquisa verificou, segundo as premissas de Borrilo (2010) e por meio do trabalho de campo, que a *lgbtfobia* caso não seja possível identificar no ato criminoso, dificilmente o será como processo social difuso enraizado na sociedade. O preconceito exercido como dominação nas famílias, nas igrejas, no mercado de trabalho e nas instituições educacionais é cotidiano.

No decorrer do trabalho de campo, aquilo passou a se constituir como epifania teórica, pois todos os agentes que participaram da pesquisa, direta ou indiretamente, possuíam algum relato de experiência com a violência moral e física. A epifania, na prática, significa o processo de desnaturalização, de forma que só pude percebê-la ao me aproximar teoricamente dos casos de violência e senti-la como problema social. Assim, a surra sofrida por *Baryshnikov* na noite de natal – na presença de todos os convidados – quando seu pai soube que ele não era heterossexual, assim como a agressão física sofrida por *Eros* após ter sido flagrado em relação homoafetiva com seu vizinho, compõem o quadro de um grave problema social. *Cronos*¹², *agente de enfrentamento*, relatou que

11 A este último o filósofo conferiu uma publicação específica com o mesmo título.

12 O nome atribuído se justifica à medida que ele sempre lembra e reforça ser um dos precursores do movimento LGBT Amazonas.

quando vivia no Nordeste, chegou a ver jovens cometerem suicídio devido a não aceitação da família. Ele mesmo vivenciou situação semelhante quando diz: “[...] medo do facão do papai: casei, tive filhos e só me libertei quando vim para Manaus.” (CRONOS, 2015).

Os casos relatados acima se aproximam da violência sofrida por *Anhangá* e também por mim: ele, alvo de tentativa de homicídio por estrangulamento; eu, vítima de um golpe quase fatal de arma branca. Foi essa experiência que me possibilitou retornar empoderado pela aquisição de uma síntese reflexiva de um problema social.

Os relatos de *Baryshnikov*, *Eros e Tulipa* possuem a função de demonstrar a proeminência dos casos de violência *simbólica, moral e física* como elementos marcantes da instituição familiar. A lgbtfobia no âmbito familiar possui características muito específicas, pois o lar é um espaço social em que os membros LGBT’s buscam amparo, inclusão e afeto. No entanto, em muitos casos, a relação se mostra de modo inverso. Uma forma de preconceito que marca o universo desses sujeitos ocorre quando parentes estabelecem relações harmônicas, de acolhimento e amizade com outros LGBT’s em um convívio extrafamiliar, mas que não aceitam o próprio parente por sua condição sexual.

Outro aspecto a ser ponderado nos casos de não aceitação familiar encontra-se no direito outorgado às famílias de espancar os que saem do *armário*. Ser surrado por familiares faz parte da trajetória de muitos LGBT’s, entretanto, a frequência desses relatos possui outro aspecto analítico a ser ponderado, que é a *resistência* desses *agentes* de se manterem *fora do armário*.

Gays efeminados, travestis e transexuais/transgêneros sofrem contundente processo de exclusão ao trabalho. A performance desses agentes fragiliza de forma tão aguda a cultura heteronormativa/cis, que os empregadores, em especial o setor de recursos humanos, fecham as portas a eles, mesmo quando tentam adentrar com a ajuda de um *armário*. Uma militante que passou por situação de preconceito no mercado de trabalho me relatou:

Todas as vezes que vou em busca de emprego no Distrito, prendo meu cabelo, coloco boné, me disfarço de homem, mesmo assim, várias vezes já preenchi a ficha, depois vejo só a minha em separado... teve vezes que vou lá e rasgo a ficha; [...] já sei que vou ser cortada¹³ (informação verbal)¹⁴.

13 Formada em enfermagem, desempregada, optei por homenageá-la com este nome mítico – deusa da saúde grega.

14 Entrevista concedida por HÍGIA em 2015, Manaus – Am.

Os exemplos citados possuem a finalidade de expressar o processo de maturação que o trabalho de campo realizado em concomitância com o arcabouço teórico me possibilitou enxergar como problema – *a ausência de reconhecimento e a dimensão de conflito social*. Os exemplos expressos aqui, no campo da família e do trabalho, podem ser espalhados para os mais diversos espaços sociais. Ainda, será possível observar outras experiências de exclusão vividas por *agentes: Amazonas, Anhangá, Tulipa, Psicodélico, Dionísia* e primordialmente de *Deusuite* (esta última sequer teve acesso à escolarização básica).

Nesse sentido, a dialética desta pesquisa objetivou o “[...] alcance da abstração, entregue aos interesses indutivos sempre imperfeitos, no arriscado jogo dos pensamentos sem suporte experimental estável” (BACHELARD, 1996, p. 14) como experiência científica que se contradiz, que se constrói sempre como retificadora, na qual a experimentação não fosse vista como continuidade da observação. De fato, a nosso ver, a fecundidade de um conceito científico é proporcional a seu poder de deformação (BACHELARD, 1996, p. 76). Sendo assim, o conceito deformado é condição de se desenvolver novas experimentações, sendo que nesta construção o objetivo central focou na condição de possibilidade de contribuir para que a violência contra os LGBT’s ganhem *status* de problema real, socialmente construído e, dessa forma, fortaleça o campo político-social dos “grupos organizacionais” que se encontram em luta contra a lgbtfofia.

Outro aspecto que a pesquisa buscou abranger foi o da complexidade, ou seja, dar conta de pensar que a centralidade desta discussão conduza a nos concentrarmos na demanda por *reconhecimento*. Essa premissa traz uma gama de elementos primordiais, ausentes na sociedade quando presenciamos de forma dramática a morte de LGBT’s. A ideia de democracia, de direitos civis, de liberdade e autonomia, nesse sentido, fica fragilizada e exige dos agentes a ação de resistência e enfrentamento, gerando, desse embate, o conflito.

1.2 Por uma pesquisa pautada na reflexividade

Considerando que o pano de fundo balizador deste estudo concentrou-se no campo da violência contra LGBT’s, não se pode negar que em si o intento traz a marca da não simplificação. São diversos contextos e categorias a serem considerados. Segundo Bourdieu (2014), o método deve ser claro e bem explicitado, a coleta de dados deve possibilitar não somente dar vozes aos

agentes, mas permitir que eles tenham condições de expor seus conceitos e desenvolver suas reflexões.

Neste sentido, as entrevistas tiveram como ponto central a busca da dialogicidade, isto é, que permitisse a multidimensionalidade do sentido tanto o entrevistador quanto o entrevistado. Nesse sentido, considera-se que esta pesquisa se pauta pelo princípio da reflexividade. É confessável que, por vezes, silenciar o desejo de contradizer alguns discursos dos agentes da pesquisa tornou-se de difícil. Contudo, coadunando com o princípio de que o pesquisador tem apenas mais *um ponto de vista*, mesmo que deva ser criterioso e extremamente rigoroso, é dever do ofício em muitos momentos ouvir, compreender ou silenciar.

Algumas percepções catalogadas nas entrevistas realizadas com agentes da Aliança Amazonense LGBT, do Fórum LGBT Amazonas e da OAB-AM sobre lgbtobia foram distintas daquelas que faziam parte do meu repertório teórico e de *meu ponto de vista*. No trabalho realizado na SSP – AM, a posição expressa por determinado *agente de Estado* de que “em Manaus no ano de 2015 não houve nenhum caso de crime de caráter homofóbico”, pelas análises empíricas que realizei, não correspondia a verdade. Em diversos diálogos com os agentes, o preconceito em relação às identidades segmentadas foi latente: “*não suporte machuda*” (fala de um agente gay); “*acho estranho homens trans*” (fala de agente lésbica); “*Nós somos superiores aos veados*” (agente trans feminina). Até entre segmentos semelhantes são expressos preconceitos quanto à indumentária, nível intelectual, posição social etc. decorridos em círculos de intimidade e também expressos durante as entrevistas.

O desafio foi analisar as fissuras existentes entre o trabalho de campo, o arcabouço teórico e as próprias noções do pesquisador, dando ênfase ao pontual e à reflexividade. Por mais que o termo LGBT tenha sido usado até aqui de forma geral e indiscriminado no contexto da pesquisa, os agentes que encontrei no decorrer do trabalho de campo foram particularizados e apresentados a partir de seu segmento identitário. Sua condição enquanto alvo de práticas de assujeitamento foi contraposta pela sua capacidade de resistir e de enfrentar as práticas de discriminação e violência apresentadas de maneira pormenorizada. Em seu livro *A miséria do mundo*, Bourdieu (2011, p. 694) explicita o conceito de reflexividade:

Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num ‘trabalho’, num olho ‘sociológico’, permite perceber e controlar o campo, na própria condução da entrevista, os efeitos

da estrutura social na qual ela se realiza. Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas.

Pensar a reflexividade necessariamente requer a inclusão das contribuições de James Clifford na medida em que chama a atenção para a quebra do “[...] silêncio da oficina etnográfica” (CLIFFORD, 2002, p. 22) como resultado das insistentes vozes heteroglotas. A questão exposta aqui se torna premente para se repensar o desafio de se praticar antropologia, visto que rompe com a autoridade inquestionável da etnografia e o *status* que tal autoridade lhe atribuiu, propedeuticamente em Boas e depois consolidado por Malinowski e Radcliffe Brow. *Os Argonautas no Pacífico*, de Malinowski (1976 [1922]) apontado por Clifford (2002, p. 27) como “[...] arquetípica do conjunto de etnografias” estabeleceu com sucesso a validade científica da observação participante.

Neste contexto, Clifford (2002) apresenta seu princípio de reflexividade e demonstra que o mundo é compartilhado e intersubjetivo, ponderação que coloca em xeque as pretensões de objetividade científica. A capacidade compreensiva recai no campo da interpretação, do diálogo intersubjetivo e finalmente na perspectiva da polifonia, fazendo com que o modelo experimental seja a cada dia mais questionado. A preocupação de Clifford se torna mais patente na produção no texto etnográfico, isto é, como a textualização pressupõe uma concepção explicativa, na medida em que pode retratar uma verdade de forma objetiva, interpretar o que exige separar a pesquisa do mundo fictício que a textualização irá evocar, promover uma dialogia relacionando diferentes componentes ou ainda produzir um romance polifônico.

Inclui-se, neste debate, a perspectiva antropológica de Crapanzano (1980), que ao defender um radical dialogismo em seu texto *Tuhami: retrato de um marroquino*, busca fugir do autoritarismo sob o qual a antropologia acabou por se constituir. O autoritarismo, além de pretender definir arbitrariamente e de forma objetiva o outro, ainda possui como característica elementar a necessidade de essencialização. Assim, na perspectiva de Crapanzano (1980), o trabalho do antropólogo deve ser pautado nesta relação dialógica que possibilita fugir da ação manipuladora e combater a todo custo qualquer tipo de assujeitamento. O autor demarca a importância da relação intersubjetiva no trabalho antropológico, haja vista que pressupõe a dessemelhança entre os

‘sujeitos’ e, neste caso, entre o antropólogo e o sujeito da pesquisa (informante) no caso *Tuhami*. Isto significa que a relação dialógica proposta possui suas raízes na própria percepção das distinções humanas e, ainda, no princípio de que as posições sociais são dinâmicas. Neste autor, a imaginação pode tranquilamente ser objeto da etnografia, bastando para isso que o etnógrafo se liberte de certos divisores impostos pela ciência tanto de origem positivista, evolucionista ou funcionalista, quanto das imposições do materialismo.

Observa-se que tanto Clifford quanto Crapanzano desenvolvem etnografias experimentais. O trabalho desenvolvido por Rabinow (1977) – *O trabalho de campo e amizade em Marrocos* no livro *Reflexões sobre trabalho de campo em Marrocos* – inequivocamente pode ser colocado como um prelúdio do trabalho de Crapanzano citado acima. O que demarca essas experiências é a superação do modelo clássico de produção etnográfica. A interação estabelecida faz com que haja um encontro etnográfico, ou seja, o processo se constitui como parte essencial do próprio trabalho. O trabalho desenvolvido por Rabinow em Marrocos revela um encontro direcionado para a amizade, em que a marca é a coautoria intercultural e a incessante busca de significados.

Procedimentalmente, a pesquisa teve seu campo social e organizacional no Fórum LGBT-AM, na Aliança Amazonense LGBT e em outros coletivos organizados autônomos, como a Associação da Parada do Orgulho LGBT (APO LGBT). Em referência à APO LGBT, mesmo com o devido esforço, não consegui realizar entrevista com sua coordenadora, restringindo-me somente a um contato com essa organização, que ocorreu em uma reunião no primeiro semestre de 2015 nas dependências da sede de uma Secretaria da Prefeitura Municipal de Manaus. A pauta da reunião em comento tinha a finalidade de organizar a parada do orgulho LGBT 2015.

Os casos e situações de violência contra LGBT's na cidade de Manaus não atenderam a determinações geográficas, mas a identificação de *agentes de resistência* que sofreram alguma forma de violência e o diálogo com os grupos organizacionais deu-se concomitantemente ao trabalho de aproximação com “agentes atomizados”¹⁵ que colaboraram com o trabalho. Outro campo privilegiado desta pesquisa deu-se na consulta hemerográfica no acompanhamento e identificação dos casos publicados deste tipo de violência em Manaus. O trabalho teve ainda outros espaços e pessoas privilegiados, representados pelas delegacias e *agentes de Estado* - policiais civis e militares – com ênfase na esfera da segurança pública, na justiça criminal e no sistema prisional. Demos também especial atenção aos processos jurídicos como fonte

15 O uso do termo agente atomizado aplicou-se no sentido de identificar agentes que não possuem nenhuma relação direta com os movimentos de enfrentamento.

de informação e análise de casos. A partir deste trabalho, o desafio concentrou-se nas construções etnográficas de acontecimentos de violência contra LGBT's em Manaus.

1.2.1 *Phanta reya*: a dinâmica de uma pesquisa

Este trabalho traz em si a dinâmica de um estudante de antropologia que se colocou literalmente na condição de aprendiz e, portanto, de abertura para o fluxo de mudanças e ressignificações que a trajetória percorrida pode produzir. Por isso, a menção aos primórdios da dialética expressa no título dessa seção se explica não somente por seu processo de incertezas e aprendizagens, mas pela própria noção de que o conhecimento científico deve pressupor sua própria deterioração e retificação. Dessa forma, processou-se mudanças de prisma sobre o próprio objeto de pesquisa, desencadeada pelo aprofundamento teórico e empírico que tive na condição de coordenador do estudo e pela dinâmica das realidades estudadas.

Os processos podem ser encarados como elementos que poderiam ser vistos como fatos que tenham produzido dificuldades para a solidez deste estudo, visto que as reiniciações de práticas e performances de trabalho de campo retardaram a definição mais ou menos perene daquilo que se configurou central nesta pesquisa. Todavia, a construção do conhecimento não pode ser pensada como linha reta e sem obstáculos, pois os processos de mudança de ordem teórica e até mesmo as mudanças da realidade compõem o desafio de produzir antropologia.

O trabalho é marcado e amparado pelo trabalho de campo ou observação participante, questão paradigmática em antropologia, tanto que Malinowski (1922) em *Argonautas do Pacífico* mantém como referência primordial daquilo que representa o ideal de trabalho antropológico, atribuindo-lhe o título daquele que teria estabelecido a padrão da pesquisa etnográfica (SELZMAN, 1996, p. 364), seguindo o postulado de Geertz (apud SELZMAN, 1988, p. 04;75) que o descreveu como *etnógrafo do etnógrafo*. A questão que subjaz a este estabelecimento clássico de Malinowski se encontra na ideia de se produzir trabalhos fundamentado num tipo de ação, por parte do antropólogo, que pressupõe sempre uma incursão a lugares distintos de sua vivência, de preferência lugares remotos, onde seja possível, por seu trabalho, fazer com que *aqueles de lá* sejam conhecidos *pelos daqui* por meio da capacidade de produzir aproximação, promover a ida de agentes a outros lugares e culturas e pelo seu crivo etnográfico de se produzir textos com *status* de verdade.

Por mais que esta pesquisa seja obediente às tradições que legitimam o texto antropológico – ou seja, o trabalho etnográfico –, ele não se assemelha às experiências de campo tornadas clássicas a partir de Malinowski¹⁶, visíveis em inúmeros trabalhos, quais sejam: Boas em sua expedição geográfica ao Norte do Canadá (1883-1884); Leach em suas viagens para China – Ilha Botel e Birmânia; Firth na Nova Zelândia; Mead nas ilhas Samoa e Nova Guiné; os irmãos Vilas Boas na expedição Roncador – Xingu; e João Pacheco de Oliveira com povos indígenas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Dessa forma, o trabalho de campo desenvolvido nesta pesquisa distanciou-se daquele modelo clássico pelo fato de se tratar de uma pesquisa realizada no contexto urbano, portanto, fora daquele ideal de povos autóctones e distantes das grandes metrópoles. Pondero que isso, em si, não traria significativo distintivo à pesquisa, considerando que a antropologia ampliou radicalmente seus espaços de atuação e multiplicou seus instrumentos teóricos de análise da realidade. Dessa forma, o caráter mais genuíno deste trabalho que analisa a violência contra LGBT'S em Manaus se encontra na relação entre o objeto alvo de estudo e o pesquisador. Como foi estampado no início deste trabalho, existe um duplo engendramento nesta relação: o primeiro diz respeito a minha condição de *gay* e coordenador da pesquisa; o segundo, refere-se a um pesquisador com experiência concreta de violência física, vítima de uma tentativa de homicídio.

Tais circunstâncias possuem implicações difusas que podem ser interpretadas de várias maneiras. Primordialmente, a imbricação existente entre os agentes da pesquisa e o agente pesquisador pode, especialmente em remanescente positivista, ser interpretado como elemento inviabilizador de credibilidade científica, uma dificuldade em estabelecer o distanciamento mínimo para praticar a magia da ciência. Entretanto, considerando o arcabouço de teorias que embasam esta pesquisa, o princípio da objetividade científica construído pelo distanciamento positivista não constitui ameaça, pois não fez parte do intuito deste trabalho.

Acredito que o maior desafio não se deu em questões de legitimidade metodológica, mas na própria necessidade de controle racional do sentir, ou seja, reconhecer seus vínculos subjetivos quando a realidade da violência toca a sensibilidade do pesquisador: por vezes, confesso, o choro foi inevitável em algumas entrevistas. Recordo de quando fui à casa de *Hefesto*, assassinado

16 Sem me colocar como criador de qualquer método original, pelo contrário, coloco-me como aprendiz de contribuições mais recentes. Todavia, remetemos a trabalhos clássicos nos ajuda na compreensão processual da trajetória desta Ciência, de forma que podemos verificar que em grande medida eles continuam a nos fundamentar.

em janeiro de 2015 na Zona Leste. Sua mãe, no meio da conversa, pediu para que eu a acompanhasse até o quarto onde ele tinha recebido pancadas na cabeça e posteriormente estrangulado com o cabo do seu aparelho de DVD. A emoção expressa ao relatar como os assassinos procederam, me deixou abalado, sentimento agravado pelo fato de ter relação de amizade com *Hefesto* desde 2002. Ou seja, além de todos os aspectos já considerados no decorrer da pesquisa, alguns *agentes* fazem ou faziam parte de meu círculo de amizade.

Olha aqui, ó, tá aqui o sangue, ele disse que deu aquele sossega leão, colocaram isso na boca dele, quando desmaiou aí eles colocaram o cabo do DVD [...] Aí a poça de sangue tava aqui, isso aqui ficou tudo sapecado de sangue, aí ficou uma poça no tapete né, ele tava de cabeça aqui e o corpo pra cá, né, e a toalha dele, ele pegou essa chave, trancou, pegou essa chave aqui e olha onde ele deixou, aqui, ó, deixou aqui, a toalha tava por cima (informação verbal)¹⁷.

A aproximação dessas tragédias reforça o sentimento de pertencimento, agravando-se nas situações em que o *agente* alvo de violência pertence a minha rede de contatos e amizade. Em outras dimensões do trabalho de campo, coloquei-me em situações controversas, a exemplo da mistura entre pesquisador e militante da causa LGBT, fato que foi fundamental para abrir frestas para a realização do trabalho de campo, mas também, por vezes, tornou-se obstáculo para a realização da pesquisa, seja pela minha posição, seja pelos preconceitos intralgbt's ou receio de exposição social. Os enfrentamentos dentro do *movimento* extrapolam a dimensão puramente política ou faccional entre lésbicas, gays, travestis, bissexuais e transexuais/transgêneros; esses ganham dimensões de difícil explicação teórica devido a agudeza das personas.

Possivelmente, a exemplificação poderá ajudar nisso que empiricamente presencio em muitos momentos entre LGBT's. Algumas lideranças do *movimento e agentes de resistência* estabeleceram estratégias para evitar a realização das entrevistas. Algumas eu venci pelo cansaço. Em outros momentos, fui vencido. Poderia classificar que é bastante comum o estabelecimento de preconceitos entre os divisores das letrinhas no interior do movimento. Por vezes, há até mesmo certo acirramento dentro das próprias letrinhas, como já pontuei na seção anterior. Evidentemente que existiram outros demarcadores que provocaram resistências em colaborar com a pesquisa, como o receio de alguma pergunta afetar diretamente a vida privada, considerando que determinados agentes padecem de problemas, como a falta de legitimidade e

17 Entrevista concedida por Bondosa, em Manaus-AM, em 2005.

até de lisura.

As entrevistas com as *agentes de Estado* foram realizadas via mediação de amigos que tinham alguma proximidade com elas. Vale esclarecer que foi estabelecido tentativa formal de contato junto à SEMASDH, mas as audiências nunca foram agendadas. Este fato inviabilizou a realização de entrevista com a secretária da pasta e com a agente que interagira e participava das reuniões do movimento. Esta última havia sido realocada em outro departamento e não aceitou ser entrevistada, uma vez que não mais respondia pelo departamento de Direitos Humanos.

Na seção dedicada aos agentes de Estado e às políticas municipais, me referir a ela como uma *andorinha*, pois desempenhava trabalho solitário na secretaria em questão. O entrave ao acesso à SEMASDH me fez repensar as estratégias para conseguir contato com os *agentes* de órgãos públicos. Optei por buscar mediadores que destrancassem as portas do poder público, estratégia que se mostrou eficaz para a realização da etnografia nos órgãos administrativos estaduais. A Delegacia Geral de Homicídios (DGH) está entre as exceções de uso dessa estratégia, visto que o delegado me recebeu e deu apoio ao trabalho de pesquisa. Só não fui recebido algumas vezes devido ao fato de se tratar de um espaço em que todos os casos são trágicos, por vezes marcados por comoções familiares e/ou popular, o que torna impossível realizar outra atividade a não ser dar respostas à situação.

O trabalho de campo refere-se especificamente a casos de violência no contexto empírico, desenvolvido em duas vias fundamentais – violências não físicas e violências físicas, organizadas teoricamente a partir das classificações: violência *simbólica, moral e física*, composta por duas modalidades de etnografias – aquelas que não resultaram em óbitos e aquelas que provocaram o óbito de LGBT. A seleção dessas histórias para compor o objeto dessa pesquisa se deu como resultado de minha própria vivência no *movimento social LGBT*, em redes de amigos, ou seja, os casos foram aparecendo de forma processual: nas conversas entre grupos em festas, nos salões de beleza aos quais frequento, nas relações construídas no espaço de trabalho, em grupos de amigos virtuais via aplicativo de celular e ainda com os diversos LGBT's que frequentam minha residência. O desafio restringiu-se a convencer e depois agendar os momentos de conversas mais específicos com cada um deles.

No tópico da pesquisa que focou os homicídios, o trabalho teve desafio mais significativo, primordialmente no que diz respeito ao acesso aos parentes e amigos dos mortos. Nos casos de homicídios estudados detalhadamente, os contatos só se efetivaram devido à mediação de amigos que conheciam alguém

da família ou amigos do falecido. Caso emblemático para mim foi de *Baco*, assassinado em janeiro de 2015, morador da Zona Leste. Fui aconselhado a não buscar aproximação com sua família, visto que ela não o reconhecia ou, pelo menos, não aceitava a sua identidade *gay*, pois na sua casa vivia dentro do *armário*. Para que ele compusesse o quadro de *agente de resistência*, foi necessário que eu recorresse a um amigo do melhor amigo dele.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, realizei algumas visitas ao bairro Mauzinho com o objetivo de catalogar certa história que envolvia uma travesti esfaqueada dentro de sua casa. Ela teria morrido durante uma tentativa de fuga, ao cair do telhado. Na busca por melhores informações, descubro que ela não possuía parentes ou amigos próximos que pudessem contribuir com a pesquisa. Todavia, numa dessas visitas, conversei com uma jovem travesti (enquanto conversávamos, ela realizava o alisamento de cabelo de uma mapô¹⁸) que relatou sobre a morte de outra travesti. Esta última disse que a vítima possuía um salão de beleza no bairro e que não sabia se ela possuía parentes. Quando ela foi assassinada dentro do seu salão, apareceram inúmeros parentes reivindicando para si os bens domésticos e de trabalho. Cada qual pegava algum bem doméstico ou do salão, afirmando pertencer a eles, como cadeiras, espelhos e outros utensílios do quarto. Os objetos foram vendidos a baixo custo pelo bairro. São histórias não aprofundadas nesta tese, mas que se configuraram como sustentação teórica do objeto de pesquisa.

As dificuldades para chegar à família da *Deusuíte* foram significativas, mesmo que sua vizinha fosse minha amiga e tenha feito toda a intermediação. No dia marcado, fomos à casa de *Deusuíte*. Ao chegar na residência, sua mãe encontrava-se arrumada para ir ao culto da igreja “Deus é Amor”, o que a fez sugerir outro dia para a realização da entrevista. Só depois de algumas tentativas consegui realizar a primeira conversa com dona *Inocência*¹⁹.

Inicialmente, preferiu conversar na própria calçada, mas a precipitação de uma chuva fez com que ela nos convidasse a entrar²⁰. Quando adentrei em sua casa pude perceber que residiam, em um único cômodo, cinco pessoas, incluindo um netinho de poucos meses. A estrutura era pequena e feita de madeira. Inocência era analfabeta e vivia unicamente do Programa Bolsa Família (PBF), complementando a renda com alguns bicos. *Deusuíte* ajudava

18 Significa mulher entre LGBT's. Ela usava um pequeno compartimento de sua casa como salão.

19 Nome atribuído por religiosidade, analfabetismo e desconhecimento (real ou não) sobre a vida de *Deusuíte*.

20 O uso do termo no plural se justifica pelo fato de que esta amiga, que foi minha discente no curso de pedagogia, acompanhou-me durante as visitas realizadas, desempenhando um papel de mediadora.

no sustento familiar por meio de seu trabalho como garota de programa. A família estava passando por dificuldade financeira, situação que se agravou mais ainda em decorrência de sua morte²¹. O companheiro com quem manteve relação conjugal estava vivendo nas ruas naquele momento, desnordeado pelo fim trágico de sua companheira. Esse contexto me mostrou que a pesquisa possuía desafios mais complexos que vinculavam de forma radical as premissas do *reconhecimento e redistribuição* postulados por Nancy Fraser de maneira interseccional.

1.2.2 Uma categoria fundamental de análise: os agentes da pesquisa

No contexto de aprendizagem em que o trabalho se encontrava, com muitos passos já consolidados, fiquei imerso na incerteza de questão elementar: que categoria poderia ser dada às pessoas que contribuíram com a construção deste trabalho a partir de suas experiências vividas e relatadas, em especial por meio de entrevistas? As categorias utilizadas empiricamente pelo movimento LGBT Amazonas possuem poder explicativo e por isso são utilizadas no trabalho. Os termos *movimento, associação, fórum, aliança, segmento, articulação e coletivo* são nomes para designar os modelos organizacionais que compuseram o repertório da pesquisa; *ativista e militante* designam os LGBT's que participam dessas formas organizacionais e que também compõem o vocábulo deste trabalho.

Todavia, é patente que elas não possuíam a universalidade necessária para as diversas dimensões da problematização e nem a robustez teórica para fundamentar o caráter compreensivo desta pesquisa. Isso desencadeou a busca por determinada categoria que, ao fim, foi encontrada precisamente naquele teórico que em grande medida vinha balizando esta atividade teórica – a categoria *agente*, de Bourdieu. Essa categoria pode ser segmentada em três campos sociais de atuação, de forma que proporcionou a necessária sustentação e sistematização desse estudo.

A história das ciências sociais é marcada por tensões e posições distintas centradas na relação indivíduo e sociedade e/ou indivíduos e cultura. As diversas escolas de pensamento produzem historicamente espaços em que indivíduos ora possuem maior protagonismo, ora são considerados quase que irrelevantes. A escolha de determinada perspectiva teve o papel de determinar o paradigma sob o qual o estudo científico, metodologicamente, estabeleceu a relação com o mundo da realidade social. O aparecimento inerente às ciências

21 *Deusuite* veio a óbito depois de ser vítima de apedrejamento na Zona Norte da cidade.

sociais da problematização sobre o papel dos *agentes* dentro de uma pesquisa possui seus aspectos embrionários a partir do século XVI quando a autonomia do sujeito passa a constituir-se como marco epistemológico no *eu penso*, elemento propedeuticamente ontológico.

No bojo dos processos decorridos, a secularização, o cientificismo, o utilitarismo e o liberalismo impulsionaram a invenção do indivíduo social, algo impensável em períodos *heteronômicos*²², seja das construções daquilo que se classificou Antiguidade Clássica seja da Idade Média. A partir deste contexto, podemos afirmar nas primeiras versões de uma filosofia do “sujeito” transcendental no conjunto de estudos europeus e, posteriormente, no despontar das modalidades de estudos categorizadas como estudos humanos e/ou sociais – a totalidade da imanência, da pluralidade, do movimento, do conflito, da construção social e da realidade.

Neste contexto, Marx (1999) considera que somente se poderia pensar o indivíduo dentro das relações de classe e estas duas categorias inseridas em determinadas estruturas históricas que condicionam suas trajetórias. Essas premissas não inviabilizam a ação das pessoas, pois as transformações revolucionárias são plenamente possíveis no momento em que os “indivíduos” possuem consciência de classe e buscam exercitar o jogo do antagonismo, construindo processos históricos que representam o aspecto do homem como ser ativo. Em a *Ideologia alemã*, escrita em parceria com Engels, Marx afirmam que a “[...] história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças produtivas transmitidas pelas gerações anteriores.” (MARX, ENGELS, 1999, p. 70). Em síntese, se de um lado herda condições predadas, por outro lado possui a capacidade de transformar as circunstâncias anteriores através de ações diversas daquelas a que em dado momento parecia o “indivíduo” submetido e cativo.

Observa-se que Marx e Engels foram interpretados, em certo sentido, como teóricos que impuseram ao “indivíduo” determinada condição de passividade frente ao pêndulo de compreensão do funcionamento da sociedade. Entretanto, pode-se verificar o reconhecimento, o poder da relação infraestrutura e superestrutura e ao mesmo tempo pensar em “indivíduos” em movimento pela autonomia.

Em Durkheim (2001) as regras sociais se sobrepõem em detrimento à capacidade de ação dos “indivíduos”. O princípio estabelecido da

²² Em sentido metafísico, significa que o *locus* da verdade encontrava-se em elemento fora e distinto da consciência individual. Contrapõe-se ao *autós* moderno, que tem seu princípio fundante no *cogito* Cartesiano.

consciência coletiva preconiza que as regras e a moral não dependeriam dos indivíduos particulares. A coletividade se impõe aos “indivíduos” como força institucional, o que indicaria que os processos de transformações são também coletivos e demorados. Esse fato impediria qualquer desestruturação da ordem moral da sociedade, ou seja, a coesão social se tornaria elemento subjacente ao ideal funcionalista de estabilidade, ordem e saúde social. Nesse sentido, para Durkheim (2001, p. 57), “[...] há costumes com os quais devemos nos conformar e, se os infringimos, eles vingam-se em nossos filhos”. Dessa forma, essa premissa que se circunscreve ao campo da educação tem o poder de explicar a perspectiva durkheimiana para outros campos, em que impõe o poder do fato social como escudo protetor contra a anomia.

Em Weber (1997) os “indivíduos” ganham o papel fundamental de detentores do poder de produzirem atos sociais e de estabelecerem sentidos a suas próprias ações. O conceito de ação social, entretanto, não significa pensar o “indivíduo” como ser isolado ou indiferente aos outros, isto é, à sociedade. Em outras palavras, ele age por demandas de diversas ordens, mas o que marca o pensamento weberiano é a capacidade não só do “indivíduo” empreender sua ação social, mas sobretudo de construir sentido para as ações empreendidas destinando ao cientista social a capacidade de compreensão. Assim, as ações em Weber são classificadas em: tradicional, ação afetiva, ação racional em relação a valores e ação racional em relação a fins. Em suas palavras, a “[...] ação social orienta-se pela ação de outros, que podem ser passadas, presentes, ou esperadas como futuras.” (WEBER, 1997 p. 139).

Pode-se afirmar que o postulado de Norbert Elias (1994, p. 21), que ao visar superar a dicotomia radical entre sociedade e indivíduo, propõe pensar a sociedade como uma “[...] rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras”. Esta só pode existir à medida que pressupomos a existência da história, da cultura, da educação, dentre outras, ou seja, separar “indivíduo” e sociedade não parece ser uma proposta que contenha coerência lógica interna, pois essa conexão aparece como elementos indissociáveis. Dessa forma, o conceito de configuração assume o objetivo de possibilitar a compreensão da realidade de maneira mais contextual. O sociólogo propõe ainda o conceito de *habitus*²³ e, nesse sentido, esta categoria possui o poder de catalisar aspectos sociais e individuais, afinal, o *habitus* perpassa campos coletivos – como os de classe ou de uma categoria – bem como busca explicar como um “indivíduo” apropria-se de um saber social fundido em questões objetivas e subjetivas.

— A perspectiva proposta por Elias (1994) e Bourdieu (1983, 2004) neste

23 Conceito, diga-se de passagem, que tangencia o conceito de *habitus* teorizado por Bourdieu.

trabalho poderia indicar certa dificuldade em pensar como estes “indivíduos” podem atuar de forma transformadora frente aos ditames sociais e culturais incutidos por meio das representações simbólicas. Todavia, Bourdieu, ao se reportar à necessidade de se classificar os “indivíduos”, sugere o uso do termo *agente* no sentido que se assemelha à ressemantização produzida por Foucault na categoria de “sujeito”, ou seja, quando o coloca na condição de protagonista de sua própria história, um ser que narra, orienta seu próprio destino em suas contradições, avanços e retrocessos, mesmo como sujeito constituído a partir de imposições externas. (FOUCAULT, 2007).

Em Bourdieu a categoria *agente* possui peculiaridade no que diz respeito ao fato de o sociólogo considerar tanto o princípio de ação dos “indivíduos” enquanto subjetividade quanto a ação coletiva de grupos, por exemplo. O campo local onde se estabelece de forma discreta a estrutura simbólica – que em Bourdieu é sempre estrutura estruturada e estruturante, o *habitus* como aprendizagem incutida e apropriada por “indivíduos” ou grupos – são espaços onde os *agentes*, da mesma natureza, disputam interesses comuns. O agente social entra em cena como aquele que, ao pertencer ao mesmo conjunto de *habitus* elaborados, coloca-se em luta, agindo dentro do campo de interesse. Assim:

Eu queria de algum modo reintroduzir os agentes que Lévi-Strauss e os estruturalistas, especialmente Althusser, tendiam a abolir, transformando-os em epifenômenos da estrutura. Falo em Agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas não são apenas autômatos regulados como relógio, seguindo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos – as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais –, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador: esse sistema de disposições pode ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky – com a diferença de que se trata de disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento. Esse ‘sentido do jogo’ como dizemos em francês, é o que permite gerar uma infinidade de ‘lances’ adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra pode, por mais complexa que seja, prever. (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Nesse sentido, o dilema vivido pelo pesquisador ao pensar como estabelecer uma relação de parceria como os *agentes* que construíram este trabalho sobre a violência LGBT em Manaus no período de 2012 a 2015 e, acima de tudo, o intuito de compreender racionalmente os processos em curso na sociedade brasileira e manauara, teve na categoria *agente* o aporte que favoreceu o

desenvolvimento *do ponto de vista especializado* deste pesquisador. A categoria em questão tornou-se fundamental para compreender o papel destes no *contexto do conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito* na sociedade atual.

Todavia, quanto à necessidade de aprofundar o nível de compreensão sobre as diferenciações internas da pesquisa a respeito das modalidades de Agentes, optei por criar distintivo entre eles visando aproximá-los de seus campos de atuação e de seus hábitos construídos, mesmo que saibamos que as classificações sejam sempre construções teóricas e que a realidade as torne precárias. A ordem é sempre um ordenamento da razão e não da realidade social.

Dessa forma, os agentes que aparecem nesta pesquisa, alvos de diferentes formas de violência – moral ou física – e que contribuíram de forma mais objetiva com estes relatos, serão categorizados como *agentes de resistência*. O termo resistência aparece fundamentado na perspectiva de Scott (2000)²⁴ que demonstra como os subalternos estão a todo momento produzindo ações de resistência.

O fundamento teórico encontrou eco durante entrevista com *Tulipa*, jovem transgênera, que ao perceber que seria inviável manter a convivência familiar, em especial com seu pai, passou a roubar e esconder utensílios de cozinha (panelas, pratos, talheres etc.) do supermercado de sua família, estabelecimento em que era funcionária. Esse tipo de resistência cotidiana, não organizada, que Scott (2011) identifica nos grupos subalternos em contexto camponês, contribuiu para a sua adoção neste trabalho. As modalidades de resistência empreendidas por LGBT's, em muitos casos, estão totalmente alheias às organizações sociais, mas por suas práticas contestadoras resistem ao poder heterocêntrico – cis, e evidencia que as agressões por eles sofridas decorrem, primordialmente, por formas ocultas de resistência deflagrada pelo poder dominante:

A maioria das formas assumidas por essa luta não chega a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. Tenho em mente, neste caso, as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante. Essas formas Brechtianas de luta de classe têm certas características em comum.

24 A categoria resistência baseia-se em Scott (2004), pautado de forma mais direta por meio da obra *Los dominados y el arte de la resistencia*, e percorre o todo trabalho. Todavia, no quarto capítulo, que estabelecerá a discussão sobre o conflito social de ordem moral, apresentaremos alguns pontos do pensamento deste autor de forma direta e detalhada.

Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite. Entender essas formas corriqueiras de resistência é entender o que grande parte do campesinato faz 'entre revoltas' para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo. (SCOTT, 2011, s.p.)²⁵.

Os LGBT's em suas práticas de resistência desarticuladas das lutas sociais dos movimentos organizacionais compõem parte dos processos mais amplos de afirmação identitária. Entretanto, para melhor identificar os agentes individualizados daqueles agentes individuais ou organizacionais do movimento LGBT Amazonas, esta pesquisa considerou pertinente a composição *agente de resistência*.

As organizações LGBT's do Amazonas aglutinadas no Fórum LGBT Amazonas e na Aliança Amazonense LGBT são compostas por militantes ou ativistas sociais, de modo que neste trabalho serão categorizados como *agentes de enfrentamento*. Dessa maneira, o termo encontra-se pautado na perspectiva do repertório dos *movimentos sociais* e do Estado brasileiro. O termo *enfrentamento* é uma categoria utilizada corriqueiramente por *agentes* das organizações sociais que se posicionam como ativistas na *luta* pelas conquistas dos direitos desses *ovos*. Compreende também o repertório dos *agentes de Estado* envolvidos na proposição de políticas públicas, como saúde, educação e segurança pública, por isso a distinção entre *agentes de resistência* possui função organizativa do trabalho. Por vezes, esta separação coadunou-se com a realidade empírica. Porém, o trabalho de campo demonstrou que essas fronteiras não podem ser pensadas com rigidez, considerando que me deparei com *agentes de enfrentamento* que também são *agentes de resistência e de Estado* ou que já vivenciaram essa condição.

Aqueles que atuam como agentes públicos serão categorizados como *agentes de Estado*, pressupondo que o Estado não se configura como bloco rígido e harmônico, mas como campo, portanto, como uma conjugação de forças antagônicas em busca de construir um “[...] princípio de produção e de representação legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2014, p. 52;30). Observa-se que Bourdieu (2014) propõe a superação de concepções clássicas de Estado: a de que o Estado representaria o local da neutralidade postulada em Hobbes e Locke; o Estado como monopólio da violência legítima, de Max Weber; e o Estado como integração lógica e moral, de Émile Durkheim. Esta

25 SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 5, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 2015.

última concepção é, possivelmente, a posição mais difundida na academia brasileira no século XX, uma vez que postula que o Estado não é um aparelho orientado para o bem comum, mas sim um aparelho de coerção, de manutenção da ordem pública, em proveito dos dominantes (BOURDIEU, 2014, p. 33) defendida por Marx.

Demarcar a concepção de Estado se torna ainda importante à medida que se compreende que em diferentes práticas de governo, seja ele mais à direita ou à esquerda, as políticas públicas empreendidas serão sempre resultantes de conflitos no interior do próprio Estado. Dessa forma, a constatação de que a redemocratização brasileira trouxe em seu bojo os primeiros passos do reconhecimento da necessidade de viabilizar ações de Estado para os povos LGBT, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), tais políticas tornaram-se mais efetivas a partir do governo Lula, por meio do programa *Brasil sem Homofobia* (2004).

Mesmo que o Governo Dilma tenha avançado na construção de políticas de saúde, de combate à violência e promoção da educação, tem-se visto um descompasso entre as esferas do Estado brasileiro. Como exemplo, podemos verificar, na esfera do executivo Federal, a existência de pautas progressistas no sentido de atender aos anseios das organizações LGBT²⁶. Entretanto, o fato de o Governo Federal em conjunto com o movimento LGBT terem desenvolvido o *Sistema Nacional LGBT*²⁷, estados e municípios ainda estão aquém no sentido de um retardo ou imobilidade nas implementações das políticas, que a partir do princípio do pacto federativo e da intersetorialidade, cabe a estas esferas executar. Daí uma certa letargia na criação de comitês e conselhos de combate à violência nas esferas estaduais, municipais e distritais.

O judiciário, especialmente o STF, tem atuado como intérprete das leis, visando assegurar direitos ainda não conquistados de forma explícita, como no caso da união civil homoafetiva. Por outro lado, temos no campo legislativo o recrudescimento e o avanço de setores conservadores – *punitivistas, religiosos e patrimonialistas*²⁸ – inibindo ou dificultando os avanços rumo à efetivação dos direitos desses povos.

As práticas conservadoras no campo legislativo têm sido comuns tanto no Congresso Nacional quanto nas câmaras municipais e nas assembleias

26 Texto produzido antes do golpe sofrido pela presidente Dilma.

27 O Sistema Nacional LGBT foi desenvolvido a partir da II Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT no ano de 2011.

28 Posteriormente analisarei processo de definição do uso dessas três categorias. São categorias interpretativas dos grupos parlamentares brasileiro que revelam, portanto, muito de seus representados.

legislativas país afora. Exemplo cabal destas perspectivas de negação dos direitos LGBT ocorreu em Manaus no ano de 2015, em que o movimento LGBT foi derrotado, na Assembleia Legislativa do Amazonas e na Câmara Municipal de Manaus, no que diz respeito à permanência ou a retirada de itens que tratavam da diversidade de gênero, identidade e sexualidade. Em ambas as casas estes itens foram rejeitados e retirados dos planos de educação²⁹.

A opção pela categoria de *agentes de Estado*, nesse sentido, está vinculada à percepção teórica de Bourdieu sobre o caráter de campo, compreendendo como espaço das disputas, mesmo explicitando o respeito puro pelo caráter simbólico que representa o Estado, como entidade oculta, invisível, que nenhum dos agentes de uma sociedade, “mesmo os mais críticos, os mais anarquistas, os mais subversivos, demonstram, e isso tanto mais que o fazem sem sabê-lo” (BOURDIEU, 2014, p. 68).

A segmentação da categoria *agente* teve por objetivo dar conta dos diferentes agentes sociais e organizações que contribuíram para a confecção deste estudo. Todavia, toda classificação possui um si mesmo o germe de sua falibilidade, visto que pelo próprio caráter de dinamicidade social e as múltiplas posições que os agentes podem atuar ou representar, uma classificação fechada e rígida pode vir a fragilizar a legitimidade da classificação. Pode-se falar, portanto, que categorias que não se colocam no limite da flexibilidade não podem oferecer uma compreensão mais próxima da realidade social.

A relevância do adendo se justifica pela própria realidade empírica observada no trabalho de campo, em que as posições de fala dos agentes se movem, se hibridizam e se transformam a todo instante. O mesmo *agente de enfrentamento* em determinado momento encontra-se na posição de *agente de resistência*, como podemos entrever nos casos de *Psicodélico* e *Amazonas*. Em outro exemplo, a ativista *Dinká* participou da pesquisa como *agente de enfrentamento* e também como *agente de Estado*. Portanto, a classificação dos diferentes tipos de teve o papel de demarcar, em determinado contexto histórico e situacional, a posição de fala desses sujeitos e suas trajetórias.

Neste sentido é o reconhecimento dos papéis sociais e políticos de todos os “indivíduos” e organizações que estabeleceram esta relação reflexiva à medida que a todos foi estendida o *status* de agente. A referida decisão é resultado do olhar estabelecido pelo pesquisador como síntese do arcabouço teórico edificado e também decorre das lições que o trabalho de campo me proporcionou. O sofrimento de LGBT's que foram excluídos do seio familiar ou que sofreram constrangimentos morais e agressões físicas se deu em contextos de afirmação

²⁹ No capítulo III estas questões serão apresentadas com maior profundidade.

de suas vontades. Esses atores utilizaram, por vezes, estratégias de *resistências* que permitiram o autorreconhecimento, sem sofrerem total exclusão no seio familiar. Estes atos frente a situações de violência são interpretados como processos políticos de criação de novos *ethos* na sociedade.

1.2.3 A construção relacional entre pesquisador e agentes da pesquisa

Como explicitiei em seções anteriores, somente em 2013 se produziu de maneira relativamente clara o foco desta pesquisa, isto é, a violência contra LGBT's na cidade de Manaus como objeto a ser investigado. A percepção teórica inicial que antecedeu a construção deste objeto estava centrada no maniqueísmo entre os princípios do bem e do mal a partir de um estudo na Avenida Grande Circular, Zona Leste de Manaus. Visava, portanto, realizar descrição etnográfica das posições antagônicas e complementares do “sagrado e do profano”. Assim, não teria como não confrontar polos contrários, a exemplo da atividade desenvolvida por evangélicos – entrega de “santinhos”³⁰, pregações, venda de produtos – e as práticas noturnas de LGBT's neste espaço, primordialmente de *gays e travestis* nos lugares de festa e pontos de prostituição.

O aprofundamento teórico no campo antropológico por meio das disciplinas cursadas, o nível abstrato e a imprecisão quanto ao objeto, o método e a minha condição de desânimo com o projeto que tinha em mãos, colocou-me em processo de busca de ressignificação da proposta de estudo. A inquietação resultou na ênfase que deveria dar às diversas formas de violência que atingem *povos LGBT's* em Manaus. Quanto ao *lôcus* de desenvolvimento empírico, a pesquisa ampliou para o contexto da cidade de Manaus, tornando difusa esta categoria no que diz respeito ao privilégio de dar visibilidade à violência na cidade de forma independente do espaço como categoria física.

Inicialmente, o primeiro espaço em que busquei inserção deu-se nos ocupados pelos *agentes de enfrentamento* ligados ao *movimento LGBT Amazonas*, em que várias *associações, segmentos e coletivos* LGBT's compunham o Fórum LGBT Amazonas. Em 2013, as reuniões eram realizadas na segunda semana de cada mês na Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares (SEARP), geralmente às sextas-feiras. A coordenadora do fórum tornou-se *agente* fundamental para a concretização deste trabalho, pois além de ter facilitado minha inserção junto ao *movimento* e aos *agentes de enfrentamento*, ainda desempenhou papel importante pelo amplo conhecimento e larga experiência nas organizações sociais LGBT,

30 Pequenos panfletos.

especialmente no *movimento de mulheres lésbicas*. Paulatinamente, minha inserção nas reuniões do fórum propiciou contato com outros agentes que contribuíram de maneira formal e informal com a pesquisa.

É reconhecido que alguns *agentes* de reconhecida relevância para a trajetória do *movimento LGBT* não aparecem de forma direta neste trabalho. Ressalto que foi empreendido esforço visando estabelecer interlocuções com determinados *agentes* que sempre deram um “jeitinho de fugir” de mim. Algumas agendas marcadas e desmarcadas, outras em que me deslocava até o local previamente acertado e o/a agente já não se encontrava ou informava que não conseguiria chegar para conversar. Houve casos em que simplesmente passava a não ser mais atendido pelo celular. O transcorrer do tempo e a consolidação de laços, a conquista da confiança de alguns agentes possibilitou compreender as causas das reservas e barreiras construídas por alguns que permitiria aprofundar o conhecimento a ser construído neste estudo.

Excluindo os agentes que se colocaram à disposição e paradoxalmente inviabilizaram a efetivação de suas participações, outros foram solícitos com a pesquisa. Essas disposições funcionam como estratégias que se relacionam com as disputas internas do Movimento organizado. Ocupar espaço e ganhar visibilidade são termos que se aplicam tanto às causas quanto às pessoas. Ênfase, de forma ilustrativa, que em 2015 o Fórum LGBT sofreu uma clivagem, motivada pelos dissidentes que passaram a reativar politicamente a Aliança Amazonense LGBT. Isso significa que as motivações dos agentes estão imbricadas com o aspecto egocêntrico e ao entendimento de que o trabalho acadêmico pode ter papel de construção da visibilidade social da agenda do *movimento*. Outro elemento que não pode ser preterido refere-se ao aspecto relacional, ou seja, o processo de construção de amizade com os agentes em alguns casos foi definidor para a tomada de decisão em participar como interlocutor deste trabalho, de forma que a confiança estabelecida facilitou a realização das entrevistas.

O processo de realização das entrevistas com os *agentes de resistência* consolidou-se como o maior desafio deste trabalho: inicialmente porque eu, no papel de pesquisador, tinha mais incertezas que certezas de como encontrá-los e como proceder; depois, pela definição dos critérios que seriam utilizados para selecioná-los, quer dizer, como negociar com eles, sejam como vítimas da violência ou como sujeitos que iriam relatar casos de homicídios de parentes ou amigos.

No decorrer da pesquisa descobri que em muitos casos de homicídios a voz de interlocução jamais seriam a dos parentes que tinham perdido algum

membro da família. O preconceito marcado pelo viés da representação de desconhecimento da condição LGBT, comum em caso de *gays* e lésbicas, protagonizado pelos membros das famílias, possui a função de isentá-las do enfrentamento dessa realidade vista como um problema.

Os LGBT's que fazem parte de famílias que *se negam saber ou reconhecer* sua condição os isentam de tratar do assunto e exige, por vezes, dos membros LGBT's a prática de malabarismos moralistas, como disfarçar a performance corporal de um estilo mais feminizado para outro masculinizado, o cuidado com as indumentárias, o uso de arranjos afetivos reais ou fictícios heteronormativos, a ausência quase que total da vivência familiar.

Em algumas situações das atividades de campo, os próprios *agentes de enfrentamento* indicaram pessoas que tinham passado por alguma experiência de violência ou casos de LGBT's assassinados. Conheci outros em reuniões e eventos da pauta LGBT, casos como o de *Amazonas* e de *Psicodélico*, *agentes de enfrentamento* que contribuíram com o trabalho como *agentes de resistência*. Eles refletem a realidade de muitos agentes que, após experiências discriminatórias e de violência física, tornam-se militantes ao compreenderem a dimensão social, cultural e política da violência. A transformação destes em interlocutores da pesquisa enriqueceu sobremaneira, pois seus relatos continham, além do aspecto subjetivo de suas dores, o vigor patente do ato de lutar e denunciar, visto que possuíam concomitantemente os dois locais de fala, *resistência e enfrentamento*.

A agente *Amazonas*, 44 anos, teve que sair de forma compulsória de sua própria casa em 2013 por meio de ordem de seu vizinho. Segundo ela, isso ocorreu devido sua identidade de gênero. Processo androcentrista, machista, misógino e lgbtfóbico em que não encontrou nenhuma solução por vias legais até o momento. A agressão moral e física que lhe inviabilizou até mesmo visitar sua própria casa está encarnada em sua consciência, somatizado em seu corpo e tem determinado diversas mudanças em sua em condição social. Segundo *Dinká*, *agente de enfrentamento* que lhe deu apoio quando ela procurou o Fórum LGBT Amazonas, a questão não passava por “[...] *demandas de ordem econômica do campo imobiliário, visto que a casa do vizinho era grande, estruturada e totalmente construída, mas uma questão de ódio.*” (DINKÁ, 2013).

Reconheço que em momento anterior não havia a pretensão de aprofundar e incluir o sofrimento de *Amazonas*. Ela só despontou como foco analítico deste trabalho em decorrência da Conferência Metropolitana de Direitos Humanos e Cidadania – LGBT (CMDHC - LGBT) e principalmente da Conferência Estadual de Direitos Humanos e Cidadania - LGBT (CEDHC -

LGBT), realizadas respectivamente em novembro de 2015 e janeiro de 2016. Nesse momento ficou evidenciado que a participação podia ser caracterizada como de extrema indignação.

Na Conferência em que atuei como palestrante do Eixo 1³¹, e contribuí na mediação das definições de propostas para a CND/ LGBT, exercitei ao máximo a capacidade de negociação e entendimento, uma vez que tínhamos que construir apenas cinco propostas de políticas para o Brasil, e a nossa militante e *agente de resistência* exaltou-se diversas vezes por defender propostas ligadas à criação de delegacias especializadas em crimes lgbtfóbicos, questão que o grupo entendia ser de iniciativa do estado do Amazonas, e não do Governo Federal. Seu ar de inquietude, revolta, endurecimento, levou-me a refletir que sua postura e comportamento poderia revelar muito mais que o aceno realizado por *Dinká* a respeito de preconceitos e violências que afetavam lésbicas aqui em Manaus. Os atributos etnografados deu-me a ideia de lhe atribuir o nome *Amazonas*, inspiração do mito grego adaptado às narrativas míticas de Orellana (1549) sobre as mulheres guerreiras que habitavam uma tribo sem homens.

Dessa maneira, aproveitei a Conferência LGBT do Amazonas para estreitar os laços de amizade e obter detalhadamente as atuais condições existenciais e de que forma sua performance social deslinda um possível exemplo comum de LGBT em sofrimento pelo sentimento de injustiça, quando mesmo inculcados pelas estruturas simbólicas estruturadas, em que práticas de agressão ocorrem pelo único motivo de eles terem infringido as regras heteronormativas/cis.

A ressalva realizada anteriormente deve-se ao comportamento social dela por um lado: metalúrgica no Polo Industrial de Manaus, católica praticante e membro de movimento da pastoral católica, estudante universitária e, em paralelo, estudante de curso técnico em língua inglesa, residente monoparental, com residência própria. Sua casa era frequentada em grande parte por mulheres, e poucas delas estavam no nível superior. Dessa forma, nesse tipo de ambiente, não existe necessidade, por exemplo, de horário de silêncio. Mesmo que se possa garantir que possua padrão de ações sociais adequado às molduras estabelecidas pelas estruturas macrosociais, o atrevimento e até mesmo as práticas de resistência aos modelos familiares e sexuais heteronormativos, conferiam contra ela reações preconceituosas, excludentes e violentas.

No trabalho etnográfico, especificamente no decorrer do processo de acompanhamento dos *movimentos LGBT's* do Amazonas, conheci o jovem

31 Políticas intersetoriais, pacto federativo, Sistema Nacional de Promoção de Cidadania, enfrentamento da violência contra “população” LGBT e participação social.

que, neste trabalho, é reconhecido pelo nome de *Psicodélico*. Residente da Zona Norte de Manaus, tinha vinte e sete anos na data da pesquisa. Aos dez ou onze anos, com as ações típicas da puberdade, sentiu dia a dia o conflito entre o corpo feminino que o efeito do estrogênio lhe produzia, e sua personalidade, a cada momento mais identificada com o gênero masculino. Assim ele afirma: “[...] quando eu era criança eu era todo retinho, não tinha aquelas coisas de papéis sexuais jogados para cima de mim.” (informação verbal)³². Por sua especificidade de homem trans e sua trajetória de sofrimento, bastante conhecida pelos membros das coordenações de organizações sociais LGBT do Amazonas, procurei aproximação deste *agente de enfrentamento*, que acabou por contribuir neste trabalho como *agente de resistência*. A atribuição do nome *Psicodélico* foi como uma síntese de seu gosto por *rock metal*, por ter sido classificado como louco por muitas pessoas e por ter uma identidade que provoca controvérsias nas percepções, até mesmo daqueles que são LGBT – o fato de *ser homem transexual gay*.

Outros *agentes de resistência* que poderiam ter se tornado interlocutores da pesquisa não estão presentes pelas mesmas razões já expostas: concordavam em participar, no entanto, evitaram estabelecer formas de aproximação com o pesquisador. Atitudes que são compreensíveis, considerando tratar-se de situações de intimidade, aprofundadas pelo preconceito que acaba por inibir a exposição de suas vidas em uma pesquisa antropológica. Em outras palavras, falar de si pode representar uma catarse de autoafirmação interna e social. Dessa forma, os demais *agentes* que fizeram parte desta etapa da pesquisa foram contatados mediante minha rede de amizade e de outros colegas, ou seja, foi preenchida por amigos primários e secundários. A construção do trabalho de campo trouxe à tona a necessidade dos elos que produzam a confiabilidade e adesão.

Dionísia passou a compor o quadro dos *agentes* por meio de dados hemerográficos, por amizade em comum, e ainda por uma indicação recebida no Fórum LGBT Amazonas. O que ocorreu com esta travesti causou grande repercussão devido a sua coragem de denunciar a violência de que foi vítima. Entretanto, encontrar *Dionísia* e garantir que esta seria interlocutora só se tornou possível com a intermediação de um amigo *gay* que faz parte de meu círculo de amizade. Foi por meio dessa intermediação que se tornou possível a realização da entrevista. Bastaram dois encontros iniciais para ter a sensação de tratar-se de uma velha amizade, tamanho seu carisma e empatia. De sorriso fácil, despojada, ainda atuava como promotora de eventos culturais em seu bairro, oferecendo concursos, festivais e festas de maneira geral. Achei que

32 Entrevista concedida por Psicodélico, em Manaus-AM, em 2015.

o homônimo – *Dionísio*, deus da festa e alegria na mitologia grega – seria apropriado.

Baryshnikov compõe o quadro de interlocutores desta pesquisa como *agente de resistência*, mesmo que atualmente seja militante da causa LGBT em diversos espaços, no meio acadêmico, artístico e partidário. Portanto, mais um caso de *agente* que sintetiza dentro do critério estabelecido nesta pesquisa *resistência e enfrentamento*. No entanto, não o coloquei na mesma condição de *Amazonas* e *Psicodélico* devido ao fato de a relação pesquisador-interlocutor ter se construído em momentos que antecederam ao doutoramento, em 2011, quando fui seu professor no ensino médio. A relação de amizade se consolidou historicamente, e já possuía algumas informações sobre aquilo que certamente justifica sua participação nesta pesquisa concernente sua experiência de preconceito, violência física e exclusão do convívio familiar desde sua adolescência.

Baryshnikov se insere neste trabalho por processo de anamnese, visto que o caminho para a construção da pesquisa de campo parecia extremamente desafiador, considerando que ao reconstruir o projeto em 2013 tive a percepção de que essas tragédias, representadas pelos homicídios, são pontos culminantes da violência, desfecho de processos de exclusão e preconceito. Outras formas de violência passaram a compor o leque de casos empíricos a serem retratados e refletidos neste trabalho. O desafio tornou-se ainda maior porque essas modalidades de violência, mesmo aquelas que resultam em agressão física, não são registradas nas delegacias de polícia, muito menos chegam aos órgãos de apoio e defesa dos Direitos Humanos. Ressalta-se que violência contra LGBT torna-se ainda mais legítima quando é praticada no próprio convívio familiar, aumentando as subnotificações.

Assim, além de buscar estes casos em dados hemerográficos e no Fórum LGBT Amazonas, como já se apresentou acima, a busca na rede de amizades demonstrou ser extremamente eficaz, pois além de diminuir substancialmente as dificuldades de encontrar esses relatos, podia contar com a confiança dos interlocutores, o que se tornou determinante na construção do trabalho antropológico. Dessa maneira, seguindo o que citei a respeito da anamnese deste caso (ainda mais porque *Baryshnikov* foi meu aluno no ensino médio), observei muitos preconceitos sofridos por ele no contexto escolar, especialmente por sua performance efeminada e sua tenra adesão à arte do teatro e da dança. No momento em que lembrei que aos quinze anos ele passou a residir em um pequeno quarto em um bairro da Zona Leste, sozinho e praticamente sem mobiliário, considerei que sua história poderia compor parte das narrativas

sobre a violência *simbólica, moral e física* desta pesquisa.

Na atualidade, *Baryshnikov* desenvolve múltiplas atividades, que vão daquelas típicas do mundo acadêmico no curso de arte, ao desenvolvimento de projetos cênicos e de dança. No momento de sua participação na pesquisa, ele atuava em grupos de danças e na função de instrutor de balé em projeto social da Prefeitura de Manaus. A respeito de sua atuação em grupos de dança, desenvolve atividades de apresentações artísticas nos seguimentos folclóricos do Amazonas e de outros estados da Amazônia. Estive duas vezes em sua residência para conversarmos, diálogos que transcenderam as formalidades de uma entrevista ou depoimento, como devem ser os trabalhos antropológicos.

Membro de família de cinco irmãos, sendo ele o mais jovem, pai comerciante, estudou durante todo nível fundamental em escola pública municipal. No ensino médio, obteve aprovação para realizar o curso médio integrado de agropecuária no Instituto Federal – *Campus IFAM Zona Leste*. O curso que funcionava durante todo o dia ainda foi complementado por mais, de técnico em informática, no período noturno. De acordo com os relatos, fica patente que o curso noturno teria mais a função de preencher o tempo em que estaria sozinho em seu quarto, desprovido de fogão e geladeira. Assim, o cômodo pequeno servia apenas para ele passar a noite. Nesta breve sinopse, creio que pude ser compreendido quando atribuí o nome deste agente – *Baryshnikov*, grande bailarino contemporâneo.

Eros torna-se interlocutor como *agente de resistência* precisamente por minha proximidade com seu amigo desde 2004. Neste contexto de aproximação e conhecimento mútuos, pude vivenciar diversos processos em sua vida que diziam respeito à sua relação familiar. Em 2005, de certa forma, participei ativamente de uma dessas situações críticas de relacionamento, em que ele, após ser expulso temporariamente de sua residência, acabou abrigado a residir por alguns dias comigo. Dentre tantas narrativas nestes anos de convivência, um deles descrito sob forte sensibilidade emotiva que remontava à situação de espancamento vivenciado na adolescência, tocou meu ser e minha memória, tanto que à medida que esta pesquisa foi construindo sua forma, este relato logo veio à lembrança. Dessa forma, propus o desafio a *Eros*, que prontamente aceitou contribuir com a pesquisa. Na verdade, a interlocução com este agente foi um processo de rememorar suas experiências com um objetivo determinado, não mais como amigo simplesmente.

Tulipa compôs o quadro de interlocutores devido ao fato de estabelecer relação conjugal com um vizinho e amigo. Por circunstâncias de ordem social e familiar, ela vivenciou sua adolescência e parte da juventude como *gay*. Quando

a conheci, estava em processo de transição para se tornar mulher transexual (transgênera). O interesse por sua contribuição se deu pela conjunção de três fatores: primeiramente, por sua experiência com a violência *simbólica, moral e física*. Depois, pelo fato de ser mulher transexual e, por fim, por pertencer a uma classe econômica pequena burguesa. Estas características contribuíram para que o trabalho abarcasse as múltiplas dimensões da diversidade.

Tulipa aparece nesse contexto não atrelada à ideia de situação ou evento, mas como processo histórico que a remete à sua tenra infância, visto que a percepção do preconceito surge em sua memória desde seus cinco anos de idade. Não se pode negar que condições de classe e processos circunstanciais foram fundamentais para que ela fosse amparada e se mantivesse um pouco mais distante da vulnerabilidade social comum à maioria das travestis e transexuais no Brasil. Conheci *Tulipa* por meio desse vizinho³³. Ele, alguns anos antes, tinha identidade bissexual até o início do relacionamento com Tulipa. Posteriormente manteve uma relação estável com Tulipa, que naquele momento, por sua vez, desenvolvia uma performance social *gay*. Ela, paulatinamente, foi assumindo identidade transexual/transgênera. Acompanhando o processo de transformação de *Tulipa*, é visível que seu corpo de forma gradual vem ganhando formas femininas, intensificadas sobretudo pelo processo de hormonização³⁴.

De casal gay eles passam a se tornar um *casal heterotransexual*. Inicialmente, foram residir no apartamento de *Tulipa*; algum tempo depois, vieram residir na casa de *Apolo*, local onde vivia antes do enlace afetivo junto a seus familiares. Atualmente eles são proprietários de um bar popular e abriram um pequeno salão de beleza na Zona Leste. Sem dúvida, o fato de *Tulipa* pertencer a uma família abastada e atualmente residir em um sobrado, precisamente sobre o bar, instigou-me a analisar este processo, em que a exclusão familiar pressupõe também a negação de acesso aos bens materiais da família. Pela proximidade geográfica e afetiva, pude estabelecer boas horas de conversa, muitos detalhes compartilhados, processo de sofrimento contado calmamente, voz harmoniosa, sorriso sempre no rosto, uma docilidade e beleza de difícil descrição que acabei por encontrar no nome como ela será conhecida neste trabalho.

33 Neste trabalho recebeu o nome de *Apolo*.

34 O processo transexualizador tem na hormonização papel importante. Trata-se da introdução de hormônios femininos ou masculinos em agentes transexuais, visando compatibilizar o corpo à identidade de gênero de cada um. As cirurgias de readaptação genital são comuns entre transexuais, mesmo que na atualidade haja efervescente discussão sobre a relevância da cirurgia para se pensar identidade trans. A pauta de políticas públicas de saúde voltadas para essas identidades é extensa considerando que mesmo sendo um direito, o Estado continua aquém das lutas dos transexuais.

Anhangá passou a contribuir como *agente de resistência* após ter sido expulso do bairro em que morava, uma vez que sofreu uma tentativa de homicídio em 2013. Ao chegar a seu novo bairro, construiu amizade com um amigo que possui há muitos anos. Por meio dele estabeleci contato com *Anhangá*. Cultivada a amizade, o processo para que ele se tornasse interlocutor desta pesquisa tornou-se propício, visto que a relação de amizade tem o poder de quebrar os muros que muitas vezes senti quando agendava entrevistas com pessoas que não conhecia de forma mais profunda. *Anhangá* reside em um pequeno apartamento alugado ao lado de seu salão. Fazem sua companhia três cachorros de estimação. Ele migrou para Manaus vindo de um pequeno município do estado do Pará. Todas as vezes que relata sobre sua vida na zona rural de seu município sempre surge histórias que envolvem animais de estimação – silvestres ou domésticos. Este amor pelos animais me fez pensar no nome *Anhangá*, protetor dos animais da floresta.

Infere-se que o processo de construção deste segundo quadro que denomino *agentes de resistência* se edificou pelo uso distinto de estratégias, mas está profundamente norteado pela força das redes de amizade, mesmo quando este agente aparecia no contexto das organizações LGBT. As relações de proximidade foram fundamentais para a execução deste trabalho, afinal, as interlocuções se construíram em larga medida condicionada por este fator.

A seção seguinte é composta pela abordagem compreensiva sobre os casos de assassinatos de LGBT's em Manaus. Pelas circunstâncias, os *agentes de resistência* são elementos dizimados pela violência, fato que os tornam nulos como interlocutores. Dessa forma, as vozes sobre violência nestes casos de homicídios são recuperadas da memória de pessoas que conheceram ou que possuíam proximidade com algum LGBT. Portanto, estou me referindo a versões de segunda ordem, textualizadas por mim posteriormente, exemplo que demonstra a etnografia não como um retrato de uma pseudorealidade.

No decorrer desta pesquisa, os casos de homicídios de LGBT's em Manaus foram se avolumando. No entanto, o grande desafio estava em obter aproximação com familiares para estabelecer diálogo que pudesse contribuir na compreensão dessa realidade. Depois de algumas incursões – visitando alguns velórios e procurando pessoas que tinham conhecido LGBT's mortos em ações de violência – consegui viabilizar quatro casos de mortes que compuseram este tópico da pesquisa. Creio que o termo viabilizar é pertinente à medida em que afirma ser fácil enumerar casos de violência homicida por dados hemerográficos. Todavia, adentrar aos casos, encontrar pessoas e estabelecer relações de confiança para dialogar, mostrou-se complexo e desafiante. Alguns

exemplos podem ajudar a compreender essa dimensão: quando o crime, por exemplo, está relacionado a ações de traficantes, em que o silêncio é regra; quando o LGBT vive em casas alugadas, residindo sozinho e, ao morrer, nem mesmo os vizinhos conhecem seus parentes; quando familiares não reconhecem a identidade do parente LGBT (...). Estes são apenas alguns dos obstáculos que se manifestaram na construção do trabalho de campo.

Em dois casos de homicídio consegui realizar entrevistas com as mães. O primeiro é o caso de *Deusuíte*³⁵, *travesti* que sobrevivia da prostituição no circuito Grande Circular na Zona Leste da cidade. O segundo, de *Hefesto*³⁶, *gay*, metalúrgico no Polo Industrial de Manaus (PIM), sinal diacrítico que explica seu nome neste trabalho. Ambos foram assassinados em 2015. O acesso a estas histórias só se tornou concreto devido à contribuição de dois amigos: uma professora que foi minha discente no curso de pedagogia, vizinha da família de *Deusuíte*, e um amigo *gay* que trabalha como cabeleireiro. Por fim, minha amizade com *Hefesto* era circunscrita ao espaço público das festas. Estes mediadores garantiram minha inserção na vida familiar desses *agentes*. O registro de que a narrativa sobre a morte destes *agentes* se construiu em diálogos com suas genitoras não pode ser interpretado como material com maior legitimidade ou ser pensado como mais realista, mas deve ser compreendido apenas como um *ponto de vista*, ou seja, apenas um prisma que, nestas experiências, inclusive, são eivados de romantismo materno.

Os dois outros casos de LGBT's assassinados que configuram parte deste trabalho foram *Baco*³⁷, *identidade gay*, que atuava como professor, sendo que lhe atribuí este nome devido aos relatos do nosso interlocutor, que registrou intensamente que *Baco* começava a beber na quarta feira e só parava no domingo; e *Sávio*³⁸, *identidade gay*, menor de idade, por história de vida marcada pelo catolicismo, remetendo-me à prematura morte de São Domingos Sávio. Assim, atribuí o nome do santo ao jovem assassinado. Foram casos em que não houve possibilidade de acesso aos parentes destes *agentes*, visto que as respectivas famílias não reconheciam a identidade *gay* deles, pelo menos os parentes mais próximos. Dessa forma, *Baco* mostra-se no trabalho por meio do relato de seu *melhor amigo* e companheiro de trabalho na Secretaria Municipal

35 Nome de uma personagem da minissérie “Amazônia”, exibida em canal de televisão, de autoria da escritora Glória Perez. Na trama, Deusuíte sai do interior da Amazônia e vem para Manaus, lugar onde acaba se tornando prostituta.

36 Deus grego da metalurgia.

37 Deus romano do vinho, da festa, das orgias.

38 São Domingos Sávio morre aos 14 anos por tuberculose na casa de seus pais. Aos doze, conhece São João Bosco, realizando os estudos secundários e fundando uma companhia que ajudou formar os seguidores de Dom Bosco.

de Educação – Manaus (SEMED), de forma que a intermediação, para que eu conhecesse este amigo de *Baco*, aqui chamado por *Agité*, deu-se por meio de outro amigo *gay* que trabalha como cabeleireiro em determinado bairro da Zona Leste. *Sávio* surge no trabalho por meio da versão relatada por seu primo *Lênin*, que pelo fato de ser *agente de enfrentamento*, prontamente colocou-se à disposição da pesquisa, no momento em que se evidenciou a inviabilidade de tratar *Sávio* como *gay* em seu núcleo familiar.

Os *agentes de Estado* que contribuíram durante o trabalho de campo estavam lotados na SEJUSC e na SEAP. Essas secretarias deram suporte por meio de seus secretários de Estado. Considerando que minha presença em reuniões e eventos ligados aos Direitos Humanos e cidadania LGBT havia estabelecido os primeiros contatos com diversos *agentes de Estado*, mesmo assim, após algumas frustrações tentando estabelecer agendamento com representantes de órgãos públicos, acabei percebendo que o caminho mais viável seria aquele semelhante ao desenvolvido no trabalho de campo com os *agentes de resistência*, isto é, a intermediação. Dessa feita, foi de grande valia a contribuição de Maria Magela Mafra Ranciaro, companheira de doutorado, e de seu esposo, Gino Ranciaro, que abriram as “portas” dos órgãos públicos do Estado. Bastou uma ligação telefônica ou uma solicitação informal para que eu chegasse aos gabinetes para realizar as atividades de campo.

Frequentei algumas vezes a Delegacia Especializada em Homicídios. Importante enfatizar que o delegado titular sempre me recebeu com cordialidade e se colocou à disposição da pesquisa desde a primeira visita³⁹. Ainda, sobre os *agentes Estado*, realizei entrevistas com dois policiais militares. No entanto, não busquei realizar interlocução por meio institucional, mas pela rede informal de contatos. Eles adentram à pesquisa devido a uma explanação de um mestrando e policial militar, em determinada disciplina ministrada no Programa Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCOSA). No momento em que se abriu o debate sobre esta pesquisa, ao fim de minha exposição, o militar deu sua contribuição tocando em questões pertinentes à prática policial em casos de homicídios de LGBT. Neste sentido, agendei entrevista com ele e, posteriormente, entrevistei mais um policial militar que atua no Centro Integrado de Operações Policiais (CIOPS), e que tinha sido meu discente em um curso de pedagogia.

Os *agentes* aqui apresentados compõem o quadro dos sujeitos que tiveram suas experiências, suas práticas e suas vozes como objeto central deste estudo. Cabe esclarecer esse dado, visto que desde a introdução pudemos observar

³⁹ Evidente que o fato de termos composto mesa em audiência pública em 2015 na Câmara Municipal de Manaus sobre violência contra LGBT propiciou a aproximação e confiança.

diversas outras experiências e vozes que aparecem como *agentes* esporádicos à primeira impressão, mas que possuem papel analítico e compreensivo dos processos da violência na cidade de Manaus. Além disso, os estudos documentais, a exemplo dos processos criminais, em que as posições dos antagonistas empíricos são expressas, trouxeram, em si, possibilidades de análises importantes para a reflexão sobre a violência contra LGBT's, mesmo que tenha optado em não lhes garantir *agência* ou *persona* neste trabalho⁴⁰. Outra face deste estudo encontra-se nos assassinos catalogados, especificamente por meio documental, objetivando alargar as possibilidades de análise. Se na relação pesquisador e interlocutor as versões podem ser pueris, imagine-se as circunstâncias em se lidar com réus, em que a condição de mentir ou dizer a verdade pode significar liberdade ou reclusão. Se junta a esta realidade o fato de que os perpetradores do crime quase sempre são acompanhados por especialistas em estratégias (os advogados) que quase sempre lhes garantem a absolvição.

1.2.4 Violência contra LGBT's: dispositivo de mobilização

Após apresentarmos tantos agentes, classificados em três segmentos, torna-se inevitável refletir sobre a categoria violência, até porque ela se configura como elemento central nas questões refletidas nesse texto. Considerando que esta pesquisa se encontra no domínio do conhecimento antropológico, pode parecer impertinente a apresentação de uma seção voltada para dados de cunho mais sociológicos ou até mesmo que poderiam ser interpretados como dados puramente quantitativos. Assim, preventivamente, antecipo que se em determinado momento a problemática da assistência de saúde apareceu como dispositivo primordial mobilizador de ações organizativas sociopolíticas do *movimento LGBT*⁴¹, nas últimas décadas o discurso demarcado pela

40 Os mediadores e os interlocutores deram versões sobre agentes mortos que apareceram como pano de fundo. No entanto, quando seus nomes aparecem – mesmo que raramente –, apresento os nomes reais desses agentes que contribuíram fundamentalmente para a execução dessa pesquisa. Foram aqueles que me fizeram chegar às vivências de violência sofrida por LGBT's, seja pela mediação, negociação, seja pela interlocução.

41 Em Manaus não foi diferente. O relato de *Hipócrates*, líder da AGN, demonstra a principal preocupação do movimento em sua origem: a história começa com grupos aqui em Manaus na época que o Adamor era presidente, e depois acabou se transformando na Associação Amazonsense de Gays, Lésbicas e Travestis. O movimento se resume com “antes e depois do Adamor Guedes”. Adamor Guedes conseguiu fazer um trabalho muito grande com o pessoal na questão do conhecimento dos Direitos Humanos e na prevenção de DST's. Com sua morte, algumas pessoas criaram organizações não governamentais, como a Associação Orquídea, a Associação

mensuração da violência que afeta os LGBT's tem sido central nas vozes tanto de *agentes de Estado* quanto de *agentes de enfrentamento*: a categoria violência insuflou e abarcou outras categorias que compuseram o leque de questões e agendas das fileiras do movimento LGBT. O protagonismo da violência pode ser compreendido também pelo fato do discurso e da luta pautada nas demandas de políticas de saúde para as “populações” LGBT – vanguarda na década de oitenta e noventa – tenha obtido relativa estruturação⁴² de assistência e prevenção, especialmente no que diz respeito à DST/AIDS por parte do Governo Federal. Quanto a isso, o documento produzido pela SEJUSC (2016, s.p.), que balizou as discussões das conferências municipais, metropolitanas e estaduais, ajudam a explicar o referido processo:

No campo do exercício do direito à saúde, já é possível destacar ações concretas. Em 2011, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com as finalidades de eliminar a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo. Entretanto, é de fundamental importância o fortalecimento da articulação entre as políticas públicas já existentes, voltadas para a ‘população’ LGBT e a política de assistência social no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) [Orientações de conteúdo para a III Conferência Estadual de Políticas Públicas, Direitos Humanos e Promoção da Cidadania ‘População’ LGBT Amazonas – SEJUSC, 2016].

A política instituída em 2011 para o campo da saúde LGBT não foi produzida a partir de um marco zero, pelo contrário, ela é resultado de processos que antecedem aos governos do ex-presidente Lula, especialmente com a Política de Combate à DST e HIV/AIDS dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Dessa forma, pode-se inferir que a política de assistência à saúde voltada para aquilo que se classifica como “população LGBT”, já estruturava-se de forma interministerial e intersetorial, ou seja, possuía caráter que articulava ações entre os ministérios, o Governo Federal, os estados da federação e as das Travestis do Amazonas (ATRAAM) e a Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT). A partir desse momento, cada ONG tomou seu caminho: a Orquídea foi trabalhar com profissionais LGBT; a AAGLT atua junto aos profissionais do sexo, porque 90% dos garotos de programa de Manaus são gays. Então, a gente acaba trabalhando com o tema e todo mundo entrou no fórum LGBT na época, todo mundo fazia a mesma composição.

42 O termo “relativa” é apropriado, pois quando observarmos as propostas aprovadas na III Conferência de Direitos Humanos LGBT – 2016, as pautas relacionadas à saúde são extensas e registram o quanto a política vigente ainda carece de efetivo aprimoramento. Registro que as demandas dos segmentos *trans* são as mais prementes devido às especificidades desse segmento.

prefeituras, inclusive com a formação de agentes de saúde em atendimento específico a LGBT's.

Aponto ainda que possivelmente outros elementos interpretativos para compreender os porquês de a violência ter ganhado espaço privilegiado, inclusive no meio acadêmico, ocorra por seu caráter polissêmico, carregado de potencialidade de interagir com os diversos campos de interesses e necessidades sociais dos LGBT's, ou seja, o termo violência pode ser aplicado em diversos sentidos e situações sociais.

Nesse sentido, apresentar dados sobre violência contra LGBT's não se trata de questão circunscrita à premissa elementar de busca de justificativa de caráter legitimador do próprio ato de pesquisar, mas pretende dar conta de interpretar as posições e os posicionamentos dos agentes multilaterais que têm encontrado na violência dispositivo⁴³ mobilizador de ações sociais e de

43 A violência contra LGBT's, neste sentido, configura-se como mais um dispositivo no sentido foucaultiano, ou seja, como elemento desencadeado por campos difusos da sociedade e das instituições sociais, que representa as relações de poder historicamente construídas, que no momento em que aponta como dispositivo de controle, dialeticamente desencadeia processos mobilizadores de enfrentamento e luta por igualdade de *status* por parte dos afetados por ela. Agamben (2005) ainda busca, além de uma síntese de sua própria concepção de dispositivo, as fontes genealógicas em que Foucault ancorou seu conceito de dispositivo.

Se “positividade” é o nome que, segundo Hyppolite, o jovem Hegel dá ao elemento histórico, com toda a sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos, então Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornará mais tarde “dispositivo”) toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres viventes e a elemento histórico, entendido como o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. O objetivo último de Foucault não é, porém, aquele de reconciliar os dois elementos, como podemos encontrar em Hegel. E nem mesmo o de enfatizar o conflito entre eles. Trata-se, para ele, de investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos “jogos de poder”.

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. Não seria provavelmente errado definir a fase extrema da consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos. Certamente, desde que apareceu o *homo sapiens*, havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que

propostas de políticas públicas.

Segundo relatório de 2012 do Grupo Gay de Bahia (GGB), foram assassinados naquele ano 338 LGBT's, o que representa um homicídio a cada 26 horas, de forma que os *gays* lideraram com 188 homicídios (56%), seguido por travestis, com 128 mortes (37%), 19 lésbicas (5%), e 2 bissexuais (1%). O documento faz questão de registrar que também naquele ano foi assassinado de forma brutal um jovem heterossexual na Bahia – confundido como homossexual – quando estava abraçado com seu irmão gêmeo. A menção a este último registro tem papel preponderante, a medida em que o movimento deseja expor que a violência de caráter lgbtfóbico afeta também os heterossexuais/cis.

O perfil dos LGBT's assassinados é diverso. Entretanto, predominam as travestis profissionais do sexo, com 72 casos (45%), seguido de 19 comerciantes, 16 professores, 9 cabeleireiros e empresários, 7 pais de santo e 2 políticos e jornalistas.

Durante o ano 2012, somente 1/4 dos casos foram elucidados, o que dificulta as análises sobre a identidade dos assassinos. No entanto, sabe-se que são comuns como autores desses crimes seguranças particulares, garotos de programa e outros com ocupações de baixa remuneração. O referido relatório aponta que 17% tinham menos de 18 anos e 85% estavam abaixo de 30. Ademais, 21% desses crimes foram praticados por 2 a 4 homens, fato que diminui a probabilidade de o LGBT escapar de um ataque homicida dessa natureza.

No Amazonas, em 2012, houve 15 (quinze) casos de homicídios de LGBT, sendo dez gays, quatro travestis e uma lésbica, número que situou o estado na oitava colocação em índices de homicídios, o primeiro quando se restringe aos estados da Região Norte. Em números absolutos, entretanto, Manaus ficou na primeira colocação entre todos os municípios do país, com 14 mortes.

Em 2013 foram assassinados no Brasil 307 LGBT's, a maioria dos crimes marcados por grave brutalidade. Os estados que mais assassinaram foram Rio de Janeiro e Bahia, com 20 casos cada, Minas Gerais (24), São Paulo (29) e Pernambuco, sendo este o estado que mais matou LGBT, com 34 casos contabilizados. Mesmo que o quantitativo de gays seja numericamente superior, quando se considera o quantitativo de travestis no Brasil fica patente não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. De que modo, então, podemos fazer frente a esta situação, qual a estratégia que podemos seguir no nosso corpo a corpo cotidiano com os dispositivos? Não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo justo (AGAMBEN, 2005).

que eles são os maiores alvos – proporcionalmente – de vítimas da violência lgbtfóbica.

Quando se faz a divisão da violência lgbtfóbica pelos estados da federação, observa-se que entre os entes que mais violentaram LGBT em 2012 foi Alagoas, com 18 casos, Paraíba (19) e Piauí (15), campeões desse drama social. Entretanto, como viu-se acima, para os pesquisadores e militantes, Manaus apresentou 14 mortes de LGBT's em 2012, 12 em 2013, 07 em 2014 e 23 em 2015, colocando a cidade em elevada expressão estatística da violência contra LGBT's. Em 2012 e 2013, diga-se de passagem, ocupou a primeira colocação neste triste índice nacional.

Em relação a 2014, o Brasil continua posicionado entre os países que mais mata LGBT's – pelo menos no que diz respeito às nações que possuem algum instrumento de aferição e/ou em que as práticas LGBT's não são criminalizadas. Segundo agências internacionais metade dos casos de assassinatos de transexuais ocorrido no mundo se deu no Brasil. Assim, foram contabilizadas 326 mortes de LGBT em 2014: 163 eram gays, 134 travestis, 14 lésbicas, 3 bissexuais e 7 amantes de travestis (*T-lovers*). Também foram registrados sete assassinatos de heterossexuais confundidos com *gays*, por circunstâncias ou por estarem em espaços frequentados por LGBT's. Quando partimos para números absolutos, São Paulo registrou 50 casos e Minas Gerais 30. Estes dois estados tomaram a dianteira numérica de casos de assassinatos. Entretanto, Paraíba e Piauí, com suas respectivas capitais, despontam no cenário nacional como espaços sociais e geográficos com marcas mais profunda dessa modalidade de violência. Quanto a Manaus, em 2014 a cidade passou para a oitava colocação entre as capitais com maior número de assassinato, quando fechou o ano com sete homicídios (considerando números absolutos).

As variações de assassinatos e até por vezes as mudanças quanto as lideranças dos números de casos, além de demonstrar que o Nordeste desponta em muitos relatórios como região mais propícia a estes crimes, e o Centro-Oeste, em 2014, aparecer como a região mais violenta em termos relativos, refletem duas constatações: primeiro, que a violência contra LGBT pode ser considerada como problema nacional; depois, que a notificação passou a ser um critério fundamental para se pensar esses números crescentes, mesmo que se reconheça que a subnotificação faz com que esses índices sejam apenas balizadores da reflexão e não uma verdade incontestável sobre a violência. A exemplo cito o caso do relatório de 2012 do Conselho Nacional LGBT em parceria com Secretaria de Direitos Humanos ligada à Presidência da República, que demonstra como a criação do instrumento de denúncia e o

processo de democratização da informação sobre a política determinou um crescimento vertiginoso no número de casos de um ano para o outro. Como assinala o Relatório Nacional a seguir (BRASIL, 2012, p. 18):

Em 2012, foram registradas pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em setembro ocorreu o maior número de registros, 342 denúncias. Em relação a 2011 houve um aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos.

Estes dados se referem ao disque 100 e demonstra que o aumento dos casos denúncia, neste caso, apenas reflete uma aproximação aos reais números das violações de Direitos Humanos LGBT no Brasil. Dessa forma, os números aqui postos não somente têm o papel de referência de análise, mas também possui a função de sinalizar avanços e conquistas, visto conter nesse processo as demandas de igualdade de *status* social requerida pelo *movimento* enquanto representação social e pelos *agentes sociais*.

Mesmo que os números tenham significância em possam se constituir como parâmetro para se discutir conceitos ligados à biologia (como a ideia de genocídio) e à antropologia cultural (como o etnocídio), sem que haja uma limitação a um maniqueísmo simplista, é plausível acreditar que determinadas forças sociais têm situado os LGBT's na condição de inimigos nocivos a serem combatidos (representados pelo mal), possibilidade que posteriormente terá espaço reflexivo específico. Porém, não é possível comungar com a posição de Mott (2003), nesta questão específica, considerando o amadorismo sociológico que alimenta sua interpretação histórica desses levantamentos. É consenso sua máxima de que algo precisa ser efetivado pelo estado brasileiro como interposição ao quadro de vulnerabilidade social em se encontram os LGBT's no Brasil, todavia, considerar de forma simplista que o aumento número de registros é o reflexo do aumento de casos de violência, creio ser um equívoco ou pelo menos uma ilação sem comprovação possível.

Lastimavelmente, a violência anti-homossexual cresce incontrolavelmente no Brasil. Nos 8 anos do governo FHC, foram documentados 1023 crimes homofóbicos, uma média de 127 por ano; no governo Lula, subiram para 1306, com média de 163 assassinatos por ano; em apenas 4 anos, no governo Dilma, tais crimes já atingiram a cifra de 1243, com média de 310 assassinados anuais – quase o dobro dos governos anterior-

Violência contra LGBT: resistência e enfrentamento

res. Daí a urgência da presidenta cumprir sua promessa de campanha de criminalizar a homofobia! (GGB, 2014, p. 3).

As ditas ciências duras sempre puseram em descrédito a legitimidade científica das ciências sociais, em especial por seu processo de distanciamento aos ditames do positivismo. Tal premissa tem validade para quaisquer campos dessas ciências “moles”, a antropologia primordialmente. Dessa maneira, mesmo considerando o objetivo do levantamento liderado por Mott, não se justifica a negação total de reflexão no sentido de que o aumento de registro não representa necessariamente aumento de casos, pelo contrário, seja ele pelos agentes afetados pela violência, seja pela mídia ou ainda por instâncias públicas, o dado representa que esses *povos* estão em outro patamar de resistência que não aquele demarcado pelo *armário* negador das identidades. Neste sentido, justifica-se a abertura para os dados da violência contra LGBT's, afinal, é inegável seu papel dispositivo no contemporâneo. Entretanto, explicita seu caráter de baixa resistência aos mascaramentos da realidade.

A compreensão da violência como dispositivo reforça o olhar proposto aqui enquanto superação da perspectiva pautada na retórica – agressor-vítima – fugindo da perspectiva que compreende o princípio da “identidade vitimada” como uma espécie de força, reconhecendo que os lgbtfóbicos podem interpretar de forma a legitimar a violência: “se não são vítimas, então que se virem”! A proposta é de entender a não vitimização como a condição de resistência e enfrentamento que só são possíveis quando se está preparado para não ser tratado com igualdade (HOOKS, s.d.).

Todavia, se esta seção propôs dar alguma centralidade às estatísticas da violência contra LGBT's, cabe encerrá-la apontando para a quantificação preliminar, considerando que os relatórios oficiais registraram em Manaus 24 homicídios de LGBT's em 2015, triplicando o número de 2014, quando 07 casos foram aferidos. No entanto, a discussão sobre lgbtfobia é polifônica e, mesmo entre os agentes de enfrentamento, há aqueles que negam a vinculação entre violência e lgbtfobia em Manaus, a exemplo de *Hipócrates*, que desenvolve ações por meio de sua ONG voltada para o campo da saúde e prevenção:

Aí o pessoal tá dizendo, mas tem a questão da segurança, a segurança hoje em Manaus tá assim, algumas pessoas dizem que o Amazonas é 'homofóbicos', o Amazonas não é um estado 'homofóbicos', tem pessoas que são 'homofóbicas', por quê? Se você pegar os assassínatos, todos que ocorreram, e olhar de forma fria, nem todos foram 'homofobia', tem casos que foi assalto, infelizmente o companheiro LGBT foi assaltar al-

guém, o cidadão reagiu, matou, tem notícias dessas no jornal, tráfico de drogas, crime passionnal, o cidadão vivia com travestir, ela não quis mais e foi embora; ele assassinou, aí saiu, foi crime passionnal mas foi ‘homofobia’; como foi ‘homofobia’ se ele vivia com a outra? Se ele vivia, ele não era homofóbico, né? Só não viviam juntos porque não moravam sob o mesmo teto; ela deixou foi embora, não quis mais; foi crime passionnal, então dos crimes que você tem hoje, poucos são ‘homofobia’, pouquíssimos são ‘homofobia’, mas são e a secretaria acaba apurando, o que tem na questão da ‘homofobia’ são aquelas piadas que o pessoal tira, que agora está sendo levado pra Secretaria de Justiça, que ela apura e agrega e hoje a Secretaria de Segurança ela tem apurado esses crimes, inclusive a Secretaria de Segurança criou um grupo específico para apurar crimes (informação verbal)⁴⁴.

Entre os *agentes* há divergências sobre a relação violência contra LGBT’s e lgbtfobia. Por exemplo, o delegado titular da Delegacia Geral de Homicídios, em audiência pública na Câmara Municipal de Manaus, seguiu o mesmo raciocínio e posição ao afirmar que: “[...] dos dez casos ocorridos até o momento, no ano de 2015, não há nenhum de caráter homofóbico” (informação verbal)⁴⁵. O agente de enfrentamento citado acima, na condição de heterossexual, ao buscar exemplificar situações de violência contra LGBT’s, os coloca de imediato na condição de assaltantes e procura comprovar, praticamente, a inexistência da homofobia em Manaus. Importante destacar que os *agentes Cronos e Ajuricaba*, ligados à Aliança LGBT- AM, em muitos momentos relativizaram a concretude da violência lgbtfóbica em Manaus. Este breve contraponto tem a finalidade de reforçar que, mesmo que haja posições dissonantes a respeito da relação violência e lgbtfobia, nesta seção se buscou enfatizar que a politização da violência que afeta LGBT’s tem produzido a pauta do *movimento social*, que em geral considera a violência contra LGBT como expressão do preconceito – *lgbtfobia*. Nesta pesquisa, ao dialogar com *agentes de resistência*, meu *ponto de vista* visualizou, a todo o momento, as marcas do preconceito, que me fez concordar com o pensamento majoritário do movimento LGBT no Amazonas e no Brasil.

44 Entrevista concedida por Hipócrates, em Manaus-AM, em 2014.

45 Enunciado do delegado titular da DGH, em Manaus-AM, em 2015.

Capítulo II

A VIOLÊNCIA DO COTIDIANO: DO SIMBÓLICO, DO MORAL À VIOLÊNCIA FÍSICA

Neste ponto da textualização, embasado pelo trabalho de pesquisa realizado, algumas posições foram estabelecidas: a noção de complementariedade entre a pesquisa realizada no curso de mestrado no PPGSCA e o estudo atual no campo antropológico no PPGAS. A clareza de ter introduzido este texto pautado por minha própria experiência e, conseqüentemente, pelos teóricos com os quais dialogo, colocaram-me numa posição reflexiva, primeiramente no sentido de que a compreensão desta pesquisa se concentra no reconhecimento da agência dos interlocutores, depois, pela perspectiva de que a violência contra LGBT's consitui-se como papel de dispositivo mobilizador e que a mobilização e a organização social patrocinado por eles em luta pela aquisição de direitos têm provocado, dialeticamente, o recrudescimento de alas mais conservadoras da sociedade tensionando e produzindo o conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito.

A violência contra os LGBT's, na dimensão nacional e local, é fenômeno empiricamente verificável e perpassa por formas, modalidades e contextos diferenciados, que, paradoxalmente, pode ser vista como fator desencadeado pela afirmação identitária ou como geradora de afirmação. O pressuposto desta afirmação se dá pelo inegável processo de violências *simbólicas, morais e físicas*¹ que acomete a existência social de muitos agentes em virtude de práticas sexuais ou de identidade de gênero. Todavia, o reconhecimento e a visibilização desses acontecimentos possuem raízes nos processos políticos

1 Considerando que Bourdieu (2007) estabelece que a violência simbólica decorre da aquiescência tácita dos dominados, ou seja, de que ela passa de forma até mesma despercebida, esta pesquisa irá considerar violência simbólica a própria condição dos LGBT's de nascerem numa sociedade binária, que torna homogênea sexo biológico com sexualidade e identidade de gênero. As prenoções durkheimianas de moral tiveram a função de apropriação desta categoria, de forma ressignificada, ou seja, na perspectiva de que o sujeito agredido verbalmente, hostilizado, excluído, ofendido, sofre violência moral, não no sentido pensado por Durkheim (2001), como punição coercitiva, mas como processo de conflito, haja vista que se torna a cada dia menor, em nossa sociedade, pessoas no armário por pressão social. Por último, violência física compreenderá todas as agressões físicas, tanto as que geram lesão corporal quanto a que resulta em morte de LGBT's.

organizacionais desses segmentos identitários, que ao se insurgirem contra os padrões de heteronormatividade/cis, constroem condições de inserção de suas demandas nas políticas de Direitos Humanos em curso mundialmente a partir do século XXI.

As modalidades de violência neste trabalho, portanto, são um tripé lgbtfóbico: primeiro no campo da *violência simbólica* de amplo lastro, visto que o próprio fato dos LGBT's existirem em sociedade heteronormativa/cis, impõe a eles, desde o nascimento, as cores das roupas, as brincadeiras, os padrões comportamentais, licenciadas à “paradoxal opção compulsória” por determinado gênero e sexualidade; depois, pela *violência moral*, caracterizada pelas diversas formas de preconceito e exclusão negadoras da igualdade de *status* social; por fim, pela *violência física*, marcada por diversas formas de atentados à integridade física, desaguando em grotescos casos de homicídios.

As experiências discriminatórias na vida destes povos são tão comuns que são tratadas como práticas “naturalizadas” e não construídas socialmente pelo androcentrismo (BOURDEU, 2014) e lgbtfobia. Esses comportamentos e atitudes são comuns também entre os próprios LGBT's, pois se pode afirmar, neste sentido, que a discriminação e o preconceito são de ordem exógena quando é oriunda da heterossexualidade – cis, e endógena quando se estabelece na relação interna entre LGBT's. Os dramas vivenciados pelos *agentes de resistência* como vítimas de práticas discriminatórias, por vezes, têm como algozes os próprios LGBT's. São rotineiras as práticas que estabelecem assimetrias de *status* social dentro da *sopa de letrinhas*, que envolvem questões de classe e identidade.

Mesmo que Taylor (1994) e Fraser (2007)² destaquem pressupostos distintos, ambos possuem importância elementar para se compreender as demandas da atualidade, quando o nível de consciência identitária e de organização social dos LGBT's exigem práticas não discriminatórias. O objetivo aqui não é o de tomar posição entre essas duas posições, haja vista que, quando se pensa a questão do *movimento LGBT*, inequivocamente há um grande apelo pela “paridade de participação” (FRASER, 2007, p. 118).

Possivelmente seja um bom exemplo para se pensar essa questão além daquela experiência descrita por Taylor (1994) sobre o encontro situacional entre o empresário negro e o taxista branco, refletir sobre a explicitação do racismo após a implementação de políticas voltadas aos negros pelo governo brasileiro a partir de 2003, que demonstra determinada imbricação

2 O primeiro em uma abordagem teórica no campo da ética, ou seja, do *bem viver*; e o segundo no âmbito da moral, considerando o reconhecimento como garantia de paridade de *status*.

entre questões de identidade e de classe. Nesse sentido, estes dois autores consideraram pensar a necessidade contemporânea pelo reconhecimento dos LGBT's, fugindo assim desse debate epistemológico.

A emergência das reflexões ao englobar a questão da sexualidade, do gênero e da identidade de gênero, trouxe em seu bojo a problemática em torno destas. A teoria *queer*, como proposta pós-estruturalista, protagoniza a fragilização total do gênero e da sexualidade, colapso que os estudos ou quaisquer olhares mais atentos podem validar tanto como propositura teórica quanto com fatos empiricamente observados. Todavia, em meio ao *criticismo butleriano* das formas fechadas de se pensar estas categorias, vê-se que em muitos locais geográficos e, primordialmente, locais sociais, a impossibilidade de quaisquer performances que não sejam balizadas por identidades hétero/cis. Performance para nos mantermos dentro deste campo semântico.

Ao restringirmos a violência homicida contra LGBT's em Manaus, torna-se patente perceber esse fenômeno com maior clareza em determinadas regiões da cidade: a Zona Leste preponderantemente nos últimos anos, acompanhada pelas Zonas Oeste e Norte³. Entretanto, isso não significa excluir outros espaços da cidade como locais onde existe incidência de ações violentas desse tipo. Na verdade, começar pelo aspecto geográfico, neste caso, possui objetivo explicativo para afirmar que a violência não pode ser enxergada desvinculada das questões interseccionais, como o machismo, o racismo, a gerontofobia, o preconceito religioso, a desigualdade social, dentre outros. Portanto, a política de redistribuição não deve ser vista como antagônica à política de identidade, como verificaremos adiante por meio do pensamento de Fraser (2007).

A formalização do trabalho de campo por meio do acompanhamento do *movimento social* e dos *agentes de enfretamento*, das políticas públicas e de muitos *agentes de Estado* e casos de violência sofridos por *agentes de resistência*, produziram uma gama de possibilidades de construção do trabalho. Após a análise dos relatos construídos em campo, tornou-se impossível não atrelar as diversas formas de práticas lgbtfóbicas a partir das relações estabelecidas por estes. Nesse contexto, a análise estará centrada em determinados casos decorridos e onde eles tenham sentido como momento culminante de experiências violentas. Todavia, os eventos objeto desta seção estão interconectados com as trajetórias desses agentes sociais.

Estabelecer espaço para análise de violências *simbólicas, morais e físicas*, como propedêutico na análise de homicídios em Manaus, tem papel inicial

³ O objetivo aqui é demonstrar a relação de maior incidência de violência com os locais de maior adensamento populacional e maior número de excluídos sociais.

de demonstrar que esses dramas sociais epidêmicos, primordialmente, contribuirão para que as sentenças de mortes tão fartamente registradas em Manaus não sejam pensadas como desfecho de situações específicas e isoladas, mas compreender que os homicídios de LGBT's fazem parte de processo social construído e que possuem nas *violências simbólicas e morais* as primeiras formas de morte⁴. Dessa forma, por mais que os dados etnográficos permeiem verdadeiras teias de fatores explicativos de mortes de LGBT's nesta cidade, a análise tem como premissa extrapolar e transcender o empírico, em busca de um patamar do espírito “racional”.

As categorias violência e lgbtfofia aparecem como categorias-problema, como questões áridas e desafiantes por exigir profundidade conceitual de sua natureza dentro de um leque antagônico de perspectivas, especialmente em sua discussão no campo da ação política. Neste sentido, a análise de sua genealogia teórica e dos caminhos transcorridos é inerente ao trabalho. Outra questão que se refere à violência é de sua exigência de diálogo com novas perspectivas que a recoloca em dimensão conceitual distinta daquela baseada na tradicional normativa *agressor-vítima*, como expus acima, baseado por Hooks (s.d).

A segunda categoria, a lgbtfofia⁵, por se tratar de categoria consensual, como pude verificar no trabalho de campo, em especial com os *agentes de enfrentamento* (nos casos de *Hipócrates, Cronos e Ajuricaba*), terá espaço primordial nesta tese de doutoramento. Tentaremos nos posicionar de forma objetiva, com pressupostos de análise criteriosa, ou seja, postulando que a lgbtfofia faz parte do conjunto das motivações da *violência moral e física*⁶.

2.1 Violência e lgbtfofia: genealogia e posição epistemológica

A *afirmação do “sujeito”* representou no contexto pré-moderno sua gênese e trouxe em seu bojo a construção da ideia de *indivíduo* e, por que não, da concepção de individualismo posto como fundamento protológico social e cultural. Todavia, no que se refere à perspectiva individualista, seria incorreto pensá-lo como fenômeno acabado. Pelo contrário, quando se considera aquilo

4 Como já explicitiei acima, não desejo com isso postular um mecanicismo. Pelo contrário, a questão aqui proposta é dialética.

5 A lgbtfofia aparece como categoria muito recente e, devido a velocidade das mudanças, em muitos momentos o termo homofobia aparece, pois foi centrada nesta categoria que tanto o arcabouço teórico quanto as vozes dos agentes-interlocutores que esta pesquisa se embasou.

6 Em determinados pontos do texto omito a violência simbólica, pois suas expressões são generalizadas culturalmente, podendo-se afirmar que a violência simbólica pode ser praticada sem que ela seja de cunho lgbtfofóbico.

que se agregou ao pressuposto da sociedade, em que sua base formadora é o princípio do “*sujeito*”, comprova-se a incompletude ou sua base ainda em devir. Seria possível por vários vieses, dentro do campo filosófico, aprofundarmos essa reflexão por Descartes e a primazia do cogito, pensar por aspectos éticos ou políticos em Maquiavel, Hobbes ou Locke, Montesquieu, Rousseau, Comte ou Marx. Todavia, partir da renascença, embasados pela reflexão de Dumont (1985) é possível desenvolver salutar reflexão sobre a questão do indivíduo.

Ele toma como ponto de partida para a construção conceitual de “indivíduo” a própria tradição judaico-cristã, pressupondo que o processo de mundanização se inicia dentro da tradição católica em sua tomada e consolidação de poder secular e tendo como ponto nevrálgico a Reforma Protestante, primordialmente com as ideias de Calvino, mesmo que a comparação com a sociedade indiana nos sirva mais como facilitador de aprofundamento compreensivo do que verdadeiramente nos apresente por reflexo antagônico, o que o fenômeno do individualismo represente para nós mesmos. Dumont (1985) classifica a sociedade de base individualista como moderna ou societal.

Para Dumont (1985), elemento demarcador desse novo paradigma social se circunscreveu na aversão moderna a qualquer forma de hierarquia. Ou seja, se o sistema de casta – o hindu tradicional, segundo seus estudos – é marcado por uma totalidade múltipla ordenada por oposições internas e hierárquicas (HELBORN, 1996), classificado como holismo por seu caráter hierárquico⁷, seu oposto moderno canoniza o princípio da igualdade como elemento norteador e organizador das relações sociais. Em suas palavras:

Assim quando falamos de ‘indivíduo’, designamos duas coisas ao mesmo tempo: um objeto fora de nós e um valor. A comparação obriga-nos a distinguir analiticamente a esses dois aspectos: de um lado, o ‘sujeito’ empírico que fala, pensa e quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades; de outro, o ser moral independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não-social, portador dos nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade. Deste ponto de vista, existem duas espécies de sociedades. Quando o indivíduo constitui o valor supremo, falo de individualismo; no caso oposto, em que o valor se encontra na sociedade como um todo, falo de holismo (DUMONT, 1985, p. 37, grifo do autor).

Entretanto, a análise comparativa de Dumont, típica de um momento acadêmico marcado pelo funcionalismo e pelo estruturalismo, reconhece o

⁷ Que pressupõe, portanto, a precedência da totalidade sobre a prática.

caráter universal da hierarquia, uma vez que é patente sua imanência mesmo que de forma residual na sociedade classificada moderna. Neste sentido, é consensual que dentro desta perspectiva de sociedades “Ocidentais” e “não Ocidentais” às de cá têm se fundado na autonomia do “sujeito”; por outro lado, quando se reporta às questões inerentes ao princípio do individualismo como liberdade e igualdade de direitos civis, conclui-se que o poder hierárquico impõe-se de forma direta, evidentemente que em algumas sociedades mais que em outras. Dessa forma, é possível afirmar que as sociedades que adotaram os princípios da autonomia e da individualidade possibilitaram práticas de *resistência e de enfrentamento*; todavia, aqueles que impõem a cultura como força absoluta de homogeneização das identidades, a exemplo das sociedades que criminalizam as práticas afetivas e sexuais, podemos verificar formas incipientes de resistência.

O movimento *queer*, nesse contexto, posicionou-se como ruptura a qualquer forma de classificação, isto é, uma teoria pós-estruturalista e pós-identitária que traz em seu bojo o objetivo de romper com resíduos das hierarquias sociais e mesmo com o princípio que fundamenta o “sujeito” como um indivíduo, visto que, nesta base teórica, a percepção de indivíduo é uma estrutura linguística em formação. Devir, abertura e irresolução são as marcas dessa frente teórica que tem em Foucault e Derrida suas influências, e em Butler a grande teórica. A base fundamental dessa teoria se encontra na negação de sexo como entidade biologicamente determinada, desconstruindo tais categorias, levando à indeterminação e à instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas” (SALIH, 2012, p. 20).

A menção da teoria *queer*, após breve exposição sobre o indivíduo e a hierarquia em Dumont (1985), intenciona colocar em reflexão perspectivas distintas: Dumont em campo amplo da perspectiva social; a teoria *queer*, em Butler (2007), com foco no gênero e na sexualidade, buscando encontrar elementos explicativos para o fato empírico da violência contra LGBT's. De um lado, verifica-se que o intento dos LGBT's em quebrar quaisquer formas de hierarquia no campo do gênero e da sexualidade, buscando o pleno reconhecimento, produziu uma força de oposição tão severa de essencialização morfológica da heterossexualidade/cis, que põe esta prática como aquela que representa o padrão de normalidade, transpondo o campo *moral* e se alocando, também, no mesmo espaço de luta social, isto é, no campo político e jurídico.

No seio desta questão observa-se que o movimento social LGBT, além de acionar dispositivos de ocupação de espaços e direitos, tem construído ferramentas aferidoras, denunciadoras e de combate às diversas formas de

ataques violentos. Isso significa que a discussão sobre a relação “indivíduo” e sociedade e o conflito entre “indivíduos” *versus* movimentos LGBT’s e instituições, aparece como fecunda e instigante. A compreensão de que o direito pode se constituir como conquista individual – aliás, esta é a forma liberal do campo do direito se constituir – justifica a breve exposição sobre hierarquia e indivíduo realizada acima. O próprio fato de vários agentes contribuírem com este trabalho por meio de suas vivências, em frentes distintas da luta pelos Direitos Humanos LGBT, demonstra a relação de importância dessa dimensão. Todavia, o exercício que tenho feito é no sentido de refletir a violência como problema social, luta coletiva, organizacional, e por isso pontuo que há aqui uma sobrecarga semântica ao vocábulo *agente*, pois este termo extrapola o sentido da ação e chega ao patamar de luta coletiva organizacional.

No outro campo, observa-se que o conceito de performatividade desenvolvido por Butler (2007), por mais anti-hierárquico que seja e por mais que areje a discussão contemporânea sobre a referida temática, quando ouvimos os gritos de terror dos violentados, eles aparecem como agentes concretos reclamando a negação da possibilidade do uso da liberdade para “serem”. Neste sentido, Salih (2012, p. 23) comenta sobre os embates teóricos subjacentes, especificamente, entre as ideias de Butler e seus opositores:

Alguns críticos de Butler têm se mostrado impacientes com o que veem como uma atenção exagerada à linguagem e a conseqüente pouca atenção concedida ao material e ao político, acusando-a de quietismo (isto é, de uma atitude de passividade), de niilismo e de ‘eliminar’ o ‘sujeito’; uma filósofa atual chegou a afirmar que Butler ‘é conivente com o mal’ [...] por outro lado, muitas leitoras e leitores têm encontrado um enorme potencial para a subversão política em teorias, como a dela, que afirmam consistentemente a importância de desestabilizar e desconstruir os termos pelos quais os ‘sujeitos’ e identidades são constituídos”.

O ponto nevrálgico desta pesquisa se dá precisamente porque seu desenvolvimento decorre no limiar dessas percepções antagônicas intrateóricas e extrateóricas, ou seja, nas relações entre o meio acadêmico e o movimento social organizado. O combate à violência contra LGBT’s no Brasil e em Manaus tem impulsionado os *agentes de enfrentamento*. No meio acadêmico, gênero e sexualidade têm ocupado grandioso espaço. Cabe, entretanto, encontrar os elos que explicitem, considerando as divergências de todas as ordens, isto é, se esses elementos caminham rumo à conquista da dignidade humana ampla e irrestrita defendida pelo padrão cultural contemporâneo ou se essas

divergências, que aparecem visivelmente entre alguns setores acadêmicos e setores LGBT's, são mais agudas do que parecem.

A questão que se apresenta aqui está relacionada ao emprego de duas categorias: o primeiro diz respeito à violência em sua complexidade e extensão; o segundo refere-se à lgbtfobia, termo comum aos movimentos sociais LGBT's, aos programas de governo e Estado, mas pouco difundido e refletido em muitos campos dos estudos de gênero e sexualidade.

A experiência pessoal que me colocou na condição de violentado, pesquisador e ativista, exige a inserção do aporte teórico sobre a temática da reflexividade. Nesse sentido, a proposição de Bourdieu (2014, p. 11) possui o antídoto que combate as “[...] imagens simplistas e unilaterais determinadas pelo ponto de vista único, dominante, em suma quase divino, no qual se situa geralmente o observador e também o seu leitor”. É premente para se compreender a perspectiva de Bourdieu substituir a concepção de macrosociedade pela concepção de *campo*⁸, como espaço criado e delimitado, no qual as percepções são multilaterais, e todas com força explicativa. Nessa esteira, ganha espaço primordial no trabalho de Bourdieu a memória coletiva e a biografia. Nessa práxis, a eliminação de qualquer forma de dissimetria entre o pesquisador e os agentes que atuaram como interlocutores desta pesquisa torna-se fundamental na procura de minimizar ao máximo a violência simbólica. Todavia, isto não representa a diminuição ou extinção do papel compreensivo do cientista social. Muito pelo contrário, o campo em Bourdieu (2014) é espaço percebido e controlado pelo cientista que desenvolve sua pesquisa por meio da reflexividade.

Retomando a questão levantada acima, discutir a questão da violência está no cerne deste trabalho, considerando figurar a marca tradutora da realidade enfrentada por LGBT's mundialmente e de forma avassaladora no Brasil e Manaus.

O pensamento de Sorel (1908) sobre a violência está expresso no texto intitulado *Reflexões sobre a violência*. O pensador marxista heterodoxo pensava que a ação política, necessariamente, não deveria misturar-se com as regras impostas pela ordem burguesa, como as disputas eleitorais. Em outros termos, significava que a prática da política estaria desvinculada da busca de ocupação de espaço no parlamento. A prática da greve seria o caminho para a efetivação da revolução, visto que, para ele, aceitar o jogo estabelecido pelos burgueses enfraqueceria a luta, até porque os burgueses possuem a capacidade de manipulação da classe operária.

Assim, o texto tem o caráter de refletir sobre a prática política e as

⁸ Quando estiver no sentido teórico proposto por Bourdieu será grafado em itálico.

possibilidades de revolução. Seguindo o raciocínio de Sorel (1908, p. 97), a negação da violência e a opção pelo processo eleitoral foi o que acabou por aburguesar os socialistas: só uma guerra internacional ou a violência proletária seria capaz de “revigorar as energias”. Os atos violentos a que o autor se referia só possuiriam legitimidade histórica se estivessem diretamente ligados à luta de classe, oprimidos contra opressores.

Baseando-se nas premissas de Marx e de Engels, expressas em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) e em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), afirma que o Estado não passa da força legitimada de opressão de uma classe sobre a outra. Lênin (1971, p. 23) considerará que “A ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência, que o proletariado exerce sobre a burguesia, poder que não está preso por nenhuma lei”. Dessa forma, Lênin (1917), mesmo que atribua outra configuração para o uso legítimo da violência, mantém um pensamento em comum com Sorel, no sentido de que a violência é útil para combater a burguesia e o capitalismo. Pode-se observar que esta publicação desencadeou várias outras, na medida em que o alemão Kautsky (1918) a rebateu com sua publicação *A ditadura do proletariado*, gerando uma guerra teórica entre eles. Considero que estas perspectivas são importantes porquanto traduzem um tipo de violência que busca a supressão de uma classe em favor de outra.

Arendt (2014), em *Sobre a violência*, analisa sob outra ótica o fenômeno da violência. Enquanto Sorel e Lênin pressupunham a violência como ação que se inseria nos processos políticos, Arendt (2014) considerava a violência como prática pré-política, ou seja, relacionada com as relações estabelecidas antes do surgimento da *pólis* no contexto clássico grego.

Para Arendt (2014), os gregos tinham clareza que a liberdade se situa na esfera da vida política e que a necessidade é um fenômeno pré-político, característico das relações do lar ou do étnos. Assim, somente na última se justifica o uso da força e da violência, por se tratar dos meios de vencer a necessidade. Assim, a violência é caracterizada como atributo da não política, a própria ausência do poder. Arendt coloca-se como crítica das perspectivas materialistas, como as de Marx, Engels, Sorel, Lênin e Sartre, que enxergavam na violência a força motriz da construção histórica. Fanon (1997), no livro *Os condenados da terra*, fundamenta a inevitável necessidade do uso amplo da violência em processos de descolonização. Arendt, por sua vez, rejeita esta verdadeira primazia da violência, colocando-a como fenômeno marginal e degenerado no contexto da política.

Arendt (2014) estabelece um confronto mais direto com diversos olhares

sobre a violência. O primeiro alvo de suas críticas é a própria ciência política, que não estabelecia nenhuma distinção entre poder, vigor, força, autoridade e violência:

Penso ser um reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia não distinga entre palavras chave tais como *poder*, *vigor*, *força*, *autoridade* e por fim *violência* [...] Todavia, é justo presumir que elas se refiram a diferentes qualidades, portanto, seu significado deveria ser cuidadosamente avaliado e examinado [...] *Poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir em concerto. O *poder* nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido [...]; *vigor*, de modo inequívoco, designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter; *a força*, que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um sinônimo da violência, especialmente, se esta serve como meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às ‘forças da natureza’ ou a ‘forças das circunstâncias’; *autoridade*, relacionada com meios enganosos desses fenômenos e, portanto, um termo do qual se abusa com frequência, pode ser investida em pessoas, há algo como a *autoridade* pessoal, por exemplo, na relação entre a criança e seus pais, entre aluno e professor; finalmente *violência*, como eu disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do *vigor*, posto que os implementos da *violência*, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o *vigor* natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo [...] substituir o *poder* pela *violência* pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto, pois ele não é pago só pelo vencido, mas também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder [...] tem sido bastante firmado que a impotência gera violência (ARENDDT, 1994, p. 59-62).

Assim, observa-se que *poder* será classificado como habilidade humana para agir em concerto, fato que demonstra a exclusão de qualquer violência para se pensar a categoria poder. *Vigor*, por outro lado, teria uma dimensão individual, propriedade de um objeto ou pessoa. A *força*, por fim, estaria limitada àquilo que se compreende como energia física ou social, liberada em decorrência do movimento em busca de um *telos*, metafísica aristotélica, ou movimento retilíneo uniforme.

A *autoridade*, na visão de Arendt (1994), não se vincula a nenhuma forma de coercitividade ou persuasão. Trata-se simplesmente de um tipo de reconhecimento inquestionável. Entretanto, a filósofa afirma que geralmente se confunde *autoridade* com *poder* e *violência*⁹. Decorre dessa abordagem a

⁹ As categorias distintivas de Arendt (2014) foram grafadas em itálico visando dar destaque às classificações propostas pela autora.

necessidade de explicitação das peculiaridades da *violência* estabelecida em três dimensões de desmistificação conceitual: desnaturalização, despersonificação e desdemonização. A primeira dimensão tem por finalidade retirar do conceito de violência o atributo da naturalização ou biologização, visto que este equívoco apresenta a *violência* como uma necessidade interna, uma necessidade de expansão. A segunda se dá na necessidade de não atribuir nenhuma potencialidade de “sujeito”, uma vez que a *violência*, nesse contexto, é pura instrumentalidade, “[...] não promove causas, nem história, nem progresso, nem retrocesso” (ARENDT, 2014, p. 58). Observa-se, nesta expressão, sua total contrariedade aos pressupostos de Sorel e Lênin. A *violência* é pensada, nessa perspectiva, como uma reação à perda de poder e não como princípio de ação. Por fim, a *desdemonização* concebe a violência como detentora de uma certa racionalidade, na medida em que busca alcançar por meio de seus fins a sua própria justificação (ARENDT, 2014).

A violência que marca a relação entre a heteronormatividade/cis e os LGBT’s poderia expressar aquilo que Arendt reconhece como elemento pré-político nas relações sociais. Essa violência poderia ainda ser considerada mais anacrônica se considerarmos os passos dados rumo à efetivação de políticas de *reconhecimento e redistribuição* que nas últimas décadas foram dados. Isso significaria que a violência contra LGBT’s na contemporaneidade representaria um paradoxo daquilo que convencionamos chamar de sociedade de direito frente à cultura androcêntrica produzida. Pontuo que todas essas possibilidades podem ser plausíveis, pois defrontar-se com a brutalidade da violência inevitavelmente nos induz a perguntar por justiça, por direito!

Nesse ponto, recolocar a posição de Fraser (2007) torna-se fundamental, pois a recuperação da política de identidade como prática não excludente da política de classe talvez supere a perspectiva de Arendt historicamente vinculada ao modelo de política exclusiva do partido. Nesse sentido, podemos interpretar a violência contra LGBT’s como dispositivo de ação social, ou seja, a violência pensada como negação da política. Logo, ela tem se constituído, paradoxalmente, como dispositivo que promove a construção de ação política, primordialmente representado pelos *agentes de enfrentamento*.

O risco dessa premissa é que ingenuamente ela possa ser interpretada como aprovação ou reconhecimento prévio da violência, coadunando-se ao modelo proposto por Durkheim, que entendia o crime como fato social e em funcionamento em uma dada sociedade. De antemão, esclareço não ser nessa perspectiva que a violência está sendo interpretada, pois este trabalho possui compromisso e posição em defesa da vida plena e do bem viver. Neste sentido,

a premissa postulada nessa pesquisa possui caráter epistêmico, no sentido de possibilitar o entendimento de como a violência adquiriu papel mobilizador, agregando e produzindo estratégias de luta.

Na propedêutica desta pesquisa, a violência foi pensada tanto no viés epistemológico quanto no histórico, inexoravelmente atrelado à violência física. Entretanto, especialmente na introdução do pensamento de Bourdieu, como em *Os Herdeiros* (BOURDIEU; PASSERON, 2014), a violência ganha novos contornos ao demonstrar que o campo simbólico está permeado por violências que não estão na esfera da materialização física. A *violência simbólica e moral* resulta do *habitus* quando inculca o preconceito e promove ações diretas de agressão verbal ou de exclusão explícita de LGBT's, tornando-se violências “naturalizadas” por muitos LGBT's. No campo da psicologia, há diversos ramos conceituais sobre práticas traumáticas não somáticas e outras que se tornam somáticas. Pautado pela dimensão ética, Taylor (1994) discute a (má) formação da personalidade marcada pela ausência de reconhecimento identitário.

Insera-se, neste estudo, a reflexão sobre a plausibilidade da categoria lgbtfobia, termo que recentemente passou a ser utilizado por vários segmentos sociais, superando o uso da categoria “homofobia” e também, mais recentemente, da “homotransfobia”. A partir de 2015 o termo homofobia passou a ser comum entre os militantes ativistas das causas LGBT's e da academia, mesmo que em dimensão socialmente mais ampla ele continue a ser mais usual para designar o preconceito sofrido por homossexuais.

Neste exercício antropológico, a lgbtfobia é reconhecida como categoria premente de análise dos diversos relatos realizados por *agentes de resistência e de enfrentamento* da cidade de Manaus sobre as diversas formas de violência sofrida. A categoria lgbtfobia é introduzida como demarcadora de possibilidade de compreensão mais profunda dos casos de violência vivenciada por estes povos no Brasil e em Manaus. Por mais que se reconheçam os avanços que o movimento LGBT tenha conquistado, as práticas de violência *simbólica, moral e física* são cotidianas e têm convidado o campo acadêmico para que cumpra sua função de não desconexão com a realidade dos povos e seus problemas existenciais.

Para Mott (2003), a “homofobia” é patente, facilmente visível nos discursos e práticas sociais no Brasil. Os discursos “homofóbicos”, para ele, estão no campo mais amplo possível da sociedade: na família, na religião, na economia e nos discursos políticos, o que demarcaria as características de uma sociedade preconceituosa. A seguir, publicação de Mott (2003, p. 35) acerca de alguns

posicionamentos que demarcariam, segundo ele, uma espécie de ojeriza aos LGBT's:

O homossexualismo é pura aberração. [Deputado Federal Enéas Cordeiro, PRONA/SP]

O casamento gay demonstra a decadência moral que vai minando todos os valores de nossa sociedade. [Deputado Severino Cavalcanti, PFL/PE]

Sou frontalmente e literalmente contra a parceria civil de homossexuais. Vou trabalhar para combater a inversão de valores, a contrariedade dos princípios estabelecidos por Deus. Daqui a pouco, vão permitir a união entre o animal e o ser humano. [Pastor Oliveira Filho, Deputado Federal (PL/PR)].

O homossexualismo é uma forma de violência à natureza humana. [José Alencar, Vice-Presidente da República].

Quem, em sua família, desejaria ter um homossexual? Tenho certeza que ninguém... Tenho certeza que esta infeliz prática deveria ser combatida e não defendida. [Jornal A Gazeta, Irará, BA].

É nesta direção que Mott (2004) apresenta sua concepção de “homofobia”, isto é, como multifacetada, sendo a violência física, demarcada pelo significativo número de homicídios de LGBT's, a forma mais ultrajante de lgbtfobia. No quarto capítulo deste trabalho busco relacionar o avanço dos populistas autoritários com a prática religiosa, política que de certa maneira legitima as agressões e homicídios, estabelecendo diálogo com minha pesquisa de mestrado sobre neoconvertidos a movimentos pentecostais e neopentecostais na Zona Leste de Manaus (2007). É notório que a cultura cristã, aliada a outras forças conservadoras, tem produzido discursos legitimadores do preconceito teísta na sociedade brasileira, constituindo-se como aporte legitimador da demonização destas identidades. A morte de um LGBT representa a morte de um ser culpado, perspectiva que naturaliza e paradoxalmente inverte a relação causa efeito: – assassinaram fulano! – ah, mas ele era “homossexual”, né?

Mesmo que o termo lgbtfobia pareça restringir-se ao campo da psicologia, quando observamos as múltiplas dimensões e fenômenos que esta nomenclatura pode alcançar, pode-se afirmar que se trata de uma temática das ciências humanas e/ou sociais como um todo, e muito pertinente ao campo antropológico. Assim, o termo original “homofobia” (1972) que significava *o medo ou aversão expressa por heterossexuais de estarem na presença de homossexuais* (PRADO, 2010) passou por processos de questionamentos, ressemantizações e debates no campo político e acadêmico, propiciando a ampliação do sentido genealógico puramente vinculado ao campo da individualidade, passando a compreender categoria de dimensão cultural e

social.

A lgbtfobia possui a dimensão pessoal de ordem afetiva e uma dimensão cultural de ordem cognitiva. A primeira circunscreve-se às manifestações de aversão, de rejeição ou qualquer forma que se assemelhe. Colabora para esse entendimento o estudo do sociólogo Welzer-Lang, ao constatar que é comum a demonstração de hostilidade contra atitudes opostas aos papéis sociosexuais pré-estabelecidos (BORRILLO, 2010). A segunda é de ordem social, e não se encontra na rejeição direta ao “homossexual” como sujeito fenomênico, mas ela pode facilmente ser observada quando pensamos este “sujeito” como “sujeito” de direitos, cidadãos. Nesta dimensão, é comum observar a tolerância e até mesmo a simpatia em relação aos LGBT’s, desde que estes não requeiram nenhuma política de respeito ou igualdade. Prado (2010) na introdução ao texto *Homofobia: história e crítica de um preconceito*, discorre acerca da “homofobia”:

A ‘homofobia’ tem se revelado como sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da *intersecção* com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo (PRADO, 2010, p. 9).

Verifica-se que a condição de sujeição causada pela lgbtfobia deveria ser pensada em relação direta com as formas de hierarquização social, considerando que são atributos constituidores da personalidade, como ocorre “[...] com a filiação religiosa, cor da pele ou origem étnica, ela não deve ser considerada um dado não pertinente à construção política do cidadão e na qualificação do sujeito de direitos.” (BORRILLO, 2010, p. 15). Entretanto, na prática, a condição sexual como outras condições humanas são postas, a todo momento, como critério de posicionamento hierárquico no campo social. A “homossexualidade” é, neste contexto, vista como uma quebra da hierarquia de gênero e de sexo construída no processo simbólico de dominação masculina.

A lgbtfobia possui uma gama de facetas que alcança as diversas identidades, e uma delas é a lesbofobia. Por mais que estatisticamente a violência física, especialmente os homicídios, afete um percentual menor de mulheres lésbicas, isso não representa que sofram menos preconceito, pelo contrário, elas são alvo de duplo preconceito: primeiro por sua condição feminina, depois, pela condição de lésbica. Logo, são alvo do preconceito de gênero e sexo. A formatação de uma sociedade androcêntrica colocou até pouco tempo a mulher como ser inferior e incompleto no campo mítico. Basta a leitura da criação do mundo representado no livro de Gênesis ou, no campo da ciência, as lições que

embasam a psicanálise. As identidades trans aparecem como formas de gênero e que mais abalam o edifício hétero/cis, considerando que ela dilua quaisquer formas mais fechadas de modos de sexualidade e destrua o edifício biologista. Estes têm provocado discussões profundas, inclusive, sobre a legitimidade de ser transexual entre aqueles que fizeram a cirurgia de redesignação e os que optaram ou não tiveram as condições de realizá-la. O fato é que em casais transexuais (composto por homem e mulher trans), ao optarem por reproduzir, o homem é quem engravida. Assim, a transfobia é a reação ao abalo que essas identidades provocam nos setores mais conservadores da sociedade.

No Brasil, no campo político, é possível observar que os grupos religiosos têm mobilizado todas as forças possíveis para se garantir o aumento das bancadas evangélicas, nos três níveis do poder legislativo, visando pautar agendas políticas e projetos que limitem os direitos desses *povos*. Caso patente é o PDL 234/2011 (Projeto de Decreto Legislativo) proposto pelo deputado federal João Campos (PSDB/GO) conhecido como o projeto de “cura gay”, arquivado em 2013¹⁰.

Luís Mott é um dos teóricos que postula que não se pode realizar ciência, primordialmente, antropologia de gabinete, mesmo que tais gabinetes possuam janelas com vidraças que permitam aos pesquisadores enxergarem a realidade, mas que não os impeçam de ouvir, de sentir e de se misturar com os *povos*, ainda mais quando se refere aos LGBT’s brasileiros, carentes cada vez mais da composição de forças de resistência contra a violência lgbtfóbica. Assim, na introdução do livro *Matei porque odeio gay* (MOTT; CERQUEIRA, 2003), os autores explicitam a realidade da violência praticada na sociedade brasileira:

A grande contradição é que, concomitantemente a estas cruciais conquistas, persistem em todas as regiões do Brasil violenta intolerância ‘anti-homossexual’, cientificamente chamada de ‘homofobia’. Este ódio explícito, cruel, persistente e generalizado, vai do insulto e ameaça, a graves episódios de discriminação, constatados em todos os segmentos e esferas sociais. Incluem violência física, golpes e tortura, culminando em violentíssimos e pavorosos assassinatos – via de regra cometidos com revoltantes requintes de crueldade, abrangendo elevado número de golpes e tiros, o uso de múltiplos instrumentos e tortura prévia. Crimes de ódio em que a ‘homossexualidade’ da ‘vítima’ motivou a agressão e pesou definitivamente no *modus operandi* do homicida. (MOTT; CERQUEIRA, 2003, p. 5).

10 Nos deteremos na análise deste Projeto de Decreto Legislativo no terceiro capítulo desta pesquisa.

Dessa forma, estas práticas de violência que fazem parte do cotidiano do Brasil são classificadas, neste trabalho, pelo termo *lgbt*fobia. O termo é adotado como forma de designar a aversão a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais/transgêneros. A *lgbt*fobia é realidade nas famílias, nas escolas, e é possível observar que religião tem assumido historicamente as forças mais mortíferas contra as pessoas que não adotam a heteronormatividade/cis. A palavra mortífera se justifica tendo em vista que o discurso *lgbt*fóbico alardeado pelos grupos religiosos – pontuando aqui os movimentos pentecostais e neopentecostais, mesmo que não de forma genérica – tem poder de concretizar quaisquer modalidades de violência. Nesse ponto, o simples fato de que tais agentes falem apropriando-se do poder de traduzir aquilo que a divindade condena, por vezes com baixíssimos fundamentos teológicos, coloca os LGBT's como a própria representação do mal. A questão, portanto, é saber: quem representa o mal? No quarto capítulo o trabalho aprofunda a reflexão sobre esse maniqueísmo.

2.1.1 Agentes de resistência e de enfrentamento frente ao poder punitivo, religioso e patrimonialista

Coadunar-se aos pressupostos da reflexividade, desconstruir os velhos paradigmas que estabelecem uma dicotomia radical entre objetividade e subjetividade e propor síntese como premissa da relação dialética de condutas individuais adquiridas e congregadas em um *habitus versus* as estruturas objetivas descritas como *campo*, que neste caso funcionam como caminho epistêmico de compreensão dialética do próprio *habitus* (PETERS, 2013) em torno da concepção de que a agência é plausível enquanto perspectiva dos *movimentos coletivos*, mesmo quando o empírico nos indica tratar-se de ação individual simplesmente. Trata-se precisamente da perspectiva de que disposições “impensadas de pensamento” e comportamento possam ser controladas “racionalmente” ao acenderem ao nível da consciência, primordialmente do pesquisador, considerando tudo isso como processos historicizados, em que o pesquisador possui seu *modus cognoscendi*. Ou seja, o pesquisador não tem uma consciência transcendental, mas sim construída dentro de determinado contexto de tempo e de espaço, norteados pela perspectiva de que os *agentes* operam a todo momento processos de transformação social.

Este *outro* compreendido como *agente* constitui-se como categoria social

à medida que se aplicou à crítica “racional” sob diversos *habitus* construídos dentro de circunstâncias distintas, todavia marcados por práticas comuns de *violência simbólica*, ou seja, da própria construção cultural heteronormativo/cis; da *violência moral*, primeira forma de reação à fragilização da hegemonia *hierárquica* homogeneizada do androcentrismo/heterossexual/cis da sociedade; e de *violência física*, domínio da “irracionalidade” marcada pela agressão à integridade física de LGBT’s, que em muitos casos são práticas de homicídios, aqui classificados como formas de genocídio e etnocídio¹¹. Ressalto que a premissa de que a violência – especificamente a *moral* e a *física* – possui caráter de reação pensada pelo viés da dialética, uma vez que ela funciona como dispositivo de mobilização e organização dos movimentos defensores da afirmação das identidades sexuais e identidades de gênero, tendo no conflito social – conflito territorial dos campos da moral e do direito – a sua síntese. A razão pela qual se está frisando tal perspectiva considera o mal-estar do pesquisador que tem por meta analisar *habitus*, ainda mais porque ele tem construído sua subjetividade a partir das mesmas estruturas de opressão e violência. Resulta daí a relevância da recuperação da categoria *agência* proposta por Bourdieu (2002), aliada à categoria de resistência aventada por Scott (2000).

Considerar a premissa demandas pelas teorias pós-estruturalistas, de que as identidades estão em fluxo, pondo em fragilidade as ideias que compreendem as identidades de gênero e sexualidade como formas presas em “caixinhas”, totalmente estanques e, mais ainda, ao considerar que empiricamente esses movimentos são acima de tudo o não-lugar determinado dessas identidades, especialmente no que tange às suas práticas, paradoxalmente, são verificáveis da mesma forma no cotidiano das relações entre LGBT’s uma forte demanda pelo direito à autoafirmação identitária, realidade que aponta, possivelmente, tratar-se de necessidade frente à negação da afirmação sociedade.

Segundo Preciado (2010), a teoria *queer* em “sua obra canônica” subestimou os processos corporais e as estabilidades de gênero e sexualidade, e mesmo que Butler tenha buscado dar conta em textos posteriores, como seu mais recente livro – *Undoing gender* – sua tentativa de superar a performatividade linguística e devolver importância ao material, o corpo se esbarra em sua formação hegeliana¹² (PRECIADO, 2010), fato que implica em determinado distanciamento das identidades encarnadas em luta, esvaziando o espaço

11 No quarto capítulo, essas duas categorias aparecem mais explicitamente. Aqui pontuo se basear no texto de Clastres – A arqueologia da violência, em que o autor vincula o genocídio como extermínio físico, corporal, e o etnocídio ao extermínio cultural ou espiritual do outro.

12 Sobre Hegel envolve Nancy e Butler.

público. Nesta entrevista, Preciado (2010, p. 53) expõe sua crítica interna ao pensamento queer americano:

Creio que este deslocamento, este décalage político-temporal, foi frutífero na medida em que permitiu a proliferação de outras formas de teoria *queer*, que foram se distanciando progressivamente da ortodoxia performativa norte-americana. As análises *queer* ortodoxas em termos de gênero como performance me parecem insuficientes para entender os processos de incorporação de sexo e de gênero. Ao acentuar a possibilidade de cruzar os gêneros através da performance teatral, *Gender Trouble* 4, o texto canônico da teoria queer havia subestimado os processos corporais e especialmente as transformações sexuais presentes nos corpos transexuais e transgênicos, mas também as técnicas estandardizadas de estabilização de gênero e de sexo que operam nos corpos 'normais'. Precisamente por isso, as primeiras críticas contra esta formulação de identidade em termos de paródia ou drag surgiram das comunidades transgênicas e transexuais. Apesar de ser verdade que em seus livros posteriores até o mais recente – *Undoing Gender* 5 – Judith Butler se esforçou por restituir os 'corpos' que haviam ficado diluídos entre efeitos paródicos e performatividade linguística; seu próprio construtivismo hegeliano a impossibilita de pensar segundo qualquer forma de materialismo imanentista. Podemos dizer que se abriram ao menos dois espaços de conceituação: um dominado por noções performativas, cujo impacto tem sido de especial relevância no âmbito estético, e outro de rasgo biopolítico, no qual se perfila uma nova definição do corpo e da vida. O que a crítica transgênicamente põe sobre a mesa não são mais performances, são transformações corporais físicas, sexuais, sociais e políticas, que ocorrem não no palco, mas no espaço público. Dito de outro modo: trata-se de tecnologias precisas de transincorporação. No meu próprio trabalho, o consolador (dildo) permite entender esta produção biotecnopolítica do corpo como próteses sexual. Ao mesmo tempo, o consolador é um sexo camp, uma forma drag, não mais de gênero, senão de sexo.

Assim, este trabalho, no instante que reconhece a fugacidade teórica de pensar tal questão a partir da definição perene de uma identidade sexual ou de gênero, paradoxalmente não vislumbra o abandono de certas categorias que parecem, para muitos, como superadas, à medida que constata que entre os países que realizam de alguma forma mensuração de violência homicida, o Brasil ocupa posição de liderança. Cabe ressaltar que em 2015, no Rio de Janeiro, uma criança foi assassinada pelo pai simplesmente por sua “performance efeminada”. Segundo o pai, ele tinha *trejeito de gay*, e surrá-lo até a morte tinha como objetivo apenas fazer com que a criança não mais tivesse jeito efeminado. Tal perspectiva nos leva a inferir que em nossa sociedade a liberdade para assumir uma identidade ou até mesmo a simples performance

distinta da norma heteronormativa/cis machista e patrimonialista brasileira não é permitida.

A afirmação no campo político de que os parlamentos federais, estaduais e municipais estão tomados predominantemente por *punitivistas*, *religiosos* e *patrimonialistas*¹³, de forma que eles têm brecado qualquer avanço em relação às garantias e direitos dos LGBT's, encontra eco nos estudos de Apple (2004) e contribuiu para a compreensão da atual situação destes que desejam romper o *armário* ou o gueto¹⁴ e igualar-se em *status* sociais aos demais cidadãos.

O estudo de Apple (2014) aponta para forças ideológicas reconfiguradas nas últimas décadas, tendo como lócus de estudo a sociedade estadunidense, traduzida no artigo *A educação e os novos blocos hegemônicos* na obra *Sociologia e educação* (RODRIGUES, 2000). A abordagem possui poder explicativo para se entender o processo de avanço das forças que tem exercido controle sobre agendas da sociedade, a saber, neoconservadores, populistas autoritários, neoliberais e a nova classe média profissional. Dentre essas forças, o movimento que recebe a nomenclatura de neoconservadores fundamenta-se:

Numa apreciação romântica do passado, um passado no qual o 'conhecimento real' e a moralidade imperavam, onde as pessoas 'conheciam o seu lugar' e onde as comunidades estáveis guiadas por uma ordem natural nos protegiam dos malefícios da sociedade. (APPLE apud RODRIGUES, 2000, p. 132).

Todavia, evidencia-se que os *populistas autoritários* sejam ainda mais virulentos contra o direito à diferença, pois estes princípios são orientados por aquilo que se classifica neste trabalho por direita cristã. Ela é excepcionalmente poderosa e influente nos debates sobre políticas públicas na mídia, educação,

13 Essas classificações foram introduzidas neste trabalho durante a palestra de abertura da III Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT proferida pela deputada federal Erika Kokay (PT), ao explicitar os três grupos hegemônicos do atual parlamento federal brasileiro.

14 “O gueto produz formas encapsuladas de socialização que geram regiões de democracia sexual. Entretanto, a guetificação por si só não significa mudança social, uma vez que não garante maior reconhecimento da diferença por parte da sociedade ou algum recrudescimento de seus ideais patriarcais e heterossexuais. [...] É lá que normalmente as pressões sofridas no cotidiano são afastadas, novos valores são desenvolvidos e o homossexual tem mais condições de se assumir e testar uma nova identidade social; uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritivos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta”. (MACRAE apud PRADO, 2008, p. 61).

bem-estar social, políticas da sexualidade e do corpo, religião e assim por diante.

A nova direita cristã populista autoritária embasa suas posições sobre educação e política social em geral nas visões particulares da autoridade bíblica, na moralidade cristã, nos papéis de gênero e na família. (RODRIGUES, 2004, p. 134).

A contextualização é pertinente por seus dados etnográficos, quando se considera a complexidade da sociedade americana. Apple (1996) relata que a emergência dessas forças conservadoras implica não somente o ideário de uma escola homogênea, no sentido moral dado pelos *neoconservadores* e pelos *populistas autoritários*, mas também de espaços residenciais homogêneos, que determinam práticas de “purificação social” dos espaços. Esse sectarismo, por exemplo, pressiona famílias que não se adequam ao padrão moral dominante a se retirarem de um determinado bairro. Assim, pode ser imputado aos *neoconservadores e populistas autoritários* as forças que mais têm expressão comparativa quando estamos tratando de Manaus e LGBT’s, visto que em se tratando de Brasil, podemos classificar como grupos mais ligados aos valores da nacionalidade e da pátria os que defendem a pauta “*Escola sem Partido*”, saudosos do Regime Militar brasileiro de 1964 a 1985, somados a determinadas alas do catolicismo e do movimento pentecostal e neopentecostal, marcados por expressivo fundamentalismo religioso.

Esses grupos não conseguiriam impedir o avanço dos direitos caso não estivessem aliados aos neoliberais e à nova classe média: o primeiro, defensor do Estado mínimo e do mercado, e o segundo sem demonstrar o mínimo de interesse a tudo que esteja ligado ao público ou às classes menos favorecidas. Assim, no contexto brasileiro, temos a junção dessas quatro vertentes hegemônicas estadunidenses para compreender o avanço conservador em nossa sociedade: a bancada *religiosa*, também classificada como *bancada da bíblia*, aliada aos *populistas autoritários*; estes últimos, defensores da indústria armamentista, do encarceramento em massa e da criminalização dos movimentos populares, também chamados de *bancada da bala*, com viés de pensamento puramente *punitivista*; e, por fim, *dos patrimonialistas* – que representam, de maneira geral, a defesa do patrimônio privado. No Brasil esse grupo se notabiliza pelo poder dos ruralistas, controladores das grandes propriedades, o que justifica serem chamados também de *bancada do boi*. Essa conjunção de forças tem decretado forte obstáculo às políticas sociais e de identidade. O sistema político, mesmo que não de forma absoluta, reflete os padrões morais e culturais da sociedade e, portanto, nos ajuda compreender o

conflito entre forças de conservação heterossexista/cis e as forças que defendem a ampliação dos arranjos de sexualidade e identidade de gênero.

2.2 Marcas invisíveis: a dor na alma de LGBT's de Manaus

O trabalho de campo configura-se como atividade que possibilita a efetivação do diálogo entre a empiria e o arcabouço teórico. Ele pressupõe que o antropólogo possua previamente base epistêmica que lhe possibilite superar a perspectiva da descoberta e se dirija rumo à dimensão de construção, processo que exige a especialização do olhar. Os elos estabelecidos com os *agentes de resistência* possibilitaram aproximar essas duas dimensões. O impressionismo em que me vi tomado em determinadas situações não representou desconhecimento empírico nem ausência absoluta de fundamentação teórica. No entanto, a posição daqueles que pensam possuir proximidade e envolvimento com o objeto pesquisado, pode vir a ter maior desafio frente à necessidade de desnaturalizar, desintroyetar e ressignificar uma gama de questões apreendidas. Mais que isso, o desenvolvimento da pesquisa impõe a cada etapa o desafio de apropriações teóricas que deem conta do desafio da compreensão.

É sabido que as primeiras experiências de violência simbólica, moral e muitas vezes física, são sentidas dentro do círculo de convivência familiar. Se esse fator era conhecido por mim como fruto de minha vivência entre LGBT's e pela frequência de relatos que presenciei sobre violências praticadas no contexto da instituição familiar, não se impuseram a mim como surpresa. Todavia, os significados, a profundidade e a intensidade dessas violências nas subjetividades dos *agentes* que contribuíram com a pesquisa incutiram em mim profundo processo de questionamento sobre uma gama de práticas familiares tidas como legítimas. Os reflexos dessas práticas decorridas nas famílias, comumente praticadas pelos genitores¹⁵, são de fragilização, entristecimento de um lado e, por outro, luta pela superação dos desafios, pelo menos materiais¹⁶, empreendida por esses agentes. Fragilizar e entristecer não representa retroceder ou voltar para o *armário*.

A cadeia de processos de *violência simbólica e moral* que afetam esses *agentes* são mais evidentes quando se adentra ao espaço dos preconceitos advindos

15 Importante ressaltar: mais pelos pais que pelas mães.

16 Muitos LGBT's para serem aceitos por suas famílias, utilizam da estratégia do sucesso profissional e financeiro, isto é, o ato de "bancar" economicamente as demandas familiares ou de membros da família.

das famílias das quais eles fazem parte. Todavia, não há espaço social onde os LGBT's não possam vir a sofrer formas difusas de preconceito lgbtfóbico.

Somente nas últimas décadas pode-se perceber uma maior preocupação acadêmica e pedagógica sobre a recorrência daquilo que nos setores da psicologia da educação nomeou-se como *bullying*, prática que hostiliza, exclui, ridiculariza e humilha estudantes pelos mais variados motivos. Prática que carrega o preconceito marcado na diferença que o outro traz encarnado em si. Dentre esses grupos que passam por experiências de *violência simbólica, moral e física* no meio escolar, estão os *povos* LGBT's. Pontuo que empiricamente o crescimento numérico de adolescentes e jovens que escancaram sua identidade de gênero e/ou sexual tem produzido situações de maior aceitação escolar e de abertas formas de preconceito.

Entre os profissionais da educação cresceu o nível de esclarecimento, assim como aumentou numericamente o número de docentes assumidamente LGBT. Tais mudanças deixaram para trás práticas pedagógicas, como pude presenciar em 2000 na Escola Estadual Márcio Nery, quando ouvi determinado professor de língua portuguesa justificar a reprovação de um estudante a seus pares: *“aluno veado comigo não passa”*. Mesmo assim, nas últimas décadas, ainda vejo com preocupação a intensa formação de professores de viés mais conservador, atuando principalmente na educação infantil aqui em Manaus. O exemplo do preconceito escolar tem a finalidade de pôr em discussão outros campos em que a violência simbólica e moral se faz presente, principalmente no meio religioso, no trabalho e em outros que se somam como espaços de violência, pontuados como violências do espaço *público*.

A relevância que os *agentes de resistência* atribuíram ao tratamento recebido estritamente por sua condição de gênero ou de sexualidade justifica, especificamente nessa seção, a expressão dos dramas vivenciados entre aqueles que foram interlocutores da pesquisa. Dessa forma, a primeira parte dessa seção será dedicada às etnografias das práticas de *violência simbólica e moral*, primeiramente no contexto intrafamiliar – classificada como espécie de *violência privada* e, na sequência, as violências simbólicas e morais que ocorrem fora do espaço familiar – *violência pública*. Seguindo a premissa de Borrilo (2010), podemos afirmar que neste segundo capítulo predominarão relatos e questões que se incluem num tipo de violência que resulta da lgbtfobia de dimensão pessoal e de ordem afetiva, excetuando o aspecto simbólico que se encontra generalizado na cultura.

2.2.1 Violência simbólica e moral contra LGBT's em Manaus: etnografia das experiências privadas

Contribuíram de forma direta com esta seção os agentes: *Baryshnikov*, *Eros*, *Anhangá Tulipa* e *Psicodélico*.

A instituição familiar é o *lôcus* onde a violência simbólica tem seu nascedouro, pois é nela que se encontram os elementos de reprodução do ordenamento moral de conservação da dominação masculina e heterossexista/cis. É quase generalizada a expressão da *violência simbólica*, visto que o simples fato de alguém surgir em contexto binário do masculino e do feminino, imposto pelo aspecto biológico, impõe aos “desviantes” intensas dificuldades de adequação, especialmente quando a identidade sexual e/ou de gênero torna-se patente.

Todavia, a crescente afirmação identitária de LGBT's no interior das famílias brasileiras (e cada vez mais cedo, diga-se de passagem) tem instituído o fortalecimento de nova configuração moral que abarca as variabilidades sexuais e de identidade de gênero. Tal fenômeno tem produzido o conflito de ordem moral, uma vez que a condição de filho ou filha nas famílias seja de relativa subalternidade, resultando que a relação de poder assimétrico os colocam em situação de resistência. A síntese provisória disso é o processo de empoderamento desses *agentes* que, mesmo frente à dominação, emergem contra forças de contradição da ordem familiar heteronormativa/cis.

A expressão corporal de *Baryshnikov* é ímpar. Seus olhos pequenos e pretos, na boca um sorriso largo e fácil, são traços que estão em sintonia com aquilo que é expresso por meio de uma fala sorridente, mas de conteúdo doloroso. Essa prática paradoxal de rir diante dos dramas e tragédias não é característica exclusiva de *Baryshnikov*. É possível verificá-la cotidianamente nestes *povos*, marca que explicaria o termo americano *gay* e legitimaria o uso, neste trabalho, da categoria *atores sociais* mais do que em quaisquer outros. Todavia, neste *agente* há uma singularidade: a expressividade performática de sorriso com intensa narração dramática da história de sua vida, possivelmente, seja aguçada por sua inserção no mundo das artes cênicas. Por vezes, o gravador utilizado na entrevista me salvou, pois minha mente em nenhum momento dispersou, focando mais na performance e expressão corporal de *Baryshnikov* que no conteúdo de sua fala.

A menção aos seus atributos performáticos veio à minha memória neste momento em que afirmo ter sido sobre sua vida familiar o tema que ele sentia necessidade ávida de falar, expor e refletir. Nestes momentos, as expressões no olhar, no sorriso, no movimento de todo o corpo pareceram se intensificar,

fato que em consentimento mútuo deu à questão familiar centralidade de nossas conversas. São relatos de sua vida empírica, narrativas acrescidas de reflexividade que buscavam entender as razões das posições de sua família e como tais posições o afetavam:

Para minha família foi muito difícil, está sendo difícil, depois sei lá, de seis anos de descoberta (sorrisos), especialmente a minha família paterna que é muito tradicional, muito machista, muito machistão, de homem ser o centro da família, mulher não poder trabalhar, não podia fazer nada, só cuidar dos filhos. Quando meu pai descobriu foi um baque! Daí que me pergunto, se foi por essa relação de família mesmo, ou se foi por nossa própria relação, eu era o mais próximo dele, antes, se ele fosse à esquina comprar pão, ele tinha que me levar; para ele foi um baque e ele até hoje não aceita; hoje ele não fala comigo, tirando alguma coisa necessária, tipo se tem uma conta no banco que não há quem pague ele me pede pra pagar, fora isso ele não se pronuncia comigo (informação verbal)¹⁷.

Baryshnikov (2015) inicialmente justifica a própria formação histórica de sua família como tributária do androcentrismo: antes um pai devotado, marcado por práticas cotidianas de companheirismos; depois, um pai que se nega a falar com o filho assumidamente *gay*. A frustração paterna com a não construção do modelo heteronormativo/cis quebrou de forma bastante radical a relação amistosa que mantiveram desde sua infância. A inserção do texto *A dominação masculina*, de Bourdieu (2014), teve este objetivo de estreitar e fundamentar a realidade que o encontro com os LGBT's demonstrou no campo, ou seja, a íntima relação entre a lgbtfobia e o machismo. Contudo, o androcentrismo não se restringe à rejeição. De outra forma, encontra-se no próprio poder que o homem (neste caso pai e marido) tem em determinar o que deverá ou não ser seguido por toda a família.

A dificuldade em aceitá-lo, por parte de sua mãe e irmãos, segundo ele, foram superados, de forma que ultrapassaram seus preconceitos e mantiveram os elos familiares de amizade e afeto. Todavia, esta conquista não foi suficiente para mantê-lo na mesma residência, pois aos quinze anos teve que enfrentar a vida das *quitinetes de agricolinos*¹⁸. No caso de *Baryshnikov* (2015), o pai

17 Entrevista concedida por Baryshnikov, em Manaus-AM, em 2015.

18 O atual IFAM-CMZL até o ano de 2010 chamava-se Escola Agrícola e recebia estudantes de todo o Amazonas e de outros estados vizinhos. Essa instituição oferecia alojamentos primordialmente para alunos que não residissem em Manaus. No entanto, devido o não enquadramento às normas de acesso a uma vaga nesses alojamentos (econômica, etária ou de gênero, pois até hoje não se aceita mulheres em residência estudantil no IFAM), a perda de vagas nos alojamentos por desobediência às regras internas ou a própria escolha de estudantes em não

desponta como representante legítimo de um modelo sexual imposto: “Minha mãe, no início foi difícil para ela, mas ela procurou entender. Hoje tenho uma relação muito boa com minha mãe; meus irmãos no início foi um baque, mas depois eles buscaram aprender, estudar, conhecer, e hoje tenho uma boa relação”.

Desde que saiu de casa ele recebeu determinado apoio de sua mãe, especialmente financeiro, para ajudar a pagar o aluguel. Entretanto, o que o *salvou* foram as bolsas¹⁹ de estudo que recebeu por meio de projeto de iniciação científica. Com o passar do tempo, a família proprietária do apartamento alugado aos poucos foi se aproximando dele:

Quando eu chegava tarde encontrava a proprietária da quitinete acordada me esperando, acho que se preocupava porque sabia que eu era menor; muitas vezes eu estava morrendo de fome, ela perguntava, já jantou? Não quer jantar? Eu com vergonha dizia já jantei, mas eu ia dormir com fome. (BARYSHNIKOV, 2015).

Tempo depois os laços de amizade entre *Baryshnikov* e a família proprietária da quitinete se intensificaram. Ele começa, então, a ajudar as duas filhas menores do casal a realizar as tarefas escolares. Quando tinha tempo vago também levava ou buscava as crianças na escola. Após determinado tempo, a filha mais velha do casal – uma adolescente que residia com os avós – passa a residir na casa de sua mãe, o que fez surgir uma grande amizade entre *Baryshnikov* e a jovem. Eles se tornaram confidentes e *Baryshnikov* passou a ser uma espécie de conselheiro da jovem. Após dois anos de inquilinato, esse entrelaçamento contribuiu para que ele se tornasse residente da própria casa da família. Paulatinamente, na prática, este *agente de resistência* passa fazer parte de uma nova família, embora não houvesse cortado os laços com sua mãe e irmãos.

O drama vivenciado por este jovem é semelhante ao de inúmeras famílias que rejeitam filhos por conta de sua identidade sexual ou de gênero, fato que poderia ser interpretado como elemento puramente negativo. Entretanto, o ato de adolescentes ou jovens saírem de forma compulsória de suas residências

residirem na escola, dentre outros motivos, produziu, especialmente nos bairros do entorno do colégio, verdadeira colônia de estudantes conhecidos como agricolinos, residentes de pequenos apartamentos, quartos alugados, comumente chamados de quitinetes. *Baryshnikov*, mesmo que residente de bairro próximo ao entorno da escolar, passou a compor e fazer parte desses agricolinos.

19 Importância dos programas de assistência ao aluno e de incentivo à iniciação científica desenvolvidos nos governos do PT.

pode ser visto como marca de *resistência*. Eles optam, assim, por uma trajetória de insegurança, vivendo com auxílio de amigos ou parentes, uma forma de se manterem distantes de uma formatação heterossexual/cis. Dessa forma, a busca pela autonomia passa a ser cada dia mais comum e essas lutas, aparentemente isoladas, fazem parte de movimento coletivo e têm gerado um colapso na configuração padrão das famílias brasileiras. Isso, certamente, tem alimentado forte aparato de manutenção da antiga ordem entre as famílias mais conservadoras.

Eros desponta neste trabalho devido a determinado relato feito em 2004, num desses dias em que as pessoas ficam angustiadas, desorientadas com suas condições de existência e com o próprio *habitus* constituído. Fica patente que este fato aconteceu com um amigo na adolescência, e que em determinado momento de tristeza a história foi confidenciada a mim, possivelmente por conter força explicativa da configuração de sua própria identidade. Dez anos depois de ouvir este relato, fui à procura de reconstituí-lo, não mais na condição de efêmero confidente, mas de amigo historicamente consolidado e pesquisador instigado e instrumentalizado, sabendo que no geral esses acontecimentos são desfechos de processos e, acima de tudo, eventos que deixam marcas profundas na alma.

Nosso encontro se deu em seu ambiente de trabalho e, devido às dificuldades de se encontrar espaço adequado para a entrevista, acabamos indo para meu carro, onde conversamos por algum tempo. Possivelmente essa interlocução tenha ocorrido em um dia impróprio, ainda mais porque nosso entrevistado estava vivenciando profundo sofrimento resultante de um recente desenlace afetivo. Olhar disperso, mente intranquila, mesmo assim pude conversar e ouvir todo o teor de sua história familiar. A experiência de *Eros* com o preconceito, no entanto, não o dirigiu ao mesmo caminho de nosso primeiro interlocutor: passar a residir em *quitinete*, pelo menos não de imediato, e de forma absoluta.

Eros foi criado somente por sua mãe, já que seus pais eram divorciados. Mesmo com a violência física que sofreu, esse ato não teve continuidade ao ponto de determinar sua privação do convívio familiar. Nesse sentido, as estratégias de *Eros* foram marcadas pela ideia de se manter no *armário*, posto que processualmente se afirmou como *gay* para a rede de amizades constituídas (gueto), enquanto que em sua família se tornou um tabu cogitar sobre esta questão²⁰. Esse fato pode ser interpretado de maneira distinta, como deve ser distinto o contexto do *armário* em família: a família sabe e prefere fingir

20 O contexto descrito a respeito do armário e do silêncio em família na vida de *Eros* é estratégia bastante comum no Brasil e visa favorecer a convivência familiar frente ao preconceito: o gay finge que não é gay e a família finge acreditar nisso.

que não sabe; a família não consegue enxergar que o filho é LGBT ou, ainda, a família sabe, mas espera que seja passageiro. Lembro-me de determinado relato em que afirmou: *minha família sempre soube que eu era gay, mas no dia que eu falei “pai eu sou gay”! Eu fui expulso de casa.* Essa ilustração demonstra que o fato, em si, de ser LGBT, não configura um problema. O problema surge com a autoafirmação, quando o LGBT finalmente se assume: isso frustra e envergonha boa parte das famílias:

Eu depois disso levei algumas pessoas lá em casa, mas sem nunca afirmar que era meu namorado, tem sempre uma coisa pesada, sempre ficou muito marcado, minha família não tem uma história de aceitação, sempre essa marca muito pesada. Esse fato da surra marcou porque no momento que esperava que ser acolhido pela família, já que eu estava mal falado na rua inteira (risos), minha mãe só realçou mais ainda, mas foi importante também, porque foi nesse dia que eu decidi que tinha que estudar, vou descer e subir essa rua de cabeça erguida (informação verbal).²¹

Dessa forma, a ausência paterna e a estratégia de manter determinado *armário* familiar, sem dúvida, pode ter contribuído para a permanência em sua casa:

Até os meus 20 anos muito velado, no trabalho, faculdade, nunca foi assumido não. Até hoje não é muito assumido com a família. Claro que existe uma ideia clara do eu sou, mas isso ainda é velado. (EROS, 2014).

Todavia, o *armário* somente não constrói as condições ideais para um LGBT se manter em uma família mais conservadora, sendo evidentemente que ascensão social pelo trabalho em simultaneidade com o estudo formal, regado à extremada doação financeira e/ou afetiva, tem sido uma boa receita de pseudoaceitação familiar. Para que se sintam aceitos, quantos LGBT's utilizam como estratégia de *resistência* o auxílio financeiro e a dedicação exclusiva aos membros da família?

A junção da discricção em família mais o elevado padrão intelectual e de proventos (mesmo que *Eros* não fosse o único provedor familiar, acrescente-se) garantiu a ele certa sobrevivência interna. Todavia, há cerca de quatro anos, a aceitação interna não o desobrigou de manter apartamento distinto de sua casa, lugar onde poderia receber amigos e eventuais namorados. *A quitinete, o apartamento, o quarto em separado*: esses espaços são a grande marca da

21 Entrevista concedida por Eros, em Manaus-AM, em 2015.

clandestinidade afetiva e sexual das pessoas LGBT's em Manaus, ambientes primordiais dos casos de violência, especialmente em relação aos homicídios de *gays* na cidade. Logo, são padrões de exclusão e vulnerabilidade.

O silêncio sobre a identidade de *Eros* em sua vida familiar e em grande medida em seu espaço social de trabalho é sentida de forma mais tranquila, especialmente com seus irmãos, que já possuem alguma clareza e que se pode falar sobre o assunto. Diz-se, portanto, de um tabu quebrado pela metade. Em relação aos pais, ele afirma: “[...] mas com meu pai nunca tratei disso, nem com minha mãe. Mas acho que hoje em dia está bem melhor que antes” (EROS, 2014). Nesse último caso, um *armário* especial para os pais ainda se faz necessário.

Registro que os espaços dos salões de beleza foram importantes para a construção deste estudo, haja vista a significativa presença de LGBT's, predominantemente *gays* e travestis, que trabalham, frequentam e constroem redes de amizades e de inimizades, permitindo privilegiado campo de informação e de contatos. Nesse percurso, deparei-me com a história de *Anhangá*, jovem apresentado no início dessa seção, proprietário de salão de beleza na Zona Leste de Manaus. Ele reside em Manaus há cinco anos e veio para a cidade em busca de melhores condições de trabalho, visto que em sua cidade natal, no estado do Pará, havia poucas oportunidades de emprego.

O processo de racionalização, no sentido proposto pela psicanálise, evidencia-se quando se pergunta sobre seus deslocamentos. Logo, expõe que saiu de sua pequena cidade em 2008, passando a residir em Santarém. Em 2010 se dirige a Manaus, também movido por outros fatores desvinculados da concretude de sua sexualidade. Todavia, fato intrigante encontra-se da observação de que ele retorna para rever a família em 2015, viajando sob influência de dois amigos *gays*. Na chegada ao destino final, os dois amigos foram proibidos, por *Anhangá*, de conhecerem ou visitarem sua família. Esse detalhe demarca a clandestinidade ou guetificação identitária desse nosso agente e revela ser falaciosa a justificativa de ter vindo para Manaus unicamente por demandas de trabalho. Falácia reconhecida no decorrer dos diálogos.

Quando falamos de centros urbanos sabe-se que é muito comum a migração de LGBT's como forma de fugir de realidades marcadas por relações mais próximas de uma vida comunitária, passando a conviver distante de parentes, evitando, dessa forma, causar vergonha ou provocar possíveis conflitos familiares. Eles são movidos, também, pelo sentimento de liberdade.

No decorrer da conversa várias situações foram reveladas, tais como: “[...] minha família é católica, meu pai é catequista, tenho uma irmã deficiente

que também é catequista, ela é muito preconceituosa. Só tenho uma irmã pra quem eu conto tudo, sempre me apoiou.” (informação verbal)²². Esses relatos apontam para a sua condição de refugiado em Manaus, livre dos olhares de sua comunidade de origem e da pressão familiar, composta por líderes comunitários da Igreja católica local. A pressão, neste caso, é fruto do sentimento de vergonha que os familiares sentem dentro do contexto mais amplo das relações de parentesco. Em determinado momento reconheceu: “[...] aqui em Manaus me sinto livre.” (ANHANGÁ, 2015).

Em Manaus, *Anhangá* trabalhou durante dois anos no Polo Industrial, desempenhando suas funções na linha de montagem. Todavia, sua inadaptação ao modelo de trabalho levou-o a buscar outra profissão. Optou por um curso técnico de cabeleireiro: “[...] depois que fiz o curso de cabeleireiro, pedi as contas do Distrito e comprei o material básico para trabalhar com salão.” (ANHANGÁ, 2015). Abriu seu salão em determinado bairro da Zona Leste e ainda hoje divide residência e espaço de trabalho na mesma *quitinete* alugada.

Durante três anos sua vida esteve marcada pelo trabalho. No entanto, sempre que havia possibilidade, ia para festas e bares com seus amigos. Relata que passou momentos de dificuldade, depressão, experiência com drogas ilícitas. Somente após exposição concreta de violência física decidiu mudar de residência e estabelecer relações mais positivas de autopreservação. A mudança de endereço propiciou-lhe mudança de grupo de amigos, desta vez que não tinham envolvimento com “drogas”. Segundo ele, as novas amizades foram importantes porque

[...] eles me levaram para outro mundo que eu não conhecia, falavam de assuntos que eu nunca conversava com meus antigos amigos, no início eu achava tão chato falar de políticas, essas coisas, mas agora eu gosto muito. (ANHANGÁ, 2015).

O processo de construção dessa etapa do trabalho foi marcado, como narrado acima, por eventos que marcam a vida dos LGBT’s no que tange à multiplicidade de relações sociais, em que se torna possível verificar práticas de *violência simbólica e moral*, que contribuem nas formatações identitárias e possuem papel de complicador das posições sociais que assumem e que por vezes são tratadas como meras determinações naturais inerentes a eles.

Por mais que se tenha buscado observar a diversidade de relações que imperam a negação de igualdade de *status* e violência, as relações familiares

22 Entrevista concedida por ANHANGÁ, em Manaus-AM, em 2015.

despontam com as que possivelmente causam danos afetivos mais profundos na formação das identidades. *Baryshnikov* e *Eros* pautaram seus relatos sobremaneira em seus processos de exclusão e discriminação intrafamiliar, enquanto *Anhangá* optou pela emigração prévia.

Tulipa inclui-se nesses encontros entre pesquisador e *agentes*, em que a temática central de nossas conversas ficou em torno, grosso modo, das descrições de relações familiares marcadas por diversas formas de *violência moral e física*:

Desde meus cinco anos eu já me percebia como diferente, eu estava no Jardim II, eu tinha um amigo, o apelido dele era alemão. Ele era muito chegado a mim, mas normal, um dia tinha uma prova, era para pintar um índio, ele ficou muito perto de mim, mas normal. Mas à noite eu fiquei pensando nele. Todo dia ele me abraçava. Mas no recreio eu não ficava com meninos. Quando fui para a “alfa” já fiquei a fim de outro rapaz. Aos sete mais ou menos vi um menino nu na minha frente, sendo que já sentia atração. Nessa época, não vou dizer que fui abusado, pois eu que fui atrás dele. Ele trabalhava ao lado de minha casa. Tinha uns 14 anos, era moleque. Trabalhava ao lado da minha casa. E nós estávamos em obra no segundo andar da casa, e eu um dia da escada vi ele pelado no banheiro no quintal ao lado, aí eu gostei. Chamei ele, mas ele ficou bravo na hora, ficou com raiva, me jogou água, me brigou aí eu desci para a sala e fiquei nervoso, mas feliz por ter feito, tinha gostado. Depois de umas duas horas, ele veio e perguntou por que fiz aquilo. Eu falei, eu te acho bonito e queria você para mim. Foi quando ele tirou a toalha, e eu comecei a tocar nele. Foi daí que vi que eu não era normal, não era normal. (informação verbal)²³.

O processo de construção da percepção de si, como alguém que destoa do padrão homem-mulher, surge em seus primeiros anos de existência e faz parte das disposições comuns dos agentes transexuais/transgênera. Posso afirmar

que, na prática, são pessoas que nasceram em corpo reverso: mulher que nasce em corpo de homem e homem que nasce em corpo de mulher. Essas discussões são muito recentes e envolvem campos teóricos e científicos bastante diversos. Todavia, a primeira fala de *Tulipa* possui a finalidade dar conta das diferentes identidades e demonstrar que os processos de construção da identidade são complexos, uma vez que a autopercepção e a percepção social podem decorrer em tempos distintos e depende de questões como aquilo que de forma comum denomina-se *trejeito*.

O trejeito impulsiona a classificação social, mesmo que objetivamente

²³ Entrevista concedida por Tulipa, em Manaus-AM, em 2015.

ele não defina identidade e seja carregado de preconceito. No entanto, ele é por vezes o elemento que indica ou que constrói identidades, antes mesmo antes de o *agente* se autoperceber LGBT. O contrário também é verdadeiro. A performance sem *trejeito*, portanto, “masculinizada”, garante o retardamento da autopercepção e da percepção social, e ainda permite a construção de identidades com a licença que lhe permite vivenciar dupla ou múltiplas performances identitárias ou até mesmo se definir perenemente como identidade plenamente móvel, *queer* (LGBTQ)²⁴. A mobilidade identitária é plenamente discutida como padrão teórico contemporâneo. Entretanto, pontuo que as identidades assertivamente são móveis, mas as identidades dos agentes específicos podem ou não serem móveis, afinal, como afirma Preciado (2010), a estabilização deve ser considerada. Assim, este trabalho retrata que todos os membros das organizações sociais ligados à causa LGBT demonstraram visceralmente o desejo de terem suas identidades reconhecidas.

Esta breve incursão demonstra as causalidades que levaram Eros a se assumir *gay* – para si e para algumas pessoas do círculo de amizade – por volta dos dezesseis anos, como o fato de “[...] jogar futebol e ficar com meninas” (EROS, 2014) retardou o seu olhar sobre seus próprios desejos e desfocou qualquer classificação familiar, até o momento em que é flagrado em relações íntimas com outro rapaz de sua rua.

No caso de *Tulipa*, desde os cinco anos já se via como distinto dos outros colegas de classe, já reconhecia o desejo por meninos, verdadeira pulsão por um garoto. Assim como *Tulipa* vê-se diferente, seus familiares também muito cedo percebem que ele era diferente, mesmo porque suas experiências sexuais, aos sete anos, deixaram rastros: “Depois tive relação, não de penetração, mas de toques, carícias, com esse menino. Foi quando meu pai quase pegou a gente, ele se tocou.” (TULIPA, 2015). Desse dia em diante *Tulipa* descreve uma rotina de práticas familiares que buscavam enquadrá-la em determinado padrão:

Daí foi que meu pai começou a pegar no meu pé. Sendo que ele já pegava, cortava meu cabelo curto, crescia um pouco já mandava pelar, coloca esse menino no futebol, dali já sentia um preconceito do meu pai, ele abraçava o meu irmão, beijava a minha irmã, passava por mim, passava direto. Um dia minha vó foi lá no quarto e disse ‘Tulipa’ é teu filho também, vá lá abrace ele, ele ficou sem jeito, eu também, foi lá me abraçou, passou a mão na minha cabeça. (TULIPA, 2015).

As estratégias dos pais de *Tulipa* na tentativa de torná-lo heterossexual/cis

24 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e *queers*.

foram diversas. Matriculá-lo em escola evangélica foi uma delas. O excesso de mensagens passadas de forma indireta por um dos professores sobre o pecado do “homossexualismo” foi tão intenso que ela chegou a “converter-se” em uma igreja evangélica.

Após separação dos pais, a mãe de *Tulipa* ordena que ela passe a residir junto ao pai. Tulipa obedece, passando a morar e trabalhar em um escritório ao lado da sala que ele ocupava. A exigência prévia, para isso, foi de cortar o cabelo e engrossar a voz. A pressão constante praticada por seu pai chegou a um nível insuportável, refletido no dia em que ela pediu a um dos motoristas da empresa que a levasse até a escola para “pegar uma declaração”. Após chegar atrasado em quinze minutos, seu pai reagiu da seguinte maneira:

[...] ele estava com uma faca dentro de casa, me ameaçou e disse que se eu fosse gay ele iria me ticar todinho e me jogar na rua para os cachorros comerem. Então aquela cena eu não esqueci, entende? Foi aí que eu vi que não queria viver ao lado dele, comecei a roubar coisas como panelas, para quando eu fosse morar sozinho. (TULIPA, 2015).

A pressão psicológica por meio de ameaças, inclusive contra a integridade física da própria filha, exigiu a estratégia de resistência descrita por Scott (2000). O ato de roubar o supermercado representou o empoderamento para fugir da tutela repressora de seu pai. Lembro que durante a entrevista, de forma serena, ela descrevia num paradoxal sorriso triste que quando eles ficavam a sós, o pai afirmava que “homossexual” morria de forma trágica. Em um determinado dia exclamou: “[...] que ele conhecia casos em que o pai mandou matar o próprio filho, como o filho do dono da empresa *fulano de tal*²⁵. Ele falou de umas quatro mortes que o pai tinha mandado matar.” (TULIPA, 2015, grifo nosso). A questão que o angustiou era saber se esse discurso retratava ou não uma ameaça velada de morte. “Depois ele falava: mas você vai mudar, né, filho? Aí eu dizia: vou, pai!” (TULIPA, 2015).

Tulipa passa a sentir diversas formas de preconceito por parte do pai, a exemplo de nunca poder ir à fazenda da família em um município onde residia os familiares paternos. Reflete-se também no fato de ter sido o único dos filhos que não foi presenteado com um carro, de forma que somente ganhou um automóvel devido a uma indenização quando havia se afastado totalmente da família. No dia em que seu pai verbalizou que sentia vergonha dele – “[...] aí eu tomei coragem e falei que era gay, aí ele baixou a cabeça e começou a chorar.”

25 Omiti o nome da empresa, ainda mais porque se trata de um homicídio amplamente divulgado em Manaus, mas sem essa indicação de autoria.

(TULIPA, 2015). A dificuldade paterna em aceitar o filho, agora assumidamente *gay*, fez com que ele tomasse uma decisão muito comum em famílias abastadas: o degredo. Neste caso, foi “convidado” para estudar medicina em Brasília. Na mesma noite da decisão, pai e filho sofreram separadamente. Às quatro da manhã seu pai o chama para uma conversa:

Foi quando ele entrou no carro, aí ele perguntou o que você vai fazer da tua vida, eu te amo tanto, mas essa doença que tu tem, tu era para ser o dono de tudo, porque entre você e teus irmão, você está à frente, mas a vergonha que eu sinto de você é maior, te deixa por último... foram mais de duas horas conversando. (TULIPA, 2015).

Dessa conversa ficou decidido que *Tulipa* continuaria trabalhando com seu pai, mesmo ele sabendo de sua condição, todavia, as restrições só aumentariam, por exemplo: ir até o depósito, jamais! Assim, cursando faculdade em Manaus, passa a manter relacionamentos com rapazes. A câmera que seu pai colocou sem comunicar na entrada de seu apartamento muitas vezes a denunciou:

Esse amigo do meu pai veio conversar comigo, só que ele não sabia que eu sempre quis ser a mulher, e não tinha coragem por causa do meu pai perto de mim. Meu pai me mandou para o psicólogo, urologista, para ver se eu tinha alguma doença, se dava para curar; minha madrastra sempre me entendia, mas ele não. Um dia um amigo dele disse que poderia ser falta de hormônio, porque teria alguém que tinha tomado hormônio e teria voltado a sentir atração por mulheres. Isso aumentou a esperança do meu pai, Fiz todos os exames e deu tudo normal, meu pai disse: que diabo esse menino tem? (TULIPA, 2015).

O processo de angústia que a atormentava – e ainda atormenta – quanto à relação com seu pai, ressignificou-se quando assumiu namoro com *Apolo*. Foi neste momento que ocorreu sua demissão e a solicitação para que desocupasse o apartamento em que vivia. A justificativa foi a de uma suposta reforma que, há mais de três anos, ainda não havia sido realizada. Depois desse episódio, ela só retornou à empresa do pai para resolver a situação legal do carro que o pai lhe deu; após a situação, o pai lhe disse: “[...] te amo tanto, mas meu preconceito é maior, e por favor, não venha mais aqui.” (TULIPA, 2015). Estudo realizado por Peres (1993) intitulado “*Travestis: construindo identidades cidadãs*”, visibilizou o fato de que em Porto Alegre 89% de travestis deixam suas casas para morar com amigos ou sozinhas.

Por diversas vezes a vi em companhia da mãe, e era perceptível que possuíam uma relação fraterna. Foi aí que em meio a uma conversa, *Tulipa* confidencia que sua mãe não falava com ela há seis meses, visto que só aceitava sua identidade de “gay discreto”, sem beijar *Apolo* em público, com cabelo cortado e sem hormonização: “[...] enquanto eu era gay, tudo bem; mas depois que eu comecei a me transformar, ela não aceitou mais.” (TULIPA, 2015).

O machismo, a lgbtfobia que se desvela na posição do pai em relação à filha, demonstra o quanto a violência simbólica toma feição de agressão moral profunda, pois aquele que se encontra no papel de dominado não aceita os padrões impostos. Entretanto, os casos estão sempre demonstrados dentro de uma relação de crise entre valores historicamente dominantes heteronormativos/cis frente a novos valores em estruturação, protagonizados pelos *agentes de resistência*. Resulta desse embate uma situação de conflito entre dominados e dominantes.

A reflexão acima sobre os chamados *trejeitos* femininos aparece aqui como demarcador também do limite de aceitação dentro dos seguimentos LGBT: ser “gay discreto” facilita o convívio e a aceitação social. No entanto, as identidades de gênero transexuais chocam e desmontam a clássica visão binária e tal transgressão demonstrou uma situação bastante peculiar e que merece nota: sua mãe não é *gayfóbica*, mas demonstrou não ter controle sobre a sua transfobia. Eu mesmo, como pesquisador, em muitos momentos de minha vida, ouvi coisas do tipo “*acho legal [...] porque tu és gay e nem aparenta*”. Atualmente, ouço menos. Creio que já perdi este *status* social de me assemelhar a um homem heterossexual.

O trabalho etnográfico desenvolvido nesta pesquisa foi em seu percurso desvelando histórias, vivências, experiências e dramas de LGBT's em circunstâncias distintas, como vimos até aqui. Vidas marcadas, inúmeras formas de preconceitos, exclusões. As que decorrem no seio das relações familiares são as que mais corroem a consciência desses *povos*. Isso é tão significativo que, por vezes, eles não conseguem perceber situações, mesmo explícitas, de preconceito social, tamanha a visibilidade subjetiva daquelas advindas de parentes.

Psicodélico se aproxima da *agente Tulipa* por sua condição transexual, de gênero masculino, portanto. Sua tomada de consciência ocorreu um pouco mais tarde, a considerar que em muitas identidades transexuais, a autoconsciência e o sofrimento começam mais cedo, quando se pensa em faixa etária. Segundo ele, devido sua condição econômica à época – vinha de família classe média baixa, pai professor, com elevado nível intelectual – teve

nas primeiras fases da infância liberdade para brincar livremente, fugindo da rigidez imposta por muitas famílias, como o de especificar cores e brinquedos pelo sexo das crianças. Como ele explica, “[...] até mesmo futebol eu brincava com meus dois irmãos” (informação verbal)²⁶.

Psicodélico (2015) sente a adolescência como verdadeira ruptura, pois foi nesse processo que passou a sentir que os hormônios femininos foram lhe tirando as forças, “[...] puberdade que na mulher biológica começa a nascer peito, cresce o traseiro, começa vir menstruação, ou *monstruação*²⁷”. Os processos típicos dessa fase biológica causaram situação de pânico no adolescente, pois para ele, aquelas mudanças não se adequavam a sua personalidade, sua identidade, que até este período foi marcado por devaneios complexos e paradoxais, haja vista que muitas vezes pensava em si como *mocinha* e, em outras vezes, refletia como seria possível ser um rapaz:

Mas tudo só mudou quando aos onze anos eu sentia o estrogênio e minhas forças começaram a mudar. Nossa, mas o forte foi um dia em que eu tirei minha blusa e minha mãe disse: olha está nascendo peitinho, tá virando uma mocinha, o negócio vai ter que mudar. Foi aí que eu percebi que não era, não era isso que eu queria. Meu corpo estava ficando totalmente ridículo, entendeu? Aí comecei a ter reações que meu pai não entendia, não queria que as pessoas me vissem... Eu colocava pano para tentar disfarçar, eu apertava meu peito. Na cintura eu tive uma ideia: colocar um elástico e começar a apertar e não crescesse. Mas a tática eu tive que deixar, porque meus quadris começaram a doer, doer, doer, eles foram crescendo e doer muito. Na questão dos peitos foi a questão mais terrível, foram os peitos... Eu deitava de qualquer jeito, podia ficar na posição que eu quisesse, eu andava sem camisa direto. Nascendo os peitos tive que esconder, eu não podia deitar assim que começava a doer, que merda é essa? Desgraça! Meu corpo era tão perfeitinho! (PSICODÉLICO, 2015).

Esse diálogo foi marcado pela complexidade das percepções que constroem a identidade, pois mesmo explicitando a dificuldade que o pai teve em aceitá-lo ou sem saber determinar se chegou a compreender que ele era um adolescente transexual, *Psicodélico* afirma que ele era misógino ao extremo, que “*odiava vagina*”, tanto que nosso interlocutor o classifica como “*podre de machista*” (PSICODÉLICO, 2015). Assim, em dado momento de nossa conversa, ele remete ao pai como uma pessoa que teria contribuído para que sentisse raiva do próprio corpo.

²⁶ Entrevista concedida por Psicodélico, em Manaus-AM, em 2015.

²⁷ Neologismo para designar uma fase do período reprodutivo da mulher como um incômodo, não desejado.

Essa questão nos remete à seara da pura especulação pois, fenomenologicamente, não há nada que determine a misoginia do pai como dispositivo de negação de sua identidade biológica, mesmo porque reiterada vezes o genitor aparece como aquele que, mesmo não possuindo apreço pelo gênero feminino, não aprova o homem em construção – seu filho adolescente. “Eu cheguei a falar: pai, não me deixa virar, eu me transformar em mulher; me transforma em homem; ele não fez nada, ele poderia ter me salvado de muita coisa, mas ele não quis me ajudar, não fez nada.” (PSICODÉLICO, 2015).

A maior dificuldade, nesse contexto, dava-se na ausência de qualquer discussão sobre identidades transexuais/transgêneras, não saber se isso era de conhecimento de seu pai. A situação agravou-se após a morte do pai, pois de certa forma ele lhe garantia alguma proteção. Após seu óbito, além das investidas realizadas com psicólogos durante algum tempo, sua mãe começou a frequentar determinada igreja evangélica, obrigando-a a ir aos cultos, sob ameaça: ou frequentava a igreja ou iria “[...] ser internada como doida.” (PSICODÉLICO 2015). Nessa fase, as “irmãs”²⁸ de igreja aconselharam sua mãe que queimasse todos os discos de rock, bem como as agendas e lembranças que guardava. Dou ênfase ao papel marcante do campo religioso, evangélico principalmente, nas tentativas de formatações de identidades não que correspondem aos padrões estabelecidos de moralidade. As igrejas cristãs ligadas ao pentecostalismo e ao neopentecostalismo são vistas pelas famílias como recurso de salvação heteronormativo/cis, especialmente de filhos. Corresponde a uma espécie de pedido de socorro das famílias, como ocorreu com *Tulipa* ou, em contexto não privado, com a situação de *Amazonas*.

A profundidade do sentimento de inconformidade entre o corpo que estava adquirindo e sua identidade em processo de construção se expressou na revolta de sua família em desejar que ela aceitasse passivamente a contradição entre as mudanças biológicas típicas do sexo feminino e sua identidade de gênero:

Ninguém queria saber de resolver meu problema, de fazer o que eu queria, parece que as pessoas vivem a ditadura do sexo genital, se vocês nascer de um jeito você tem que obedecer. O sexo genital é um ditador, que você tivesse que obedecer, uma coisa que vem de lá, uma coisa sagrada, que você não pode modificar. O pessoal não consegue perceber que está construindo cadeia diante disso. (PSICODÉLICO, 2015).

A heteronormatividade/cis possui longa trajetória de legitimação para se constituir como única forma de sexualidade e gênero válidos, mesmo que

28 Tratamento usual entre evangélicos – irmãos na fé.

historicamente as *práticas resistentes* permanecessem em momentos em que a “homossexualidade” recebeu atribuição de pecado, de crime ou doença, como se pode observar em autores como Foucault (1984, 1988) e Naphis (2006). Dessa forma, se a repressão aos atos marginais de sexualidade representa a quebra de padrão moral para grande parte da sociedade, imaginemos como as atuais performances de gênero fragilizam totalmente os ditos antes dominantes da sexualidade e do gênero, que naturalizava de forma inexorável a sincronia entre sexo e identidade.

O reconhecimento das teorias pós-estruturalistas frente às sólidas ideias de identidades não se sobrepõe, neste trabalho, aos processos empíricos em que os sujeitos primam pelo direito ao reconhecimento de suas identidades concretas, ou seja, teoricamente a própria visibilidade das identidades transexuais/transgêneras produz caos às mentalidades que pensavam a sexualidade como refém de nichos identitários. Todavia, os sofrendores, a exemplo de Psicodélico, exigem aquilo a que ele se refere de rótulo. A ausência do rótulo transexual determinou que outro rótulo lhe fosse atribuído, no caso deste, o de louco.

No instante em que ele sente a ausência de apoio familiar, a não aceitação na escola, passando a ser comum a classificação de *biruta*, *louca*, conjugado a práticas coletivas entre os colegas de reproduzirem sons de ambulância e anunciarem a chegada de agentes manicomial, contribuiu para que *Psicodélico* não concluísse o ensino fundamental. Segundo ele, entre as causas do preconceito que sofria, estava o fato de que sua capacidade cognitiva lhe rendia notas superiores aos demais alunos. Ele relata que na infância passou por testes de inteligência e obteve 99% de êxito nas questões respondidas.

As interlocuções com os *agentes de resistência* sobre as diversas práticas preconceituosas das quais foram alvo demarca o fim da hegemonia da heteronormatividade/ cis, mas expressa, por outro lado, o grau de dificuldade que as famílias possuem em abrir-se para o processo de movimento e reaprendizagem de elementos que transformam marcantemente os *habitus* construídos pela cultura androcêntrica e lgbtfóbica.

2.2.2 Violência simbólica e moral contra LGBT's em Manaus: etnografia das experiências públicas

Contribuíram de forma direta com esta seção os agentes: *Baryshnikov*, *Tulipa*, *Psicodélico*, *Dionísia*, *Amazonas* e *Anhangá*.

Acima foram relatadas algumas experiências da *violência simbólica e*

moral vivenciadas pelos agentes de resistência que compõem o quadro de interlocutores desse trabalho, centro do contexto familiar, classificado nesta pesquisa como *experiências privadas*. Foram apenas algumas expressões da violência extraídas de agentes que demonstraram sofrimento com o preconceito familiar. Representam as vozes silenciadas de incontáveis agentes brasileiros e manauaras que encontram em suas famílias o primeiro contato com a violência provocada por sua condição identitária em construção. Aqui, veremos outras condições e formas de violência em contextos não familiares. Trata-se de contextos específicos e limitados, pois compreendem apenas as situações expostas pelos agentes interlocutores desta pesquisa. Weber (1997) entende que a realidade é infinita, cabendo ao cientista social recortar e selecionar seu objeto de estudo. Nesse sentido, as limitações classificatórias que organizam o trabalho se somam ao fato da etnografia não se configurar ao espontaneísmo aleatório, uma vez que foi construída a partir da eleição de um conjunto de agentes que possuem experiências específicas.

No diálogo com os *agentes de resistência*, a instituição escolar apareceu em sentidos distintos, a exemplo do espaço de acolhimento que marcou o relato de *Baryshnikov* (2015). Ele reconheceu a existência de alguns professores evangélicos que expressaram algum tipo de preconceito, todavia, o que lhe tocou a sensibilidade foi a acolhida e o sentimento de irmandade que recebeu de seus colegas e da maioria dos professores. A convivência entre os estudantes LGBT's e heterossexuais/cis nesta escola, desde a década de noventa, é descrita como bastante harmônica²⁹.

Baryshnikov (2015) afirma que a vivência escolar foi salutar, visto que os “[...] meninos héteros da escola eram bastante acolhedores; até andávamos de mãos dadas com nossos amigos héteros”. Quanto aos docentes, diz que eram bem preparados, mesmo que “[...] alguns professores evangélicos deixassem transparecer algum preconceito”. No contexto escolar, se inseriu no grêmio da escola, “[...] um espaço que dava voz para os LGBT's para se defenderem.” (BARYSHNIKOV, 2015). Segundo ele, havia algumas *gracinhas*, mas a maioria os respeitava.

No âmbito escolar, as experiências de *Tulipa e Psicodélico*, ambos transexuais, foram mais nocivos às suas formações identitárias. Se tratamento diferenciado do pai de *Tulipa* tornou-se rotina em sua vida, sua explícita diferenciação em relação aos padrões dominantes de comportamento de gênero a fizeram passar

29 Mesmo que pesquisa realizada sob minha orientação no PIBIC – Jr. (2011), cujo objeto de estudo era a “homofobia” nesta instituição, tenha revelado muitas expressões de preconceito, marcadamente de ordem religiosa por meio de servidores do *campus*.

por situações discriminatórias nos primeiros anos escolares:

Foi quando fui para a primeira série, o professor chamou minha mãe e disse que eu não era normal porque não queria fazer educação física, que tinha alguma coisa de estranho, só queria ficar no meio das meninas. Minha mãe falou que eu era mimado, mas ele aconselhou me levar no psicólogo. Daí para frente minha mãe começou a ter preconceito comigo também, começou a mandar eu ir com meu pai para feira comprar as verduras para nosso mercado, eu ia, e gostava. Mas meu pai mandava eu andar direito, queria me mostrar o lado masculino. (TULIPA, 2015).

A ausência de determinado perfil exigido para uma criança do sexo masculino fez com que um professor sugerisse a ele acompanhamento psicológico, reforçando o sentimento, por parte da sua família, de construção corporal e de performance masculina. Isso indica o reforço de ideias, como as de Almeida (1906), que considera patológica a “homossexualidade”³⁰. A busca ideal pelo corpo masculinizado me faz lembrar premissa de Butler (1999), apresentada por Salih (2012), em que expressa que o extremo masculino pode ser interpretado como o extremo desejo mascarado pelo próprio masculino. A vivência de *Psicodélico* na escola não se configurou como experiência fácil. Primeiro porque a pecha de louco foi rapidamente disseminada e cultivada entre os colegas de sala de aula, visível caso de *violência moral*. Além disso, *Psicodélico* (2015) era excluído das partidas de futebol de que tanto gostava: “[...] na escola eu não brincava, mas porque não me chamavam; [...] creio que porque eu tenho uma forma mais educada e gentil”. Mesmo reconhecendo que possuísse muita força, “[...] o futebol dos meninos era muito adoidado, com muito esfrega”, justifica de forma amena (PSICODÉLICO, 2015).

Pontuei acima, sobre as forças políticas que tem atuado no campo político, dentre elas, as forças dos *populistas autoritários* ou religiosos no Brasil. Essa força observada na política nacional é reflexo do avanço das igrejas pentecostais e neopentecostais conhecidas de forma genérica como igrejas evangélicas e o avanço de setores pentecostais e neopentecostais da Igreja Católica (PEREIRA, 2008). Esse crescimento numérico de evangélicos e de algumas igrejas que consideram a “homossexualidade” como mais uma forma de *adoecimento ou de dominação demoníaca* tem levado muitas famílias a “buscarem a cura de seus filhos e filhas”.

30 ALMEIDA, J. R. *Homossexualismo: a libertinagem no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

Em 2013 apresentei artigo na IV Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE) intitulado “*Homofobia pentecostal e seus reflexos entre homossexuais em Manaus*”, o qual teve como foco de pesquisa somente *gays* que se autodenominavam evangélicos. Nesse trabalho aflorou os dilemas de jovens que desejavam praticar a religião, mas não conseguiam deixar de vivenciar o desejo e as práticas sexuais LGBT’s. Vivenciavam paradoxos de acolhimento e de exclusão dentro das instituições, mesmo quando a comunidade não sabia de sua identidade. Se esses sentimentos são próprios daqueles que já experimentava a fé evangélica por costume familiar, imagine aqueles que são coagidos ou induzidos para que frequentem uma religião numa perspectiva de cura?

Tulipa descreve assim sua experiência religiosa depois de ter sido matriculada em escola evangélica por sua família; por determinado tempo, foi “ovelha” na Assembleia de Deus. Por vezes, chegando aos cultos o pastor “[...] falava de homossexualismo, que se eu não mudasse, ia para o inferno, que era maldição que vinha de gerações. Como eu não conseguia mudar, eu entrei em depressão.” (TULIPA, 2015). Foi emblemático que a depressão melhorou quando outro pastor da Assembleia perguntou a ela se realmente acreditava em Deus. Ao ouvir que sim, este lhe pediu para que orasse, saísse da igreja e fosse viver sua vida: “[...] só agora descobri que ele curte homem também.” (TULIPA, 2015). A verdadeira salvação só veio quando um pastor *gay* a libertou das amarras.

Psicodélico vivenciou essa experiência quando sua mãe “converteu-se” em uma igreja evangélica. Era praticamente chantageado: ou frequentava os cultos ou seria internado no manicômio³¹, o que demonstra a altivez das concepções

³¹ Segundo Marcantônio (2010), com a institucionalização dessa noção de ordem pelo Estado moderno, o ordenamento jurídico tratou de especificar e sancionar as condutas que, a princípio, não seriam desejáveis manter como práticas em sociedade, tentando moldar-se proporcionalmente à pena prevista a conduta indesejada, variando conforme a gravidade ou o clamor público. Para assegurar o cumprimento de tais normas, bem como para tentar reconduzir e readequar o sujeito à sociedade, sem que esta sofresse os abalos de se manter um indivíduo inadequado em seu seio, vinculou-se, portanto, tal tarefa às instituições, que deveriam ser fonte de inesgotável processo disciplinar (FOUCAULT, 1975). Denominadas de reformatórios, em seu início no século XVIII, julgavam-se capazes de readequar qualquer desajustado, mediante um exaustivo processo disciplinar e com auxílio de mecanismos propiciados pela consciência humana, quando do isolamento e solidão (FOUCAULT, 1975). Aliás, nessa esteira, o conceito de desajuste era pautado externamente, ou seja, tendo como base, essencialmente, a natureza da conduta exercida e se esta era ou não passível de ser comportada pela respectiva estrutura social. As condições e sanidades psicológicas do agente não eram levadas em consideração e as motivações da consciência raramente o eram. Cf. MARCANTONIO, Jonathan Hernandes. A loucura institucionalizada: sobre o manicômio e outras formas de controle. *Psicólogo in Formação*, ano 14, n. 14, p. 142-143, jan./dez. 2010.

manicomiais e sua natureza como lugar onde são apreendidos os sujeitos que ousam fugir de regras e padrões. Como parte do tratamento espiritual, sua mãe ainda quebrou toda sua coleção de discos de rock.

Sua sobrevivência se deu na criação de um mundo paralelo:

Todos me diziam que eu era uma pessoa louca. Quem me salvou foi um personagem do tempo que assistia desenho animado Pokémon, porque tem um personagem James, [...] onde o personagem James se apresenta como travesti. James se comportava tanto como homem quanto como mulher. [...] Quando ele apareceu com peitos bem grandes, aí eu me percebi, eu sou igual a ele. O James é meu salvador, porque ele me salvou de saber que eu não estava sozinho no mundo, apesar de todos que falavam besteira que eu era doída, James me fez ver que eu era apenas uma diferente. (PSICODÉLICO, 2015).

Aqui se encontra a justificativa do próprio nome que lhe foi atribuído, pois do seu ponto de vista, a criação psicodélica de um mundo paralelo foi condição de possibilidade para a sua sobrevivência, à medida que sua perspectiva, o mundo “real”, era composto de inimigos: “[...] *meus colegas eram meus inimigos, minha mãe era a minha inimiga, meu pai era meu inimigo, meu pai me castigava pela transfobia que eu passava*” (PSICODÉLICO, 2015), expressão que narrou às lágrimas, expressando extrema dificuldade para que as palavras saíssem de sua boca. Um mundo surreal onde habitam *James* e outros personagens e que, ao passar para a condição de humanidade, garante o acolhimento e a aceitação de que tanto precisava. Foi dessa forma que viveu boa parte de sua adolescência, em companhia de seus amigos imaginários, criação de um mundo particular.

Durante todo nosso colóquio, *Psicodélico* expõe suas estratégias de sobrevivência, suas formas de resistência, e pôde perceber que, se não houvesse quem tomasse suas dores, literalmente falando, poderia criar as pessoas de quem precisava. Por outro lado, entre sua subjetividade abalada e sua posição política, conseguiu verificar sua ânsia de luta por direitos neste mundo da chamada realidade, no qual a ênfase se dá no reconhecimento das identidades transexuais, pois “[...] para ele, pessoas transexuais masculinas são enxergadas como super lésbica.” (PSICODÉLICO, 2015).

Esta relação entre ser lésbica e homem transexual ficou clara no momento em que ele foi residir na Zona Norte da cidade, situação em que passou por forte assédio por parte de um lutador de artes marciais. A importunação ocorria geralmente quando ele descia do ônibus para ir até sua casa ou quando estava na praça bairro:

[...] ele já tinha processo por transar com menina menor de 14 anos. Um dia ele pegou no meu cabelo, eu corri, eu cortei meu cabelo para não atraí-lo. Um dia, umas dez da noite, eu ia para casa, ele estava numa esquina me aguardando, tive que ligar para minha mãe. (PSICODÉLICO, 2015).

Sua mãe o acompanhou até a casa, mas após o fato ela o culpou por ele exercer algum tipo de atração no rapaz. Psicodélico fala do pavor que tinha de ser vítima de estupro: “[...] nem no papai eu confiava!” (PSICODÉLICO, 2015).

A descrição que fiz em relação a *Dionísia* e sobre sua tortura policial será exposta na próxima seção. Entretanto, concomitantemente à tortura, esta *agente de resistência travesti* foi agredida verbalmente com frases como: “[...] veado merece morrer e veado não deveria existir” (informação verbal)³². Importante elencar a tônica dos discursos policiais por meio de ameaças que sofreu para que não procurasse seus direitos, após tortura sofrida pela Polícia Militar do estado do Amazonas.

Após a sessão de tortura, seus algozes lhe disseram:

[...] olha, a gente sabe onde tu trabalha, se tu for fazer alguma denúncia, a gente vai lá... O oficial me chamando de veadinho de merda, se eu fizesse alguma coisa eles iriam no meu salão, eles sabiam onde eu trabalhava e ia fazer o que o que tinha que fazer comigo. (DIONÍSIA, 2015).

O pavor de ser agredida novamente ou morta por policiais fez com que ela mudasse seu salão de endereço, tendo em vista que trabalhava praticamente na frente da delegacia. Ela teve que abrir o salão na própria residência e, além disso, passou andar sempre na companhia de alguém. O pânico passou a fazer parte de sua vida, pois tinha a certeza de que a inimizade com policiais seria perigosa.

A violência *simbólica e moral*, como temos visto, são relatadas como práticas comuns: a primeira, ao atuar em todos os momentos e lugares; a segunda, sempre que a sociedade se sente afrontada por algum *agente de resistência*. Atualmente, *Amazonas* encontra-se residindo em apartamento cedido por uma instituição ligada à igreja, logo após ter sido obrigada a sair de sua casa por conta de violência lgbtfóbica de seu vizinho. O processo de expulsão de *Amazonas* de sua própria residência decorreu processualmente. Explorei por meio da fala de *Amazonas* o processo persuasivo que compõe conspícuo

32 Entrevista concedida por Dionísia, em Manaus-AM, em 2015.

desencadeamento de preconceito e violência que tem sofrido. Inicialmente, a pressão sobre *Amazonas* se deu quando seu vizinho

Começou a colocar o som muito alto, de seis da manhã até seis da tarde, músicas evangélicas. Eu fazendo faculdade, cursando inglês. Eu pedi para ele diminuir um dia, ele baixou, mas depois de forma estranha apareceu um buraco no meu muro, e eu tomava banho lá fora, aí teve um dia eu tomando banho e vi alguém me observado, começaram a me observar, depois furaram outro buraco. Acho que ele percebeu que eu era homoafetiva, pois minhas amigas frequentavam minha casa. Foi quando ele começou a querer comprar minha casa. Quando ele não via ninguém na minha rua ele me abordava, segurava pelo meu braço e dizia que queria comprar minha casa, começou a me chamar de machuda, me ameaçar. Chegou a me ameaçar dizendo que iria me estuprar (informação verbal)³³.

Desviando do desafio de classificar as diversas ações empreendidas dentro dos pressupostos jurídicos, pode-se observar que essas práticas que desestabilizara subjetivamente e dificultaram a vida social de *Amazonas*, paulatinamente, revelou-se como decisão clara de impedir sua permanência como moradora de rua. Na sequência, seu vizinho passou a prender os cachorros na laje para que eles latassem a noite toda. Em uma dessas madrugadas, ela foi fechar o registro da água, quando se deparou com o casal que estava passando uma criança, de mais ou menos três anos de idade, por cima de seu muro. O sentimento de estranheza não foi suficiente para perguntar o que eles estavam fazendo. Todavia, a sonolenta *Amazonas* ainda pediu para que seus vizinhos retirassem os cachorros da laje, acendendo um sentimento de profunda fúria contra ela:

[...] a esposa me chamou de machuda, que eu era inútil, analfabeta, não sabia que eu tinha faculdade. Eu falei homofobia é crime, aí ela se afastou. Aí o marido veio pra cima de mim e disse vou te estuprar e te matar, aí eu disse: não tenho medo de morrer, se eu morrer minha casa não fica pra ti, você é estuprador. (AMAZONAS, 2015).

Os constrangimentos e ameaças se intensificaram: “[...] depois disso, ele me fotografou, e mandou me perseguir muito. Os usuários de drogas que frequentavam a casa dele começaram a me seguir, a me ameaçar.” (AMAZONAS, 2015). A condição de não se sentir aceita, vislumbrada na tentativa bem-sucedida de expulsar *Amazonas* de sua casa, de sua rua, de seu bairro, encontra eco em outras formas de expulsão compulsória, como comumente acontece

33 Entrevista concedida por Amazonas, em Manaus-AM, em 2015.

com muitos LGBT's jovens. Estes, ao assumirem certa identidade sexual, recebem convites diretos ou indiretos para que deixem a vida familiar. É possível observar que os atos do seu vizinho, muito embora repletos de várias ilicitudes – tráfico de entorpecentes, estupro, ameaças etc. – são carregados de concepções introjetadas que o colocam como legítimo representante de certo modelo de moralidade, enquanto *Amazonas* representaria a indecência a ser combatida.

A sexualidade e as questões de gênero ligadas aos LGBT'S despontam como *imoralidades* a serem combatidas - *o mal*. Essas disposições atuam como poder de retirar direitos elementares – como o de habitar na própria residência – o que legitima o embasamento realizado sobre as forças que avançaram nos Estados Unidos no final do século passado e início do século XXI e, que na percepção dos agentes sociais e da etnografia empreendida neste trabalho, despontou como questão bastante plausível. A violência praticada contra LGBT's é visível em diversas instituições, como nas escolas, nas igrejas ou até mesmo no ambiente de trabalho, visível no relato de *Hígia* ao expressar as restrições vivenciadas por travestis no acesso ao emprego formal (informação verbal)³⁴. Essa violência também está presente de forma difusa na vizinhança, como podemos observar no caso de *Amazonas* (2015), isto é, por meio de ameaças por parte de pessoas que não aceitam o convívio com a diferença.

Mesmo que o *Anhangá* apareça neste trabalho em decorrência de ter sido alvo de tentativa de homicídio, abro espaço para expor mais uma forma de *violência moral* e causas comuns de violência física (que muitas vezes acabam em homicídio) que ocorrem rotineiramente. Por mais que a *Violência física* seja objeto da seção seguinte, expresso que no momento em que o *Anhangá* relata a tentativa de homicídio, o prelúdio traz o relato de um elemento muito facilmente observável nas relações de *gays-bofes*, qual seja, o *gay* “bancar” o bofe, suprir todas as necessidades materiais deles. Evidentemente que isso não é colocado como forma de vitimizar os *gays* frente aos *bofes* e à sociedade, mas de compreender qual o jogo implícito, pois cada vez mais nos deparamos com a reprodução de casais *gays* como produto de uma sociedade heteronormativa androcêntrica. Em outras palavras, encontramos o bofe que representa o masculino, e o *gay*, figura representativa do feminino.

Todavia, ao pontuar esta questão, faz-se relevante compreender o duplo dispositivo que explica a violência entre LGBT's, especificamente quando ocorre entre parceiros. O primeiro está no campo da *honra* e já foi objeto de discussão no prólogo desta pesquisa quando descrevi minha experiência com a *violência física*; o segundo, quando o *bofe* entende como obrigação do *gay*

³⁴ Entrevista concedida por Hígia, em Manaus-AM, em 2015.

prover seu sustento a qualquer custo, mesmo que este já não possua relação afetiva atual. No prólogo classifiquei essa situação como uma relação sujeito-objeto, pensado à medida que o *gay* torna-se um despossuído de agência. Assim, no caso de *Anhangá*, veremos que a tentativa de cortar os laços afetivos e de manutenção financeira foram determinantes para a situação que será exposta adiante.

Em que sentido, então, podemos afirmar que a relação *gay-bofe* possui como transfundo aspectos de violência? Encontrei apenas uma resposta e ela se deu na profunda observação das relações afetivas da maioria dos *gays* mais jovens: em grande parte eles têm estabelecido relações homoafetivas com outros rapazes assumidamente *gays*, ou seja, são *gays* que namoram *outros gays* assumidos. Essa premissa pode parecer óbvia, no entanto, basta que observemos o livro “*Frescos trópicos*” (GREEN; POLITO, 2006) para termos uma noção da vida sexual dos *gays* e como desde o século XIX a relação *gay-bofe* era praticada. Há época, por exemplo, os bofes já tinham a prática de roubar os pertences dos *gays* em suas residências. Possivelmente, é sobre essa percepção que Fry e MacRae (1985), no texto “*O que é homossexualidade?*”, tenham construído a classificação distintiva entre o *moderno* e o *popular* nas relações LGBT’s: o *moderno* como relação não hierárquica entre o masculino e o feminino, e o *popular* como relação LGBT que reproduz o mesmo padrão das relações androcêntricas heteronormativas/cis, marcadas pela definição de papéis femininos e masculinos hierarquicamente.

Portanto, o não reconhecimento pode ter contribuído na construção histórica de identidades que se enquadram em padrão de práticas afetivas e sexuais não assumidas socialmente, submissas, e geralmente com parceiros que jamais preteririam a identidade heterossexual. Essa premissa não pode ser simplificadora das construções de identidades, pois em qualquer modelo social a diversidade se impõe. Todavia, não há como negar que a afirmação de identidade e sexual, em especial do segmento *gay*, tem, certa medida, posto em fragilidade a relação *gay-bofe*. Não é possível medir aquelas relações como puramente sexuais, pois pelo próprio caráter, estas não aparecem socialmente. A breve reflexão se fez pertinente pela referência numérica expressiva de assassinatos de *gays* envoltos neste padrão *popular de relações “homossexuais”*.

A sistematização das histórias de violência sofridas por estes *agentes* demonstra que as práticas motivadas pelo preconceito e pela discriminação deixaram de ser naturalizadas por eles, tanto que todos buscaram práticas de resistência e superação da condição de alvo de violência. Muitos, inclusive, passaram a assumir a posição de *agente de enfrentamento*.

2.3 Marcas na carne: a violência física contra LGBT's em Manaus

Na seção anterior, buscamos expressar as diversas formas de *violência simbólica e moral*. A primeira, fundamentada em Bourdieu (2007), diz respeito à violência consentida e produzida pelas estruturas simbólicas. A segunda, em diálogo com os pressupostos funcionalistas, de certa maneira domina a discussão sobre aquilo que seria a ordem moral – a “normalidade durkheimiana” como forma dominante persuasiva de controle.

Neste sentido, poderíamos classificar como práticas coercitivas decorrentes da não coadunação dos “indivíduos” às regras sociais. A violência *moral* na seção anterior foi posta como espécie de violência que aparece quando a simbólica é descortinada e afrontada pelos dominados, expondo, no caso da negação ao direito de identidade de gênero e sexual, seu caráter ridículo, anacrônico e autoritário. A *violência simbólica* se aproxima ao conceito de ideologia proposto por Marx, pois o enfrentamento da ideologia representa a busca da superação da alienação que invisibiliza a desigualdade e a exploração. Enfrentar a violência *simbólica* representa, do mesmo modo, denunciar a binarismo sexual e de gênero que exclui os LGBT's da igualdade de *status*. Remete-nos a uma de nossas lentes de projeção do futuro posta na indissociabilidade entre *reconhecimento e redistribuição* (FRASER, 2007).

A ação dos *agentes de resistência e dos agentes de enfrentamento*, ao desestruturarem interna e sistematicamente o constructo dominante do autoritarismo, marcado nas instituições e em seus em aparatos simbólicos no Brasil, tem desencadeado verdadeira reação classificada como *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*. Neste sentido, mesmo dentro de estruturas que dialeticamente formatariam *habitus*, aqui este *habitus* é interpretado como inacabado, que paradoxalmente incute e nega, absorve e expulsa de si o absorvido produtor de sofrimento aos *agentes*, visto que as estruturas são estruturadas e estruturantes.

Portanto, a exposição em textos separados de atos que fazem parte da história de um mesmo agente tem por finalidade demonstrar o momento – mesmo que empiricamente estes possam ser simultâneos – em que o poder avassalador dos instrumentos *simbólicos* foi percebido e negado, fazendo com que os antagonistas recorram à *violência moral* e, de forma muito comum, à *física*.

Assim, será exposto e refletido a partir dos mesmos *agentes de resistência* que contribuíram com a pesquisa no relato de formas e práticas de *violências simbólicas e morais* sentidas por cada um dos agentes, de forma que nesta

seção o foco será sobre a experiência da *violência física* que não resultou em homicídio. Será possível ter a dimensão de totalidade vivencial desses agentes que de forma proposital tiveram suas histórias recortadas e enquadradas nas classificações construídas neste trabalho. Nesta fase do trabalho, tornou-se possível desvelar o processo complementar e contínuo que marcam as práticas de violência contra LGBT's. O critério de organização tem a mesma formatação da seção anterior, em que as formas de violência foram analisadas a partir de sua prática *privada*, intrafamiliar, ou fora do contexto doméstico, em sua feição *pública*.

2.3.1 Violência física contra LGBT's em Manaus: etnografia das experiências privadas

Nesta seção, contribuíram de forma direta os *agentes: Baryshnikov, Eros, Tulipa e Psicodélico*.

Baryshnikov desvela o cenário que explica de forma contundente sua retirada compulsória da vida familiar. Como vimos anteriormente, a *violência moral* possui uma força que busca limar LGBT's do convívio familiar. Todavia, a prática de *violência física* é o último recurso utilizado para livrar a família do convívio de pessoas que causam vergonha e constrangimento frente aos parentes mais distantes e da sociedade como um todo.

Conforme observamos, a saída compulsória de *Baryshnikov* do seio familiar trouxe muitos tormentos, podendo ter causado muitos danos em sua personalidade. É preciso pensar a trajetória de *Baryshnikov* na perspectiva de Taylor e/ou Borrilo, ainda mais quando consideramos a precocidade em que ele foi obrigado a enfrentar os desafios da sobrevivência, sem apoio de sua família. A exclusão familiar motivada pela não aceitação, atrevo-me a afirmar, parece mais destruidora de subjetividades que àquela movida por demandas de ordem material. O momento em que “descobriu” ou teve a voz confirmadora daquilo que os pais em geral desejam postergar – ou talvez nunca saber – fomentou um verdadeiro instante de fúria. “Foi numa festa de ano novo, eu tenho um tio homossexual, bastante retraído, na dele, ele já tinha descoberto, nesse dia bebeu bastante, bebeu demais e acabou soltando.” (BARYSHNIKOV, 2015). Nosso agente havia saído para desejar feliz ano novo aos vizinhos e, ao voltar para sua casa, teve recepção bastante irracional:

Eu já tinha saído para desejar feliz ano novo para os amigos, vizinhança, quando eu voltei ele já foi me agredindo. Dele, do meu pai, me agredindo

Violência contra LGBT: resistência e enfrentamento

fisicamente, foi um choque para a família toda, porque a família sabia, mas fingia que não sabia. Até porque eu era extrovertida. Foram socos, pontapé, murros, tudo assim. (BARYSHNIKOV, 2015).

A sequência de violência praticada exclusivamente por seu pai, a partir dessa noite, foi contínua. Agressões verbais e físicas que se tornaram comuns, notadamente quando seu pai consumia álcool. Entretanto, a reação resistente do filho não passou muito tempo para se configurar como reação física, mesmo que corporalmente *Baryshnikov* fosse franzino, de baixa estatura. Quem o conhece, jamais imaginaria situação semelhante, ainda mais enfrentando seu pai.

Duas semanas depois eu estava estudando ao computador, ele bebeu, chegou já jogando notebook para o lado, já me agredindo, e aí jogou computador pro lado, muito bêbado, me agredindo, no soco; só que ele estava muito bêbado, só que eu reagi, já fui pra cima dele também. Nesse momento meus irmãos já falaram: ei, o que tu tá fazendo? Enquanto eu era vítima, tudo bem! Quando eu virei agressor, a família toda se assustou, fui pra cima dele mesmo, a família não esperava essa reação. Meus irmãos seguraram ele. (BARYSHNIKOV, 2015).

O consumo de álcool aparece em alguns momentos nessa narrativa, como no caso do seu tio, que após consumir álcool excessivamente, decide delatar o sobrinho, motivação até hoje obscura e que não merece nenhum elogio. Como se vê, aceitar que o consumo de álcool seja motivo, teríamos que consentir também que os espancamentos poderiam vir a ser justificados por questões étlicas. O termo delação ganha sentido à medida que se verifica que, no cotidiano de algumas famílias, o surgimento de um LGBT possui maior grau de decepção, de indignação e não aceitação que qualquer outra coisa. Em muitas famílias, o dito ainda parecer ter valor na atualidade: “*prefiro um filho bandido a um filho veado!*”.

Possivelmente, a questão de maior significado nesta violência esteja no indicativo do espancado, que a exclusão da vida familiar se deu por seu atrevimento ou desrespeito em reagir. Ele é incisivo em pontuar a legitimidade que aparentemente seu pai teria para espancá-lo. A autoridade paterna em muitos contextos é tributária da própria formação social do Brasil, marcada pelo *ethos* do patriarcalismo, inexistindo força antagônica que possa frear qualquer arbitrariedade advinda do pai.

Na seção anterior, trouxe alguns elementos sobre a vivência familiar de *Eros*.

A entrevista que fizemos tinha como centralidade, como posta acima, retomar o relato de determinado espancamento que sofreu de sua mãe na juventude. Reforça-se o princípio de que a *violência física* sempre é precedida de outros matizes de violência, como a *simbólica e a moral*. Nesta seção, o enfoque, na prática, dá-se no relato de agressão em foro privado, ou seja, dentro de sua própria família, circunscrita aos laços de parentesco.

Dessa forma, a realização da entrevista circulou de forma intensa a partir da reação de sua mãe ao saber que ele estava “ficando”³⁵ com outro rapaz. A ausência de uma percepção egológica ou consciente de outras situações de preconceito se justifica pelo *armário* que manteve próximo de si mesmo, mesmo que este armário possa ser de vidro transparente, de forma que qualquer pessoa possa enxergar seu interior. Certamente esta prática produz a reserva simbólica que se deseja, do tipo “todo mundo sabe”, mas não se comenta, pelo menos na presença do prisioneiro do *armário* ou frequentador de *guetos*.

O contexto em que ocorreu o espancamento de *Eros* foi precisamente desencadeado após o pai de seu “ficante” ter pressionado para que falasse com quem estava. Diante da pressão, confessou que estava com *Eros*. O pai do jovem, então, vai até a casa de *Eros* para informar o ocorrido para sua mãe. Enquanto conversavam, *Eros* ouvia tudo do seu quarto, amedrontado, envergonhado e convicto de que algo aconteceria com ele. Sua mãe poderia de imediato aplicar a “correção”, mas preferiu deixar para o dia seguinte. A noite pode ter servido para diminuir ou aumentar a fúria! Ao amanhecer, o castigo merecido veio consistentemente:

Isso era uma noite, nossa casa era pequena, eu ouvi quando o pai dele foi lá na casa bater, e falou com minha mãe. Eu deitado, morrendo de medo. No outro dia ela me acordou com chutes no meu corpo e no meu rosto, e dizia: você sabe quem veio aqui ontem? Como fica minha cara? Falava e me agredia! Pisou em meu rosto. (EROS, 2015).

A violência sofrida selou um acordo tácito ente *ele* e sua família, que foi a construção do silêncio, da lacuna, afinal, este fato flagranteado, revelou a inexistência de qualquer relação heterossexual por parte de *Eros*, nem como teatro para apresentar aos familiares, prática corrente entre os LGBT's. De todo modo, não há como precisar se seus parentes sabiam ou não de sua condição *gay*. Isso revela o dilema que Sedgwick (2008) expressa no texto intitulado *Epistemologia do armário*, no qual o falar ou o não falar se apresenta sempre

35 Na linguagem popular da juventude, significa manter de forma esporádica ou regular relações afetivas-sexuais com outra pessoa, sem nenhuma prerrogativa de compromisso relacional.

como uma incógnita, em que qualquer solução há um preço a ser pago.

A suposição de que as situações se agravam quando as famílias possuem o personagem do pai parece encontrar alguma correspondência se aplicada a *Eros*, embora este trabalho tenha por princípio distinguir as realidades empíricas, pois como exposto acima, bastou a utilização do *armário* dentro do seio familiar para frear reações excludentes que pudessem partir destes. Após ser agredido, houve tomadas de decisões bem claras: *Eros* decidiu buscar o caminho da intelectualidade e do trabalho enquanto sua família permitiu a convivência familiar condicionada a determinado padrão de conduta, afinal, ninguém quer que a “cara da própria mãe fique mal socialmente”.

Tulipa, por sua vez, tem condições existenciais e sociais distintas à medida que o próprio fato de ser menino com alma de menina o colocava em situação no qual nenhum *armário* possuiria capacidade de escondê-lo. Identitariamente, tinha desempenho de menina e gosto tenro pelas maquiagens da mãe: “[...] um dia peguei uma surra forte da minha mãe porque usei a maquiagem dela, tinha uns quatro anos” (TULIPA, 2015). Também, o apreço pelos cabelos longos não permitiria o acordo tácito de convivência vigiada e controlada moralmente. Aos sete anos, a desconfiança de que *Tulipa* estivesse se envolvendo com um rapaz de quatorze anos – e que de fato estava – rendeu a ela intensa agressão física desferida pelo pai: “[...] ele me deu uma pisa muito feia, que eu cheguei a sangrar, hematomas na minha perna, bunda.” (TULIPA, 2015).

Seu pai tomava conta pessoalmente das compras de legumes e verduras para os supermercados e essa atividade exigia que ele estivesse nos centros de distribuição todas as madrugadas, garantindo o abastecimento dos dois supermercados que possuía à época. Sendo assim, o projeto de “masculinizá-la” fez com que ela fosse obrigada a acompanhar seu pai desde os cinco anos de idade, aos espaços de comercialização para que ela tomasse *jeito de homem*. A tentativa de formatar o típico heterossexual/cis foi marcada por frustração e mais práticas de espancamento: “[...] quando minha mão ficava torta ou colocava na cintura, eu já pegava um tapa, chegava em casa, apanhava de novo.” (TULIPA, 2015).

O *trejeito* tão abominado, inclusive entre alguns LGBT’s, desencadeia muitas formas de exclusão – como pontuei, até mesmo dentro do próprio segmentos LGBT há preconceito –, podemos imaginar o quanto as transexuais ou *gays* efeminados chocam, desestabilizam os grupos heterossexuais/cis conservadores, gerando intenso preconceito, que classifico neste trabalho como exógeno, ou seja, advindo de quem não pertence aos segmentos LGBT’s.

A condição historicamente construída de que os pais possuem o papel

legítimo de promover a educação das crianças, presentes em sociedades marcadas pelo *ethos* da violência – nas quais há relação de subalternidade absoluta dos dominados, verificável nas relações de classe ou de gênero – habilita a violência legitimada. *Tulipa* afirmou que somente sua avó materna a defendia quando presenciava algum tipo de discriminação ou *violência física*. Importante frisar que quando tinha dez anos, seus pais se separaram, fazendo com que ela ficasse sob a responsabilidade e a guarda do pai. Não é preciso dizer que, nessa situação, a liberdade para o exercício da violência torna-se mais ampla.

A formação de personalidade de *Tulipa* é indissociável das práticas de violência sofridas, marcada pelo sentimento de vergonha que aprendeu a sentir por sua própria família. A repressão fez dela até o momento uma pessoa doce, de sorriso fácil, mas de muita timidez e retração. Desde o início de sua vida escolar, foi comum se sentir excluída e também a se excluir. As dores vivenciadas na família e na escola chegou a afetar sua vida adulta. *Tulipa* iniciou sete cursos superiores distintos e não concluiu nenhum. Quando busquei saber as causas para tantas desistências, acabei descobrindo que os cursos interessavam mais ao pai que a ela mesma.

A história de *Psicodélico* é caracterizada pelo sofrimento provocado por intensas práticas de discriminação, que lhe colocaram distante de sua vida familiar e o expulsou da escola. Teve sua vida marcada também por surras, mas não considerava que essas torturas fossem as piores. Nesse sentido, ele enfatizou várias vezes “[...] que a pior forma de violência seria a simbólica.” (PSICODÉLICO 2015). A *violência simbólica e moral* deixou marcas profundas em sua personalidade. Contudo, cabe ressaltar que as marcas da violência física não faltaram: “[...] meu pai já me agrediu muito, um dia caiu um pano que não dava certo na minha tentativa de esconder as formas femininas, ele pensou que eu estava pagando de deficiente.” (PSICODÉLICO, 2015). Da mesma forma, as intensas formas de *bullying* a levaram a fugir das aulas, pois preferia estar em outros lugares onde não fosse necessário enfrentar toda a violência de crianças e adolescentes da escola.

Todavia, quando sua mãe descobria essas estratégias de sobrevivência, a consequência imediata foi o espancamento virulento do filho. O relato desses acontecimentos mais uma vez foi marcado pelo choro, embora contido, que o deixava com a voz trêmula:

Eu até chegava ao ponto que comecei a fugir das aulas, quando minha mãe descobria, me dava tanta porrada, cara foi demais, muita porrada, sabe

Violência contra LGBT: resistência e enfrentamento

quando a pessoa chega na adolescência, isso me dá vontade de chorar. A pessoa precisa mais dos pais, de carinho, apoio, compreensão, e nesse tempo eu não tinha nada disso, minha mãe me tratava como carrasca, e foi a fase que eu passei a odiar minha mãe, o amor de mãe que eu tinha foi todo esfarelado; meu pai não chegou a tanto, mas metade do amor que eu sentia acabou. Só me restou o personagem, eu me isolei, me afastei de todo mundo, passei a viver nesse mundo paralelo (PSICODÉLICO, 2015).

A violência ainda teve o papel de determinar o desapego, o rancor, o ódio que se configura como processo de sofrimento, ainda mais considerando aspectos culturais que demandam determinados padrões de sentimentos que devemos ter por nossos pais.

Baryshnikov, Eros, Tulipa e Psicodélico são agentes de resistência que contribuíram com este trabalho em que as falas expressaram vasta percepção de discriminação, sendo que o aspecto familiar predominou nos diálogos estabelecidos. A dimensão compreensiva encontra-se na construção de significados e nestes a discriminação advinda das relações de parentesco ganharam dimensões de maior relevância que outras, e não se pode afirmar que estejamos falando somente de aspectos subjetivados, pois o preconceito e exclusão de LGBT's pelas famílias explicam questões sociais relevantes, como a baixa frequência de travestis e transexuais nas escolas e universidades no Brasil, assim como a elevada incidência dessas pessoas na prostituição.

2.3.2 Violência física contra LGBT's em Manaus: etnografia das experiências públicas

Contribuíram de forma direta nesta seção os agentes: *Amazonas* (lésbica), *Anhangá* (gay e transexual³⁶) e *Dionísia* (travesti).

Demonstrar reflexivamente as várias formas de violência e os múltiplos contextos em que ocorrem compreende o desafio do conjunto de seções que englobam os *agentes de resistência* em suas histórias marcadas por dores e conflitos. Dentre as modalidades de práticas de discriminação, o trabalho tem demonstrado o drama vivenciado por *Amazonas*, impedida de residir em sua própria casa. A cadeia de *violência simbólica e moral* exposta acima soma-se à *violência física*.

A situação de desconforto social devido às ações de seu vizinho teve desfecho em determinada noite quando ela teve de sair de sua casa rumo à

³⁶ Em diversos momentos demonstra sua vontade em adotar performance e indumentária feminina, mas por saber que sua família acabaria descobrindo, prefere manter sua identidade *gay*.

parte externa, por volta de uma hora da madrugada, após de dias e dias sem conseguir dormir tranquilamente. Insônia também agravada pelo latido de três cachorros amarrados na laje ao lado, como mencionei em outra parte do trabalho. Quando ela sai de sua casa com intuito de fechar o registro de água, momento em que flagra os vizinhos tentando passar uma criança por cima do muro. Diante daquela cena nonsense, ela solicitou para que eles retirassem os cachorros de laje, visto que, além do sofrimento causado aos cães, o latido contínuo incomodava o sono. Foi quando a esposa do vizinho se aproximou dela proferindo agressões verbais. O vizinho, por sua vez, ultrapassou o limite da simples ameaça, desencadeando o espancamento:

[...] ele me bateu, espancou muito e saiu correndo para pegar a arma no carro, minha sorte que como fiquei gritando, apareceram dois vizinhos e me socorreram e ele entrou correndo para dentro da casa dele. (AMAZONAS, 2015).

Vale ressaltar que neste conflito o vizinho posiciona-se com títulos que representam *status* e poder nas periferias de Manaus, isto é, congrega o título de traficante de drogas. No caso em tela, ele possuía uma oficina mecânica, mas informalmente atuava como vendedor de entorpecente, e sua recente designação como pastor evangélico lhe outorgou socialmente múltiplos espaços de poder³⁷: o religioso, que respalda parte da comunidade de evangélica, e o poder no “mundo do crime”, difundindo suas influências nas esferas da polícia e da justiça. Pode-se atestar este poder no próprio caso vivenciado por *Amazonas*: ao ir à delegacia prestar um B.O., o agressor já havia ligado para o delegado para que não registrasse o ocorrido. *Amazonas* ficou esperando muito tempo na delegacia, quando se fez clara a intencionalidade de seu não atendimento. A dificuldade em registrar a queixa na polícia fez com que *Amazonas* buscasse ajuda junto à OAB-AM. Somente com o apoio de uma advogada que atua na Comissão de Direitos Humanos, o caso passou a ser objeto de investigação policial. Todavia, o ato de buscar ajuda institucional em diversos órgãos expressa determinado empoderamento social desta *agente*, característica ausente na maioria dos agentes afetados pela violência:

A justiça não vai fazer nada, o tráfico é muito forte. Eu me sinto como uma pessoa que luta pela justiça durante muito tempo, participo do MCVÉ há 16

37 Concepção de poder como algo descentralizado e relacional. Trata-se do fim do princípio de poder como hierárquico ou como algo que se vinculava somente ao poder do Estado (FOUCAULT, 1997).

anos, Movimento Comunitário Vida e Esperança. Então, faz tempo que faço parte dessa luta, quando acontece com você... Você se sente no chão; até hoje me sinto no chão. Muitos amigos ruins já poderiam ter resolvido por mim. Já falei para minha família que se eu morrer, é para não vender minha casa; e vou deixar para o MVCR. (AMAZONAS, 2015).

O sentimento de impotência por vezes expresso por *Amazonas* é contraposto internamente com sua personalidade incansável e de luta. Todavia, a possibilidade de ser assassinada é concreta, pois na última vez em que foi ver a situação de sua casa (em vista do estado de abandono), seu agora ex-vizinho pegou um carro e tentou atropelá-la. Segundo relato de outros vizinhos, ele teria, tempo atrás, contratado dois jovens para assassiná-la. Felizmente eles optaram por não realizar a execução.

Possivelmente, este primeiro drama exposto já impulsiona a seguinte interrogação: o fato de *Amazonas* ser lésbica constitui-se como fator determinante desse processo de violação de seu direito de habitar sua própria casa? Esta pergunta, mesmo que estejamos diante de arbitrário recorte ou resumo de determinado evento na vida de *Amazonas*, constitui dois polos de observação. O primeiro está na prática obsessiva para ela vendesse sua casa e mudasse de bairro, sendo que, para obter o fim almejado, seu vizinho utilizou de várias estratégias de coação, como podemos observar na ampla importunação de sossego que ela sofreu – o buraco no muro para observar seu banho, os cães amarrados para lhe tirar a tranquilidade, julgamentos preconceituosos atrelados a ameaças: “*machuda, vou te estuprar*”. Em outro polo temos a construção subjetiva de *Amazonas* que, por sua trajetória social, não encontra outra explicação para a campanha empreendida por seu vizinho. A estigmatização dos LGBT’s pelo preconceito, introjetada historicamente, funciona como espécie de dispositivo explicativo imediato. Não se pode retirar deste processo seu caráter objetivo machista e lesbofóbico, mas cabe observar os riscos de cairmos na vitimização pelo repertório linguístico internalizado e exposto nas expressões verbais dos LGBT’s.

Logo após o espancamento, ela relata:

Eu nunca fiz nada para esse cara, eu nunca incomodei o cara. Eu entro aqui em casa e saio, agora de um tempo pra cá começou a perturbar, jogar lixo no meu terreno, quebrou a telha da minha casa; aí o vizinho conversando comigo disse: ‘olha tu não sai de manhã e toma cuidado, ele contratou dois caras’, e eu via os caras. (AMAZONAS, 2015).

Diante da pressão sofrida, ela recorreu ao movimento Mulheres de Manaus, por meio do qual arrumou lugar na casa de uma “companheira”³⁸ do coletivo. A partir disso, após realização do B.O., ela se sentiu ameaçada novamente quando seu algoz, ao vê-la, mostrou-lhe uma arma de fogo – tipo revólver – que estava em sua cintura. Vizinhos foram depor a favor de *Amazonas*, mas mesmo assim não foi possível expedir a prisão do agressor, tampouco afastá-lo do lugar onde reside. *Amazonas* se recusa a vender sua casa como ato de resistência. Seu vizinho, por outro lado, encontra-se mais empoderado como traficante e pastor evangélico. O impasse se estabelece e a casa aos poucos vai se deteriorando, da mesma forma que a própria vida desta *agente*, esvaziando-se na indignação e na descrença da possibilidade de viver em liberdade e segurança. Atualmente, *Amazonas* reside em apartamento cedido pela Igreja Católica via movimento comunitário. Nesse caso, pode-se notar o papel dos cristãos e suas práticas religiosas ocupando distintas posições frente aos povos LGBT’s, considerando a diversidade de tendências e segmentos destes grupos sociais.

Anhangá, como vimos, apresenta-se como um retirante que veio para Manaus em busca de trabalho e de liberdade. Indico que a liberdade sexual seja a causa motriz de seu deslocamento para o estado do Amazonas. Para ela, a Zona Leste de Manaus se constituía como espaço de acolhimento, residindo muitas vezes sozinho ou na companhia de amigos em *quitinetes*. Encontrou como primeiro local de trabalho uma empresa do Polo Industrial de Manaus (PIM) e, depois de dois anos como metalúrgico, passou a atuar no campo da estética após concluir um curso de cabeleireiro.

Como vimos na seção anterior, sua vida sem controle familiar e as amizades construídas nas “noitadas” lhe trouxeram muitas experiências, inclusive com o uso cotidiano de álcool e de outras drogas. Ele relata que depois das festas e de experiências com o consumo de drogas, o dia seguinte era marcado por profunda depressão. Numa dessas noites, no ano de 2013, *Anhangá* iniciou um relacionamento que a levou objetivamente a experimentar a *violência física* em uma tentativa de homicídio. Ele e um amigo consumiam cerveja num conhecido bar da avenida Itaúba, na Zona Leste da capital.

No bar conheceram dois rapazes, sendo que *Anhangá* emplacou conversa com um deles: “[...] me deu moral, bonito, atraente, muito educado, nem parecia um psicopata.” (ANHANGÁ, 2015). Aí se iniciou um contato mais aproximado a partir daquela noite, quando se divertiram na madrugada em uma boate na avenida Grande Circular. Depois disso, o amigo *gay* que lhe

38 Termo comum utilizado entre militantes sociais e partidários da esquerda brasileira, especialmente no Partido dos Trabalhadores (PT).

fazia companhia decidiu ir embora. Posteriormente, *Anhangá* se dirige a sua residência com o jovem com quem iniciara relacionamento naquela mesma noite. Importante frisar que o rapaz pede autorização para levar consigo um outro amigo que lhe fazia companhia durante a festa. Assim, partiram os três rumo a casa de *Anhangá*. Chegando ao local, o amigo ficou na sala. Os enamorados, por outro lado, se dirigiram ao quarto, dando início a um relacionamento que durou três meses. Pelas características de homicídios de gays em Manaus, a prática de permitir a entrada de pessoas estranhas no lar configura risco iminente de latrocínio.

De acordo com ele, o rapaz começou a frequentar sua residência regularmente, prática comum nas relações que Fry e MacRae (1985) classificam como *popular*, cujo padrão é descrito e demarcado pela categoria gay-bofe. Portanto, se tornar comum as solicitações de dinheiro e presentes: “[...] pedia as coisas eu dava, mas ele não me explorava.” (ANHANGÁ, 2015).

Entretanto, com o passar do tempo, as demandas aumentaram:

Pedidos foram aumentando, aí eu vi que não ia valer a pena, aí passei a dar desprezo, comecei dizer que não estava em casa, ele percebeu, ele foi lá em casa tratei friamente ele, não sei se minha ignorância irritou ele para mais tarde ele voltar e fazer o mal. Aí ele sumiu, disse que se eu não queria... aí ele sumiu mais ou menos uns dois meses. (ANHANGÁ, 2015).

Passado esse tempo, ele reapareceu no salão de beleza acompanhado de outro amigo. Era por volta das dezoito horas e afirmaram que estavam apenas “*dando um tempo*” e que às dezenove horas iriam embora. *Anhangá* estava alisando³⁹ o cabelo de uma cliente. Presumindo haver algo de errado na visita súbita, ele pediu discução na hora de efetivar o pagamento do serviço feito, pois ele pressentia que poderia haver um pedido de dinheiro ou até mesmo um assalto. Com a saída da cliente, ficaram somente os três no salão. *Anhangá* sentou-se à porta. Depois, o *ex-bofe* solicitou para que todos entrassem na residência e que *Anhangá* preparasse um lanche: “Eu entrei, fiz um lanche legal; como eu já estava desconfiado, eu escondi as ferramentas, as facas.” (ANHANGÁ, 2015)⁴⁰.

Todos comeram e, no momento em que o amigo que viera pela primeira

39 Trata-se do processo realizado com auxílio de produtos químicos como forma de alisar cabelos crespos e outros. É classificado em alisamento definitivo ou progressivo. Este último recebe inúmeras nomenclaturas, como escova japonesa, escova progressiva, escova marroquina etc.

40 Este relato em muito se assemelha à experiência que tive com *Thânatus*.

vez se dirigiu ao banheiro, “*ele veio me abraçar, mas eu tirei a mão dele, senti que ele queria me enforçar*”. O medo fez com *Anhangá* abrisse todas as portas. O algoz, ao perceber sua aflição, tentou acalmá-lo, afirmando que estavam de saída. No entanto, neste exato momento:

Aí ele pediu dez reais e aí eu entrei, ele me seguiu. Eu desconfiado não dava as costas para ele, mas aí ele pediu água e eu esqueci, dei as costas para ele. Quando senti aquela mão no meu pescoço, me enforcando, dizendo que agora ia acabar tudo na minha vida. Que eu merecia morrer, não pude nem falar, horrível, ele era forte, deu aquele golpe mata-leão, só que ele não soube dar, pois seria meu fim. Eu tentando me bater, o amigo dele na sala. Ele gritou para o amigo dele trazer a faca. Aí passou um filme da minha vida, meu Deus vou morrer igual todos os ‘homossexuais’ que eu vejo, ridículo, minha vida, minha família, um filme de tudo. Foi quando eu me desesperei, comecei a tacar as pernas na parede, achando que o outro ia chegar me furando. E me batendo, dei um chute na mesa, mas não fez barulho... Não sei como Deus me levou para a porta que fazia fundo com o vizinho, eu dei umas três mãozadas na porta para derrubar a porta, para alguém ver o que estava acontecendo. Os vizinhos nem se ligaram. Mas eles ficaram com medo, aí me soltou todo roxo, cai no chão sem fôlego, eles correram. (ANHANGÁ, 2015).

Os vizinhos só chegaram à casa de *Anhangá* quando viram a fuga deles. A primeira iniciativa que vizinhança propôs foi ligar para polícia, mas *Anhangá* não permitiu. Quando questionado o que lhe motivou não registrar a ocorrência policial, ele responde: “Porque não ia passar daquilo, a polícia não ia dar a menor importância. Só sei que juntou muita gente, querendo saber o que tinha ocorrido. Tive sorte.” (ANHANGÁ, 2015).

A descrição dessa tentativa de homicídio chama atenção pela marca da cotidiana recorrência dessa formação de homicídios contra *gays*, especialmente. A *honra* androcêntrica sempre tão marcante se encontrou presente neste caso específico, assim como a vergonha em reconhecer as circunstâncias de grave violência. Esta última se reflete na escolha em não registrar um B.O., visto que tal decisão não se fundamenta simplesmente na ineficiência da ação policial, mas na negação frente à necessidade de exposição social que representa recorrer à polícia. Espelha, ainda, o pavor de uma possível retaliação advinda do *bofe*. Sobre a recusa em registrar o fato na delegacia, *Anhangá* (2015) expõe:

Não, nunca. Porque eu fiquei com medo deles voltarem, eles são daqui, eu não. Eu não tinha como mudar naquele momento. Eu fiquei uns oito

meses lá. Deixei quieto, fiquei com medo de fazer uma denúncia. Tu sabes, a polícia pega e depois solta. Ai eles vêm e fazem pior. Deixei nas mãos de [...].

Dionísia, de acordo com a apresentação anterior, estava envolvida em mais um dia daqueles que deixam seu bairro diferente, que é a terça de carnaval. Essa data é marcada há vinte e sete anos por uma grande festa, ocasião em que os homens da comunidade se fantasiam de mulher e desfilam pelas principais ruas do bairro. Neste ano, há poucos dias antes do desfile do bloco, determinada empresária do ramo de cosméticos e esposa do maior empresário do bairro fez uma postagem afirmando “[...] que não gostava de Manaus, que ela odiava Manaus, que não era segredo para ninguém que ela não gostava de Manaus” (DIONÍSIA, 2015). Naquele carnaval a postagem gerou na cidade um clima de indignação nas redes sociais.

O fato de a residência dos empresários se localizar na avenida principal do bairro, via de trajeto do bloco, fez com que esta família ficasse receosa de possível hostilidade ou de depredação do seu patrimônio. Nesse ano, porém, em pleno festejo de carnaval, o bloco foi interceptado por cordão de isolamento policial e desviado rumo à praça do bairro, evitando que os brincantes desfilassem nas imediações da propriedade do casal:

Nesse ano o bloco não desceu o bairro todo, esse ano não desceu. Tinha muita polícia, não sei se ele pagou, ele tem muito dinheiro, o esposo dela, aí o bloco entrou rumo à praça tal tal tal. O bloco roda o bairro, cerca de oito para nove horas chegou a polícia muita polícia, jogando bomba em cima do povo, spray de pimenta na cara do povo, agindo de forma irregular, tinha muita criança, eu comecei a filmar, dizendo que estava errado o que eles estavam fazendo, que eles não poderiam fazer isso, disse que eles estavam com abuso de poder, por mais que eles tivessem uma farda, tinha criança que eles tinham que respeitar, que tinha família. (DIONÍSIA, 2015).

Os interesses pessoais da família de empresários se sobrepuseram aos interesses da comunidade, pois, além de não ter cumprido o trajeto planejado, o bloco ainda teve de encerrar sua festividade um pouco mais cedo, pouco depois das vinte horas. Antes, diga-se passagem, a folia sempre se encerrava depois da meia-noite. A ação de *Dionísia* como membra da organização foi de filmar e questionar publicamente a violência policial, o qual visava à expulsão dos comunitários da praça. Sua prática denunciadora rendeu, como consequência, a experiência dolorosa da tortura. Os policiais, ao observarem que ela filmava o “trabalho” e a atuação naquela situação específica, agarraram-

na pelas costas, quebraram seu celular e a levaram arrastada para a delegacia, como segue o relato:

Foi quando eu não vi, me pegaram por trás, por trás quebraram meu telefone, lindo, estava pagando meu celular, [...] era daqueles que a câmera sai, me levaram para a delegacia, arrastado como se fosse uma cachorra... Quando cheguei lá no 25º, em vez de fazerem os procedimentos, fazerem o registro, me levaram para uma sala, subiram uma escada, e me tacaram a porrada. Tinha uma oficial com o nome (posso fala o nome dela?) cujo quando ela me viu, ela dizia gay tinha que morrer, que gay era uma vergonha, que gay não era para estar ali, foram quatro ou cinco policial que me bateram, que eu estava um pouco bebida, a bebida passou na hora. (DIONÍSIA, 2015).

Além da tortura física que durou cerca de quarenta minutos, a oficial ainda fez um vídeo obrigando *Dionísia* a falar o nome de um traficante e afirmar o que ela mandava: “[...] que eu estava entregando a boca dele e que eu estaria portando drogas.” (DIONÍSIA, 2015). A oficial dizia:

Olha fulano quem está entregando tua boca, olha aí! Quando eu estava apanhando, eles diziam que eu estava com droga, sendo que eu não estava com droga, sendo que seria pior se eu tivesse... Eles jogaram uns seis ou sete papelotes de cocaína na mesa e diziam: olha aqui, se tu fizer alguma coisa, a gente vai te incriminar, outro disse que eu tinha desacatado ele, na qual eu não tinha desacatado. (DIONÍSIA, 2015).

A violência policial, como visto acima, representa o modo como a polícia militar brasileira é marcadamente autoritária e violenta com os grupos subalternos. As práticas dos agentes públicos, como vimos, podem estar mescladas a práticas ilegais e desumanas:

Porque eles fazem assim, colocam o papelão em cima da pessoa e ficam pisando em cima da pessoa (e fizeram isso contigo?) eu deitado no pau-de-arara, algemado, com os pés entre as mãos... Teve um que me deu um chute, às vezes me dá uma dor de cabeça, que eu estava olhando pra ele, foi Deus, porque se eu não tivesse virado, meu olho tinha pulado, tá entendendo? (DIONÍSIA, 2015).

Quando ela saiu da delegacia, seu pai e alguns amigos a aguardavam. Também houve protestos contra a prisão arbitrária: “*avisaram minha família, meu pai foi bater lá*”. As práticas ilícitas dos policiais se confirmaram quando

seu pai procurou ter acesso ao processo, no entanto, nada havia sido registrado por parte dos policiais. Até o telefone celular que ela conseguiu posteriormente recuperar teve o cartão de memória apagado.

A decisão de *Dionísia* em realizar B.O., procurar o Movimento LGBT, a SEJUSC, a OAB e a Ouvidoria da Polícia Militar, assim como permitir reportagem em jornal impresso, com foto destacando seu olho roxo, demarca processo de elevado patamar de politização e consciência de seus direitos, todavia, essa exposição submeteu-a à condição de alvo. Durante muito tempo andava sempre acompanhada, mudou seu local de trabalho e parou de frequentar os espaços de sociabilidade do bairro em que residia.

Os *agentes de resistência Amazonas, Anhangá e Dionísia* compuseram a segunda seção compostas por processos de violência decorridos à margem das relações de parentesco. Possivelmente, uma incursão mais profunda nas histórias de vida de cada agente poderia se apropriar de discursos sobre outras formas de discriminação e violência, seja no *espaço privado* seja na esfera pública. Todavia, metodologicamente, todos os LGBT's que contribuíram com esta pesquisa foram convidados devido a alguma forma de publicação a respeito das agressões que teriam sofrido ou estavam sofrendo e porque, metodologicamente, buscou-se evidenciar a diversidade de identidades e práticas diferenciadas de violência.

A situação vivida por *Amazonas* é amplamente conhecida nos espaços das Organizações Sociais. Em relação a *Dionísia*, a tortura impetrada por policiais compôs os discursos jornalísticos, dos movimentos sociais e de outras organizações da sociedade civil. Somente a tentativa de homicídio, no caso de *Anhangá*, ficou sem registro policial, sem visibilidade mais ampla. De qualquer maneira, é possível observar que de múltiplas maneiras os *agentes de resistência* têm buscado o direito à afirmação de suas identidades com o devido reconhecimento social em sua integralidade, sendo que em algumas experiências eles conjugam ações de resistência e enfrentamento, sintetizando campos distintos de luta.

2.4 A violência homicida em Manaus: as tragédias como dispositivo de mobilização e de luta

No momento em que esta pesquisa definiu preliminarmente enfocar a questão da violência contra LGBT's, sua proposta se delimitava ao estudo exclusivo dos casos de homicídios de *agentes de resistências*. A pressuposição

estava notadamente determinada pelo senso comum que visibilizava os homicídios como aquilo de mais terrível entre os seguimentos LGBT's, como fenômeno isolado e descontextualizado de outras formas de violência.

Evidentemente que a morte é um fato trágico e são estes acontecimentos, inegavelmente, que mais chocam e, portanto, são os que mais sensibilizam e mobilizam agentes sociais. Contudo, o processo de construção da pesquisa em seus aspectos teóricos e empíricos, o objeto da violência, apareceu como um complexo que tinha nos homicídios apenas uma espécie de desfecho, pois para muitos LGBT's, a morte é cotidiana, isto é, todo dia se morre um pouco ou se caminha inexoravelmente rumo a ela! Precisamente, deste processo de percepção teórica, se erigiu a necessidade de considerar a violência como processo amplo e complexo, como foi possível verificar na seção anterior por meio de tipificação tripartite: *simbólica, moral e física*.

Os homicídios que atingem os *povos* LGBT de acordo com os dados acima problematizados fazem parte do cotidiano de Manaus e das páginas dos jornais locais, cujas mensurações são de elevada recorrência dessa modalidade de violência, sendo *gays* e *travestis* os alvos privilegiados. Nesta seção, a centralidade será adentrar as entranhas dessas tragédias, retratar reflexivamente as dores desses *agentes de resistência* condenados à morte, bem como dar espaço para que parentes e/ou amigos (as) demonstrem o sofrimento dos que geralmente, de forma súbita, veem o rosto da morte figurada em pessoas de profundo vínculo afetivo.

Além de expor os aspectos relacionados às dores familiares, são também evidenciados reflexivamente os processos desencadeados por tais acontecimentos, como são as questões policiais e processuais. A inclusão de alguns aspectos dos antagonistas⁴¹, daquilo que possamos classificar como o “outro lado da moeda”, não possui a finalidade de induzir certa aceitação das explicações ou justificativas, muitas produzidas estrategicamente, jamais ocorridas na realidade, tampouco de lhes atribuir agência social neste trabalho. Serão pequenas menções que possuem apenas o objetivo de propiciar cognoscibilidade e reflexão acerca destes casos.

Nesse contexto, o trabalho de campo é sempre marcado por processos

41 Neste caso, quando for realizada alguma menção ou argumentação de homicidas de LGBT's. No decorrer do trabalho, havia a intenção de analisar os processos, de buscar compreender, pelo lado oposto, como se processa um ato de violência contra LGBT's. Todavia, o fechamento do Sistemas de Justiça dificultou o acesso aos processos, de forma que consegui a consulta de apenas quatro. Ainda, pesou o risco de adentrar por caminhos de difícil controle intelectual, atribuindo agência a estes indivíduos, por exemplo, gerando dificuldades de encerrar a pesquisa, dentre outros fatores, o que fez com que a abordagem desses antagonistas aparecessem no texto de forma pouco expressiva e pontual.

dinâmicos em que nem o pesquisador mais tarimbado e fundamentado teoricamente exerce pleno controle das incertezas e adversidades que o mundo empírico pode proporcionar. Foi com esta noção que fui me introduzindo no campo em 2013. No que diz respeito ao trabalho com os movimentos que representam os LGBT's, é possível afirmar que a receptividade que obtive dos líderes desses *movimentos*⁴², naquele momento, facilitou meu acesso aos agentes e às organizações sociais. Evidentemente, como relatei anteriormente, alguns *agentes de enfrentamento* evitaram contribuir diretamente com a pesquisa, “deram desdobra”, outros, “chá de cadeira”. Porém, na totalidade, os agentes de enfrentamento se mostraram empáticos e receptivos, o que para um pesquisador neófito de militância LGBT tornou-se fundamental, ou seja, mesmo os que não contribuíram diretamente tiveram participação coletiva indireta na aquisição de informações para a pesquisa.

As entrevistas com agentes públicos só foram possíveis por meio de mediadores que, por possuírem relações de amizade, possibilitaram acesso a eles, uma vez que quando me utilizei da estratégia formal de contato, isto é, apresentação como pesquisador por meio de ofício, o atendimento simplesmente não chegou aos gestores responsáveis pela permissão.

Assim, posso afirmar que o desafio mais complexo, no sentido do contato, da seleção, do convencimento e do desenvolvimento das entrevistas, deu-se em relação aos *agentes* que sofreram algum tipo de violência, seja *simbólica, moral ou física*, incluindo aqui os *agentes* que sofreram a perda de algum ente familiar ou do círculo de amizade. Evidentemente que o contato e a realização das entrevistas exigiram uma maior capacidade estratégica como forma de adentrar em contextos familiares tão específicos e dolorosos, especialmente em relação aos dois casos em que realizei entrevistas com mães de LGBT's assassinados. Quanto ao terceiro *agente* assassinado, consegui informações por meio de seu “melhor amigo”. No quarto caso, a entrevista se desenvolveu por meio do relato de um primo do *gay* assassinado. Mesmo que estes interlocutores tenham sido fundamentais para acessarmos alguns entre tantos homicídios de LGBT's em Manaus nos anos de 2012 a 2015 – período de desenvolvimento da pesquisa e parâmetro de seleção de casos –, a categoria *agente de resistência* foi atribuída aos LGBT's mortos.

O contexto das mortes aqui explicitadas é repleto de informações subjetivadas e, dessa forma, repletas de imaginações, suposições, interpretações e romantismos. O trabalho de campo evidenciou ser comum o total

42 A exemplo de *Dinká, Cronos, Hipócrates, Hígia e Ajuricaba*.

desconhecimento familiar de práticas, comportamentos, relacionamentos de LGBT's e até mesmo da identidade sexual de parentes *gays*, bissexuais e lésbicas. Neste sentido, a exemplo de entrevistas realizadas com as mães, temos um recorte limitado de impressões e informações a serem analisadas.

Por outro lado, as informações que podemos encontrar em amigos de LGBT's podem estar totalmente desconectas da vivência familiar deles, como observei nos discursos do amigo de *Baco*, o qual nunca teve o direito de conhecer ou visitar algum parente de seu amigo. Portanto, se no caso dos agentes de resistência que estão vivos e que foram protagonistas de suas próprias histórias de vida temos apenas recortes selecionados e já interpretados pelos próprios agentes, imagine a dificuldade em acessar trajetórias de *agentes de resistência* mortos, contadas por único interlocutor, seja do espaço privado (família) ou do espaço público (amigos). Obtive versões aproximadas e subjetivadas que têm a finalidade de substancializar o fato empiricamente cotidiano de homicídios de LGBT's em Manaus, indicando que, em determinado momento, práticas genocidas ou etnocidas, como pensado por Clastres (2004), são evidenciadas.

Aqui serão abordados quatro casos de homicídios ocorridos em Manaus no ano de 2015. O primeiro caso é de *Deusuite*, travesti que residia no bairro Jorge Teixeira. Depois, teremos a história de *Hefesto*, gay, morador do bairro Armando Mendes. O terceiro diz respeito a *Baco*, também gay, morador do bairro Nova Floresta. Por último, a trajetória de *Sávio*, gay, residente do bairro João Paulo.

2.4.1 *Deusuite* por sua mãe: o reflexo da violência contra travestis nas ruas de Manaus

Deusuite, filha mais velha de dona *Inocência*⁴³, no total de nove irmãos, oriundos do bairro da cachoeirinha, chegou à Zona Leste há mais de dez anos, depois que dona *Inocência* separou-se de seu esposo. Os dois filhos que teve com seu primeiro esposo foram divididos entre os ex-cônjuges. *Deusuite* ficou sob a tutela de seu pai e a outra, mulher-cis, veio a residir com a mãe, mas acabou sendo criada pela avó materna. Dentre os nove filhos, três foram assassinados entre os anos de 2003 a 2012. Sua família morava em um quarto alugado, metade alvenaria metade madeira. Sobreviviam exclusivamente com o Programa Bolsa Família (PBF). *Deusuite* e seu esposo ajudavam no sustento da casa. Ela trabalhava como prostituta. Ele, por outro lado, trabalhava de

43 Devido à humildade, à religiosidade e ao aspecto de bondade e sofrimento, adotei o nome Inocência.

forma avulsa, prestando diversos serviços, isto é, vivia de “bicos”. De tão desolado, após a morte de sua companheira estava vivendo, naquele momento, sem residência fixa, consumindo álcool e usando entorpecentes.

Na *quitinete* convivem atualmente a mãe, dois filhos e um neto de poucos meses de vida, mas já comportou seis pessoas, quando se somava a família do casal LGBT. A mãe de *Deusuite* é analfabeta, aparenta muito sofrimento, com aspecto físico bastante frágil. É visível, também, a ausência de quase todos os dentes. Quando a conheci, estava com vestes de passeio, toda de branco, indo para o culto da igreja Deus é Amor. Ela informou que conviveu pouco com *Deusuite*, visto que ao separar, ela tinha quatro anos e ficou residindo com a família paterna.

Ela relatou que quando um de seus filhos foi assassinado em 2012, se aproximou de *Deusuite*. Foi nesse contexto que ela perguntou se *Deusuite* gostaria de morar com ela, proposta aceita imediatamente. “Obediente, que hoje em dia faz muita falta pra mim, porque tudo que eu mandava ‘ele’ fazer, ele fazia [...] muito bom ‘ele’, agora ‘ele’ era calado, brigar, só se puxasse ‘ele’ pra briga” (informação verbal)⁴⁴, relata a mãe. Retrata alguém que cultivava práticas religiosas: “[...] ele gostava de ficar ouvindo aqueles louvores, aí toda vez eu coloco aqui e fico ouvindo [...] dá uma saudade, [...] ‘ele’ era assim, mas tinha hora que ele temia.” (INOCÊNCIA, 2015).

O fato de *Deusuite* possuir uma relação estável com o jovem não a impedia de se prostituir, pois precisava disso para garantir o sustento de sua família. Sua mãe não tinha atividade informal ou formal de trabalho, apenas seu parceiro trabalhava na informalidade. Em relação a *Deusuite*, uma amiga que era vizinha do casal e que fez a intermediação para as entrevistas, me confessou: “[...] era lindo ver o amor dos dois. Muitas vezes ele ficava bebendo aqui até tarde, a *Deusuite* preocupada com ele, ficava ali no porte, em pé, só entrava quando ele decidia ir embora”.

Quando questionada sobre as causas da morte de *Deusuite*, sua mãe afirma não saber direito. Entra aqui elementos que, caso não possam ser classificados como segredo, no mínimo recebem a nomenclatura de reserva familiar, pois é possível observar claramente que dona *Inocência* não expôs a atividade profissional da filha, muito menos reconhece qualquer uso de entorpecentes, com exceção do álcool. Mesmo que fosse de conhecimento público o fato de *Deusuite* sobreviver da prostituição, preferi não ser invasivo com relação aos tabus familiares. Sobre isso, *Inocência* é evasiva:

44 Entrevista concedida por *Inocência*, em Manaus-AM, em 2015.

Eu não sei muito, só sei que ele saía pra festa, e que ele vinha sendo ameaçado por outro ‘homossexual’, por causa assim que ‘ele’ nunca levou recado pra casa, então ‘ele’ já tinha brigado com esse pessoal lá, né. Aí parece que tinham inveja ‘dele’, ‘ele’ sempre falava assim pra gente: ‘mãe, parece que tem inveja de mim’, porque só é eu chegar lá, porque o estilo dele era uma mulher todinha. (INOCÊNCIA, 2015).

Ser “mulher todinha” para os seguimentos travesti e transexual possui grande valia. No caso dos travestis que trabalham como prostitutas, certamente, possui ainda maior grau de reputação e de inveja também. Sua mãe enfatiza que o assassinato de *Deusuite* foi realizado por várias pessoas, porque se “[...] fosse um ou dois, ‘ele’ não tinha morrido assim, ‘ele’ brigava muito bem, uma vez ‘ele’ brigou com dez travestis, pra ele morrer assim [...]” (INOCÊNCIA, 2015).

A falta de escolarização e as dificuldades financeiras fizeram com que o caso fosse acompanhado por um genro de dona *Inocência*, que às vezes vai à delegacia para saber da situação do processo. Pelo andamento do caso, o processo de investigação – identificação dos autores, denúncia, processamento e execução da prisão – sempre exige o acompanhamento familiar, de preferência com capital social e financeiro, requisitos que são pré-condições importantes para a efetivação da justiça.

Pode-se concluir que a família é despossuída de qualquer poder que contribua para que este caso seja elucidado. Para exemplificar as dificuldades reais da família, durante a entrevista, acabei tentando sanar uma questão muito simples que os dados hemerográficos não apresentavam, o real nome de *Deusuite*. Para minha surpresa, sua mãe não sabia o nome completo da filha. Justificou que o primeiro registro dela fora queimado e que a família do esposo havia lavrado um novo registro. A partir dessa mudança, ela não sabia mais o nome completo. Além da desinformação, está em jogo também o forte sentido que travestis e transexuais/transgêneras dão ao nome social, ou seja, nestes segmentos identitários, nome de registro perde valor de uso social.

O assassinato de *Deusuite* foi narrado desta forma por dona *Inocência* (2015):

Espancaram ‘ele’, jogaram uma pedra ‘nele’, na nuca ‘dele’, mas ‘ele’ não tava ‘batido’[...] acho que foi por isso que colocaram um saco na cabeça ‘dele’, pra poder ‘ele’ não gritar... Bateram tanto que a cabeça enterrou na areia que ficou cheia de sangue.

Ela, que vivenciou a perda de três filhos, afirma que quando soube da morte de *Deusuite*, ficou desesperada, todavia, foi essa tragédia que a ajudou “aceitar Jesus”. Neste momento da conversa eu compreendi por que não consegui realizar a entrevista na primeira vez que fui até sua casa: “[...] tinha esquecido que hoje tem culto e eu não posso faltar, o senhor pode vir outro dia?” (INOCÊNCIA, 2015).

Deusuite havia saído na quinta, na sexta e no sábado. Quando chegou o domingo, noite de sua morte, seu companheiro ainda tentou dissuadi-la da ideia de sair, mas foi frustrado. Somente souberam de seu paradeiro pelas notícias policiais da televisão. A promessa feita a seu companheiro de que iria mandar mensagens por celular não se concretizou. As ligações realizadas sempre indicavam que o celular estava desligado. A apreensão já tomava conta da família quando o noticiário anunciou e mostrou um cadáver com as mesmas indumentárias de *Deusuite*. O desespero se aprofundou depois que o genro de dona *Inocência* reconheceu e fotografou seu corpo no IML.

Após seu sepultamento, seu companheiro saiu de casa e passou a viver sem endereço fixo. “Sábado ele veio aqui, ele estava triste, ele deitava em cima da cama né, aí ele já sentiu a falta ‘dele’, né; ele não quis mais nem mingau, o menino se jogou na bebida que vivia com ‘ele.” (INOCÊNCIA, 2016). Os quatro anos de relação entre *Deusuite* e seu esposo foi interrompido de forma brutal:

Abatido, bebia, bebia, vivia jogado, eu dava conselho pra ele, né, menino não fica assim porque tu é novo, não fica assim não, aí ele dizia não, mas eu amava muito ‘ele’, ele chorava, chorava, só vivia chorando, acho que foi por isso que ele foi embora. (INOCÊNCIA, 2015).

As possibilidades de punição são remotas, afinal, o modo como o crime ocorreu, torna-se complexa a identificação e a prisão dos assassinos e estupradores, restando à família apenas especular sobre as causas que determinaram a morte de *Deusuite*. Dona *Inocência* especula que possa ter sido premeditado e efetivado por uma amiga com quem *Deusuite* tinha se desentendido. Segundo informações repassadas por minha mediadora, o homicídio tinha ocorrido devido ao roubo de três mil reais de um cliente praticado por sua amiga travesti, também companheira de ponto⁴⁵. Ela chegou

⁴⁵ Locais em que trabalhadores e trabalhadoras da prostituição ficam à espera de clientes. São lugares demarcados e intensamente vigiados. Em 2008 e 2009 contratei como prestadora de serviço doméstico uma travesti, que passou a ser uma amiga. Nesta época, ela trabalhava durante o dia, algumas vezes por semana, como diarista. À noite ela tinha o seu ponto na avenida Grande Circular. Numa noite típica de trabalho, percebi que ela não tinha ido ao ponto, fato que me fez perguntar a causa de sua noite livre. Ela me responde que teria alugado o ponto dela! Isso me

a comentar com a mãe: “[...] mãe, a ‘fulana’ roubou um homem, dopou o homem, e roubou o dinheiro.” (INOCÊNCIA, 2015). Detalhe importante é o fato de que homem que teria sido roubado seria traficante.

Sua amiga avisou que ela não devia mais ir para o mesmo lugar, porque ambas iriam morrer, visto que o grupo do traficante afirmou que iria matar a travesti que o roubara e quem mais andasse com ela. Mesmo com essa informação, *Deusuite* continuou a frequentar e dizia “*eu não fiz nada com ninguém, não fui eu que roubei*”. A autora do roubo desapareceu de Manaus desde que *Deusuite* foi assassinada. Durante o velório, o círculo de pessoas que possuíam maior proximidade comentava que a morte seria consequência dos três mil reais roubados. Todavia, o que se evidencia de forma explícita é a enorme vulnerabilidade social em que vivia nossa *agente de resistência Deusuite*, por sua origem de pobreza extrema e sua identidade travesti.

2.4.2 *Hefesto* por sua mãe: reflexos de homicídios de gays em suas residências

Hefesto foi assassinado por dois jovens que residiam nas imediações de sua casa em janeiro de 2015, dentro de sua residência, no bairro Armando Mendes. Segundo sua mãe, *dona Bondosa*⁴⁶, ele vinha sendo ameaçado por eles há algum tempo. O próprio *Hefesto* comunicou o fato a sua mãe: “[...] mamãe ‘fulano’ e o ‘sicrano’ vivem me ameaçando, a senhora sabe que eu não faço nada para ninguém, não sei por que querem me matar.” (informação verbal)⁴⁷. Na noite de sua morte, *Hefesto* chegou do trabalho por volta de uma hora da madrugada. Ele trabalhava no segundo turno no Polo Industrial de Manaus⁴⁸. Este agente conversou com sua mãe e com suas irmãs que estavam em frente da casa conversando e consumindo cervejas. Ainda esboçaram a vontade de comprar mais cervejas, mas como *Hefesto* estava cansado e na semana seguinte haveria o retorno às aulas da faculdade, preferiu evitar o consumo de álcool que certamente romperia madrugada adentro.

Entretanto, quando acabaram as cervejas, o plano de descansar foi substituído pelo desejo de encontrar os amigos. Ele decidiu, então, se deslocar para a praça onde estava ocorrendo a escolha da rainha *gay* do bairro Armando

fez perceber o quanto esses espaços são bem definidos e controlados.

46 Nome dado por sua maneira afetuosa e atenciosa.

47 Entrevista concedida por Bondosa, em Manaus-AM, em 2015.

48 De maneira geral, as fábricas do PIM funcionam em três turnos. O segundo turno, também chamado de intermediário, é o período em que os trabalhadores iniciam suas atividades pela tarde e saem no período noturno.

Mendes. Antes de sair, foi até sua mãe dizer que tinha comprado um *ruelo*⁴⁹ para a caldeirada do dia seguinte.

Já no avento, *Hefesto* precisou ir ao banheiro. Enquanto isso, um dos autores do crime afirmara na presença de seus amigos: “[...] ele disse assim, hoje eu mato essa bicha, hoje eu mato essa bicha.” (BONDOSA 2015). No retorno, seus amigos alertaram: “[...] cuidado com esses em meninos aí, tão dizendo que vão te matar; ele disse, ‘só vivem me prometendo que vão me matar, agora, o que eu faço pra esse pessoal querer me matar?’” (BONSOSA, 2015).

Segundo descrição de dona *Bondosa* (2015), os rapazes estavam “*muito malucão*”, e *Hefesto* comentara que nunca fazia mal para ninguém, inclusive afirmando que todas as vezes em que eles pediam algo obedecia: “*quando tenho, eu dou*”. *Hefesto* chegou a sua casa pela madrugada. No quarto, que na verdade é um espaço reservado da sala⁵⁰, ligou o ar condicionado. Sua mãe nota a sua presença, pois ouve o barulho do aparelho. Pensa finalmente que o filho vai descansar.

Na sequência ela ouve uma forte batida na parede. Pergunta: “*Hefesto, está tudo bem? E bato na janela.*” (BONDOSA, 2015). Logo depois ela ouve como resposta que estaria tudo bem. Mal sabia que neste momento seu filho já estava morto. A voz que ela pensava ser de *Hefesto*, na verdade, era a voz do algoz assassino. Como pontua sua mãe,

[...] o ‘fulano’ disse pra mim que ele já tinha matado o meu filho quando eu bati na janela, o ‘*Hefesto*’ já tava morto [...]. Foi ele que respondeu, ele mesmo disse pra mim que respondeu por ele, a poça de sangue foi aqui, tá aqui, ainda tem a marca aqui⁵¹. (BONDOSA, 2015).

Sua mãe afirma que se tivesse entrado no quarto de *Hefesto* naquele momento, certamente eles a matariam também:

O que coisou mais o ‘*Hefesto*’ foi a pancada, né [...] aí ele desmaiou; no desmaio pegaram o fio e amarraram, porque ele era bom de porrada [...] ele é filho de cearense, o ‘*Hefesto*’; a mulher do pai dele, o pai dele, os avós são tudo cearense. (BONDOSA, 2015).

49 Tambaqui de pequeno porte, peixe muito consumido nas cidades do Amazonas.

50 Parte frontal do domicílio, pelo menos na arquitetura das casas de nossa região.

51 Neste momento ela me fez conhecer o quarto de *Hefesto* e foi descrevendo o crime apontando para cada detalhe do quarto e da forma como o assassinaram, ainda pude ver marca de sangue em alguns móveis.

Os assassinos eram conhecidos e vizinhos. Segundo relatos de sua mãe, eles às vezes frequentavam o quarto de *Hefesto*. Quando ele ia para o trabalho, emprestava a chave para um amigo. Em uma determinada ocasião, um grupo de rapazes invadiram o quarto à procura de um desses rapazes, todos armados com revólveres. Neste dia, *Hefesto* tinha pagado uma diária para que este amigo, que também é gay, limpasse e arrumasse seu quarto. Sobre um dos homicidas, sua mãe relata: “Ele é assim, ele roubava, ele rouba e os tios – tem um tio que é militar e uma tia – aí diz que os tios é que pagavam os roubos dele, entendeu? Ele é procurado por roubo.” (BONDOSA, 2015). Sua mãe conta acerca de um ocorrido no quarto de *Hefesto*:

[...] demorou, chegaram de moto perguntando cadê o fulano; eu disse não mora aqui não, aqui só mora o ‘*Hefesto*’; deixa eu entrar aí, aí entraram de armas [...] Aí eu tava aqui passando o pano, né, aí eles foram aqui por aqui tudo, aí foram embora; subiram na moto, aí meus filhos também tavam ali, só que eles ficaram repetindo que queriam o sangue de ‘fulano’. Eu disse: não quero mais esse rapaz aqui, mas ‘*Hefesto*’ falou: mas ninguém tem nada a ver com isso não. Eu disse: você não tem nada a ver, mas tão atrás dele. (BONDOSA, 2015).

Segundo alguns amigos, *Hefesto* consumia drogas ilícitas. Sua mãe, porém, afirmou não ter conhecimento dessa prática, caso análogo ao de *Deusuíte*. Não é possível informar se sua mãe tinha ou não conhecimento dessa situação, mas é perceptível tratar-se de um tabu. Todavia, esses tabus são preponderantes para entendermos as dinâmicas desses crimes, haja vista que os próprios homicidas reconheceram, em depoimento à polícia, que estavam sob efeito de entorpecentes, que eles foram ao quarto de *Hefesto* em busca de dinheiro para comprar drogas e que só o mataram porque ele teria reagido.

A mãe de *Hefesto* relata que conhece toda a família dos assassinos, inclusive uma tia de um deles esteve no velório: “[...] eu até disse para ela, olha, a única coisa que tu tem que falar pra tua irmã, é mandar ele se entregar” (BONDOSA, 2015). Naquele momento não havia dúvidas em relação à autoria, visto que câmeras de casas da vizinhança registraram a entrada e a saída deles do quarto de *Hefesto*. Além disso, seu irmão mais novo viu quando a motocicleta parou e os dois entraram no quarto.

Após o espancamento, os rapazes pegaram um cabo de DVD e o estrangularam. Antes, porém, tinham colocado uma camisa em sua boca para que não esboçasse qualquer som. Por fim, consumaram o ato. Eles saíram

às pressas, voltando alguns minutos depois para roubar o telefone celular de *Hefesto*. Um dos rapazes ainda se vestiu com as roupas da vítima e se evadiram do local, levando ainda o cartão de crédito.

Quando um dos assassinos foi preso, momento em que praticava mais um roubo, a mãe e o pai foram à delegacia: “[...] o pai dele ficou louco, gritou com o assassino, você destruiu o nosso lar, destruiu nosso lar.” (BONDOSA, 2015). Sobre seu sofrimento, dona Bondosa (2015) relata:

Eu adoeci muito, eu fiquei, vixe, com uma depressão horrível [...] até esse meu filho aqui tá até hoje com depressão, o mais novo fazendo até tratamento [...] eu fiquei doidinha, eu gritava, ele tava quente, quente ainda ele tava com a mão assim, eu nunca pensava de enterrar meu filho, pensava assim, ele dizia assim: mamãe, eu sempre vou cuidar da senhora; aí eu contava com ele para cuidar de mim na minha velhice, né, eu tô com 54 anos.

Na separação de seus pais, *Hefesto* ficou aos cuidados da avó materna, visto que sua mãe, durante toda a vida, trabalhou como empregada doméstica. Assim, ele chamava a avó também de mãe. Sua avó faleceu em 2013 e sua mãe sonhava que este filho pudesse ser o que iria cuidar dela, ainda mais porque ele era muito carinhoso e presente na vida da família. *Hefesto* criava dois sobrinhos, filhos de sua irmã, e ajudava em tudo que a família precisava. O consolo para a perda “[...] foi quando eu fui pra igreja, né, e eu pedi assim pra Deus, me dar consolo, né, com tudo o que passei.” (BONDOSA, 2015). Como vimos, os segmentos institucionais que mais atuam no sentido da exclusão de LGBT’s são as mesmas procuradas por familiares que perdem entes LGBT’s, a exemplo de *dona Inocência* e *dona Bondosa*.

O fato de *Hefesto* ser *gay*, segundo sua mãe, não foi motivo de preconceito por parte da família, que sempre o acolheu, mas reconhecia que é uma vida difícil. Mesmo assim, ele compartilhava com sua mãe que passava por muita humilhação, principalmente dos colegas de trabalho:

[...] ele disse: mamãe, é muito preconceito, é muito humilhante; aí ele conversando com a gente em casa, eu disse: meu filho, eu não tenho nada contra, você é meu filho, porque se eu não apoiar você, quem vai apoiar? Eu não vou lhe abandonar, meu filho é meu filho, carreguei ele nove meses. (BONDOSA, 2015).

Ser alvo de práticas preconceituosas faz parte do cotidiano de LGBT’s em Manaus. Em cada LGBT que me aproximo, quase sempre verifico de forma

muito intensa situações do passado ou ainda presentes que determinam espaços existenciais da *miséria*, no sentido proposto por Bourdieu (2011), ou seja, de uma miséria que não está restrita aos condicionantes econômicos, por mais que esta condição, na realidade, determine boa parte da vulnerabilidade destes povos.

Essas espécies de misérias que se configuram aos condicionantes relacionais, aos processos de exclusão que não estão fundamentados na renda ou na posição intelectual, são típicas da sociedade brasileira, tributária de diversos ordenamentos conservadores. Pôde-se observar nas seções sobre violência privada que o preconceito e a exclusão praticados por familiares causam instabilidade emocional e social, gerando nas vítimas um sentimento aguçado de miserabilidade social e identitária. Mesmo que este *agente de resistência* possivelmente tivesse o reconhecimento familiar, isso não o isentou de sentir o preconceito em outros espaços. O uso do ‘possivelmente’, como visto antes, ocorre por se tratar de apenas um relato e posição. *Hefesto* foi assassinado de maneira mais fácil por não morar na mesma casa que o restante da família, mas numa espécie de *quitinete* independente da residência principal.

2.4.3 Baco por seu amigo: reflexo de homicídios de gays em noites de grelhação

Baco insere-se como mais um *agente de resistência* desta pesquisa. Nível superior, profissional da área da educação, atuando há mais dez anos na rede municipal de ensino, ele se comportava como muitos gays: assumidamente gay no *espaço público*, porém, entre os parentes, *no privado*, não saía do *armário*. O interdito de acesso do pesquisador à família impossibilitou desvendar em que medida sua família possuía ou não conhecimento de sua condição gay. Dentre os diversos casos de homicídios no período em que desenvolvia a pesquisa de campo, ao fazer os primeiros contatos com alguns conhecidos que faziam parte do convívio de *Baco*⁵², de início, já fui dissuadido de procurar sua família, pois ela não o reconhecia como gay, mesmo depois do assassinato perpetrado por três *bofes*.

A estratégia foi realizar entrevista com um amigo que o chamarei *Agité*⁵³, também professor da rede municipal, e que se tornara o amigo de todos os momentos públicos na vida de *Baco*. Segundo *Agité*, *Baco* pouco falava sobre

52 Tínhamos amizade em comum, no entanto, eu só o conhecia de vista (AGITÉ, 2015).

53 Por sua personalidade esfuziante, animada, falante, optei por chamá-lo Agitado, em francês, *Agité*.

sua família. Sempre permanecia por pouco tempo em sua casa. Sua rotina era trabalhar, ficar na casa de amigos, sair para as baladas e consumir cerveja. “Ele era mais alcoólatra que eu, ele começava na quarta, eu somente nas sextas-feiras.” (informação verbal)⁵⁴.

O costume de ir para as baladas aproximou bastante os dois amigos, haja vista que eram apenas colegas de trabalho. Foi após viagem de férias para Curitiba em 2012, na companhia de um amigo em comum, que a amizade se fortaleceu. Por outro lado, era evidente que *Baco*, na prática, não desejava estar presente na vida da família, a não ser em casos estritamente necessários. Costumava dormir na casa de amigos, especialmente no retorno das festas. Assim, sua família só soube que ele consumia álcool após sua morte. O *armário* de *Baco* em sua família possibilitava uma vida de dupla performance social, qual seja, a da casa e a da rua, a do privado e a do público.

Todavia, a negação de sua identidade no contexto da casa, da família, não permite a ilusão de que seria algo totalmente desconhecido por seus familiares, especialmente em relação a seu pai. A postulação dessa hipótese dá-se pelo fato de que *Agité* jamais adentrou na casa de *Baco*, pois tinha receio de ser expulso da residência, situação que já ocorrera com outros amigos.

Após o súbito desaparecimento de *Baco*, uma amiga em comum o convidou para ir até a casa dele, de forma que seu amigo exclamou: “[...] vou nada, o pai dele já expulsou as gays de lá, não quero ser mais uma expulsa.” (AGITÉ, 2015).

O ambiente inóspito do lar, pelo que se verifica, o incomodava profundamente, pois como vimos, a *rua* parecia mais seu espaço de aconchego e de liberdade. O próprio interlocutor relatou, durante a entrevista, que sua casa funciona do mesmo jeito: “[...] um dia levei uns amigos gays lá em casa, minha irmã falou: por que você traz esse tipo gente aqui para casa?”. Logo, essa condição parece ser comum na vida de muitos LGBT’s.

O campo da efetividade e da sexualidade de *Baco* estava pautado na relação *gay-bofe*, o que lhe colocava na condição de *caçador*⁵⁵, ou seja, as constantes idas a eventos, bares e similares, possuía, evidentemente, transfundo *akuendar* e *matar*⁵⁶ bofes. *Agité* afirmou que nessas práticas passou por várias situações de perigo, *perrengue*. Conta que certa vez, na companhia de outro amigo *gay*, estava de carro pela avenida Grande Circular, Zona Leste e, ao avistarem três rapazes, pararam e ofereceram carona. Ao entrarem no carro, sentiram que a

54 Entrevista concedida por Agité, em Manaus-AM, em 2015.

55 Geralmente os gays em Manaus usam o termo caçar quando saem em busca de parceiros sexuais – bofes.

56 Akuedar significa identificar, paquerar; matar possui o sentido de manter relações sexuais.

estratégia dos rapazes era levá-los a um lugar em que afirmavam existir um motel. Pelo profundo conhecimento da região, perceberam que, na verdade, a carona tratava-se de uma armadilha. Prevenindo-se, pararam o carro em frente a uma escola de samba, sugerindo aos rapazes que descessem do carro, pois ali seria o destino final dos dois naquela noite. Foi então que dois jovens mostram as armas de fogo, solicitando de imediato os celulares. Depois, saíram tranquilamente do carro, ordenando que não olhassem para trás:

Eles mostraram as armas, aí eu peguei meu celular e do meu amigo e entreguei para eles, nós escapamos por pouco [...]. Eles desceram e mandaram eu não olhar para trás, mas tu pensa que as 'gatas deitaram'⁵⁷. Ainda grelhamos⁵⁸, fomos comemorar nossa vida [risos]. (AGITÉ, 2015).

Na noite do assassinato, *Baco* teria ido a uma casa de show na Zona Sul da cidade e por volta das 23h00min se dirigiu a outro local de festa situado na Zona Norte. Estava na companhia de duas amigas. Seu amigo *Agité* estava com o namorado e devido a alguns contratempos não foi ao encontro de *Baco*, como era de costume.

Nós combinamos de ficarmos os quatro juntos na casa, mas o *Baco* brigou com o boy⁵⁹ dele, aí ele não quis ir. Eu fui bem bonitinha de casal, fizemos jantinha, bem romântica, tem até foto no *face*. Menina, a gente dormiu; quando a gente acordou, já era mais de onze horas, aí eu passei mensagem para ele e disse: onde tu está, sua puta? Ele falou: no Chapéu Goiano. Ele já tinha vindo do Fellite, estava com umas amigas 'rachas' dele. Nisso que eu deixei meu namorado, fui pra casa mudar de roupa, quando eu fui pra casa, tinha perdido minha chave e tive de chamar a mamãe; aí ela fechou o portão, eu fiquei literalmente fechado, e já era tarde e o chapéu acaba 1 hora da manhã. (AGITÉ, 2015).

Considerando que a casa de festa onde *Baco* estava na companhia de amigas encerra seu funcionamento por volta de 1 hora da madrugada, *Baco* despede-se e se dirige a um posto de gasolina do bairro Tancredo Neves, lugar onde os notívagos se encontram de forma mais intensa antes e depois das baladas. Neste local, ele conhece três jovens e os convida para fazer companhia. De lá, partem para outro posto de gasolina no bairro São José. Neste momento,

57 Deitar: perder, desistir, desanimar.

58 Grelhar: fazer sucesso, ser bem-sucedida em um projeto: praticar sexo com alguém que deseja, obter sucesso na caçada, entre outros.

59 Boy: mesmo sentido de bofe.

segundo relato do primeiro acusado a ser preso, *Baco* sugere ficar com um dos rapazes, o único do trio que tinha 17 anos. Ao comunicar seu desejo, o rapaz fala que não curte ficar com homens, mas na sequência diz: “*vamos lá para o carro que eu vou te matar*”. Como é comum na linguagem LGBT, “matar” tem o mesmo sentido de ficar, transar. *Baco* teria atribuído este sentido, tanto que teria respondido ao jovem: “*vamos que eu também quero te matar*”. Pela minha experiência pessoal e pelos inquéritos que li, atribuir a algum jovem menor de idade que esteja presente em casos como este, é sempre estratégia utilizada pelos criminosos e advogados. Esta parte do relato *Agité* pautou em depoimento contra os criminosos.

Na sequência, os outros dois rapazes se dirigiram ao carro. Segundo depoimento na Delegacia de Homicídios, o menor teria estrangulado *Baco* com o cinto de segurança enquanto os demais seguravam os braços e pernas. Depois que o mataram, embrulharam-no com a capa do banco de seu automóvel e jogaram o corpo para o compartimento do porta-mala, destravando o banco traseiro. Um deles dirigiu o carro até o bairro Mauazinho, local de residência dos homicidas. O grupo levou apenas o celular de *Baco*, que seria encontrado ao terceiro dia depois de seu desaparecimento.

Agité relata que no dia seguinte passou mensagem de texto, procedimento realizado por outros amigos. Mesmo não havendo resposta, todos ficaram tranquilos, pois era comum que após as noites de bebedeira, *Baco* ficasse de ressaca. Se os amigos pensavam que ele podia estar em sua casa, seus familiares pensavam a mesma coisa e, como não há interlocução entre eles, somente na quarta-feira a polícia foi avisada sobre a existência de um carro abandonado. Ao verificar a ocorrência, os policiais detectaram a presença de um cadáver no porta-malas do automóvel. Somente na terça-feira os amigos mais próximos começaram a ficar realmente preocupados:

No dia seguinte, passei mensagem para ele no *whatsapp*, só ficava um pauzinho, nada dele receber, mas ele era muito imprevisível, a internet dele era ruim; ele um dia sim outro não, ele ia para casa dela (casa de uma amiga em comum); a gente ficava bem bonitinha roubando a internet dela. Na terça, ele não foi à casa dela, ela me ligou dizendo: mano, estranho o *Baco*, desde domingo não posta nada, não responde mensagem, nem liga. (AGITÉ, 2015).

A preocupação ao terceiro dia tornou-se desespero, tragédia para amigos e para seus familiares que, além de enfrentar a perda, tiveram que ouvir e ver aquilo que sempre foi negado no interior da família, isso é, o fato de *Baco* ser

gay. O caso foi exposto em jornais escritos, televisionados, pelas redes sociais e, mesmo quando não se explicita a identidade de gênero ou sexual das vítimas, os cotidianos casos de homicídios de LGBT's, marcados por certo padrão criminal, fazem com que a sociedade identifique de forma imediata se tratar de caso envolvendo este segmento, mesmo que a vítima seja um *gay discreto* ou *gay abastado*. Cito a identidade *gay* pela recorrência de crimes envolvendo este segmento e pelo fato de suas identidades não serem, muitas vezes, tão explícitas como no caso das travestilidades e transexualidades.

O velório foi marcado por muita perplexidade. Todos os amigos chegavam a sua casa num misto de descrença de sua morte, de tristeza profunda. O caixão ficou exposto na área, em frente à residência. Também compareceu muitos parentes e vizinhos. Pelo que pude avaliar, grande parte era formado por amigos, que se abraçavam uns aos outros em prantos. Os familiares choravam e tentavam se aproximar ao máximo do espaço onde ficava seu rosto, visto através de um vidro tão pequeno que mal dava para ver alguma expressão. Além disso, o corpo estava há três dias no porta-malas de seu automóvel. Com expressão de tristeza, um de seus irmãos fixava o olhar em direção a urna e chorava copiosamente. Durante o período em que estive presente, conversei com alguns amigos e todos relatavam suas histórias de convivência com *Baco*. Como esbocei acima, curiosamente na rua recostados aos carros, o que reforçou aspectos da entrevista de meu interlocutor, a casa deste *agente* de resistência parecia inóspita aos amigos, mesmo no seu falecimento. Importante frisar que nem todos eram LGBT's.

A condição de amigo próximo de *Baco* o deixou bastante apreensivo, inicialmente por imaginar que o autor do homicídio poderia ser um dos casos⁶⁰ de *Baco*. O medo posteriormente se deu pelo fato de que poucos dias após a morte de *Baco*, outro professor e amigo em comum de ambos, fora também assassinado em sua residência, cujo autor também era seu bofe. Assim, o mesmo interlocutor comenta: “[...] eu não levo mais ninguém para minha casa, moro só. Não vivo mais caçando não, às vezes bate o *frisson*, mas eu lembro do que aconteceu com ele e fico quietinha.” (AGITÉ, 2015).

É possível observar que, mesmo na condição de professor e com formação de nível superior, este *agente de resistência* se insere nos quadros de exclusão e de não reconhecimento, conduzindo-o à negação do convívio familiar, elegendo a rua, a casa de amigos e as festas como lugares onde poderia se sentir mais pleno e reconhecido.

60 De forma comum, as relações afetivas sexuais de LGBT's são chamadas de *caso* (marginal).

2.4.4 Sávio por seu por seu primo: reflexos de homicídios de gays marcados por passionalidades

Os casos de morte de LGBT's, como se tem visto até aqui, possuem particularidades empíricas. Entretanto, condições extremamente comuns estão ao mesmo tempo interligadas. O assassinato de Sávio no quintal de sua casa, por exemplo, possui especificidades e elementos que podem ser detectados em diversas outras mortes de LGBT's Manaus. O que mais chama a atenção, inequivocamente, é o fato da não aceitação de sua *homossexualidade*, tanto por parte de sua família quanto por ele mesmo. Ainda que estabelecesse relações afetivas sexuais com rapazes, tais práticas não eram assumidas na família e nem em determinados meios sociais, como o da igreja evangélica que frequentava⁶¹, possivelmente circunstância que contribuiu para que ele mantivesse em seu cotidiano práticas bissexuais no intuito de garantir perante à sociedade o reconhecimento da identidade heterossexual.

Seu primo e nosso interlocutor, doravante *Lênin*⁶², afirma que dentro do contexto familiar, Sávio era visto como heterossexual: “[...] eu era o único gay da família. Sávio tinha muita vergonha, a gente no mesmo espaço, ele tinha vergonha, mas ele curti homem, ele até me disse: primo, eu curto homem, mas curto mulher também.” (informação verbal)⁶³. Sávio encontrou em seu primo, assumidamente *gay*, a confiança para *confessar*⁶⁴. O *gay* assumido na família pode ser visto como referencial de autonomia e liberdade, bem como pode assumir a personagem de *bode expiatório*, que livra todos os outros de seus pecados e desvios. Dessa forma, o ato de nosso interlocutor afirmar categoricamente ser o único gay da família aponta para a possibilidade – não dita – de que na ocorrência de mais pessoas com práticas LGBT's, estes poderiam manter-se em seus *armários* livres de qualquer julgamento a respeito de sua identidade:

Quando ele começou a namorar, primeiro com homem, ele foi me falar, primo estou apaixonado por um garoto; ele ainda era muito menino, adolescente, tinha 16 anos, mas a cabeça era dez, só queria usar roupa de marca, vivia em grupos de *whatsapp*. Eu fui conversando com ele, dando conselho, ensinando as coisas. Ele continuava namorando meninas paralelamente, a família toda evangélica; agora, quando ele morreu, todo mundo da família sabia que era um ato de violência ‘homofóbica’, todo mundo sabia disso.

61 Importante pontuar que seu padrasto e sua mãe eram pastores evangélicos.

62 Por se tratar de um militante comunista, o nome parece apropriado.

63 Entrevista concedida por Lênin, em Manaus-AM, em 2015.

64 A confissão como marca da história da sexualidade em Foucault.

Tanto que quando a *fulana* (amiga) foi avisar lá em casa, ela falou logo, foi ‘homofobia’. (LÊNIN, 2015).

Mesmo depois da brutal morte de *Sávio*, sua mãe e seu padrasto se recusaram a assumir publicamente que ele estabelecia relações com outros jovens do sexo masculino, afinal, o fato de serem pastores evangélicos e de assumir que tinham um filho *gay* seria péssimo exemplo em tempos em que discursos de curas espirituais de *gays* se propagam neste público. Precisamente, este fator direcionou para que as informações do campo familiar fossem obtidas por meio de um primo, *agente enfrentamento* do movimento *LGBT* e de outros no estado do Amazonas. Tornou inviável conversar com seus pais à medida que estes não permitiram qualquer reconhecimento social sobre a identidade *gay* ou *bissexual* de *Sávio*.

Lênin (2015) afirmou que logo após a localização do corpo de *Sávio*, mandaram-no chamar para que contribuísse com os encaminhamentos a serem dados. Mesmo depois que nosso interlocutor lhes disse que deveriam aceitar “que *Sávio* *curtia* homens”, a família não considerou publicamente tal exclamação:

Eu já sabia do ocorrido e das motivações, mas os pais, para não ficar sujo com a igreja, [...] eles não queriam assumir, foi um baque para eles. Para a mãe e o padrasto, eles sabiam que ele era *gay*, mas isso não foi assumido pela família. (LÊNIN, 2015).

A morte de *Sávio* ocorreu em um clima de muito suspense, visto que ele estava em seu quarto junto a outro jovem que, para a família, seria um amigo; para outros, no entanto, seria seu atual namorado. *Sávio* foi chamado por alguém que estava na frente de sua casa. Ele foi atender ao chamado e não voltou mais ao seu quarto. Somente no dia seguinte seu corpo foi encontrado com o crânio aberto por uma enxadada que, segundo laudo do IML, ele teria desmaiado em virtude de um soco e logo após morto por golpe de algum tipo de utensílio de metal.

Devido seu grau de parentesco com nosso interlocutor, membro do Fórum *LGBT*, o caso foi acompanhado pelo movimento social *LGBT* e por agentes da SEJUSC. Inicialmente, até mesmo o padrasto de *Sávio* entrou para o rol de suspeito. A referida suspeição se deu especialmente porque a janela do quarto do padrasto do jovem possuía janela para o fundo da casa, exatamente onde o crime ocorrera. O padrasto deixara de fazer parte da lista de suspeitos quando

as investigações apontaram para três jovens da vizinhança, que poucos dias após o ato, foram presos pela Delegacia Especializada em Homicídios.

As explicações para o assassinato foram vagas. Inicialmente teria sido porque ele teria ficado com a namorada do rapaz que mobilizou dois amigos para cometer o crime. Para *Lênin*, no entanto, a causa poderia ser outra, pois segundo ele, no depoimento, o rapaz que liderou o homicídio afirmou que seu desejo era arrancar o coração de *Sávio*, mas que não teve tempo. Dessa maneira, surgiram rumores de que eles poderiam ter tido um relacionamento afetivo secreto e, como *Sávio* já se encontrava com outro namorado, o ciúme poderia ter motivado o ato. Segundo as investigações, o líder do homicídio não premeditou o crime, pelo contrário, teria chamado no mesmo momento seus amigos para uma ação, de forma que seus comparsas nem sabiam ao certo o que iriam fazer. “Ele disse que acordou um dia e disse que queria matar o *Sávio*, ninguém sabe se eles tinham alguma relação, mas muitos amigos deles disseram que eles tinham.” (LÊNIN, 2015).

Lênin afirmou ainda que se manteve relativamente distante do caso, porque ele conhecia todos os assassinos e isso lhe causou medo, afinal, o retrato das passionalidades dos homicidas deixava evidente que eram capazes de retirar a vida de outras pessoas. Dessa forma, ele preferiu deixar o caso sob responsabilidade de alguns *agentes de enfrentamento* ligados ao Fórum LGBT Amazonas e *agentes de Estado* da SEJUSC. Este breve apanhado do homicídio de *Sávio* reforça as múltiplas implicações de ausência de reconhecimento. Dou ênfase ao poder que o *não reconhecimento* tem sobre a vida de *agentes de resistência*, mais que isso, o poder da retórica, da doença e do pecado atribuído aos LGBT's que produzem antagonistas violentos, que em muitos casos não passariam de semelhantes não fosse o preconceito que os enclausura em um *armário*.

2.5 *Modus operandi* da polícia e da justiça: em busca de novos padrões disciplinares

O prólogo que abre este tópico se configura como uma espécie de depoimento reflexivo de minha própria condição como agente que abruptamente teria passado para as estatísticas de crimes contra LGBT's no estado do Amazonas. No decorrer do texto descrevo o processo que comumente os LGBT'S experimentam quando são alvos de alguma violência física e/ou que familiares passam quando algum parente é assassinado, de forma que estes necessitam estabelecer relação com instituições por meio dos *agentes de Estado* ligados à

segurança pública e à justiça.

As regras constitucionais da sociedade brasileira preveem formalmente a princípio da isonomia, das garantias de igualdade e de direitos. Contudo, a formalidade da lei não possui adequação com as práticas institucionais realizadas a partir das ações de determinadas instituições. De acordo com as experiências compartilhadas, no decorrer da pesquisa, dos estudos hemerográficos e documentais, conclui-se que o *poder disciplinar* exercido por policiais, delegados e ou agentes do judiciário podem estar, por vezes, aproximadas a teorias como a de *Lombroso*, daquelas desenvolvidas pela antropologia forense do século XIX no Brasil. Práticas que não são válidas para o estudo racial contemporâneo e que podem ser pensadas para ao tratamento dispensado aos LGBT'S, especialmente, por aqueles que possuem corpos travestis e transexuais.

A inspiração Foucaultiana postulada em *Vigiar e Punir* (2008) sobre as formas de controle desenvolvidas na Europa dos séculos XVII e XVIII nas monarquias absolutistas projeta para a sociedade contemporânea o panóptico do controle dos corpos e das ações disciplinares que garantem a sua docilização e das práticas produzindo a normatização social. Esta perspectiva desenvolvida por Foucault (2008) pode ser posta em diálogo com a percepção de Estado que irá adiante fundamentar a reflexão sobre as ações do poder público em relação aos LGBT's. Todavia, como aqui o dilema posto se encontra em práticas de agentes que sequer podem encontrar respaldo nos estatutos de estado, a perspectiva disciplinar me parece mais adequada para analisar essas práticas que deveriam ser residuais.

São rotineiros os relatos de travestis em Manaus sobre as abordagens policiais, de forma que a agressividade e a humilhação são vistas como práticas comuns. Quando essas pessoas cometem crimes, os relatos de agressões físicas de policiais são corriqueiros. O tratamento policial em caso de homicídios que envolvem LGBT's, especialmente marcados pela pobreza, caracteriza-se por procedimentos ordinários de desrespeito e ilicitude. As fotos de *Hefesto* morto em seu quarto chegaram em meu aparelho de celular poucas horas depois que seu corpo foi encontrado, o que significa que já havia viralizado nas redes sociais. Dona *Bondosa* (2015) durante nossas conversas confidenciou:

Eu acho, desamparada, fizeram até foto de *whatsapp* de um policial da PM que estava aqui comigo tava fazendo era coisa com as fotos do *Hefesto* [...] não é falta de respeito? [...] pegando as foto dele e passando pelo *whatsapp*! [...] das posições que o *Hefesto* tava, eu achei humilhante, quem sabe dessa história é o menino que anda com *fulano*, ele disse

Violência contra LGBT: resistência e enfrentamento

pra mim, eu escolhambe com ele, por que que vocês estão fazendo isso com as fotos dele, você não respeita a família não?

O PM1 descreveu situações policiais vivenciadas em sua atividade em Manaus e que denotam a assimetria entre aquilo que apregoa como prática de Estado no contemporâneo e as marcas do androcentrismo e a lgbtfobia como *habitus* no meio da corporação. A visibilidade dada a estas práticas não são generalizadoras sobre as condutas policiais em Manaus, mas demonstram serem comuns, uma vez que a formação policial é arraigada de prenoções inadequadas ou anacrônicas com a percepção de cidadania pautada pela inclusão da diferença como norma social. Existe grande preconceito, por exemplo, quando os policiais abordam travestis por ordem de seus superiores, geralmente acusadas de serem *vapores*⁶⁵. Nessas abordagens são comuns relatos de sentimento de nojo advindo de policiais (informação verbal)⁶⁶.

Em 2010 uma travesti foi assassinada a tiros no bairro Alvorada, Zona Oeste:

Eu estava na equipe que foi atender a ocorrência, chegando lá vi que os policiais e pessoas civis estavam fotografando, não tinha sido feito isolamento, eu passei rádio para minha chefia, e perguntei: 'Devo fazer isolamento da área?', ele me respondeu que não, porque era somente mais um veado que tinha morrido. (PM1, 2015).

As práticas preconceituosas compõem o quadro das várias formas de violência apontadas acima. Neste sentido, a instituição policial, construída para ser composta por homens heterossexuais/cis, padece do anacronismo e continua a praticar o preconceito em relação à sociedade a quem deveria dar tratamento isonômico. Contrariamente, pratica a violência interna, visto que lésbicas e *gays* rompem facilmente o crivo de entrada nas corporações.

A *agente de enfrentamento Themis*, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos LGBT da OAB-AM, situou o preconceito e a violência de policiais militares como práticas que expressam a visão corporativa de que a existência de LGBT's parece ser vista como anormalidade dentro da cidade, considerando que a polícia traz em sua própria formação etimológica a simbologia de construção ideal da formação deste espaço, o urbano.

No momento em que é dado tratamento diferenciado aos não heterossexuais/

65 Classificação de pessoas que transportam pequenas quantidades de drogas ilícitas, servindo como intermediárias entre os traficantes e os usuários finais de entorpecentes.

66 Entrevista concedida por PM1, em Manaus-AM, em 2015.

cis, as forças policiais pretendem disciplinar determinado padrão corporal e comportamental, o que revela desejo de certa assepsia social. *Themis* revela que diversas vezes houve reclamações por parte de frequentadores de determinado estabelecimento de propriedade de uma lésbica, e que recebe muitas clientes desse segmento:

[...] mas a maioria das vezes, um comandante mandava o tempo todo ir lá no bar daquelas lésbicas, o tempo inteiro, não tendo ocorrência nem nada, a equipe tava lá, a equipe já vinha sem a tarjeta, sem o nome, sem nada pra acabar com a festa (informação verbal)⁶⁷.

A exposição do PM 1 demonstra que as práticas policiais discriminatórias em determinados casos vêm acompanhadas da ordem de algum agente superior, ou seja, a perseguição ao bar em questão pode ser um senso comum dos policiais que atuam nesta região, como podem revelar processos hierárquicos.

Dionísia experimentou a violência *moral e física* de policiais militares na Zona Leste de Manaus. A tortura psicológica e física por qual passou, liderada por oficial do sexo feminino, nos remete ao quanto o androcentrismo, as ideias fascistas e a lgbtfobia estão impregnadas nas identidades de policiais militares. *Anhangá*, intuitivamente, negou-se realizar B.O. quando foi vítima de um atentado contra sua vida. A sensação de inoperância policial, e aqui se estende à atuação da polícia civil, é senso comum entre os menos privilegiados e aos desconhecidos sociais. O atentado de que fui vítima só contou com o depoimento do acusado porque fui à delegacia solicitar apoio dos agentes da polícia civil, conduzindo-os até a casa do agressor.

É sabido que o estado do Amazonas, assim como os demais estados, não possui políticas voltadas para estes povos, ainda mais quando se trata do sistema prisional. Dessa forma, *Themis* (2015) relata que acompanhou o caso de uma travesti que estava proibida de visitar o filho. Contrariando a justiça, aproximou-se da criança, acedendo a ira da ex: “[...] a mulher teve ataque porque ele resolveu se assumir travesti”. A referida mulher, mãe da criança, solicitou apoio policial, com base na Lei Maria da Penha, resultando na prisão da travesti. Tal fato denota o total desconhecimento por parte da polícia em relação à identidade de gênero:

O cara não conhecia a carteirinha ‘dele’, fizeram ele tirar a roupa e colocaram numa cela com um monte de homens, ele tava vestido como travesti, ‘ele’ foi exposto a uma situação inclusive de perigo, por um de-

67 Entrevista concedida por Themis, em Manaus-AM, em 2015.

Violência contra LGBT: resistência e enfrentamento

legado despreparado, quando nós chegamos, lá fomos com três eu fui com o pessoal da SEMASHD, fui eu mais a vice-presidente, nós fizemos ele recompor e 'ele' ficou numa sala separada, 'ele' entregou os brincos, a bolsa, você não tem esse direito. O senhor não sabe dessa carteira? O senhor vai se informar, 'ele' adquiriu esse direito e a lei estadual deu isso a 'ele', o senhor poderia ter matado esse rapaz por esse comportamento. Eu nunca vi a Maria da Penha funcionar tão rápido, porque às vezes a gente precisa socorrer e não consegue, quando falaram que era um travestir a polícia foi eficiente. (THEMIS, 2015).

O fato de a travesti não ter sido citada tornava a prisão ilegal. No entanto, as forças policiais desejavam que ela ficasse presa até chegada um oficial de justiça para cumprir o procedimento. A presença de *Themis* foi fundamental para impedir a arbitrariedade: “[...] aí, tinha preconceito mesmo, um oficial ficou dizendo que é um absurdo, ele tem filho, isso, aquilo, virar travesti, expor o filho àquilo. ‘Ele’ ouviu absurdos antes de tirarmos ele de lá.” (THEMIS, 2015).

A própria secretária da SEJUSC reconhece que nas delegacias o nível de preconceito contra LGBT's é elevado. Ela observa que a legislação já permitiria, por exemplo, tipificar crimes de ódio, de lgbtfobia, todavia, não é prática recorrente:

[...] se você for às delegacias de polícia, mesmo os crimes e homicídios que são visivelmente crimes de homofobia, a polícia não registra como tal, registra como homicídio, ou culposo ou doloso, mas não registra nas suas entrelinhas como um crime advindo de uma prática 'homofóbica' (informação verbal)⁶⁸.

Os processos judiciais aos quais tive acesso permitem afirmar que nos casos em que as vítimas são *gays*, a identificação, prisão e encaminhamento do processo ao judiciário são mais comuns. No que diz respeito aos casos de homicídios que foram incluídos nesta pesquisa, todos os envolvidos nos crimes de homicídio foram identificados e processados pela justiça, exceto o caso de *Deusuite*, que permanece sem identificação de autoria. A explicação mais plausível é que os homicídios de *gays* ocorrem de forma mais comum em suas residências, em motéis ou até mesmo em automóveis, cujos corpos são transportados e despejados em esgotos, terrenos baldios ou igarapés, deixando muitos vestígios, principalmente quando se trata de latrocínio. Por outro lado, o caso de *Deusuite* se assemelha a diversos outros casos de assassinatos de travestis, cujo padrão de crime geralmente ocorre por meio arma de fogo, perfuração por arma branca, pauladas ou pedradas, e que tem o processo

68 Entrevista concedida pela Secretária da SEJUSC, em Manaus-AM, em 2015.

investigativo prejudicado. Nesses casos, o corpo é encontrado sempre horas ou dias depois da execução e os indícios são sempre precários. Dentro deste contexto, não se pode excluir a ausência de assistência familiar que busque acompanhar e cobrar das instituições policiais que sejam realizadas as devidas investigações.

Outro aspecto que mesmo antes da pesquisa já se propugnava diz respeito ao princípio da naturalização legitimadora da violência contra LGBT's. Compara-se ao extermínio da juventude pobre de Manaus, em um processo de total legitimação social por parte de parentes, meios de comunicação – jornal impresso e programas televisivos sensacionalistas – e agentes da polícia, de forma que essas mortes estão em grande medida relacionadas ao tráfico de drogas, naturalizadas de forma imediata. Da mesma forma, quando ocorrem homicídios em Manaus e se expõe que o alvo foi um(a) LGBT, há uma nítida arrefecida ao clamor de justiça, ao sentimento de revolta ou de comoção.

Os assassinos confessos presos pela polícia civil geralmente são instruídos por advogados a negarem o crime ou imputá-lo a um menor de idade, como aconteceu no caso de *Baco*. Sobre este caso, *Agité* relata (2015):

Só que teve o julgamento agora dois meses, aí ele falou em juízo, ele só falou isso porque a polícia obrigou, a polícia teria que dar uma resposta para a sociedade. Ele falou que foi forçado a falar, ele disse que o envolvimento foi que ele foi achado com o celular. Mas na delegacia, ele foi réu confesso.

Os acusados, em diversos casos, afirmam que foram pressionados psicologicamente e muitos relatam prática de tortura policial nas delegacias, com detalhes impressionantes. Geralmente constroem outra versão que os isentam do crime, são textos detalhados que produzem ampla defesa dos acusados e impõem um desafio ao júri. Em suma, os processos culturais dentro das instituições têm cumprido o papel de estabelecer a disciplina identitária, ao afirmar os limites da heterossexualidade/cis social.

O DESAFIO IDENTITÁRIO, ORGANIZACIONAL E POLÍTICO LGBT: CONSTRUÇÃO, AVANÇOS E DESAFIOS EM MANAUS

O percurso trilhado até aqui no qual se estabeleceram os fundamentos que nortearam a pesquisa, suas posições epistemológicas e políticas, concentrados especialmente no primeiro capítulo deste texto, assim como a apresentação dialógica e reflexiva das expressões concretas de *violência simbólica, moral e física* a partir da interlocução com *agentes de resistência*, impôs o desafio de transpor a perspectiva de compreender as ações de resistência como ação individualizada. Neste trabalho de pesquisa, estas são compreendidas como posições e práticas que buscam enfrentar a problemática social do preconceito produtor de violência. São *agentes sociais* que se contrapuseram à subalternidade ou hierarquia de sexo, gênero e identidade de gênero. Nesta etapa do trabalho, a dimensão identitária, organizacional e as práticas de Estado serão abordadas no intuito de reforçar a inseparabilidade das ações de *resistência e de enfrentamento* como processos coletivos.

Esse empreendimento exigiu discutir a condição identitária dos LGBT's por meio de experiências culturais, das condições históricas e contemporâneas das identidades, numa perspectiva que enxerga avanços, retrocessos e desafios. A partir dessa propedêutica podemos nos debruçar sobre os processos organizacionais dos LGBT's em âmbito nacional e local. O empreendimento que privilegia o aspecto organizacional e político encontra-se em duas categorias de agências, mote para o aprofundamento dessas questões, quais sejam, os *agentes de enfrentamento e os agentes de Estado*. Por meio desses *agentes* se descortinou a descrição etnográfica *dos movimentos*, das políticas de Estado – políticas intersetoriais, nos campos do executivo, legislativo e judiciário, culminando com a inegável situação nacional de conflito social em disputa dos campos da *moral e do direito*.

3.1 O caso dos *Guayaki*: reflexão sobre identidade sexual e de gênero lá e aqui

Aceitar que as práticas “homossexuais” se constituem como práticas sociais comuns nas culturas mais diversas e em tempos distantes dos nossos tem o papel de desmistificar essas condutas, retirando pelos menos o viés teórico dos campos em que a racional tradição judaico-cristã a jogou historicamente.

Compreender a estrutura dessas práticas permite o desenvolvimento de analogias, ou seja, entender como determinadas práticas contemporâneas podem estar ancoradas em antigas concepções antropológicas. Esta pequena seção possui relevância por problematizar, através de um exemplo específico dos índios *Guayaki*, elementos explicativos da formação de identidade sexual e de gênero brasileira, em especial da Amazônia.

O exercício antropológico desenvolvido por Clastres (2012) e posto em discussão sobre a “homossexualidade” por Fry e MacRae (1985) é elucidativo. Os autores propõem algumas explicações sobre a dinâmica do funcionamento dos ordenamentos de gênero em sociedades indígenas americanas e apresentam aspectos diacríticos da “homossexualidade” *popular e moderna*, atrelado ao surgimento dos movimentos *gays* nos Estados Unidos e no Brasil.

A “[...] ‘homossexualidade’ é uma infinita variação sobre o mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo” (FRY; MACRAE, 1985, p. 7). De acordo o pensamento dos autores, não há uma verdade absoluta sobre “homossexualidade”, uma vez que as ideias e práticas a ela associadas são produzidas historicamente. As relações entre pessoas do mesmo sexo podem ser compreendidas de maneira contextual e histórica. Eles exemplificam de forma contemporânea citando a realidade de Belém que, de acordo com eles, um homem poderia manter relações sexuais com outro homem sem ser caracterizado como “homossexual”. Pelo contrário, o fato de penetrar homens poderia, inclusive, reforçar sua masculinidade pelo simples fato de desempenhar o papel de ativo¹.

Essa constatação ainda da década de 1980 se consolida na atualidade com o surgimento do segmento *Homens que fazem sexo com homem* (HSH), que se exclui do contexto LGBT. A prática sexual com outro homem não é posta como fato definidor nem de identidade nem da construção de afetos. Pelo contrário, eles se afirmam com heterossexuais que podem vir a manter relações sexuais com homens de forma casual. A categoria *bofe* utilizada neste trabalho possui estes adereços egológicos.

Os estudos de Clastres (2012) sobre os índios *Guayaki*, povo de tribos da América do Sul, no Paraguai, teria dado significado à relação entre pessoas do mesmo sexo a partir do critério da masculinidade e feminilidade. Neste caso, estava relacionado diretamente às atribuições da divisão sexual do trabalho, isto é, a masculinidade vinculada ao arco e ao papel ativo nas relações sexuais. Isso significa que a pratica do sexo com homens não diminuía em sua condição

¹ Em Manaus, empiricamente, posso afirmar que funciona dessa forma, sendo que a posição ativa é mais uma referência social, não necessariamente empírica. A referência se encontra no papel social que cada um desempenha em situações de relação marcadamente *gay-bofe*.

de masculinidade, desde que mantivesse seu papel de caçador e artífice no manuseio do arco e se restringisse ao ato sexual na condição ativa. O uso dos cestos e a passividade possibilitaria a um índio assumir uma identidade feminina dentro da comunidade:

Uma oposição muito clara organiza e domina a vida cotidiana dos *Guayaki*: aquela entre os homens e as mulheres cujas atividades respectivas marcadas fortemente pela divisão sexual das tarefas, constituíam dos campos nitidamente separados e, como em todos os lugares, complementares. Mas diferentemente da maioria das outras sociedades indígenas, os *Guayaki* não conhecem forma de trabalho em que participem ao mesmo tempo homens e mulheres. (CLASTRES, 2012, p. 119).

Clastres (2012) relata que entre os *Guayaki* havia dois homens que carregavam cestos. O primeiro, *Chachubutawachugi*, viúvo, era *Pane*. Na cosmologia *Guayaki*, refere-se ao azar na caça e ocorria quando um homem manuseava um cesto, apetrecho exclusivo de mulher e, por isso, nenhuma mulher o queria, nem mesmo como marido secundário. Assim, era rejeitado e sofria muito preconceito da comunidade. O cesto, portanto, situa-se em um campo simbólico demarcado, pois seu manuseio cabia à mulher. O segundo, *Krembegi*, era, segundo Clastres (2012), *sodomita*. Possuía performance física e sua indumentária era comum às mulheres do grupo. No artesanato superava em perfeição as obras realizadas pelas mulheres e era chamado de *kyrypi-meno* (ânus - fazer amor). Assim,

[...] os *Aché* (autodefinição *Guayaki*) mantinham, aliás, atitudes muito diferentes em relação a cada um dos dois carregadores de cesto [...] o primeiro era objeto de caçada geral [...] *Krembegi* ao contrário não despertava nenhuma atenção especial. (CLASTRES, 2012, p. 126).

Krembegi ainda tinha o privilégio de, em tempos determinados, ser adotado como parceiro sexual por alguns caçadores.

Observa-se que entre os *Guayaki* os papéis sexuais possuem ligação direta com a determinação do gênero, pois o campo de atuação das atividades – se no cesto ou no arco – demonstram a primazia da organização social e a definição identitária dos sujeitos dentro do grupo. Assumir-se como identidade feminina, pelo relato feito, garantia aceitação social entre os *Guayaki*, mesmo que isso nem de longe represente igualdade de gênero, pelo contrário.

Tal incursão se faz importante pois na contemporaneidade a exigência de

reconhecimento dos LGBT's está diretamente ligada ao combate à hierarquia de gênero. Afinal, a condição feminina ainda representa seu enquadramento dentro de uma realidade de inferioridade. Portanto, o combate à lgbtfobia se encontra em um duplo desafio de construção de equidade, sexo e gênero, sem deixar de considerar que se trata de enfrentamento exógeno, frente ao machismo e à lgbtfobia, e ao mesmo tempo endógeno, uma vez que no seio do *movimento LGBT* os preconceitos entre os segmentos são realidade.

O exemplo *Guayaki* nos remete, além da assimetria, à discussão do feminino e do masculino, ao fato de que *Krembegi* poderia ser classificada (resguardadas as distinções culturais) como mulher transexual de nossa sociedade e que, dentro daquele contexto organizado na divisão sexual do trabalho, o fato de agregar à função feminina a performance de mulher, garantiu a ela maior aceitação dentro da hierarquia, situação oposta de *Chachubutawachugi*. Este último, pelo fato de se manter homem, mas desempenhando atividade feminina, colocou-o em um não lugar social, ou seja, em um lugar marginal entre os membros dessa etnia.

Assim, o fato dos homens *Guayaki* estabelecerem relações sexuais com *Krembegi* não afeta a manutenção de suas identidades heterossexuais. Pelo contrário, encontra eco nas atuais formatações populares de relação LGBT em que se produz o binarismo masculino e feminino. Culturalmente, aquele que representa o masculino nas relações de gays, travestis e mulheres trans, assim como o feminino em relações lésbicas e de homens trans, pode ser analisado a partir da perspectiva de Heilborn (2004), de forma que o *estar* não significa necessariamente *ser*.

O androcentrismo da sociedade *Guayaki* reflete a hierarquia de gênero² e indica como é desafiante quebrar com os ordenamentos culturais e históricos. Na sociedade brasileira contemporânea, por exemplo, temos maior flexibilidade quanto à divisão social do trabalho em contraposição às regras *guayaki*. Mesmo que não se trate de nenhuma afirmação homogeneizante ou hegemônica, pode-se observar que *gays* têm adotado a construção do corpo e o uso da indumentária dentro de padrões reconhecidos de masculinidade. Todavia, não se pode ocultar os demarcadores que buscam aprisionar o gênero e a sexualidade, que agem não só por meio de sinais diacríticos da cultura, mas que estão sistematizados na política e no direito, agindo de forma sistêmica e organizada.

A ancestralidade da dominação masculina está inscrita culturalmente na

2 Por mais que Clastes (2012), empiricamente, reforce o fato de que assumir a identidade feminina teria sido contextualmente melhor para *Krembegi*.

história de povos europeus, africanos, asiáticos e oceânicos. Clastres (2012) demonstra que na Ameríndia o androcentrismo fez e se faz presente e, da mesma forma que em outros continentes, os *kyrypi-meno* se apresentam como *agentes* resistentes, enfrentando ditames que vão do *animismo* à tradição judaica-cristã-islâmica, dos Estados comunistas aos liberais, de países desenvolvidos aos subdesenvolvidos.

3.2 O armário: ainda um recurso útil entre os que podem utilizá-lo

A diversidade de identidade sexual e de gênero, como se pode verificar no capítulo anterior, faz parte do próprio constructo histórico-cultural de mulheres e homens, considerando, evidentemente, as peculiaridades étnico-culturais de cada povo e de cada época. Entretanto, é patente que práticas sexuais não heteronormativas-cis até o século XIX não representavam uma categoria identitária. Isso significa que praticar sexo “homossexual”, seja feminino ou masculino, ou até mesmo estabelecer relação matrimonial – a exemplo de Nero em Roma –, não designava a multiplicação de identidades sexuais, muito menos de gênero.

O processo de controle moral e criminal das práticas “homossexuais” desencadeado na Idade Moderna europeia e intensificado no século XIX, ao mesmo tempo que restringiu tais práticas, tornou-se o cerne da passagem da simples efetivação factual do ato sexual e afetivo entre pessoas do mesmo sexo para, no século XX, emergir uma identidade “homossexual”, desaguando na atualidade uma gama de identidades sexuais e de gênero LGBT.

Os LGBT’s ganham, nesse contexto, estatuto ontológico de existência, de forma que eles passam a garantir elementos identitários que os distinguem coletivo e egologicamente de homens e mulheres heterossexuais/cis que, na condição reversa, acabam por se essencializarem, uma vez que as formações das identidades desses povos ocorrem em um *processo de afirmação social* de uma “verdade” universal e necessária sobre sexualidade e gênero. A heteronormatividade/cis pressupõe, portanto, que o nascedouro do “*ser*” LGBT já se constitui como identidade a ser combatida. Todavia, na condição de coletivo organizado, eles não se enxergam como vitimizados, mas como *identidades de resistência* e de *enfrentamento*. A afirmação de combate aos “homossexuais” se coaduna com o combate às práticas impostas primordialmente na instauração da tradição hebraico-cristã.

Partindo da concepção de Taylor (1994) de que o *não reconhecimento* ou

um reconhecimento equivocado é base para a constituição de identidades com problemas subjetivos – de autoestima, por exemplo – e pautado no surgimento das identidades LGBT's, pode-se observar de forma patente como no século XIX³ esses novos agentes sociais encontraram formas de sobrevivência. Isso demonstra, como visto nas seções anteriores, o misto de sofrimento deformador da autoestima e força de *resistência* e de *enfrentamento* dessas pessoas. De praticantes, eles passaram à categoria de identidade; desta, à categoria de identidades coletivas organizadas. Dentro desse paradoxo, a autodefinição LGBT tem se tornado genericamente mais comum na sociedade brasileira. Entretanto, a existência de inumeráveis contingentes de pessoas que negam de suas identidades é facilmente comprovável e compõe a realidade da violência simbólica, moral e física que atuam e produzem uma espécie de alienação de identidade.

Para Sedgwick (2008), omitir a própria identidade foi uma saída aprendida por esses grupos *subalternizados* de sobrevivência e que mesmo com as decorrências pós *Stonewall* o binarismo não foi superado:

O armário *gay* não é uma característica apenas da vida de pessoas *gays*. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas *gays*, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cuja vida o armário não seja ainda uma presença formadora. Dizer, como direi aqui, que a epistemologia do armário em uma consistência abrangente à cultura e à identidade dos *gays*, ao longo do século XX, não significa negar que mudanças cruciais em torno e fora do armário passaram por mudanças importantes para pessoas *gays*. (SE-DGWIK, 2008, p. 22).

O trabalho de Sedgwick (2008 p. 21) possui como pressuposto analítico o conceito de *armário*. Nesse viés, a autora considera que mesmo “[...] entre as pessoas mais assumidamente *gays* há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou intelectualmente importante para elas”. O ato de falar, de se assumir, aparece como um desafio importante para as pessoas *gays*, lésbicas e bissexuais, em especial.

Entre os *agentes de resistência* que contribuíram na composição dessa pesquisa, a prática de recorrer ao *armário* em determinados contextos foi crucial para evitar processos de exclusão. *Eros*, *Baco* e *Sávio* recorreram ao *armário* como uma forma de fugir do preconceito familiar. *Hígia*, *agente*

³ Na Inglaterra do século XIX, diga-se de passagem, manter relações sexuais com pessoa do mesmo sexo ensejava uma brutal reprimenda social e estatal.

de enfretamento, relatou as tentativas de esconder sinais diacríticos de sua identidade travesti nas entrevistas de emprego no Polo Industrial de Manaus. Portanto, se é possível verificar o surgimento de identidade gay no século XX, e LGBT no XXI, a necessidade de se esconder também é explícito.

Relatado por Sedgwick (2008), o caso de *Arcanfora* aparece como o primeiro elemento de análise da filósofa. Seu contrato de trabalho não foi renovado após revelação de sua identidade gay. Ele recorreu a *Quarta Corte de Apelações* com o objetivo de revogar a decisão da *Corte Distrital Federal*, de forma que a referida corte de apelação discordou da decisão tomada na instância inferior, mas a manteve por considerar que *Arcanfora*, na contratação, deveria ter revelado sua “homossexualidade” e vinculação social com o meio gay.

O outro caso exposto de Sedgwick (2008) diz respeito à condenação de Hardwich ao ser flagrado praticando sexo oral, em sua casa, na Geórgia, legitimando a constitucionalidade de uma lei contra a sodomia. Esses fatos colocam a questão da *epistemologia do armário* na centralidade da discussão, ou seja, afirmar-se ou esconder-se no *armário* são possibilidades básicas da vida de gays, lésbicas e bissexuais no século XX e XXI. O não reconhecimento das identidades sexuais funcionou como duplo muro que impedia a afirmação de identidade de gênero, afinal não há possibilidade dessa dinâmica de entrada e saída de armário. *Tulipa* sentiu na pele os limites da tolerância de sua mãe. Primeiramente, ela o aceitou relativamente enquanto filho gay, mas o excluía quando ele se definia como mulher transexual/trans.

O caso exposto por Naphis (2006) em seu livro “*To be gay*” em relação ao cadastramento de gays pelo governo alemão na segunda década do século XX e que visava garantir atendimento estatal para os “novos doentes” acabou por facilitar o extermínio de mais de vinte mil gays em campos de concentração com a chegada de Hitler ao poder. Esse fato histórico não deve ser pensado como um passado distante, até porque existem medidas políticas tramitando no Congresso Nacional que visam afetar *agentes* assumidamente LGBT’s. A indicação parlamentar de tratamento via Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de Projeto de Decreto Legislativo 234/2011 (PDL) de 2011, a chamada “cura gay”, são fortes indícios de que a violência pode ser exercida diretamente pelo Estado caso não haja intensa reação social. Isso corrobora com a discussão sobre as implicações sociais do ato de assumir determinada identidade sexual ou de gênero.

O trabalho de Sedgwick (2008) trilha a concepção genealógica da “cultura ocidental” cristã, considerando que “[...] a sexualidade é o único fruto a ser colhido da árvore do conhecimento” (FOUCAULT, 1984, p. 28), perspectiva

que fez Foucault expressar a inseparabilidade entre conhecimento e sexo. Ao observarmos a história do judaísmo e do cristianismo, a relação entre o modelo de racionalidade de origem grega e o pensamento judaico-cristão possibilitou uma simbiose que em momentos distintos construiu diversas formas de controle da sexualidade e, primordialmente, de conhecimento ela.

Os pecados sexuais legitimados pela teologia passariam, no apogeu da ciência, para o campo do crime e da doença. A crítica nietzschiana à racionalidade e à cristandade como moral dos fracos, em que ambos os campos são partes complementares da mesma concepção filosófica, parece-me bastante pertinente à problematização. Pensar historicamente o processo de afirmação identitária e a luta pelos direitos de igualdade de *status* passa pelo tripé do preconceito à medida que se relaciona, em cada momento, com alguns desses aspectos. Na década de 1980, já com a superação da “homossexualidade” como doença, o surgimento do HIV – AIDS inicia um novo ciclo de vinculação dessa patologia à identidade “homossexual”. Nesse sentido, minha inserção no campo trouxe à tona a retorno da vinculação da identidade sexual e de gênero a um misto de doenças físicas e espirituais.

Em diversos casos pode ser encontrado, subjacente ou explicitamente, o *ethos* arraigado da concepção de doença espiritual que coloca LGBT's na condição de não reconciliação com a divindade cristã. *Tulipa* foi estudar em escola da igreja evangélica; Amazonas praticamente fugiu do seu lar devido à perseguição do seu vizinho pastor, que a considerava indigna de morar ao seu lado; *Sávio* tentou manter uma vida dupla perante sua família evangélica; *Eros* teve que se adequar às regras de sua família extremamente católica.

Curiosamente, Sedgwick (2008) desenvolve suas premissas teóricas sobre o *armário gay* contemporâneo em diálogo com outra formatação de *armário*, qual seja, étnico-religioso. A história de *Esther* em sua condição de estrangeira de identidade secreta é colocada em comparação e análise com o desafio do *gay no armário* em sua família e sociedade. A saída do *armário* de *Esther* é discutida a partir do processo de saída do armário dos *gays* contemporâneos.

A questão em jogo se circunscreve na superação da visão da relação entre indivíduos do mesmo sexo como uma função de atos genitais isolados e proibidos para outra definição que considera o *autorreconhecimento e reconhecimento* de identidades relativamente estáveis. A “homossexualidade” pode ser uma realidade até mesmo na ausência de atividade genital (FRY; MACRAE, 1985). A discussão, então, passa para o campo da própria invenção da “homossexualidade” ou, no sentido atual, dos consensos políticos e acadêmicos dos LGBT's.

3.3 Identidades coletivas: olhares históricos, organização social e desafios dos LGBT's

No Brasil, a gênese do movimento social LGBT se deu com o movimento *gay* por parte do *Jornal Lampião* e da criação do grupo de afirmação homossexual SOMOS (FRY; MACRAE, 1985, p. 21). Na prática, pode-se observar que a história do movimento “homossexual” é marcada pela dinâmica de nomenclaturas de grupos e de termos indicadores de compreensões identitárias aos *gays* e lésbicas, fato que demarca o título do trabalho de Facchini (2012) intitulado *Sopa de Letrinha*. Na década de 1970 o termo “entendido” foi apropriado para designar pessoas que transavam com pessoas do mesmo sexo, mas que não adotassem trejeitos associados às figuras do “sapatão” ou da “bicha”. O “entendido” seria o que hoje muitos classificam como *gay* discreto, taxonomia que visibiliza uma realidade brasileira, grosso modo, e manauara, em particular: o vigor do preconceito aos ditos *gays* efeminados e às lésbicas masculinizadas.

Entretanto, o movimento *gay* brasileiro rejeitou os termos *gay* e *entendido* por conceber que o termo *bicha* seria mais adequado ao clamor de consciência identitária e política que se almejava naquele momento. Durante minhas experiências em reuniões do Fórum LGBT Amazonas pude observar que determinadas expressões, como *bicha*, recebem rechaço quando inseridas em discurso público de ativistas, mesmo que informalmente sejam utilizadas cotidianamente entre os LGBT's. Somente mais tarde a criação do Grupo Gay da Bahia (GGB) passa a assumir o termo Norte Americano (FRY; MACRAE, 1885, p. 25).

A discussão que envolve o “movimento *gay*”, como se vê, possui raízes na cultura machista, legitimada e reproduzida em nosso país. Ou seja, em grande parte os problemas encontrados pelos *agentes de enfrentamento* que estão à frente dos movimentos LGBT no Brasil estão relacionados à própria estrutura heterossexual-cis da sociedade. De certa forma, essa situação afeta, inclusive, a formação e a organização endógena do movimento. No momento em que se estruturava o movimento, segundo Fry e MacRae (1985, p. 26) estabelecia-se o “[...] abismo entre a ideologia igualitária dos grupos organizados e os princípios de comportamento vigentes no meio homossexual”. Os desafios vistos pelos agentes dos *movimentos* estavam diretamente relacionados à própria estrutura sociossexual brasileira, marcada pelo machismo legitimado e reproduzido historicamente, inclusive pelos excluídos e hierarquicamente subjugados. Dessa forma, a própria formatação identitária entre os LGBT's em

muito reproduziram e ainda reproduzem esses constructos culturais:

O michê pode ter em grande parte de suas práticas sexuais o papel passivo, no entanto, seu espectro hétero lhe garante a imagem de homem ativo; enquanto travestis com seus estereótipos femininos são vistos como seres ‘passivos’ em suas vidas sexuais. Publicamente a relação é legitimada dentro da relação entre os modelos do feminino e do masculino. (FRAY; MACRAE, 1985, p. 28).

A formação sexual patriarcalista da sociedade brasileira atribui poder, reconhecimento e vantagens aos ativos e isso reflete especialmente na construção de relações que não tenham superado esses binarismos. As relações ditas *modernas*, em que a centralidade está na superação da hierarquia, buscando configurações de entrelaçamentos igualitários e que estariam circunscritas às classes médias e altas, têm a cada dia casos empíricos nas relações em classes menos abastadas. O inverso também é empiricamente plausível, uma vez que é possível verificar *gays* abastados em relacionamentos estáveis “homossexuais” em formato *popular*, e até mesmo “heterossexuais” que possuem casos amorosos com *bofes*. Assim, podemos observar LGBT’s com elevando poder aquisitivo e intelectual que reproduzem o binarismo masculino-feminino, assim como constatar relações – a cada dia mais comuns – de LGBT’s pobres aos moldes *modernos* sem definições distintas de papéis dentro de um relacionamento.

A ponderação faz-se pertinente para que não tropeçemos em um evolucionismo dos padrões de relações afetivas-sexuais de LGBT, sendo o modelo *popular* um estágio rumo ao *moderno*. A realidade é mais extensa e complexa que se possa imaginar: conheço, situações, por exemplo, em que os casais classificados como *modernos* socialmente pactuam um casamento estável e elogiado por héteros e LGBT’s e que, no entanto, a válvula de escape de manutenção da relação se encontra nas caçadas de bofes realizadas individualmente e, por vezes, em parceria.

Todavia, é verificável culturalmente e notória a atribuição de poder aos masculinizados e ativos, sendo este poder descrito na perspectiva foucaultiana e que se pode observar no passado escravista brasileiro quando da relação entre indivíduos do mesmo sexo. Assim, no período colonial, o negro ativo e o branco passivo garantia um micropoder ao escravo em relação ao senhor branco. O mesmo se nota na atualidade, em que o bofe ou o GP (garoto de programa) exerce papel de poder sobre os *gays*.

O caráter processual de constructo histórico das identidades LGBT's traz em seu bojo sínteses produzidas por forças antagônicas que determinam avanços e retrocessos. Todavia, o diferencial produzido desde a década de 1960 nos Estados Unidos se dá pela formatação de identidades coletivas organizadas social e politicamente, fato que alçou estes povos como força representativa, formalizando a luta pelos direitos civis e sociais, constituindo as condições para a efetivação do escancarado: *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*. O processo estritamente organizacional dos LGBT's, entretanto, foi precedido por outros, a exemplo do papel exercido pela medicina.

O termo *uranista*⁴, também, teve o objetivo de combater a ideia de crime contra a natureza. Os estudos médicos gestaram a criação do Instituto de Sexualidade por meio de *Hoschfeld*. Entretanto, no campo político, as percepções são interessantes para se discutir o conceito de lgbtfobia: na União Soviética pré-Stalin, mais liberal, a “homossexualidade” foi vista como o fim da instituição familiar. Assim, stalinistas consideravam os “homossexuais” como uma decadência do burguês. Na Alemanha de Hitler, os “homossexuais” foram classificados como bolchevismo sexual (BORRILLO, 2010).

A afirmação dessas forças contrárias que atuam e que produzem verdades temporárias sobre o que hoje se classifica como identidade passa no contexto brasileiro por acirramento ideológico de grupos mais conservadores que defendem a “cura espiritual” de LGBT's e que tentam devolver ao campo da saúde – especificamente aos psicólogos – a tarefa de combater os processos de afirmação de identidades sexuais e de gênero. Por outro lado, após a fundação setorial específico para LGBT's na estrutura partidária do PT, diversos outros partidos liberais e socialistas têm criado setoriais deste tipo em suas estruturas organizacionais, o que revela certo empoderamento.

Observa-se, ainda, que os processos pelo quais os LGBT's vão se construindo como identidades coletivas organizadas, em acirrado conflito com forças simbólicas e políticas de segmentos religiosos, sob um poder de Estado em que as forças conservadoras se sobrepõem às forças progressistas, registra-se a intensa luta protagonizada pelos agentes sociais LGBT's, seja na resistência por meio da autodefinição e autoafirmação, seja por meio da atuação nas organizações sociais, que internacionalmente teve seu nascedouro na rebelião de Stonewall.

A politização e a organização dos LGBT's gestaram o processo de

4 Termo que advém do Alemão *Uranismus*, que teria sido criado a partir do nome da deusa grega Afrodite Urania, filha de Urano, nascida dos testículos dele e que havia sido cortados pelo seu filho, Kronos.

afirmação e de luta pautado pelo princípio da cidadania para todos. Mas não se pode desvincular o aspecto político decorrente dos caminhos que o campo da reflexão tomou no contemporâneo. Nesse sentido, Taylor (1994) e o *multiculturalismo* teve papel fundamental uma vez que propugnou, pelo campo da ética, a premência do *reconhecimento*. Fraser (2007) no texto *Reconhecimento sem ética* retoma a agenda do *reconhecimento* e o vincula de forma necessária ao debate sobre as demandas por *redistribuição* como elementos complementares e não antagônicos. Neste sentido, pode-se afirmar que etnicamente esses *povos* passaram a se caracterizar identitariamente não somente por suas práticas, linguagens e performances, mas, sobretudo, por capacidade organizacional enquanto grupos políticos que se perfilam contra as práticas sexistas excludentes (BARTH, 2001).

No contexto brasileiro, como citado acima, Facchini (2005) ao desenvolver sua pesquisa na década de 1990 sobre as organizações de LGBT's a partir do estudo do grupo CORSA⁵, conclui que a dinâmica organizacional desse segmento é uma verdadeira *Sopa de letrinhas* (...). A pesquisa tem como pano de fundo a passagem de uma modalidade de organização como movimento social marcada pelos grupos e o surgimento da categoria ONG – Organização Não Governamental (ONG)⁶ no movimento social LGBT.

Pode-se afirmar que teoricamente a questão sobre LGBT, que perpassa por muitos autores, concentra-se na reflexão sobre identidade. No campo organizacional, essa categoria possuiu papel fundante à medida que a afirmação identitária, o pertencimento, garante à agenda os direitos a serem requeridos socialmente. Entretanto, autoras como Butler denunciam veementemente o caráter aprisionador, essencialista que a identidade produz. Assim, o princípio de identidades não fixas, precárias, transitórias é apontado pela *teoria queer* como possibilidade de enxergarmos as variabilidades sexuais. Por sua vez, Fraser (2007) busca pautar a garantia de *reconhecimento* como questão de justiça e prioriza a categoria *status* em detrimento da categoria identidade. Todavia, a polimorfia e a polifonia observada no trabalho etnográfico por meio das reuniões do Fórum, da Aliança ou dos diversos eventos⁷ de que participei, fica patente o clamor dos ativistas no sentido de conjugar a necessidade

5 Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor.

6 Nesta pesquisa, não faço a distinção entre *movimento social* e ONG, acabo por incluí-los dentro das categorias – *movimento*, organizações sociais, mesmo que reconheça o caráter de distinção entre as entidades.

7 Eventos como a implantação do Comitê de Combate à Homofobia em abril de 2013; nas Conferências metropolitanas, em novembro 2015; Conferência Estadual, em janeiro de 2016; e também em decorrência da atividade de etnografia desta pesquisa, realizada no período de 25 a 27 de abril de 2016 na III Conferência de Direitos Humanos LGBT.

de igualdade de *status*, uma demanda moral e de justiça, com o anseio da afirmação e reconhecimento das diversas identidades que compõem a sigla LGBT.

Heilborn (1996) em *Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social*, por meio de estudo etnográfico, aponta que as relações homoeróticas entre mulheres que poderiam subsumir como relações de identidades lésbicas estáveis, são apresentadas, contrariamente, como momentos de passagem, esporádicos ou de equívocos do campo do sentimento e do desejo. Portanto, seriam sempre relações provisórias. Assim, “[...] mulheres que mantêm relações amorosas com outras mulheres sem que a classificação de homossexual seja predominante” (HEILBORN, 1996, p. 5) são muito comuns. Essa perspectiva segue a compreensão de que a identidade é uma autodefinição que pode ser provisória, ou seja, são formatações de *habitus* que definem identidades abertas. Dessa forma, pensar de forma essencialista identidade de gênero e sexual passaria a se constituir como “terreno minado”. Todavia, negar certa estabilidade dos corpos e das identidades, no sentido proposto por Preciado (2010), também nos direciona a um “labirinto teórico” de difícil saída.

Pode ter plausibilidade que LGBT’s possam ter fluidas práticas sexuais e performances sociais que atravessam fronteiras que as identidades necessariamente impõem. No entanto, o contato com *agentes de resistência* e com *agentes de enfretamento* me fez ver a patente necessidade de terem suas identidades reconhecidas e seus direitos assegurados. Pondero que o trabalho de Heilborn (1996) possa refletir a real percepção de transitoriedade das práticas afetivas e sexuais. Por outro lado, deixa escapar, também, a possibilidade da inculcação de que assumir, de forma perene, a identidade lésbica pode se constituir, inconscientemente, o sentimento de permanência na condição de doença e/ou de pecado e a expressão de que no futuro possa estar em outra vida. No caso heterossexual, seria uma espécie de projeção para o futuro como poder de catarse.

No ano de 1952 a Associação de Psiquiatria publicou seu manual de transtornos mentais que a “homossexualidade” era uma desordem. Em 1973, por ausência de comprovação científica, a Associação Americana retirou a “opção sexual” da lista de distúrbios psíquicos. Já em 1975 a Associação de Psicologia trilha o mesmo caminho, de forma que a “homossexualidade” é retirada rol de doenças. No caminho oposto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) inclui a “homossexualidade” na lista de doenças mentais, atribuindo a ela um Código Internacional de Doença (CID), vindo a ser retirada no

dia dezessete de maio de 1990. É nessa mesma data que se estabeleceu o *Dia Internacional de Combate à Homofobia*. No Brasil, a retirada da lista de doença foi reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia em 1985.

Em determinados contextos, porém, os LGBT's continuam sendo vistos como seres desviantes. Muitos constroem um *habitus* marcado pela culpa e reproduzem preconceitos sobre si mesmos. A expressão de Tulipa (2015) ao afirmar que desde a infância *percebia que não era normal* acaba por ser mais representativa que outras expressões que explicam os preconceitos como: *minha família é daquelas em que os homens são machistas, machistão*, exposto por Baryshnikov (2015).

Com o avanço do *movimento LGBT*, pode-se observar a retirada da *lgbt*fobia do campo de legitimação da ciência, como doença, e do Estado, fundado na não criminalização. Todavia, em diversos países as práticas LGBT's continuam a compor o quadro de crimes, o que reflete os descompassos e assimetrias desses avanços. No Brasil, o projeto do deputado federal João Campos submetido à Comissão de Direitos Humanos pelo deputado Marcos Feliciano propõe o retorno dos LGBT's ao princípio da patologia e demonstra os paradoxos das conquistas sociais desses *povos*.

O fechamento político e social protagonizado pelos segmentos *punitivistas, patrimonialistas e religiosos* tem proporcionado o surgimento de determinados ideários que se pensava estarem sepultados nos túmulos nazistas ou da Ditadura Militar Brasileira. Tais segmentos conquistaram a hegemonia política em 2016 e selecionaram algumas trincheiras de combate no período de preparação do golpe⁸ contra o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, nos últimos anos a bandeira de negação dos direitos dos LGBT's se consolidou com a aliança dos parlamentares religiosos a outros projetos de cunho punitivistas, como a redução da maioria contida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171, e de setores patrimonialistas, como a PEC 215, a qual propõe retirar da União a competência para demarcar terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação/conservação ambiental.

Assim, parecia que estávamos em um mundo em processo de secularização e de construção sólida da ideia de direitos individuais e coletivos, a causar a impressão de que a luta pelo reconhecimento teria conquistado mais avanços que as demandas de redistribuição. No entanto, é notório o recrudescimento de forças conservadoras dos mais diversos matizes que têm empreendido

⁸ Classificado oficialmente como *impeachment*. Segundo parecer da perícia técnica do Senado realizado a pedido da comissão do *impeachment*, assim como a sentença do Tribunal Internacional pela Democracia, não foram encontrados indícios de crime cometido pela então presidente Dilma Rousseff.

forte combate aos direitos de identidade e de forma subjacente estão a orquestrar duro golpe nos direitos dos trabalhadores. Assim, reconhecimento e redistribuição no contexto nacional passam, a partir do golpe parlamentar de 2016 contra o governo Dilma Rousseff, a sofrer avassaladora ameaça, como a precarização da Secretaria de Direitos Humanos LGBT (SDH/LGBT) antes vinculada à Presidência da República e que neste governo passou a compor um departamento dentro do Ministério da Justiça. Reflui desse contexto, também, a aprovação na Câmara Federal da PEC N° 241, tramitando neste período no Senado sob o N° 55, que dispõe sobre o congelamento dos gastos públicos pelo período de vinte anos, observando apenas a reposição pela inflação acumulada no ano anterior.

3.3.1 O Fórum LGBT Amazonas e a Aliança Amazonense LGBT: a dialética das reorganizações, das clivagens e das lutas

Esta seção fundamenta-se no trabalho etnográfico dos movimentos sociais LGBT do Amazonas iniciado em 2013 no Fórum LGBT Amazonas. O *locus* da pesquisa ocorreu na SEARP, lugar onde ocorria mensalmente a reunião ordinária da organização. Neste período, pode-se afirmar que o movimento estava em estágio de consistente processo de reorganização e de recomposição das forças dos diversos segmentos organizados de LGBT's, de Direitos Humanos e educacionais voltados para os *povos* em torno do Fórum.

O movimento social LGBT no estado do Amazonas tem sua gênese ainda na década de 1990 sob a condução de Adamor Guedes⁹. Todavia, sua consolidação veio só posteriormente a partir de 2003 no *XI Encontro Nacional GLBT*, realizado na cidade de Manaus e fomentado pela atuação do Governo Federal, e em 2004, com o *Programa Brasil Sem Homofobia*. A organização e a luta pela inclusão de *gays*, lésbica, travestis, transexuais e transgêneros à plenitude do direito à cidadania no Amazonas ocorre construindo frentes de combate à realidade local de intensa intolerância e violência contra LGBT's.

A reestruturação do Fórum LGBT/AM proporcionou as condições de contraposição social e política ao não *reconhecimento* de LGBT's. Ela possibilitou congrega diversas associações de segmentos distintos desses *povos*, assim como outras organizações de Direitos Humanos da sociedade civil e do setor público estadual e municipal. O ano de 2014 ficou marcado pelo intenso conflito eleitoral no âmbito estadual, em que o PT optou por apoiar determinada candidatura construída como oposição ao governo da

⁹ Liderança do movimento *gay* do Brasil e precursor do movimento LGBT no Amazonas.

época. No entanto, alguns filiados do partido e membros do Fórum perfilarão na candidatura da situação, ou seja, do governador. Essa divisão provocou uma clivagem no Fórum LGBT Amazonas e foi protagonizada por militantes de segmentos organizacionais e identitários de distintos setores LGBT's de Manaus. Tal processo fez com que aqueles que seguiram a orientação partidária reativassem a Aliança Amazonense LGBT fundada em 2011.

Os processos de clivagem e a eleição da nova coordenação do Fórum LGBT Amazonas 2014 - 2015 propiciaram verdadeira letargia do movimento social no Amazonas, haja vista a migração de cinco entidades antes ligadas ao Fórum e que passaram a compor a Aliança Amazonense, o que resultou em um processo de perda de capacidade de articulação dos dois movimentos, resultando, assim, em uma espécie de “aridez organizacional”. Em 2015 e 2016 o movimento tem caminhado com precariedade e as entidades congregadas dos segmentos organizados LGBT não têm conseguido realizar suas reuniões ordinárias.

Registra-se que a Aliança LGBT Amazonas é tributária de clivagem anterior decorrida em julho de 2011 quando a organização foi fundada:

O Fórum LGBT começou a ter um direcionamento que algumas entidades não concordavam, que a AGN saiu do fórum LGBT e outras entidades, na época, se eu não me engano, era a fulana que era a coordenadora do fórum e criamos a Aliança LGBT, mas pra dar um outro foco pro movimento. Aí ficou a Aliança LGBT com quatro entidades; nos afastamos do fórum LGBT, que nós não achávamos que era o real, não correspondia aos desejos do movimento, e desse grupo a AGN começou a andar um pouco mais, conseguiu fundo social para travesti e transexuais na SEDUC, na SEAS na SEMASDH, na Secretaria Estadual de Saúde, lei municipal que criou o dia municipal de combate à tuberculose; aí a gente conseguiu andar e a Aliança deu uma parada no tempo, aí depois começamos a conversar com alguns grupos da Aliança que têm interesse de fazer um trabalho diferente do qual estava trabalhando; aí nos reunimos aqui na associação e o fulano acabou ficando como coordenador da Aliança, ganhou uma outra direção, porque é assim, quando eu tava na direção da Aliança, qual a dificuldade de defender a causa gay? E por não ser gay¹⁰,

10 O Agente de enfrentamento HIPÓCRATES possui identidade heterossexual. Cito aqui sua própria explicação sobre sua trajetória em defesa dos LGBT's: “Foi algo interessante, quando eu conheci o *Adamor*, nos conhecemos em uma das linhas do movimento, e eu nunca tive empatia com ele, sempre me dei bem com o pessoal, com gay, com travesti. Eu me lembro até na época que eu saía na rua, que eu saía com o pessoal e ficavam jogando piadinha, mas isso nunca me afetou e a minha família, meu pai e minha mãe na época, meu pai era um pouco atrás, mas minha mãe foi sempre muito aberta em dizer é o trabalho dele, quer fazer, tudo bem, e acabei entrando nisso aí, e meu irmão é gay e minha irmã era lésbica e agora eu tenho uma filha que é bissexual. Então, eu tinha na família no tempo que comecei, e eu gosto muito da lutar, tanto que

porque defender uma coisa, embora você lute 100% pelos benefícios, mas se você não é, fica difícil. (HIPÓCRATES, 2014).

Todavia, a história do movimento LGBT tem suas raízes em 1992 sob a liderança de Adamor Guedes, cuja formação intelectual e política foi influenciada pelo professor, pesquisador e ativista Luís Mott¹¹. Naquele período foi criado o Grupo Gay do Amazonas (GGA), e que algum tempo depois passou a se chamar Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT). O momento decisivo desse processo transcorreu em 2003 com o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (EBGLT), realizado em Manaus com a participação de ativistas da Venezuela, Colômbia e Paraguai.

Foi a partir desse evento que surgiu o primeiro programa do Governo Federal para o segmento LGBT – o *Brasil sem Homofobia* (2004), como já citei anteriormente. Esse período ficou marcado pelo assassinato do precursor do movimento LGBT no Amazonas Adamor Guedes em 2005, ano em que fora criado o Fórum LGBT Amazonas com cerca de oito organizações locais. Para o presidente da Associação Garotos da Noite (AGN). O movimento se resume como antes e depois de Adamor Guedes: “[...] o Adamor, ele conseguiu fazer um trabalho muito grande com o pessoal na questão do conhecimento dos Direitos Humanos e prevenção de DST’s.” (HIPÓCRATES, 2014). O reconhecimento do trabalho desenvolvido por Adamor Guedes é ponto pacífico, mas sem isentá-lo de críticas, realizadas por alguns *agentes de enfrentamento* sobre diversos aspectos, em especial, no da gestão. Quando se pensa a gênese organizacional LGBT no Amazonas, não é possível desvinculá-lo do PT, pois foi no interior deste partido que o movimento surgiu. Somente com a saída de Adamor do Partido dos Trabalhadores a AAGLT passa a ter sede própria.

Ele teria sido marcado em seus processos fundacionais pela proeminência de *gays* e travestis, pois somente em 2005 o Amazonas passou a contar com a participação, em âmbito nacional, de representantes lésbicas como parte de delegações. Entre 1998 e 2004 o movimento de lésbicas do Amazonas era representado nacionalmente por mulheres heterossexuais/cis. Segundo

a gente trabalha com prostitutas e me identifiquei até hoje. Como eu assumi a luta, hoje grande parte de Manaus acha que eu sou gay, mas isso não é nenhum problema pra mim... Eu vou, faço entrevista, falo, defendo tudo direitinho, mas isso não tem problema nenhum, tenho minha companheira em casa, ela sabe do movimento e meus filhos também nunca disseram não. Eles ainda vão comigo quando podem, mas isso daí é uma luta que eu gosto de fazer, faço com LGBT, faço com prostitutas, com movimento de mulheres também se for preciso, então, qualquer tipo de discriminação a gente tá lá.” (HIPÓCRATES, 2014).

11 Antropólogo e pesquisador. Um dos mais conhecidos ativistas das causas dos direitos civis LGBT. Decano do movimento “homossexual” brasileiro.

Dinká (informação verbal)¹², a percepção da ausência de lésbicas como *agentes* nos fóruns de decisão das políticas para os LGBT's fez com que estas tenham decidido assumir posição de protagonismo de suas próprias lutas. Nesse contexto se evidenciou que a Associação do Amazonas tinha caráter de exclusão das lésbicas e, segundo ela, foi em decorrência dessa realidade que se fundou o primeiro grupo organizacional composto somente por mulheres lésbicas no estado:

Aí percebi que éramos invisível no processo do movimento, então, em 2005, viajamos para Brasília, participamos do 12º Encontro e lá a gente descobriu que já desde 1998 iam mulheres representando o movimento lésbico, mas que era heterossexuais, entendeu? Mas a menina que vem representando vocês está aí, mas eu digo, ela não é lésbica, ela é hêtero, então ela nos acompanhou por causa da demanda da associação, não tínhamos lésbicas para mandar, então mandamos representando e ela ir, entendeu? Aí a gente percebeu que a hegemonia em todo o movimento, há alguém que manda lá, o cacique, isso foi muito triste para nós em 2005, volta do encontro aqui reunimos as mulheres na boate Zum no Aleixo, que era da *Lene da Bel*, aí conversei com elas que era minhas parceiras pares igual a mim, mulheres lésbicas, conversei com *Sônia*: Ah, vamos formar aqui uma associação então pra gente, já que não temos espaço dentro de uma associação que era para trabalhar no seguimento, então vamos formar, então aí se juntou 32 mulheres em 2005, temos atas, só não reconhecemos em cartório, aí fundamos AAMILIS, eu, Isabel, Sônia, Patrícia, Regina e Graça, todas essas são fundadoras. (DINKÁ, 2013).

Tanto no âmbito local quanto no nacional o processo de visibilização das mulheres lésbicas passou a ser conquistado a partir de 2005. Em 2008, na I Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT, elas conseguiram aprovar a atual sigla, momento em que nacionalmente o movimento fez uma mudança na posição das letras da sigla, passando de GLBT para LGBT. Esses conflitos internos refletem a luta por espaços de visibilidade social, até porque travestis e transexuais ainda possuem o mesmo objetivo.

Em 2012 e 2013 o Fórum era composto por representantes de 24 organizações sociais:

- Articulação de Mulheres do Amazonas (AMA);
- Articulação de Mulheres Homoafetivas e Aliadas do Amazonas (ALMAZ);

12 Entrevista concedida por *Dinká*, em Manaus-AM, em 2013.

- Articulação Brasileira de *Gays* (ARTGAY);
- Articulação Amazônica do Povo Tradicional de Matriz Africana (ARATRAMA);
- Associação de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual (AAMILES);
- Associação de Prostitutas e de Ex-prostitutas do Amazonas (APAAM);
- Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Setorial LGBT do PT (Partido dos Trabalhadores);
- Associação de *Gays*, Lésbicas, Travestis e Transexuais da Tríplice Fronteira (AGTTFC);
- Associação de *Gays*, Lésbicas e Travestis de Parintins (AGLTPIN);
- Movimento de *Gays*, Lésbicas e Travestis de Manacapuru (MGLTM);
- Associação de *Gays* e Lésbicas de Rio Preto da Eva (AGLRPV);
- Comissão da Diversidade Sexual OAB-AM (Ordem dos Advogados do Brasil secção Manaus);
- Associação Garotos da Noite (AGN);
- Projeto Nova Cartografia Social no Amazonas (PNCSA);
- Coletivo de Estudantes Tucandeira – UFAM;
- Rede Nacional de Negros e Negras “Homossexuais” do Amazonas;
- Associação de Travestis do Amazonas (ATRAAM);
- Igreja Apostólica da Renovação Inclusiva;
- Liga Humanista Secular do Brasil – Núcleo Amazonas;
- Movimento Desportivo LGBT;
- Núcleo de Pesquisa em Diversidade Sexual da UFAM;
- Rede de Educação Cidadã (RECID);
- Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo e Convivendo com HIV/AIDS (RNAIVHA);
- União Estadual dos Estudantes do Amazonas (UEE-AM);
- União da Juventude Socialista – PCdoB (UJS).

Acima, nomeei as organizações sociais que compuseram o Fórum naquele período. Todavia, ele contava com ativa participação de órgãos de Estado e, dessa forma, muitos *agentes de Estado* frequentavam e contribuíram com o processo organizativo e de lutas, como os setores de diversidade da SEDUC, da SEMED, da SEMASHD, da SEJEL e da SEJUSC. Eram em sua maioria *agentes*

de enfrentamento, pessoas que ocupavam função de governo, isto é, *agentes de Estado*. O Fórum LGBT – Amazonas se tornou o espaço privilegiado de exercício etnográfico que se fundamentaram as práticas empreendidas por seus *agentes*. Em 2013, ainda no início do trabalho de campo, o Fórum estava em momento crucial sob a coordenação de *Dinká*, gestão 2012 – 2013. Em 2014 assume outra lésbica, num momento de desarticulação do movimento. Entretanto, a nova coordenação não conseguiu desenvolver estratégias para sair da letargia política.

A partir de 2013 o Fórum estabeleceu reuniões ordinárias mensais. Nesse contexto ocorre a instalação do “Comitê de Sujeito Político de Saúde dos LGBT’s”, vinculado à Secretaria de Saúde do Amazonas (SUSAM). O movimento participou, em 2013, do Fórum Tripartite de Enfrentamento a DST’s/AIDS e hepatites virais da Fundação de Medicina Tropical (FUAM). Todavia, a maior conquista do movimento social LGBT Amazonas é a fundação do Comitê de Enfrentamento à homofobia, cuja criação contou com o apoio da OAB-AM e foi resultado de articulação da Associação de Mulheres do Amazonas (AMA) em abril de 2013:

A gente implantou o Comitê de Combater à Homofobia e a OAB veio ser parceira. Nossa, viu a gente com bons olhos, a AMA foi fundamental nessa articulação com a OAB, nós articulamos com a coordenação estadual e municipal, criamos o Comitê de Combate à Homofobia de um acordo que a gente tinha, eu não vou liderar sozinha, então criamos ferramentas para que o Comitê de Enfretamento à Homofobia e uma das coisa que nós compactuemos aqui, quem seria o coordenador do comitê, Renata Lima, que era da AMA, que fazia parte do Fórum, que disse assim: ‘não temos que colocar nosso pessoal para ser coordenador desse Comitê, o coordenador deve ser Cronos da CUT [...] as atas foram feitas, fotos foram tiradas, tá no registros da OAB e mandamos para Brasília. (DINKÁ, 2013).

A questão central foi que o comitê, desde sua implantação, não estabeleceu calendário, não estabeleceu parceria e não realizou nenhuma reunião no período de 2013 a 2015. A ausência de efetividade representou a perda de espaço salutar para a agenda de reivindicações do movimento LGBT do Amazonas. O fato de *Dinká* compor a equipe de promoção dos Direitos Humanos da SEJUSC, em janeiro de 2015, e de ser ativista do referido *movimento*, provocou no mês de agosto de 2015 reunião com vários segmentos visando à reestruturação do comitê. No entanto, até o fim de 2015 não se empreendeu de forma concreta sua ativação.

Em dezessete de maio 2013, dia Internacional de Combate à Homofobia, o Fórum, em parceria com o Governo do Amazonas (SEJUS e SEJEL), realizou a “*Corrida do Arco-íris*”, atividade que visava mobilizar para o combate às inúmeras formas de lgbtfobia. O evento contou com três mil atletas que correram na estrada da Praia da Ponta Negra, marcando o dia de lutas. O evento foi encerrado com uma festa no Anfiteatro da Ponta Negra. A “*Corrida do Arco-íris*” foi analisada pela coordenação do Fórum LGBT Amazonas em 2013 como um evento relevante, pois se constituía como possibilidade de construir maior visibilidade à problemática da violência contra LGBT’s no Amazonas e em Manaus. Pensou-se, naquele momento, que esta atividade seria inserida no calendário oficial de eventos do estado:

[...] eu parto do princípio do ponto positivo primeiro que, para o primeiro ano, nós tivemos um ponto bem positivo, que foi a participação da sociedade amazonense... Você via mulheres, crianças e pouco, mas tinha de uma forma deferente via LGBT e não caracterizado de uma forma que acaba descredibilizando a ‘população’ e, como todo mundo pensava, “ah, vai ser uma segunda parada gay”, e não foi. O ponto negativo é a questão de organização que teve justificativa da Secretaria da SEJUS e que a SEJEL é que antecipou, lançando no site antes de ter avisado o movimento, antes de ter tirado quantitativo de inscrição para ser participativo, mas para o primeiro ano, eu acredito que foi bom, porque o movimento volta para sua origem, a Ponta Negra, um espaço público que é um espaço maravilhoso, está muito bem reformado, mas que faltava essa coisa; a gente tem várias corridas dentro desse seguimento, corridas é aonde a comunidade LGBT está contemplada, então ela entra para calendário de eventos isso é bom, sabemos que ano que vem teremos de novo uma outra corrida. (DINKÁ, 2013).

No dia da corrida, parte do *movimento* tomou posição crítica em relação ao evento, principalmente os militantes do movimento Tucandeira, que expuseram cartazes contra a corrida e realizaram encenações de protesto, utilizando com mordanças. O protesto LGBT foi marcado pelo antagonismo de posições. Enquanto alguns expuseram cruces simbolizando a morte e a ausência de políticas de proteção para os LGBT’s no Amazonas, outros esboçavam duras críticas ao governo e ao evento. Após a corrida, o grupo Tucandeira pediu seu desligamento do Fórum por não concordar e nem acreditar na parceria entre os representantes do movimento e o estado.

Essa breve descrição teve como objetivo demonstrar o fato de que o evento e a *Corrida do Arco-íris* não foram incluídos no calendário do Governo nos anos seguintes. Evidenciou-se, assim, que o evento não passou de uma “cortina

de fumaça”, uma vez que Manaus iria sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014. Dessa forma, não há possibilidade de pensá-la como ação perene para os LGBT’s do Amazonas, de forma que esta atividade, promovida em 2013, foi literalmente “para inglês ver”.

Aí o que acontece, eu fico no contra, o presidente da OAB me bate e eu tenho vontade em bater em governador, Estado, Município, e eu não tenho esse poder, porque eu não sou, e tem representação isso aí, as pessoas têm que se sentir assim e trazer a demanda pra poder falar... Acontece, vou te dar um exemplo, a Corrida do Arco-íris, quer maior cala-boca do Estado, aquilo, fizeram um café da manhã, fizeram oba. Vamos colocar ‘pessoas’ pra conseguir alimentos, conseguiram dinheiro, entrou no calendário e na prática não serviu pra nada. (THEMIS, 2015).

No processo de construção da atividade anteriormente citada, o movimento LGBT conquistou o direito a uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), realizada no dia 26 de maio 2013. Chamou atenção a pequena participação de *agentes de enfrentamento*, todavia, o fato de apenas dois deputados estaduais comparecerem ao plenário da Assembleia, sendo um deles por dever de ofício por presidir a Comissão de Direitos Humanos, reforçou a inconformidade das agendas das organizações LGBT’s e os projetos políticos de alguns parlamentares.

As negociações entre *agentes de enfrentamento e agentes de Estado* no processo de organização da corrida resultaram, ainda, na conquista do I Seminário Estadual de Direitos Humanos LGBT, porém não realizado devido ao enfraquecimento organizacional e o evidente desinteresse público dos órgãos públicos estaduais. Para o movimento social LGBT, o seminário poderia configurar como momento fundamental de interlocução com outros *agentes* do interior do Amazonas, possibilitando maior articulação política, tendo em vista que as dimensões geográficas, assim como as condições de locomoção e comunicação são reais obstáculos ao intercâmbio e mobilização da luta social.

Registre-se que em 2013 o Fórum LGBT Amazonas impetrou ação na justiça cobrando a efetivação de políticas públicas estaduais que dessem respostas ao pacto de enfrentamento à homofobia assinado em 2010 pelo Governo do Amazonas e os Ministérios da Justiça e Direitos Humanos. Após o processo eleitoral que resultou na reeleição de José Melo, o governo reorganizou as secretarias de Estado. Dessa reforma administrativa se originou a SEJUSC, sendo nomeada como secretária de Estado a assistente social Graça Prola.

Nessa pasta foi incorporada a Secretaria de Política para Minorias e Direitos Humanos.

Nesse processo de avanços, estagnações e retrocessos nas conquistas dos LGBT's, ênfase a realização do primeiro casamento coletivo LGBT do estado do Amazonas, realizado em setembro de 2014 no auditório da OAB-AM sob a coordenação da Comissão de Direitos Humanos LGBT da OAB-AM. Segundo *Themis* (2015), responsável pelo evento, o primeiro casamento coletivo do Amazonas, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contou com significativa procura por casais LGBT's. Cerca de oitenta pares pretendiam participar da cerimônia. No entanto, apenas quinze conseguiram formalizar a união, haja vista que muitos não preenchiam pré-requisitos documentais.

Todavia, o aspecto que mais provocou desistências foi o caráter de cerimônia pública, com intensa cobertura midiática. Essa modalidade de casamento provocou receios múltiplos nos noivos: muitos mantêm relações estáveis com parceiros e/ou parceiras de forma velada para as famílias – *armário*. A publicidade do casamento, em alguns casos, provocaria abalo à honra construída pelas famílias por questões variadas, principalmente por preceitos religiosos. Se junta a isso o fato de que, naquele mesmo período, ocorreu um ato de violência lgbtfóbica em casamento deste tipo na Região Sul do país.

O segundo casamento coletivo LGBT ocorreu no dia 22 de julho de 2015 e contou com quarenta e seis casais, sendo 37 de lésbicas, 7 de *gays* e 4 de heterossexuais. O evento, da mesma forma que primeiro, foi público, mas com determinadas restrições aos noivos, convidados e jornalistas, visando evitar qualquer tipo incidente lgbtfóbico e garantir acomodação a todos. O processo ritual dos casamentos coletivo LGBT/hétero não se distingue quanto aos aspectos formais, inclusive de indumentárias. Entretanto, fato que possivelmente tenha passado como natural pela maioria dos participantes do evento, para mim foi o que maior teve significado simbólico e político: a emoção, as lágrimas, principalmente no momento da afirmação dos compromissos do casamento perante a juíza, pareciam regra estabelecida no evento. A compreensão plausível ao choro incontido poderia estar vinculada à representação e à expressão de processo de conquista do direito ao reconhecimento formal. O casamento¹³, para os LGBT's reverberou em um

13 Mesmo como conquista baseada em interpretações da legislação, uma vez que não há lei aprovada no Congresso Nacional para essa união civil.

grito de liberdade, de autonomia e de igualdade de *status*.

Nacionalmente, o princípio do empreendimento de políticas públicas se deu no ano de 2003 em Manaus no Encontro Nacional GLBT. Esse evento foi um marco na efetivação de políticas públicas em âmbito nacional, principalmente na criação do *Programa Brasil sem Homofobia* promovido pelo Governo Federal (BRASIL, 2004). A consequência imediata para o movimento LGBT foi a conquista de uma rubrica e participação da organização na Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Essa secretaria se ocupa, especificamente, na promoção de políticas de enfrentamento da violência e em defesa dos Direitos Humanos LGBT.

A partir da conquista deste espaço, tornou-se possível a criação do Conselho Nacional LGBT. Nesse sentido, as conquistas desse período histórico nos permitem afirmar que na esfera nacional os LGBT's deram passos significativos, em especial no executivo federal e nas instâncias do poder judiciário, como o STF e o STJ. Por outro lado, no campo legislativo, as conquistas do movimento não avançaram em nenhuma das esferas parlamentares, seja federal, estadual ou municipal, salvo raras exceções.

Para a coordenação do movimento no Amazonas é imprescindível a demanda de formação de novos *agentes de enfrentamento*, lideranças que possam manter ativo o processo de luta social e política, na construção de uma mentalidade coletiva isenta de preconceitos como forma de se garantir direitos a esses povos. Caso contrário, há o receio de que o *movimento* perca sua força organizacional no futuro. Assim pontua Dinká:

Uma das coisas que se perceberam dentro do nosso planejamento, que a gente precisava fazer, era a formação de novas lideranças... Nós não somos líderes eternos. A gente vem de experiências de outros movimentos sociais, a gente percebe que tem que formar novos quadros, esses com qualidade; esses novos quadros precisam ser formados como líderes, pois líder não é líder sozinho, tem que comandar. Foi dentro desse princípio que a gente planejou a formação de nossas lideranças LGBT com 50 pessoas de lá, aumentou o quantitativo do fórum que antes era 12, passou a ser 23. (DINKÁ, 2013).

A dimensão da temporalidade e de existência impõe que as organizações estejam em constante reorganização e renovação de suas forças e, inequivocamente, a formação de novos líderes é tarefa elementar. Assim, somente dessa forma pode se garantir a manutenção do enfrentamento, ainda mais quando se leva em conta o avanço de forças punitivistas, patrimonialistas

e religiosas. Essas forças sociais têm produzido de forma crescente e visível adeptos de ideias fascistas e nazistas entre a juventude brasileira, primordialmente. Essas ideologias têm se configurado, inclusive, por práticas que têm escapado ao próprio campo político, em uma perspectiva em que Arendt (2014) situa como violência.

Já expus neste trabalho a relevância que o aspecto da saúde tem para os *agentes de enfrentamento*, inclusive tornando perene a participação de muitos deles nos fóruns de discussão e atuação das políticas de saúde. Todavia, o avanço produzido nesses últimos anos de atuação tem impulsionado muitos a se voltarem para a mobilização de enfrentamento às diversas formas de violência sofridas por LGBT's. Mesmo assim, a etnografia dos *movimentos sociais* demonstrou que algumas organizações e muitos *agentes de enfrentamento LGBT* mantêm como ponto central de suas ações projetos e programas específicos da área de saúde, muitas das vezes relativizando a existência de violência lgbtfóbica na cidade de Manaus. Essa constatação foi obtida por meio de entrevista realizada em 2014 com *Hipócrates*. Ele demonstrou que o combate ao HIV/AIDS é o grande desafio para este segmento. De forma mais abrangente, o movimento LGBT traz no bojo de suas bandeiras o desafio da assistência integral à saúde LGBT, reivindicando o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), o acompanhamento ginecológico das mulheres lésbicas e bissexuais, a hormonização, a redesignação, entre outros.

O movimento social LGBT tem encampado processos de enfrentamento em diversas outras frentes, participando ativamente das conferências de educação do estado do Amazonas e da capital. Em 2015, ano em que o Governo Federal determinou prazo para estados e municípios aprovarem os referidos planos de educação, dando sequência ao Plano Nacional de Educação (PNE), a Câmara Municipal de Manaus e Assembleia Legislativa se tornaram palco de confronto aberto entre grupos religiosos, notadamente da Renovação Carismática Católica (RCC), que reivindicavam a retirada dos termos que faziam alusão ao estudo de gênero ou sexualidade. Esses agentes políticos afirmavam que há no mundo a emergência de uma suposta *ideologia de gênero*¹⁴. Do outro lado, o movimento social LGBT, representantes de outros movimentos sociais, assim como intelectuais engajados, formam frente à discussão, defendendo a permanência de gênero e sexualidade como política pública para a educação. Os religiosos da *renovação carismática* nas duas casas legislativas estabeleceram

14 O termo ideologia de gênero foi cunhado pelos que se opõem às teorias que relativizam o aspecto biológico como definidor das identidades masculinas e femininas, bem como dos papéis sociais baseados no sexo. No Brasil, os movimentos religiosos têm promovido levante contra as discussões de gênero, em especial nas escolas.

confronto político e, de certa forma, espiritual, pois realizavam a chamada reza do terço nos momentos de intervalo dos debates.

Na Assembleia Legislativa, antes da votação do projeto, foi realizada a última audiência pública com intenso debate entre as partes. Os líderes religiosos mais uma vez falaram dos riscos à família e da suposta *ideologia de gênero* implantada nas escolas. No dia seguinte, os deputados retiraram a temática do Plano Estadual de educação. Na Câmara Municipal, até mesmo os vereadores que dias antes tinham participado de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos sobre violência contra LGBT's em Manaus e que tinham prestado solidariedade e negado qualquer tipo preconceito, seguiram na “defesa da família” e votaram pela retirada das políticas educacionais de gênero e sexualidade no Plano Municipal Educação. Em 2015, o vereador Marcel Alexandre, apóstolo da Igreja da Restauração, apresentou Projeto de Lei Municipal - PLM N° 389, no fim de 2015, vedando qualquer discussão de gênero e sexualidade na rede municipal de ensino, fechando possíveis aberturas deixadas pelo Plano Nacional de Educação aprovada naquele mesmo ano.

A violência que atinge cotidianamente os LGBT's em Manaus, sem dúvida, tem centralidade entre as diversas demandas e desafios do *movimento*, visto que os casos de lgbtfobia vinculados à violência *simbólica, moral e física* têm exigido dos *agentes de enfrentamento* constantes atuações que extrapolam àquelas do campo organizacional de pressão por políticas voltadas a garantir segurança aos LGBT's.

Na prática, esses *agentes* têm atuado até mesmo como força auxiliar na elucidação de homicídios. A ausência de legislação específica faz com que, na perspectiva do *movimento social LGBT*, crimes de lgbtfobia tenham que ser denunciados como assédio ou danos morais. Por parte do governo, as ações de defesa dos direitos LGBT são pontuais, mas ainda distante de se configurar como política de Estado. Assim, a realidade descrita é que no Brasil o número de homicídios

[...] é maior que uma guerra no Iraque, morre mais e para nós aqui no Amazonas a gente ainda não conseguiu dialogar mesmo de fato com o Governo do Estado e nem com a Prefeitura Municipal. (DINKÁ, 2013).

Para o *movimento*, a ausência de políticas públicas torna os grupos LGBT's vulneráveis a diversas modalidades de violência, sejam elas de ordem simbólica ou física. Assim, *Dinká* (2013) analisa os processos de violência que afetam os LGBT's:

[...] porque faço uma análise de três estágios: a violência psicológica, a violência moral e a violência física. Se for analisar, todo 'homossexual' brutalmente assassinado passou pelas essas duas até chegar a terceira e nem uma delas foi procurar seus direitos, mesmo criando ferramentas que seja pouco eficazes, exemplo o 100; ligo, faço a denúncia e tal, tal, mas meses depois chegou nos órgãos, meses depois será chamando e meses depois já foi assassinado... Então, a gente percebe que o Estado, ele ainda não chamou essa responsabilidade para ele, dizendo assim, se hoje a Dinká liga para disque 100 e disse hoje na rua da minha casa me agrediram, me chamaram disso e disso, e fui à delegacia e registrei o B.O. e a pessoa foi chamado rápido, talvez pare por aí, mas se for levar todo esse tempo, a gente não consegue. Então, assim, pra nós no Amazonas, temos dois fatores: o Estado que ainda não assumiu isso, e chamar a responsabilidade para ele, e criar mecanismo para coibir essa violência.

A violência é um problema social e tem uma gênese cultural na formação do Estado brasileiro, com forte carga de patriarcalismo, machismo e androcentrismo. A suposta visibilidade e aceitação dos LGBT's, a exemplo do espaço ocupado em telenovelas, não pode ser inferida como superação das marcas lgbtfóbicas brasileiras. O aparecimento de LGBT's em determinados setores da produção midiática pode provocar a sensação que há maior liberdade e que a superação do preconceito seja tratada como realidade. Se esse direcionamento de pensamento tivesse fundamento teríamos há muito tempo superado o preconceito e a exclusão social vivenciada por pobres e negros na sociedade. Pelo contrário, a inserção cada vez mais cotidiana de LGBT's na mídia pode servir como combustível das forças reacionárias para acirrar conflitos e reforçar estigmas.

O tema da violência contra os LGBT's no Amazonas, especialmente em Manaus, impõe-se como desafio do movimento como forma de aprimorar o processo de organização. Na avaliação do movimento, ainda há muito a ser feito quanto à aproximação dos *agentes sociais de enfrentamento* aos *agentes de resistência*. A seguir apresento dois espaços sociais, dentre tantos outros, em que se pôde observar a ineficiência organizacional e a vulnerabilidade social dos LGBT's em Manaus. O primeiro diz respeito ao fato de que o movimento não teve instrumentos que pudessem estabelecer proximidade com os

trabalhadores do PIM, desenvolvendo a formação de trabalhadores. Trata-se de um grupo bastante vulnerável, em que muitos são vítimas de homicídios, como *Hefesto*. Outro segmento profissional afetado pela violência no Brasil – e particularmente em Manaus – são os docentes, como no caso de *Baco*. Importante destacar que entre os docentes há pouca formação, rara discussão e quase nenhum engajamento desta categoria profissional ante os desafios dos LGBT's, restando somente ações pontuais advindas das pastas de educação do município e do estado. Por ser um espaço frequentado pela maioria da população, a escola poderia ser um espaço privilegiado de atuação dos Direitos Humanos LGBT, todavia, com as recodificações realizadas, estamos mais distantes dessa possibilidade nesse momento histórico brasileiro.

Considerando a clivagem na militância LGBT no Amazonas em 2014 e a migração de cinco representações de segmentos para a Aliança Amazonense LGBT¹⁵, outros desafios foram impostos ao grupo, como a reorganização das bases estratégicas de enfrentamento, a julgar que em 2014, 2015 e 2016 o movimento social organizado perdeu sua força organizacional, tornando pontuais suas ações.

A dinâmica de clivagens, ações públicas não programáticas, oportunistas e cooptadoras, a distância entre representantes e representados, interesses de ordem pessoal que se impõem aos interesses coletivos, vaidades e personalismos, disputas políticas mesquinhas, entraves na organização de encontros, sobrecarga de atividades dos militantes em outras áreas sociais, demandas de subsistência, condição geográfica da cidade e do estado, dificuldades de transporte e comunicação etc. são exemplos dos desafios que o movimento LGBT enfrenta no Amazonas.

3.3.2 Estado e “políticas públicas para LGBT's no Amazonas”: outro ponto de vista

A posição de *agentes de resistência e de enfrentamento* frente aos *agentes de Estado* não pode ser analisada de maneira simplista como conflito entre as forças progressistas e conservadoras. Muitos que atuam em órgãos de defesa dos Direitos Humanos e educação são LGBT's ou agentes que possuem vínculos históricos com a garantia dos direitos à cidadania destes segmentos, mesmo que haja exemplos em determinadas esferas do poder público que não obedecem a essa lógica.

Propedeuticamente podemos inferir que os *agentes de Estado* que atuam

15 CUT, ARTGAY, AGN, parte do setorial LGBT do PT e Orquídea LGBT.

diretamente no planejamento e implantação de políticas públicas para estes povos estão, em certa medida, em conflito com outras instâncias e outros *agentes de Estado*, fato que nos faz compreender o porquê de as políticas públicas serem incipientes, pontuais e instáveis nesse campo de atuação. Assim, a concepção de Estado aqui dialoga com perspectiva desenvolvida por Bourdieu como superação de perspectivas que o consideravam como ente dotado de neutralidade, teorizado por Hobbes, Locke e Leibniz, como fundamento que produz a integração lógica e produz a adesão à ordem moral postulada Durkheim, como detentor do monopólio da violência legítima defendido por Weber ou, ainda, na perspectiva marxista de aparelho coercitivo e mantenedor da classe burguesa.

Para Bourdieu (2014, p. 30; 38-39), mesmo que o Estado seja “[...] um princípio de produção de representação legítima do mundo social” ou que ostente a “[...] posse do exercício do monopólio da própria violência física e simbólica legítima”, ele não deve ser resumido a essas propriedades, haja vista “[...] que o Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis [...], é uma ilusão bem fundamentada [...], todas as frases que temos como sujeito, o Estado são frases teológicas”. Assim, Bourdieu (2014) afirma que adotamos comportamentos e hábitos como coisas óbvias, como o próprio calendário, as festas cívicas e os feriados. Além disso, Bourdieu (2014) não concebe o Estado como um bloco dotado de harmonia, mas como um campo, ou seja, o Estado se constrói numa conjugação de forças – geralmente por agentes notáveis – que possuem a capacidade de tornar interesses individuais ou subjetivos em questões públicas e universais. Assim, quando observamos na atualidade a condição de conflito entre os entes que compõem o Estado, entre os órgãos, setores e agentes que constituem o sistema político e administrativo no Brasil, podemos dimensionar a complexidade e o desafio de abordarmos, de forma empírica, sua estrutura e natureza.

3.3.2.1 Prefeitura e Câmara Municipal de Manaus: uma andorinha só não faz verão

Na seção anterior mencionamos o complexo cenário que implica a luta dos LGBT's pela conquista de direitos, considerando paradoxalmente as concepções formais do Estado moderno, que se fundamentaram, protologicamente, em princípios inalienáveis, como o da igualdade literalmente como formalismo lógico.

O caráter de formalidade dos fundamentos do Estado e as reações

conservadoras são pautas atuais no debate político no Brasil. Por exemplo, o poder legislativo no cenário nacional tem buscado rever algumas posições dos tribunais superiores – debate sobre novo o Código Civil – com nítido objetivo, evidentemente, de respaldar a ilegitimidade e a ilegalidade das uniões homoafetivas. Dessa forma, nesta etapa do trabalho teremos como objeto a posição de alguns *agentes de Estado* que desempenham funções públicas e atuam em políticas de Direitos Humanos, segurança pública e educação.

Considerando a dinâmica dos conflitos da luta dos movimentos LGBT's e o avanço neoconservador, este trabalho adota a hipótese de que o Brasil passa por um intenso conflito assimétrico. Por mais que seja notório o machismo, o androcentrismo e a lgbtfobia como forças motrizes das ações de violência, é plausível reconhecer que esses grupos marginalizados historicamente têm buscado formas de resistência e de enfrentamento. Assim como o estopim das inúmeras formas de organização desencadeadas na segunda metade do século XX, atualmente os LGBT's têm buscado superar a hegemonia que torna a heteronormatividade/cis o único modelo legitimado.

A administração municipal em Manaus desenvolveu até 2013 alguns projetos em que os *agentes* pudessem acompanhar, junto ao *movimento*, as reuniões e as atividades empreendidas pelo Governo do Amazonas e pelo Governo Federal. Eram *agentes* que trabalhavam na SEMASDH de Manaus e alguns agentes da SEMED. Entretanto, o que se evidenciou foi que apenas uma agente, servidora da SEMASDH, possuía sentimento de pertencimento à causa e conhecimento da problemática social dos LGBT's. No entanto, a partir do momento em que ela foi removida de setor, a SEMASDH deixou de acompanhar o trabalho desenvolvido pelos *povos* LGBT's. Não consegui nem mesmo informações sobre o trabalho da secretaria voltada para os LGBT's em Manaus: “quem poderia falar era fulana”. Ainda busquei contato com a agente, que me respondeu: “*Ah, eu não posso falar sem autorização da secretária e atualmente não me encontro mais lá*”. Isso foi o que ouvi daquela que seria a porta-voz da prefeitura.

Assim, na esfera municipal, coube aos setores como a Divisão de Ensino Fundamental (DEF), em especial a Divisão de Formação Continuada (DDPM) e Coordenação de Diversidade da Secretaria de Educação Municipal de Educação – SEMED as ações públicas municipais sobre a questão de gênero e sexualidade. Todavia, essa evidencia se trata mais de ações particulares de *agentes* públicos que possuem sensibilidade com a causa, ao invés de ações da Prefeitura de Manaus.

Na I Conferência Metropolitana de Direitos Humanos LGBT promovida

pela SEJUSC em parceria com o movimento social LGBT do estado do Amazonas, ocorrida em 16 e 17 de dezembro de 2015, a prefeitura fez-se representar pela Secretaria de Educação e pelo Secretário da Secretaria de Cultura (MANAUSCULT). Ambas as pastas possuem total legitimidade dentro do campo de ocupação de espaço LGBT, todavia, ficou patente que outros setores da administração pública municipal também deveriam estar presentes. Na III Conferência Estadual realizada nos dias 21 e 22 de janeiro de 2016, a participação foi restrita aos professores dos referidos setores da SEMED. Mesmo assim, os delegados eleitos que representariam a administração municipal na Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT em Brasília, realizada no período de 25 a 27 de abril, não tiveram suas passagens compradas pelo município e deixaram de participar do evento.

Expus nas seções iniciais que a solicitação encaminhada à SEMASDH com o objetivo de manter diálogo com seus gestores não foi respondida. As estratégias de agendar por meio de pessoas que tivessem acesso à secretaria foram sem sucesso. Conheci uma pessoa com condição de conseguir uma entrevista com a secretária ou com alguém que pudesse representar o órgão, no entanto, fui dissuadido de forma veemente: “*Não perde tempo, porque não há nenhum trabalho efetivo desenvolvido nesta área e conheço a secretária, ela não teria nada a acrescentar a tua pesquisa*”. Por mais que houvesse vontade de estabelecer contato e dialogar sobre esta temática, a fala incisiva me indicava não somente a visão que se tem da secretária, sobretudo, mas a total indisposição de intermediar uma audiência como forma de levantar dados para o trabalho.

A evidência que se tem, entretanto, é a ausência de políticas públicas na cidade de Manaus e que a participação de *agentes de Estado* da prefeitura junto aos movimentos sociais desses povos dá-se por concepções de caráter pessoal, subjetivo, e não como atividade programática de governo. Na SEMASDH, como vimos, bastou a mudança de setor da única *agente* que corroborava com a agenda LGBT para frustrar as tentativas de entrevistas para esta análise. Esse contexto me fez recordar à frase aristotélica de que “uma andorinha só não faz verão”. O exemplo da participação de educadores tem se notabilizado pelo enfrentamento que o campo educacional tem realizado frente às forças conservadoras que introduziram no espaço formativo a suposta teoria da existência da *ideologia de gênero*.

Em 2015 um servidor da Câmara Municipal de Manaus propôs à presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Manaus que se realizasse uma audiência pública para discutir as práticas de homicídios de

LGBT na cidade. A ideia se tornou proposição, foi aprovada no mês de maio do mesmo ano e a audiência pública foi realizada. A mesa foi composta por autoridades da Secretaria de Segurança Pública, por representante do poder judiciário, pela presidente da Comissão e por mim, que recebi a incumbência de apresentar um panorama da violência em Manaus. A audiência contou com a presença de cinco vereadores, do total de quarenta e um. Dos cinco, apenas um vereador era do sexo masculino. Presenciei discursos eivados de preconceitos e muita desinformação. Uma vereadora, que também é pastora, proferiu as seguintes expressões: “[...] eu não tenho preconceito, inclusive tenho um assessor ‘homossexual’, maravilhoso, que cuida de mim [...], levanta aí para povo te ver [...]”]; outra vereadora afirmou: “[...] temos que lutar contra a violência, afinal, eles também são seres humanos”. De todo modo, os vereadores que estavam presentes naquele momento se mostraram sensíveis à problemática da violência homicida em Manaus.

Poucos meses depois a proposta de Plano Municipal de Educação foi posta em pauta. No entanto, os mesmos vereadores que compareceram à audiência pública, fizeram coro aos demais vereadores, retirando da proposta os itens que estabeleciam que a educação municipal desenvolvesse práticas educativas com o objetivo de promover as questões de gênero e sexualidade. Os vereadores, ameaçados pelo plenário repleto de militantes religiosos, especialmente da RCC, discursaram e votaram em “defesa da família e das crianças”. Nesse espaço, nem uma andorinha sequer.

3.3.2.2 O Governo e a Assembleia Legislativa do Amazonas: política pública ou *cala-boca*¹⁶?

O Governo Amazonas até o ano de 2014 desenvolvia políticas para LGBT’s pela Secretaria de Justiça (SEJUS) e por meio do Centro de Combate à Homofobia Adamar Guedes. Todavia, a referida secretaria foi extinta em 2015 por meio da reforma administrativa do governador reeleito José Melo. Como consequência dessa reorganização administrativa, foi criada a partir de 2015 a SEJUSC, pasta que passou a assumir as atribuições que oficialmente a SEJUS desenvolvia.

16 No sentido de fazer calar o movimento, aquietar, silenciar e, de certa maneira, dar respostas ao Governo Federal. Em 2014 buscou causar boa impressão da cidade perante o público estrangeiro. Assim, como a seleção inglesa disputou um jogo em Manaus na primeira fase da Copa do Mundo, tornou-se pertinente o uso da expressão “para inglês ver” em determinado ponto dessa seção.

Entre as ações desenvolvidas no período coordenado pela SEJUS foi destaque a assinatura do termo de compromisso do governo estadual com a promoção da cidadania LGBT em 2010. Em 2013 também foi importante sua atuação, visto que naquele ano se registrou o aumento de casos de violência contra LGBT's, alguns marcadamente interseccionais. Naquele período, o Fórum estava recebendo denúncias de ameaças e atentados contra terreiros de Umbanda e Candomblé. Acompanhei a comitiva de *agentes de enfrentamento* LGBT junto com a representante da ARATRAMA. Eles foram recebidos pela ouvidoria da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP).

Durante a audiência, os movimentos denunciaram casos de violência, de forma que a secretaria apresentou projetos que já estariam em andamento. O primeiro seria a incorporação da identidade de gênero e sexualidade nos boletins de ocorrência nas delegacias, até o momento não efetivado. Segundo informações da pasta de segurança, o processo ainda está sob elaboração técnica no Programa de Dados do Amazonas (PRODAM). A inclusão dessas informações poderá, pelo menos, possibilitar a aquisição de dados oficiais em relação à violência contra LGBT's de forma mais segura.

A segunda iniciativa estaria no campo da formação policial. O ouvidor informou, por exemplo, de projeto que ofertaria formação aos agentes da SSP, visando à melhoria dos serviços da corporação, como as abordagens policiais às travestis. A formação seria em conjunto com diversas entidades que comporiam uma espécie de conselho na estrutura da própria Secretaria de Segurança, com representantes do *movimento social LGBT*. Todavia, a iniciativa não chegou a se concretizar.

Em 2014 a aprovação do direito ao uso do nome social dos LGBT's pelo Conselho Estadual de Educação se configurou como um ganho representativo no campo educacional. Essa conquista se efetivou pela ação de vários *agentes* ligados à defesa dos Direitos Humanos que compõem a estrutura do órgão. Dessa forma, a corrida do arco-íris realizada na avenida Coronel Teixeira em frente à Praia da Ponta Negra no mês de abril de 2014 foi um avanço no campo do reconhecimento social dos direitos dos LGBT's.

O Centro de Combate à Homofobia Adamor Guedes, criado na antiga SEJUS, foi redimensionado pela SEJUSC e passou a ser chamado Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos Adamor Guedes. O espaço físico inaugurado no mês de abril de 2016 tem por finalidade desenvolver trabalhos nas áreas da criança e juventude, mulheres, adolescentes, idosos e LGBT. O centro ainda incorporou as ações com imigrantes, de políticas ligadas às drogas, e pretende ser referência no combate ao tráfico de pessoas e do trabalho

escravo. Todavia, a própria SEJUSC reconhece que o estado do Amazonas não possui uma política nem de governo, quicá de Estado. Dessa forma a secretária da SEJUSC (2015) afirma:

O segmento LGBT, ele ainda não tem escrita, elaborada uma política ou um plano de Estado para essa 'população', nós estamos trabalhando a consolidação das três conferências que já houveram, vamos pra terceira agora, pra terceira estadual, estando consolidando isso e trabalhando isso como meta de um plano não de governo, plano estadual, um plano de governo para os 4 anos do governador Melo e vamos trabalhar algum documento de política de Estado. Nós encerramos agora a parte das etapas municipais, fazendo a Conferência Metropolitana, onde reuniu além de Manaus a região metropolitana e vamos estar indo pra estadual agora, 21 e 22 de janeiro. No estado do Amazonas ainda não temos uma política estadual para a 'população' LGBT, nem temos também ainda um plano estadual, estamos, enquanto secretaria, fazendo a consolidação das demandas que vieram das conferências, pra gente poder a partir daí estabelecer metas prioritárias pra compor o plano de governo, que é um plano de ação, e um plano decenal que garanta ou que subsidie uma política de Estado.

Assim, ela reconhece a ausência de políticas públicas específicas para LGBT's e acaba por externar o que Bourdieu (2014) classifica como processo mágico, ou seja, a possibilidade de uma vontade pessoal transformar-se em um valor ou ação de Estado. Dessa forma, mesmo que se possa afirmar que o estado do Amazonas não pode ser classificado como uma exceção aos demais estados brasileiros, existem alguns *agentes de Estado* que produzem determinado sentimento em relação aos *agentes de enfrentamento*, o que evidencia uma real parceria entre o ente governamental e as organizações de segmentos LGBT's. Neste sentido, as práticas de governo podem ser caracterizadas mais como um sinal de contradição dentro das estruturas do poder governamental de que uma prática hegemônica do estado do Amazonas. A secretária executiva da SEJUSC (2016) explicita seu compromisso como gestora:

Enquanto gestora na Secretária de Direitos Humanos, nós temos o compromisso de combater qualquer tipo de violação de direitos, seja da lgbtfobia, seja só das mulheres, seja de quem for, qualquer ameaça ou violação de direito a esse segmento é nossa meta, é nossa missão está combatendo e enfrentando. Agora, também como profissional, eu vejo que na verdade cada um tem o direito de escolher aquilo que lhe convém tanto do ponto de vista profissional, emocional, quanto pessoal; a partir dessas escolhas, ele vai também aprender a lidar com as delícias

e o sofrimento de ser o que é, já dizia o Caetano Veloso... Na verdade eu entendo dessa forma, o livre arbítrio, ele é inerente, e é um direito da pessoa, seja ele homem, mulher, lésbica, gay, seja o que for. Agora, ele precisa respeitar tanto os direitos dos outros quanto ter também respeitados seus direitos. É a minha posição como gestora, como profissional e como cidadã é essa.

A *agente de Estado* que assumiu a secretaria em janeiro de 2015 demonstrou posição clara de compromisso com a pauta LGBT, todavia, é inegável o radical corte de recursos destinados a determinadas áreas de atuação do governo estadual. Foi emblemático durante a realização da entrevista, marcada por diversas interrupções, que duas delas tenham sido para explicar a outros *agentes de Estado* a real situação dos recursos públicos para tocar projetos desenvolvidos pela SEJUSC. Esse processo é estampado na fala de outra *agente de Estado* ao afirmar que “[...] *quando é para nós LGBT’s, nunca tem recurso, para outros setores aparece recurso, quando a gente precisa, nunca tem*”. Ganhou visibilidade a falta de recursos destinados a políticas da SEJUSC, por exemplo, na II Mostra de Direitos Humanos LGBT realizada no mês de maio de 2016. Nesse evento, seque foi possível confeccionar as placas dos homenageados. A solução encontrada pelos organizadores foi imprimir certificados em folha de papel A4.

As contradições apresentadas de forma pontual servem para percebermos a dimensão dos desafios e conflitos que os *movimentos sociais* enfrentam. Também é importante considerar que os *agentes de Estado* que desenvolvem ações na área de Direitos Humanos se deparam com conflitos internos com outras instâncias governamentais e legislativas. Os conflitos são de diversas ordens. Podemos citar o antagonismo de concepção sobre violência lgbtfóbica, demonstrado quando analisamos o discurso proferido por agente da Delegacia Geral de Homicídios – SSP frente à posição da SEJUSC (2016):

[...] nos órgãos de polícia, se você for fazer uma varredura, você vai ver que nenhum dos 23 assassinatos tem na sua pertinência nenhum registro indicando alguma prática ‘homofóbica’; a grande maioria dos registros se dá, ou é homicídio doloso ou culposo, por questão passional ou questão de drogas, acerto de contas ou então latrocínios, mas não tem – mesmo sendo latrocínio ou homicídios doloso ou culposo – nenhum registro pertinente à questão da ‘homofobia’. Acho que a gente tem que começar a trabalhar junto às autoridades policiais esse esclarecimento, apesar de que com certeza eles têm, os delegados de polícia, mas não o fazem por uma questão de pouco caso e até mesmo uma questão de se aprofundar nas diligências. A outra questão seria a formação continua-

Violência contra LGBT: resistência e enfrentamento

da dos trabalhadores da polícia, seja ele militar ou civil, pra poder estar vendo e verificando essa situação, se nós fomos verificar por dentro esses crimes, nada indica que é ‘homofóbico’.

A questão passa, portando, por uma definição teórica, uma vez que na audiência pública de junho de 2015 realizada na Câmara Municipal de Manaus esta percepção foi externalizada pelo delegado titular da Delegacia Especializada em Homicídios: *Até o momento, contabilizamos dez homicídios de homossexuais, nenhum deles tem relação com crimes “homofóbicos”*. Portanto, o desafio do *movimento social LGBT* passa também pelo campo intelectual no sentido da produção de conhecimento que possa evidenciar aquilo que está subjacente aos crimes contra LGBT’s, a lgbtobia. Quanto ao poder público estadual, se não se pode falar de uma política consistente voltada a estes *povos*, pelo menos podemos descrever etnograficamente *alguns cala-bocas*.

3.3.2.3 Governo Federal x Congresso Nacional: uma descrição de práticas antagônicas

As políticas públicas voltadas para os LGBT’s emergidas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994) tiveram força propulsora, notadamente, a partir governo Lula (2003) por meio do programa *Brasil Sem homofobia*. A partir desse momento a agenda de direitos LGBT ganhou espaço consistente e sistêmico. A política tem sua fundamentação nas demandas do movimento social LGBT pautada na promoção da inclusão aos programas de saúde pública, mercado de trabalho e combate às várias formas de preconceito e violência. A garantia de representação na Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência de República, possibilitou o empreendimento de projetos e ações em âmbito nacional para os *povos LGBT*.

São exemplos desse período a organização e a realização das conferências que iniciaram em 2008 como um espaço de reflexão, discussão e proposição de políticas para os LGBT’s. Importante considerar que já existiam os encontros nacionais desde a década de 90. A implantação dessas conferências pode ser interpretada como um processo de empoderamento do *movimento LGBT*.

A I Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT teve como tema *Direitos humanos e políticas: caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais* e contou com a presença do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em decorrência dessa conferência, em 2009 foi lançado o I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos

Humanos LGBT, documento que estabeleceu 51 diretrizes e 180 ações a serem implementadas na proteção dos direitos dos povos LGBT's. Nesse mesmo ano foi criada a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da então SDH, órgão ligado à Presidência da República.

Em 2010 foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, assim como ficou instituída a data de 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Em 2011, no primeiro governo de Dilma Rousseff, a decisão de incluir os LGBT's no disque 100 – canal de denúncia de quaisquer violações dos Direitos Humanos – além de representar uma conquista a estes povos, contribuiu para a construção de dados sobre violência LGBT. Outra conquista ainda em 2011 foi a criação da Política Nacional de Saúde Integral da “População” LGBT.

Em 2011 foi realizada a II Conferência Nacional LGBT com o tema *Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*, cujo foco do debate foi a relação entre vulnerabilidade dos LGBT's frente à exclusão social, à pobreza e à miséria com a pauta voltada ao alinhamento de políticas de identidades ou de reconhecimento e políticas de redistribuição ou de classe – interseccionalidades. Em consonância com as demandas definidas pela Conferência em 2012, o Governo Federal criou o comitê técnico de cultura LGBT, elaborou o primeiro relatório de violência homofóbica referente aos anos 2012 e 2013 e lançou o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT (2013), resultando na criação do Comitê Nacional de Políticas LGBT.

A III Conferência realizada em 2016 intitulada *Por um Brasil que criminalize a violência contra LGBT* levantou questões que dizem respeito à construção de estratégias que visam coibir a lgbtfofia e a violência. Discutiu também sobre a promoção de direitos ligados à educação, à comunicação, à cultura e aos Direitos Humanos.

A atuação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação tornou-se aparato de implementação de políticas públicas para os LGBT's. Uma destas se deu com a assinatura da Resolução Conjunta nº 01, de 15 de abril de 2014, em parceria com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica. Os princípios estabelecidos por *Yogyakarta* no que diz respeito à aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos sobre a orientação sexual e identidade de gênero indicam, em seu artigo 1º: “Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil.” (BRASIL, 2014, p.

2). No parágrafo único: “Para efeitos desta resolução, entende-se por LGBT a população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais [...]” (BRASIL, 2014, p. 2, grifo nosso).

A resolução, composta por doze artigos, estabeleceu direitos de LGBT’s encarcerados, como o direito ao nome social para travestis e transexuais, espaço de vivência específico quando houver necessidade, assim como a possibilidade de os transexuais serem encaminhados para unidades prisionais femininas. No caso de travestis ou transexuais, tornou-se facultativo o uso de roupas masculinas ou femininas, conforme o gênero, a manutenção de cabelos compridos com vista a garantir as características secundárias de acordo com sua identidade de gênero. Garantiu também o direito à visita íntima para LGBT’s em situação de privação de liberdade nos termos da Portaria MJ N° 1190/2008. Estabeleceu a atenção integral à saúde conforme os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Determinou que travestis, mulheres e homens trans, em privação de liberdade, têm direito à manutenção do seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico. Por fim, buscou resguardar a igualdade de condições e o acesso ao benefício do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado recluso, inclusive ao cônjuge do companheiro do mesmo sexo.

Em entrevista realizada com o secretário da SEAP, obtive a informação de que o Amazonas está distante de atender aos parâmetros dessa resolução. A Secretaria de Administração Penitenciária sequer sabe a quantidade de LGBT’s encarcerados no estado. Assim, temos que Resolução Conjunta n° 01/2014 representa verdadeira conquista na política de Direitos Humanos LGBT, todavia, sua não efetivação contribui na compreensão da distância entre a aprovação de resoluções e a verdadeira efetivação e eficácia dos direitos assegurados por elas. Neste sentido, *Themis* (2016) comenta:

[...] e nisso eu calo a boca da sociedade, por exemplo, foi feito um protocolo de uma lei que dizia o seguinte: o sistema da polícia ia mudar, quando a pessoa identificar se houve ‘homofobia’ ou não, ela tem que se intitular LGBT. O cara jurou pra nós desde a corrida do arco-íris que isso já estava documentado e funcionando, não funciona, eu não consigo tirar uma estatística de ‘homofobia’, eu não tenho esse campo funcionando. Eu tive situações na delegacia que nem os delegados conhecem a carteira de nome social, eu tive ‘um’ travesti que foi ‘agredido’ e preso por dever pensão alimentícia e não aceitaram aquela carteira, foi ‘destratado’ dentro da penitenciária e quando a gente chegou lá eu fiz trocar o processo inteiro, tá aqui a carteira, tá aqui a portaria, isso vai ser todo modificado para o nome ‘dele’ social; se ‘ele’ apresentou, isso

modificou-se, você e seu secretário de segurança não te informaram? Então, eu sinto muito, mas isso está em vigor, tá aqui a portaria publicada e tudo. Você tem que ter o conhecimento de tudo. Ele disse: a gente nunca recebeu sequer a informação de que isso de fato existe, que é outro cala-boca, pois tem uma identidade civil nacional, porque eu criei uma diferenciada rosinha dizendo que é nome social e ainda não deu publicidade, pra mim ela só faz separar mais ainda.

Outro dispositivo do CNCD/LGBT que marca o processo de luta pelos direitos dos LGBT's diz respeito à edição da Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil. De acordo com o documento, esses dados deverão ser informados no momento do preenchimento do B.O. pela autoridade policial. Em momento anterior registrei que o “novo” modelo de B.O. que conteria esses itens identificadores da orientação sexual e da identidade de gênero permanece na PRODAM desde 2013.

Em 2015, a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015 da CNCD, estabeleceu no artigo 1º:

Deve ser garantido pelas instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Neste caso, o estado do Amazonas, por meio do Conselho Estadual de Educação, antecipou-se e aprovou a Resolução nº 33/2013. Nela, o art. 1º resolve:

Determinar às escolas que compõem o Sistema Educacional do Estado do Amazonas, em respeito ao direito constitucional de todos à educação, à dignidade humana e à diversidade social, que incluam o nome social de travestis e transexuais, nos registros escolares internos, cumprindo o parágrafo deste artigo [...].

A compilação demonstra que no plano do poder executivo federal diversos avanços referentes às exigências das organizações sociais LGBT's foram concretizados. Todavia, não é possível afirmar a mesma coisa quando nos referimos ao Congresso Nacional.

O conflito existente entre os defensores dos Direitos Humanos e os representantes de alas mais conservadoras, aqui classificados como *punitivistas, patrimonialistas e religiosos*, tem se configurado, no campo legislativo, como luta assimétrica, visto que nenhum projeto de lei que assegure direitos aos LGBT's tem logrado êxito. Pelo contrário, nos últimos anos entraram em pauta iniciativas com claro viés autoritário e de retrocesso social.

A senadora Marta Suplicy, atualmente no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi precursora da luta pelos direitos e defesa dos LGBT's. Na esfera do poder legislativo federal, a então deputada apresentou o Projeto de Lei 1151/1995 o qual disciplinava a união civil entre pessoas do mesmo sexo. O projeto alterava as Leis 8.112/1990 e a 6.815/1980. Todavia, o projeto nunca foi votado em plenário na Câmara Federal e, em maio de 2001, foi retirado da pauta por meio de acordo entre os líderes partidários. Em 2006, já como senadora, apresentou o Projeto de Lei Nº 612 de 2011, que versava sobre a alteração dos arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil. Essa modificação no Código Civil visa trazer segurança jurídica e reconhecer como legal a união estável entre pessoas do mesmo sexo. O projeto tramita lentamente no Senado Federal e em 2015 chegou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Em 2006 a deputada federal Iara Bernadi (PT) apresentou o PL 122 que tornava crime a “homofobia”. Essa proposta alteraria a Lei 7.716 de 1989, em relação à tipificação dos crimes que resultam do preconceito de raça ou cor, e propunha nova redação ao § 3º do artigo 140 do decreto Lei Nº 5.452 de maio de 1943. O Projeto de Lei foi arquivado em dezembro de 2014 ao fim da legislatura.

No ano de 2013 os deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PT/DF) apresentaram o Projeto de Lei Nº 5.002/2013 que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. Esse projeto foi intitulado como Lei João W. Nery. O projeto postula em seu artigo 1º e 2º, respectivamente:

Toda pessoa tem o direito: I – ao reconhecimento de sua identidade de gênero; II – ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero; III – a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s pronome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles; Entende-se por identidade de gênero a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo. (BRASIL, 2013, s.p.).

Este projeto iniciou sua tramitação pelas comissões da Câmara Federal em fevereiro de 2014 e, no mês de maio de 2016, recebeu parecer favorável da CDHM. Atualmente encontra-se à disposição para votação em plenário. No entanto, com a atual conjuntura política e a força das corporações conservadoras que atuam no parlamento federal, sua aprovação é improvável.

No ano de 2014 a deputada Maria do Rosário (PT) propôs o PL nº 7.582/2014 que criminaliza a violência contra os povos LGBT's. Esse projeto define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los nos termos do inciso III do artigo 1º c/c com o art. 5º, caput, da Constituição Federal:

Artigo 1º Esta Lei define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los; Artigo 2º Toda pessoas, independentemente de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas as oportunidade para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social; Artigo 3º Constitui crime de ódio a ofensa a vida, a integridade corporal, ou a saúde de outrem motivada por preconceito ou discriminação em razão de classe, origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência. (BRASIL, 2014, s.p.).

Este projeto, desde sua proposição na Câmara Federal, tem sido alvo de combate por parte dos parlamentares contrários aos Direitos Humanos LGBT's. Após ser aprovado em julho de 2014 na CCJ, ele foi arquivado pela Mesa da Câmara em janeiro de 2015. No dia 02 de fevereiro a proponente apresentou requerimento de desarquivamento da proposição nº 223/2015. No dia 10 do mesmo mês o projeto é desarquivado e, no dia seguinte, o então deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) apresentou requerimento de redistribuição nº 510/2015 solicitando novo despacho para a apreciação do PL 7.582/2014 pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pedido deferido pela Mesa da Câmara no dia 25 de fevereiro. No dia 28 de agosto a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) solicitou que fosse incluída no despacho inicial do projeto. Em 23 de outubro de 2015 a CDHM designou o deputado Paulo Pimenta (PT) como relator deste Projeto de Lei.

Inegavelmente, a introdução da pauta de reivindicações LGBT representa avanço, uma vez que estes grupos organizacionais vêm ocupado cada vez mais

espaços nas esferas de poder. Todavia, é pertinente que a afirmação identitária e o processo de organização política resultaram na efetiva reação das organizações sociais vinculadas ao conservadorismo brasileiro, ocasionando no recrudescimento de conflitos morais e na disputa pelo direito.

O reflexo desse conflito tem no PDL 234/2011 um exemplo concreto. O PDL proposto pelo deputado federal João Campos (PSDB/GO) ficou conhecido como projeto de “cura gay”. Ele visava sustar o parágrafo-único dos artigos 3º e 4º da Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que normatiza a ação dos psicólogos sobre a orientação sexual. A aprovação do PDL autorizaria aos psicólogos o tratamento dos LGBT’s como pessoas desviantes, portadores de patologia. Essa abertura poderia gerar iniciativas como a implantação de políticas via SUS de tratamento LGBT.

Em outubro de 2012 a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) propôs a realização de audiência pública para debater o teor do projeto. Em 19 de fevereiro, a mesa diretora da Câmara acatou a proposição da CDHM para que ela fosse incluída na discussão da proposta, obrigando a CSSF a devolver o texto à CDHM até 22 de fevereiro de 2013. Em março do mesmo ano o deputado Anderson Ferreira (PR/PE) assumiu a relatoria do PDC. No dia 26 de abril o relator deu parecer favorável à aprovação e os deputados Simplício Araújo (PPS/MA) e Marcos Rogério (PDT/RO) requisitaram novo pedido de vistas. Simplício Araújo votou em separado e o PDC foi aprovado, sendo encaminhado à Coordenação das Comissões Permanentes (CCP) em 28 de junho de 2013. No dia 02 de julho de 2013, o autor do projeto apresenta requerimento de retirada da proposição sob o nº 8100/2013. O arquivamento do PDC produziu certa trégua, considerando que este projeto produziu o acirramento de conflitos entre os grupos favoráveis e contrários à aprovação. O embate ganhou maior visibilidade no momento que o deputado pastor Marcos Feliciano assumiu a presidência da CDHM e garantiu a aprovação do PDC nesta comissão.

O PDC 234/2011 em si não representou a grande força de reação contra a busca por igualdade de *status* e reconhecimento dos LGBT’s, mas a ela se juntou outras formas de impedimento da afirmação das orientações sexuais e de identidade de gênero de acordo como decorreu nas aprovações nos entes federados em relação aos PNE’s. Além disso, a criação de obstáculos à aprovação de legislações que amparem e resguardem os direitos dos LGBT’s é outra forma de atuação desses segmentos conservadores que reagem negativamente às políticas de identidade LGBT.

3.3.2.4 O campo judiciário e o papel da OAB no Amazonas: o direito como inclusão e como regulação moral

As reflexões sobre ganhos, desafios e conflitos LGBT no âmbito da federação está relacionado ao campo jurídico. Nesse sentido, a decisão do Supremo Tribunal Federal em 2011 de reconhecer o registro das uniões estáveis de casais homoafetivos atendendo a representações de LGBT's no Ministério Público Federal se configura como um exemplo positivo de *enfrentamento* realizado por agentes de *resistência*. O direito à união estável representou a conquista de 112 direitos aos LGBT's no Brasil. O STF pautou sua decisão no Artigo 3º e 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988, s.p.) que em seu inciso IV postula “Promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e que “[...] homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

Merece reflexão, todavia, se a institucionalização do matrimônio não representa uma espécie de moralidade conservadora dentro de um movimento que se notabilizou pela transgressão, o que nos levaria a pensar que a luta por direitos de igualdade de *status* não passaria de uma acomodação aos ditames culturais contemporâneos. Nesse sentido, as chamadas igrejas inclusivas teriam papel fundacional de uma nova moral e que, pelo simples fato de tratar-se de moral, traria em si elementos conservadores. Sobre essa questão Carrara (2015, p. 333-334) afirma:

Tome-se como exemplo a possibilidade do pleno reconhecimento legal das relações entre pessoas do mesmo sexo. De modo geral, no universo das religiões cristãs, casar duas pessoas do mesmo sexo continua a ser visto como uma subversão da própria instituição do casamento. Porém, em face das crescentes pressões em relação à democratização da lei do casamento civil, passo crucial do processo mais amplo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero, a teologia cristã vai se transformando. Pode muito bem, como já acontece em algumas igrejas chamadas de ‘inclusivas’ reinterpretar o significado de ‘reprodução’, justificativa fundamental do casamento, deslocando seu sentido do eixo biológico para o eixo social. O problema passaria a ser então o sexo socialmente ‘estérril’, ou seja, aquele que não produz laços ou vínculos afetivos estáveis, perdendo-se no êxtase da ‘promiscuidade’. Aliás, é importante ressaltar como a ‘promiscuidade sexual’ apresenta-se hoje como forte candidata a ser uma espécie de ‘categoria-ponte’ entre formulações da moral sexual cristã e o ‘novo’ regime secular da sexualidade.

No decorrer de minhas atividades de campo, em especial nas reuniões do Fórum LGBT Amazonas, o discurso marcado pelo regramento da linguagem, dos comportamentos sexuais dos líderes LGBT's eram cotidianos. Isso significa que a busca por direitos sociais pode implicar em determinada adequação a certos ditames morais. Dessa feita, diante da Resolução do STF, a OAB Seccional Amazonas tem promovido desde 2014 o casamento coletivo em Manaus. Esse processo de inclusão da pauta LGBT se dá com a superação da concepção de ação de Direitos Humanos da OAB-AM, que anteriormente atuava basicamente nas penitenciárias. Desse amadurecimento, abriram-se espaços para mulheres, crianças, negros e LGBT's. Dessa forma, a Comissão da Diversidade da OAB/AM foi criada em setembro de 2013 e tem atuado junto ao movimento social LGBT, acompanhando situações de preconceito e violação de direitos. A assessoria da OAB-AM se torna fundamental, uma vez que muitos LGBT's não possuem acesso a um advogado e a Defensoria Pública do Estado apresenta dificuldades em acompanhar as demandas sociais da população hipossuficiente. Dessa atividade apareceu a demanda pela realização dos casamentos coletivos:

Veio da necessidade de pessoas mais próximas e da gente ouvir o tratamento diferenciado nos cartórios, então, o que acontecia e pedi a habilitação forçada para conseguir transformar a união estável em casamento, depois da mudança toda que teve pelo STJ, pela corregedoria e todo mundo aprovando a transformação imediata, que o Ministro Barbosa conseguiu definir, se eu digo que é igual e que tem direito a união estável é obvio que eu tenho direito a transformar isso em casamento. Casamento no sentido de contrato que dar direitos civis; [...] eu tive casos em 2014 de pessoas que o companheiro ficou doente, internado no 28 de Agosto, mas o companheiro não pôde entrar porque não tem uma declaração de união estável, você não é parente, você não é nada, você não é casado, você fica aí fora, tem que chamar pai e mãe que mora longe pra vim atender uma emergência e você não pode falar pela aquela pessoa, você não é reconhecido civilmente como uma pessoa capaz de defender uma pessoa que você vive há 20 anos. Isso causava traumas terríveis, as pessoas que procuraram o casamento e que chegaram o final da habilitação, tinha gente que já tá casada há 15, 20, 30 anos, casaram 12 LGBT's e um hétero e o hétero também com mais de 30 anos. (THEMIS, 2014).

O número de casais não foi maior, como afirmamos anteriormente, por falta de documentação, impedimento no caso de pessoas que continuavam casados e por receio de exposição e violência, como caso que ocorreu no Rio Grande do Sul. A promoção do casamento coletivo foi marcada por várias

formas de preconceito velado, todavia, o mais cruel deles aconteceu com a própria organizadora do evento: “[...] eu tive dezenas de contratos que foram cancelados, pela minha exposição, eles não querem um advogado envolvido em causas LGBT’s.” (THEMIS, 2015).

Os casamentos de 2014 e 2015 foram realizados na sede da OAB/AM, e foi o primeiro casamento coletivo LGBT/HÉTERO celebrado nas dependências de uma associação de classe. Essa iniciativa foi copiada para todos os estados do Brasil e colocou o Amazonas como referência a ser seguido por outras seccionais da Ordem dos Advogados. Decorre dessas ações que setores do judiciário têm dado respostas às demandas sociais, mesmo quando não há legislação específica para tal fim:

[...] a gente fez uma manobra jurídica para que o casamento LGBT fosse reconhecido; ele foi feito de uma colcha de retalhos, nós juntamos vários pedacinhos, terminamos com a decisão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) [...] agora, se o Congresso chegar a botar uma lei dizendo que é proibido casar, acabou. (THEMIS, 2015).

O arranjo jurídico ocorreu no STF sob a presidência do ex-ministro Joaquim Barbosa e atendeu aos pedidos vinculados aos direitos de LGBT’s que viviam em uniões estáveis. Quando o Supremo atendeu ao pedido de um casal versando sobre plano de saúde, no dia subsequente havia 73 processos peticionando o mesmo direito. Este fator, inequivocamente, impôs decisão mais abrangente.

DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA: INSTAURAÇÃO DO MAL E DO CONFLITO

Postula-se nesse trabalho que o combate à violência que afeta os LGBT's em Manaus produziria a capacidade de construção do sentimento de pertencimento e funcionaria como dispositivo de controle. Dialeticamente, colocaria os *povos* LGBT's em luta pelo reconhecimento e garantia de igualdade de *status*. Partindo do princípio do conflito instaurado pelo domínio do campo da moral e do direito em que parte específica da sociedade pretende estabelecer o padrão ideal conservador da hegemonia de sexo e de gênero a partir do modelo unitário hétero/cis e, de outro lado, os que defendem o princípio da diversidade e da liberdade construtiva das identidades, este trabalho de pesquisa apontou para as múltiplas formas de luta ao atribuir a todos os LGBT's um tipo de agência.

A visibilidade que a violência adquiriu nos últimos anos se transformou em importante pauta do movimento LGBT em âmbito nacional, fato que determinou o tema da III Conferência Nacional LGBT realizada em abril de 2016 em Brasília, com o tema *Por um país que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. O evento pôs em debate as propostas advindas dos estados da federação sobre a temática e, ao fim, selecionou os pontos comuns e prioritários que compuseram o relatório conclusivo do evento com o fito de balizar as reivindicações e as políticas públicas no país.

A conferência pautou-se a partir de quatro eixos temáticos organizados da seguinte forma:

- Eixo I. Política intersetorial, pacto federativo, participação social e sistema nacional de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a “população” LGBT.
- Eixo II. Cultura, educação e comunicação em Direitos Humanos;

- Eixo III. Segurança pública e sistema de justiça na promoção e defesa dos Direitos Humanos da “população” LGBT.
- Eixo IV. Marcos jurídicos para o enfrentamento à violência contra a “população” LGBT.

A construção desse documento que explicitou os anseios dos LGBT’s ocorreu em dois momentos no Amazonas, tendo como recorte a realização das conferências municipais e da conferência estadual. Devido às dificuldades organizacionais do movimento social LGBT e a ausência de políticas públicas das prefeituras municipais e do governo estadual, somente Eirunepé, no Alto Juruá, e Manaus (na condição de região metropolitana) realizaram suas conferências. Cabe ressaltar que a conferência no município de Eirunepé só se realizou em virtude da presença de um *agente de enfrentamento* que estava residindo naquele município por ser professor do quadro da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Para as conferências metropolitanas e estadual, recebi convite para realizar a palestra preparatória das discussões do eixo 1. Assim, a participação nas conferências, a qual compreendeu minha última atividade de campo, deu-se em âmbito estadual na condição de conferencista, fato que me fez perceber a dinâmica do movimento sob um ponto de vista bem delimitado. Entretanto, quanto a minha participação na conferência nacional, como expectador anônimo¹, essa experiência me proporcionou compreender a dinâmica do movimento LGBT em outra perspectiva.

Nela, além de contar com 919 participantes (com 845 delegados), ainda foi realizada simultaneamente a conferência dos idosos, deficientes e da criança, o que nos possibilitou conviver e trocar experiências por três dias com milhares de militantes de diversos campos de todo o país.

A síntese da III Conferência organizada por eixos temáticos traz em seu bojo uma gama de propostas que objetiva o reconhecimento dos direitos dos *povos* LGBT em várias dimensões sociais. São proposições de construção ou aperfeiçoamento de políticas no campo da saúde (IST’s – Infecções sexualmente transmissíveis, HIV-AIDS, hepatites virais, democratização ao acesso de processo transexualizador, hormonização, dentre outros), de políticas de cultura, educação, emprego, renda e também na criação de novos marcos jurídicos.

¹ Esse foi meu primeiro evento LGBT em âmbito nacional.

A violência permeia de forma generalizada as propostas de políticas de inclusão dos LGBT's brasileiros: de forma implícita por meio de termos como vulnerabilidade, extermínio, exploração, violação, intolerância, crimes, segurança pública, discriminação, ódio, vítimas, feminicídio, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia etc. e, de maneira explícita, vinte e três propostas que tratam a categoria violência como tema central e que devem ser efetivadas em todos os espaços públicos e sociais.

Eixo 1: Política Intersetorial, Pacto Federativo, Participação Social e sistema nacional de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a 'população' LGBT:

Proposta 05

Garantir a implantação e implementação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à **Violência** contra 'população' LGBT, fomentando nos estados, no Distrito Federal e nos municípios a adesão com repasse de recurso da União e complementação orçamentária do ente local para a criação e manutenção de todas as estruturas (coordenações, conselhos e centros de cidadania) que compõem o referido Sistema, garantindo atendimento integral, benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento das exclusões sociais e violências cometidas, no sentido de subsidiar políticas públicas para a 'população' LGBT, com garantia de orçamento gerado a partir da criação de fundos federal, estaduais e municipais da política LGBT.

[...]

Proposta 06

Promover articulação e pactuação entre órgãos públicos da União, dos estados e Distrito Federal e com representantes do Conselho Nacional LGBT para a constituição do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento a **Violência** contra População LGBT, estabelecendo estratégias de formação continuada para gestores públicos e agentes públicos envolvidos na implementação do Sistema Nacional.

[...]

Proposta 8

Implementar centros de promoção da cidadania LGBT em todo o território nacional, com o objetivo atender vítimas LGBT discriminadas e garantir seus direitos, os quais deverão (1) prestar atendimento jurídico, psicológico e social a pessoas LGBTfobia, vítimas de **violência**, preconceito e discriminação, assim como seus familiares (2) ter suas ações monitoradas e consolidar dados sobre atendimentos e encaminhamentos das vítimas de LGBTfobia e (3) diagnosticar e tornar público os dados de **violência** e discriminação contra a 'população' LGBT.

[...]

Proposta 21

Criar e implementar uma Rede Nacional de Promoção de Direitos LGBT a partir da articulação entre serviços de ministérios importantes para a pauta LGBT, aprimorando os serviços nos municípios, em delegacias, serviços de saúde, sistema educacional, penitenciário e fomentando a criação de casas de apoio e abrigos para jovens e adolescentes, com profissionais capacitados sobre orientação sexual, identidade de gênero e combate à discriminação e à **violência** contra LGBT, investindo, por meio de edital específico, com apoio da União, em centros de referência LGBT nos estados, no Distrito Federal e em municípios para que possam dotar essa rede de equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais, assistência jurídica) para acolhimento e encaminhamento.

Proposta 22

Fortalecer, com reconhecimento das múltiplas identidades de gênero, a rede de proteção à **violência** contra mulher.

[...]

Proposta 29

Criar o Observatório Nacional da Política LGBT, com recorte de gênero e raça e com financiamento da União em parceria com núcleos de Direitos Humanos das universidades federais, institutos de pesquisas e outras instituições, para levantamento sobre a **violência** sofrida pela 'população' LGBT, objetivando subsidiar políticas públicas federais, de modo também a apoiar a criação de linhas de pesquisas permanentes na CAPES e no CNPq.

[...]

Proposta 49

Propor ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a elaboração de diretrizes curriculares no sistema de educação básica e superior, voltadas à inclusão da temática gênero, LGBT, diversidade sexual e identidade de gênero na agenda escolar, a fim de colaborar para a promoção do reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero e para a prevenção e eliminação das **violências** sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no ambiente escolar.

[...]

Proposta 59

Criar observatórios estaduais públicos permanentes da **violência** contra LGBT e intersexuais, que tenham garantia de recursos públicos para geração, registro e disseminação de dados e promoção dos direitos LGBT e intersexuais.

[...]

Eixo 02 - Cultura, Educação e comunicação em Direitos Humanos

Proposta 1

Realizar seminários nacionais sobre o respeito ao Estado laico, garantindo a participação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, dos conselhos tutelares e demais órgãos que tenham envolvimento com a temática, além da participação dos movimentos sociais

LGBT, dando visibilidade a leis, portarias, decretos e outras normas que reduzam a **violência** contra a ‘população’ LGBT.

[...]

Proposta 41

Incluir nos editais de todos os concursos públicos e programas de formação continuada aos profissionais, estagiárias(os), servidores públicos contratadas(os) e terceirizadas(os) dos órgãos públicos das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal, contemplando os seguintes temas e sua problematização: **violências** sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas; estigma e discriminação de classe, gênero, étnicorracial, territorialidade, geração, orientação sexual, construções de novos arranjos familiares, identidade de gênero, pessoas com deficiência; Direitos Humanos, direitos sexuais e reprodutivos; violências contra a ‘população’ LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual) ; violência doméstica e familiar contra a ‘população’ LGBT; uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; uso da linguagem não sexista.

[...]

Proposta 50

Combater a incitação à **violência** LGBTfóbica nos mais variados veículos de comunicação (rádio, televisão, internet, dentre outros) com estabelecimento de penalidades, como multa revertida na execução das políticas públicas para a ‘população’ LGBT, e perda da concessão pública quando aplicável, assegurando por meio dos órgãos do sistema de justiça as ações de responsabilidade civil e criminal contra o ofensor, garantindo o direito de resposta da ‘população’ LGBT.

Eixo 03 - Segurança pública e sistema de justiça na promoção e defesa dos Direitos Humanos da ‘população’ LGBT

[...]

Proposta 8

Criar fundos federal, estadual, municipal e distrital de combate à **violência** LGBT, estabelecendo multa para atos de LGBTfobia.

[...]

Proposta 13

Desenvolver pesquisas e levantamento de dados acerca dos atos de discriminação motivados por orientação sexual e identidade de gênero, promovendo a sistematização em âmbito nacional e posterior publicação dos resultados obtidos, realizado pelos órgãos competentes municipal, estadual e federal assegurando o controle social, conferindo ampliação da visibilidade da **violência** lesbohomotransfóbica.

Proposta 14

Criar formulário para quantificar e qualificar situações de **violência** contra LGBT, tornando obrigatória sua utilização em órgãos públicos que trabalhem com violações de direitos, tendo como referência o formulário de notificação compulsória da saúde.

[...]

Proposta 19

Garantir nos documentos dos órgãos de segurança pública, de justiça, conselhos tutelares, delegacias, bem como no Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública (SINESP), campos de registro constando nome social, identidade de gênero, orientação sexual, identificação de casos de violência lesbohomotransfóbica, visando a produção de dados estatísticos e relatórios a serem divulgados periodicamente, para a elaboração e aprimoramento de políticas de segurança e justiça.

[...]

Proposta 22

Criar protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de **violência** lesbohomotransfóbica recebidos aos órgãos competentes e rede de atendimento equipamentos de segurança pública para os órgãos competentes e rede de atendimento (serviços públicos, em especial para o acompanhamento nos CREAS).

Eixo 04 – Marcos jurídicos para o enfrentamento à violência contra a ‘população’ LGBT.

[...]

Proposta 08

Efetivação das normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBT vítimas de **violências**, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT previstos no Sistema Nacional LGBT e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centro POP e demais instituições da rede já existentes nos municípios.

Proposta 9

Aprovar lei que criminaliza a LGBTfobia, que atenda à função restaurativa da pena e a proporcionalidade, prevendo para os casos sem **violência** física ou patrimonial, penas alternativas, de natureza pedagógica e informativa e penas restritivas de direitos, todavia que possa haver detenção em casos gravíssimos ou reincidência.

[...]

Proposta 12

Criar, implementar e divulgar lei nacional que enfrente o preconceito, a discriminação, a **violência** e a intolerância religiosa contra a ‘população’ LGBT, garantindo seus direitos fundamentais e sociais.

[...]

Proposta 26

Ratificar e regular tratados e normas comuns que promovam os direitos da ‘população’ LGBT no Mercosul, no tocante à promoção da igualdade de tratamento, acesso e garantia dos direitos e de combate à discriminação e à **violência** contra LGBT.

Proposta 27

Criação de um sistema de informação integrado entre as entidades de segurança pública para registro de boletins de ocorrência, conforme resolução nº 11/2015 do CNCD/LGBT e implementar participatório sobre **violência** contra ‘população’ LGBT, que acessem os bancos de dados integrado das delegacias de polícia e serviços de saúde, para fomentar políticas públicas.

[...]

Proposta 37

Criar legislação de combate e enfrentamento à **violência** contra a ‘população’ LGBTI na internet.

Proposta 38

Incentivar a formulação de legislações específicas de vigilância, prevenção e punição à **violência** contra as pessoas LGBT. (BRASIL, 2015, p. 47-73).

A força da categoria violência demonstra a visibilidade da problemática que aflige os LGBT’s e aponta para a demanda de organização e de exigência das garantias de existência e cidadania destes povos. Acima explicitarei vinte e três propostas que trazem em seu conteúdo de forma explícita a categoria violência em um universo de 192 proposições. Todavia, como explanado acima, se fôssemos fazer uma leitura no campo semântico, teríamos o aumento geométrico dessa categoria. A atuação organizacional dos LGBT’s, ao desmascarar o caráter androcêntrico e lgbtfóbico da sociedade brasileira, tem produzido o clima de conflito e de explicitação das mais variadas formas de preconceitos e trouxe à tona a construção do estigma de condição que nega o padrão hétero/cis como conduta a ser combatida pelo fomento e intensificação do discurso de que identidades LGBT’s se constituem como identidade do pecado e, portanto, do mal.

4.1 A dimensão da resistência, do enfrentamento e do conflito social

Os relatos e os dados da violência a que os LGBT’s são submetidos no Brasil, assim como as demais formas que não aparecem nas estatísticas oficiais, levaram-me a aglutinar ao estudo da *violência* física as demais formas – simbólicas e morais – visibilizadas a partir das experiências de alguns *agentes de resistência* em Manaus, representados por *Amazonas, Baryshnikov, Tulipa, Anhangá, Eros, Dionísia, Psicodélico, Hefesto, Baco, Sávio e Deusuite*. O campo privilegiado, nessa pesquisa, poderia ter me conduzido à tendência *naturalizada* de estigmatizar os LGBT’s como seres vitimizados. O modelo de análise pautado no binarismo agressor-vítima constituiu durante muito tempo o senso comum

que marcava a compreensão da temática da violência, especialmente nos estudos de gênero. Todavia, a tendência de fugir desse prisma analítico vem pautando inúmeras pesquisas no Brasil, influenciando também o objeto desse estudo.

Reconhecer a força da violência como promotora de uma espécie de processo genocida e etnocida, que busca eliminar a diversidade representada por LGBT's, não significa pretender considerá-los como passivos, sem agência individual ou coletiva. Pelo contrário, a agência LGBT tem enfrentado a visão maniqueísta dos setores conservadores produzindo um conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito. Historicamente, pode-se afirmar que a resistência a práticas “homossexuais”, no sentido atribuído neste exercício, foi a primeira forma de negação da hegemonia heteronormativa/cis que teria sido instaurada pela tradição judaico-cristã. A revolta de *Stonewall* seria o marco da incorporação da luta identitária em dimensão coletiva, construindo a dimensão do enfrentamento e, portanto, do conflito, uma vez que os setores mais conservadores passaram a reagir politicamente.

Scott (2000), em *Los dominados y el arte de la resistencia*, propõe discutir a partir do conceito de discurso público e discurso oculto questões relacionadas ao poder, hegemonia, resistência e subordinação. A tese defendida pelo autor é de que os grupos subordinados estão a todo o momento em posição de resistência e que a hegemonia dos grupos dominantes, por vezes, não passa de encenação realizada pelos dominados, visto ser necessário que tais grupos dominantes acreditem na força de seu poder e na eficiência de seus atos de violência. Mesmo quando se refere a modelos como escravismo, servidão e estamentos de castas, Scott demonstra a não passividade dos grupos dominados:

Dessa maneira los esclavos y los siervos que normalmente no se atreven a rechazar de manera abierta las condiciones de su subordinacion, mui probablemente creáran e defenderán, as escondidas, um espacio social em el cual se podrá expressar uma dissidência marginal al discurso oficial de las relaciones de poder. (SCOTT, 2000, p. 19).

Assim, os grupos subordinados produzem, a partir do seu sofrimento, uma crítica ao poder estabelecido, classificado por Scott como um “discurso oculto”. O discurso público que marca de forma aberta a relação entre dominadores e dominado não dá conta de expressar a totalidade daquilo que a relação de poder contempla (SCOTT, 2000, p. 24). Quanto maior a desigualdade de poder entre dominadores e dominados maior a arbitrariedade, mais ritualizado e

estereotipado será o discurso público.

Estamos falando, nessa dimensão, de uma teatralidade comum aos dois grupos: os dominados dispendo o discurso oculto fora da cena e os dominadores julgando possuir o poder de impor seus desejos, mesmo que na prática os últimos não dominem a cena. A necessidade de atuar com uma máscara, especialmente na presença do poder, produz a tensão engendrada por sua inautenticidade, uma verdadeira pressão equivalente que não se pode conter indefinidamente (SCOTT, 2000, p. 33).

A dominação heteronormativa/cisgênera imposta historicamente pode ter criado um senso comum de impropriedade ou deslegitimação das identidades LGBT, no entanto, estes dominados, até mesmo quando nem se poderia pensar numa “identidade gay”, já rompiam com normas impostas pela tradição judaico-cristã. Vale observar que, segundo Scott, os poderosos influenciam o discurso público, fato que demarca um processo de hierarquização, seja de raça, casta, classe social ou sexual. Isso significa que numa análise sociolinguística as posições lgbtfóbicas oriundas da política ou da ciência são agravadas permanentemente pela linguagem teológica, pois coloca as práticas desta “população” como não aceitas pela divindade cristã.

A dimensão da prática de resistência dos dominados no trabalho de Scott (2000) possui amplitude para a compreensão das inúmeras estratégias de dominados ante seus dominadores. Todavia, frente ao contexto da luta LGBT, o temo resistência foi apropriado por esta pesquisa para visibilizar a ação dos agentes que, mesmo diante da pressão dominante, ousam afirmar suas identidades ligadas a algum segmento identitário, sem deixar de reconhecer que o trabalho apresenta inúmeras formas de resistência que se coadunam com a perspectiva proposta por Scott.

O desafio que marca o processo de afirmação identitária apresentada nessa pesquisa como “*sair do armário*” se coloca como passo revolucionário no século XX, pois representa a superação da noção do praticante para a constituição de uma persona LGBT. A contradição postulada na teoria *queer* são pontos nevrálgicos no debate e, como já mencionei anteriormente, encontra consonância como o mundo empírico do silenciamento vivido por muitas identidades, mas acaba por se distanciar quando introduzimos a sociedade e a política. Neste sentido, mesmo que haja inúmeras forças repressoras que ainda mantenham alguns presos dentro da caverna, o fato é que o nível de agentes que passaram a assumir suas identidades aumentou consideravelmente. Dessa forma, pensar a libertação individual vista nos *agentes de resistência* interpõe uma reflexão no sentido de que passamos por uma fragilização da dominação

simbólica hétero/cis que desencadeou o recrudescimento da violência moral e física e o surgimento de *agências coletivas de enfrentamento*.

Dessa forma, pode-se afirmar que a condenação externa, ou seja, social, não significa autocondenação. Mesmo assim, para Scott (2011), o valor e o preço do discurso público estão no fato de que as relações de poder são de resistência e que seu exercício produz fricção. Assim, no século XX tem início o percurso de resistência afirmativa das identidades de gênero e sexualidade, bem como o enfrentamento político protagonizado pelos movimentos sociais LGBT's, demonstrando que o ocultamento, a eufemização, a estigmatização e a aparência de unanimidade não impediram os dominados de construir outros discursos de resistência e de enfrentamento, produzindo o que neste trabalho denominamos de conflito. O trabalho de Nader (1994), intitulado *Harmonia coercitiva*, corrobora com esta reflexão ao questionar se os padrões legais de harmonia não passam de técnicas de pacificação e de meios coercitivos. Ela questiona se os nativos seriam pacíficos ou se foram os antropólogos que aceitaram o viés durkheimiano.

Ao analisar a segunda metade do século XX, Nader conclui que nos EUA o movimento contra o contencioso foi um meio para controlar os que foram privados dos direitos civis (NADER, 1994). O protagonismo das igrejas cristãs – especialmente por pastores que se posicionam contra as identidades de gênero e sexualidade por meio da imposição de interpretações teológicas heteronômicas/cis e pela atuação nas estruturas políticas, em especial no legislativo – possui viés ideológico de impedir qualquer possibilidade de discurso legitimado socialmente advindo de LGBT's. Neste viés, a harmonia e a desarmonia seriam causadas pelo desvio social que representariam estes povos. No instante em que os coletivos organizados socialmente resistem e enfrentam estes discursos e práticas, constrói-se um campo de conflitos abertos.

O padrão heteronormativo/cisgênero preestabelecido pela religião e pelo Estado burguês, por vezes, produz a sensação de perfeita harmonia social, sexual e de gênero, ou seja, produz um panorama que induz a percepção de que apenas determinada minoria desviante estaria provocando o desordenamento social. Entretanto, no campo dos movimentos sociais LGBT, podemos verificar que organizações de diversos segmentos têm atuado em pontos estratégicos no enfrentamento da lgbtfofia, como na saúde, na educação, na frente legislativa municipal, estadual e nacional.

Podemos constatar também que o discurso conservador busca a efetivação da dominação, entretanto, esta força que produziria a harmonia é a todo instante fragilizada e ineficiente frente aos grupos dominados. Em *A natureza*

sociológica do conflito, Simmel (1983) debate acerca da estrutura do conflito que marca a vida social. Para ele, o conflito é sociação e visa sempre resolver dualismos divergentes. Assim como o organismo ao ser afetado por uma doença empreende uma força simétrica para aniquilar o mal, nas relações sociais a realidade ocorre de modo semelhante. Assim, os antagonismos suscitam a todo o momento o conflito que para Simmel (1983) possuiria caráter positivo. Neste contexto, o conflito é um fato social *sui generis* e sua inclusão sob o conceito de unidade tem sido arbitrário e inútil, uma vez que o conflito é a negação da unidade.

Parsons (1968), em sua *La estructura de la acción social*, analisa o conflito como desvio ou patologia social, portanto, um elemento social que deve ser evitado para o funcionamento adequado da sociedade. Evidente que não se pode deixar de citar sua posição de “intelectual orgânico” das novas técnicas de organização e exploração do trabalho, qual seja o taylorismo e o fordismo. O funcionalismo e o behaviorismo são teorias que forjaram o padrão da fábrica e Parsons corroborou teoricamente para situar o conflito como categoria negativa no campo teórico. Coser (1996), baseado na obra de Simmel, afirmou que o conflito pode ser importante no sentido de preservar a ordem social, pois pode servir como *válvula de escape* e, assim, fortalecer a organização da sociedade. Dessa forma, conflito e harmonia, ruptura e integração, são processos indissociáveis, mesmo que para Coser (1996) haja conflitos benéficos na estrutura da sociedade.

Mesmo que as posições dos teóricos possuam variabilidades, é importante destacar a noção sociológica de que a sociedade possui como um de seus elementos estruturantes o conflito. Possivelmente, ao se perceber o processo de etnocídio e genocídio por que passam os LGBT's, a tendência teórica mais “natural” seria pensar no processo de vitimização deles. Em Clastres (2004), in *Arqueologia da violência*, o termo genocídio remete à ideia de raça e ao conseqüente desejo de aniquilação étnico-racial. Etnocídio, por outro lado, vincula-se ao extermínio cultural. Nessa pesquisa refletimos sobre diversas formas de violência contra LGBT's em Manaus demarcadas a partir da imposição do paradigma heterossexual/cis, em um viés simbólico, moral e físico. O trabalho de pesquisa reconhece a condição perene dos atentados sofridos por estes povos, mas reafirma a condição de coletividade organizada pelas agências de resistência e de enfrentamento. Logo, estamos frente a uma relação de conflito, por mais que se reconheça que a violência empreendida contra LGBT's represente uma assimetria de forças.

Esse conflito indicaria sua construção abstrata, pois estaríamos a nos referir

a duas categorias: da moral, enquanto disputa social ao comportamento legítimo ou não legítimo, aceito e não aceito dentro de um contexto sociocultural que carrega uma verdade morta em suas costas; e do direito, como disputa política pela construção da legalidade do direito de ser e de viver dos LGBT's. Nesse sentido, o termo território poderia ser uma abstração para se referir ao conflito de valores que norteiam aqueles que defendem os Direitos Humanos LGBT e daqueles que não reconhecem os direitos ligados à identidade de gênero e sexualidade.

Por outro lado, quando nos aprofundamos na compreensão desse conflito, pode-se observar sua dimensão empírica, pois o que está em jogo não é o simples direito à existência, mas sim o espaço que é reservado a ele(a)s na sociedade. Em Manaus, a boate LGBT TS – *Turbo Seven* – existe há décadas. As travestis há muito ocupam o entorno da Secretaria de Fazenda do Estado (SEFAZ-AM). Mais recentemente a Grande Circular, na Zona Leste, tem sido lugar de encontro de muitos deles, assim como a avenida Getúlio Vargas, no Centro de Manaus. O conflito se instaura quando a mulher transexual/transgênero ou a travesti deseja ser chamada por seu nome feminino, ter acesso ao ensino médio ou algum curso superior, quando agentes trans lutam pela assistência médica no processo de redesignação ou de hormonização, quando gays e lésbicas exigem o direito à união homoafetivas, o direito à adoção, nas propostas de leis que visam combater a lgbtfofia, quando se inclui nos planos de educação a reflexão sobre gênero e sexualidade no contexto escolar e, principalmente, quando os/as LGBT's buscam aceitação em suas famílias.

Dessa forma, esse conflito possui a dimensão de disputa por espaços morais no campo do direito, mas também representa a retirada dos LGBT's dos guetos urbanos e a inclusão em outros espaços. Pensando a discussão sobre territorialidade, que no campo antropológico brasileiro tem em Alfredo Wagner contribuição fértil para a produção acadêmica e para a luta dos povos tradicionais, há neste trabalho uma inversão importante, visto que na dimensão dos conflitos há de um lado a resistência e a luta daqueles que desejam garantir as formas de vida e de ocupação territorial e do lado oposto os que tentam desconstruir e desestabilizar como forma de transformar as estruturas tradicionais de produção e ocupação acomodados aos interesses do capital (ALMEIDA, 2008).

Nesse sentido, o trabalho usa o termo território como campo não fundiário, mas campo moral e legal. Outra questão importante se encontra na categoria tradição, analisada por Almeida (2008), ao se reportar aos povos tradicionais como reivindicação contemporânea coletiva, posição que nega

a perspectiva da temporalidade como legitimadora da categoria em questão. Nessa pesquisa se evitou o uso desta categoria, pois só poderia inseri-la no sentido da atribuição às forças conservadoras que buscam a toda força manter a dominação androcêntrica hétero/cis que nega a diferença.

Dessa forma, o conflito aqui retratado possui sentido distinto daquele em que o cerne se encontra na garantia dos direitos ao uso das terras por quilombolas ou indígenas, se o Estado permite a inserção das áreas disputadas aos ditames do mercado e do capitalismo. Pontuamos que estamos nos referindo a uma modalidade de território que leva em consideração o controle dos costumes e dos códigos do direito.

4.2 A instauração do mal: o desafio do reconhecimento e da redistribuição

Os princípios que alimentam verdadeiro maniqueísmo a despeito da legitimação e inclusão social daqueles que possuem identidade heteronormativa/cis e a deslegitimação de identidades LGBT's são produzidos dentro de determinado contexto que acabam por produzir uma espécie de satanização da identidade LGBT em diversos segmentos da sociedade brasileira. A condição de pecado difundida por meio dos “porta-vozes” desses segmentos sociais encontra-se internalizada como uma espécie de doença espiritual ou psíquica, legitimando o princípio da “cura gay” e justificando certa eufemização da condenação, explícito em discursos como: “[...] *não condenamos o pecador, mas o pecado*²!”. Todavia, não vejo condições de separar objetivamente duas essências. Por ser toda identidade encarnada, somatizada, uma totalidade, pode-se concluir, portanto, a indissociabilidade entre pecador e pecado, pois a única maneira de se pensar a separação dessas duas categorias constitui a negação da própria identidade.

Nesse viés, os LGBT's encontram-se compulsoriamente, segundo os preceitos religiosos identificados neste trabalho, representados pelo mal. As práticas de preconceito contra LGBT's reforçam a assertiva quando escutamos relatos como os de *Tulipa* (2015) ao se referir ao preconceito de seu pai: “[...] amo muito meu filho, mas com essa doença que ele tem eu não aceito”, ou quando observamos os inúmeros casos de homicídios legitimados de LGBT's.

A considerar a existência da pretensão de que existem donatários da legítima prática moral, colocando outros arranjos morais de sexualidade e de identidade de gênero como não morais, isso indica a permanência até hoje latente das premissas do funcionalismo, em que as práticas sociais são julgadas

² Discurso proferido pelo pastor Silas Malafaia em seu programa de televisão *Vitória em Cristo*.

pelos critérios da normalidade e da patologia. Nesse contexto, a vanguarda paradoxal das forças que se interpõem ao avanço de processos construtivos de identidade de gênero e sexualidade buscou, estrategicamente, aglutinar outros elementos para além da patologia, devolvendo de forma intensa a noção de pecado. A cura careceria de profissionais como os psicólogos e da “conversão” pentecostal e neopentecostal.

O conflito provocado pela reação de grupos sociais ligados a grupos religiosos pentecostais católicos ou evangélicos, organizados como força política partidária, tem construído disputas de forças antagônicas. É inegável que o uso dos prazeres, em determinadas épocas, sociedade e grupos, teve maior importância que outros no campo da moral, como as regras alimentares e os deveres cívicos (FOUCAULT, 1984). Não se pode deixar de antever que a busca pelos direitos sociais postulados por organizações sociais LGBT’s não levaria a intensificação de configuração que ligasse essas identidades a uma espécie de mal. A síntese platônica da verdade como sinônima do bem e do belo, convertida pelos cristãos, situou as práticas e, posteriormente, as identidades de gênero e sexualidade LGBT, como antagônicas à representação do “certo, do bem e da verdade”.

Assim, as práticas LGBT’s convergem para a representação do erro, da mentira e, portanto, do oposto ao bem – o mal. A verdade se afirma à medida que em si ela destrói a mentira, o erro, o feio, o mal. O essencialismo metafísico religioso, portanto, elegeu como estatuto de verdade o padrão hétero/cis, o lado do bem, e pôs todas as outras maneiras homo/trans como práticas e ou identidades desviantes.

Historicamente, a defesa da prudência, a regulação do prazer que se configura como evitar seu uso intempestivo dentro de uma cultura “pagã”, como a grega, e seu acirramento pela tradição cristã, quando delimita as práticas sexuais ao casamento monogâmico, impondo o princípio de uma finalidade exclusivamente procriativa, indica que se entenda a prática do sexo como resultante de longo processo de subjugação à moral. Foucault (2012, p. 21-22) aponta a vinculação entre o sexo e o mal por meio do texto de Clemente de Alexandria ao afirmar que “[...] já encontramos ali certa associação entre atividade sexual e o mal, a regra de uma monogamia procriadora, a condenação das relações de mesmo sexo, a exaltação da continência”. A moral possui como marco servir de parâmetro do aceite e não aceite, o que se considera como prática correta que em nossa tradição está intensamente relacionada aos “padrões” de verdade ontologicamente fundamentados.

Dessa forma, considerando que as regulações das práticas sexuais, no

sentido genérico, foram ganhando força persuasiva, possivelmente as práticas e identidades “homossexuais” foram colocadas no *hardes* da imoralidade. Entretanto, como já se demonstrou neste capítulo, essa imposição da moral heteronormativa/cis se apresenta como reação à afirmação identitária dos LGBT’s. Assim, pelo que temos observado, o combate a eles se intensifica dentro dos campos da religião, no campo moral, e político, no espectro do direito, dispondo-se como negação à plena cidadania da “população” LGBT no Brasil. Foucault (2012, p. 33) apresenta um apanhado sobre o caráter da moral:

Conhece-se a ambiguidade dessa palavra. Por ‘moral’ entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas etc. Acontece dessas práticas e valores serem bem explicitamente formulados em uma doutrina coerente e em um ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias.

Há de se considerar, portanto, que a dominação heteronormativa/cis é factual e, sem dúvida, faz parte de um processo instituído como norma. No entanto, não se pode pensar, nesse contexto, quando consideramos os segmentos LGBT’s, que se trata de negação radical e indistinta das práticas e identidades que se diferenciam daquelas consideradas dotadas de normalidade ou de “naturalidade”, visto que os processos de afirmação individual e organizacional estão inseridos no contexto social. Neles cabem licenças que possibilitam, em determinada medida, a não exclusão social de LGBT’s, a exemplo da condição de classe.

Todavia, esses dados não os colocam em condições universais de indivíduos absolutamente “blindados” do preconceito e da violência, mas certamente os situam em outro patamar de respeitabilidade e reconhecimento social, verificável inclusive quando eles são alvo de homicídios e que, por vezes, suas identidades e/ou o contexto do crime são omitidos por familiares ou pela imprensa. Paradoxalmente, isso também pode ser visto como violência simbólica, pois em vez de sepultá-los em caixões, os sepultam em *armários*.

As violências simbólicas e morais ocuparam nessa pesquisa certa centralidade na reflexão sobre o conflito, todavia, esse fato se inviabiliza se analisarmos a constituição histórica dos agentes sociais: “homossexuais” como

representação, historicamente construídos, seres do mal ou portadores do mal, seja pela noção do pecado, do crime ou da patologia.” Hodiernamente se consta que os LGBT’s têm sido vistos como portadores de determinada patologia, que continua a colocar a violência quase como fim inexorável dos que assumem estas identidades, em especial os que vivem nas periferias e os oriundos das camadas sociais menos abastadas de Manaus.

O genocídio e o etnocídio são processos que decorrem quando se deseja negar a diferença por serem absolutamente maus ou quando se admite a relatividade do outro que é mau e se trabalha para que os mesmos possam melhorar (CLASTRES, 1982, p. 52-60). A lgbtFOBIA, portanto, pode ser caracterizada como força que promove violência porque considera que estes e suas práticas representam o mal social a ser combatido. A noção de “cura gay” difundida socialmente poderia ser inserida no conceito de etnocídio postulado por Clastres, enquanto o genocídio poderia ser representado pelas agressões morais e físicas, muitas resultando em mortes.

A banalidade do mal abordada por Arendt (1999) em *Eichmann em Jerusalém*, pensada a partir do relato sobre o sequestro de um dos agentes nazistas e seu julgamento, momento em que a defesa, durante a defesa, usa o discurso da não imputabilidade sobre seus próprios atos com a justificativa de que *Eichmann* estaria a serviço da Alemanha Nazista e que, portanto, a violência empreendida seria uma violência de Estado e não de um indivíduo particular.

Durante o julgamento de Eichmann, a defesa deixa claro que a única culpa que seu cliente reconhece é perante Deus, pois diante da lei ele só havia cumprindo a função que o Estado lhe impôs, ou seja, seriam atos de Estado (ARENDR, 1999, p. 33). Assim, Arendt (1999) relata como o mal pode ser banalizado em suas diversas frentes, como na prática de muitos judeus que colaboraram servilmente na destruição de seu próprio povo, nas posições de Hitler com vítima do sionismo, ou ainda na visão de que as mortes de judeus não passaram de atos médicos, deliberados pelo Estado e, portanto, sem culpabilidade.

O preconceito, a homofobia e a condição de subcidadania imposta aos LGBT’s representam, para parte da sociedade brasileira e manauara, um vínculo entre ser LGBT e o mal, quando não como representação do próprio mal. No Brasil tornou-se comum ouvir frases “*prefiro um filho bandido que um filho gay*”. Cabe registrar que os “homossexuais” também foram vítimas de crimes nazistas, promovidos como política de Estado na Alemanha. No contexto contemporâneo brasileiro, a violência é informal, todavia, em grande

medida, é legitimada por se tratar de agentes LGBT's.

Frente ao dilema do mal como imperativo e por considerar que os LGBT's são marcados pelo drama e pela tragédia da violência – muitas vezes resultando em morte – estes povos representariam o mal para os segmentos conservadores da sociedade. Estou me referindo ao imaginário dos grupos mais conservadores da sociedade que estabelecem uma relação direta de causa e efeito em que a pessoa LGBT possa ser assassinada, por exemplo. No entanto, para o movimento LGBT, a violência simbólica, moral e física representa um mal porque atenta contra a dignidade e a vida. Inserem-se aqui as ideias de Taylor (1994) e Fraser (2007) sobre a demanda do reconhecimento, pois a banalidade do mal não se encontra somente em sua prática, mas na sua justificação, isto é, quando alguém justifica o assassinato de determinado *gay* ou pai de santo em Manaus como “ajusta vingança de Deus!”³, é possível concluir que o ato criminoso é legitimado e justificado por aqueles que projetam a maldade sobre o outro.

4.2.1 O cerne legitimador da construção dos LGBT's como grande mal no Brasil: o campo religioso

O trabalho etnográfico indicou que violência física lgbtfóbica posiciona-se como desfecho de outras modalidades de violência, como a simbólica e a moral. Todavia, como já pontuei, isso não representa uma regra ou um fim inexorável.

O poder simbólico da lgbtfobia fundamentada pela religião torna legítimo o preconceito contra os LGBT's muitas vezes até pelos próprios LGBT's que se sentem culpados, aceitando a imposição de discriminações em suas vidas e naturalizando os casos de violência ocorridos com outros LGBT's. Essa tese é corroborada com o baixo percentual de denúncias de violência lgbtfóbica em Manaus. Até o mês de maio do ano de 2013, por exemplo, o Comitê de Enfrentamento à Homofobia do Amazonas em parceria com a Comissão de Direitos Humanos LGBT da OAB/AM havia recebido apenas duas denúncias de lgbtfobia em Manaus. Caso semelhante encontra-se na SEMASDH que expôs, em reuniões do Fórum LGBT Amazonas (quando ainda havia a “andorinha” na SEMASH), a completa ausência de denúncia. Esses fatos refletem que a violência lgbtfóbica não pode ser assemelhada às outras que possuem reconhecimento moral da sociedade devido aos bens jurídicos protegidos e suas virtuais vítimas.

³ Expressão veiculada em uma rede social em Manaus no ano de 2011 em decorrência da morte de um LGBT.

Nesse sentido, as próximas seções buscarão apresentar breve descrição dos movimentos religiosos que, em certa medida, protagonizam a construção semântica e ideológica do discurso e das estratégias que visam impedir o avanço dos Direitos Humanos aos povos LGBT. O uso da expressão “certa medida” se explica por ser um fato que os movimentos (neo)pentecostais, evangélicos ou católicos, não se constituem como unidade homogênea. Basta citar o aparecimento e o crescimento das igrejas inclusivas que, entre suas ações, empenham-se em receber fiéis assumidamente LGBT’s. Todavia, não se pode perder de vista que, em sentido mais amplo, ambas as vertentes indicam um caminho para o conservadorismo moral e, nesta condição, muitos segmentos têm colocado os LGBT’s como o mal a ser combatido com base em uma legitimação existencial e religiosa.

4.2.1.1 Pentecostalismo evangélico e católico: da violência simbólica ao germe da violência moral e física

No segundo capítulo em que se apresentou a etnografia realizada por meio das narrativas dos *agentes de resistência*, explicitamos quanto a família pode representar a maior das dores entre os LGBT’s não aceitos no seu seio, drama exposto de forma mais contundente na seção sobre a violência privada, subdividida em simbólica, moral e violência física. Isso poderia nos levar a separar um tópico específico dedicado a esta instituição que é basilar na vida de todos – a família. E poderia constar sim! De forma inequívoca, um tópico em apartado produziria outros elementos de compreensão da violência contra LGBT’s em Manaus. Todavia, quando analisamos os relatos de *Baryshnikov*, por exemplo, obrigado a deixar o convívio familiar aos 15 anos devido à violência por qual passou, ou quando nos debruçamos na história de vida de *Tulipa*, marginalizada, excluída socialmente, podemos observar que o *ethos* religioso cristão norteia a conduta moral de cada uma dessas estruturas familiares. Em dado momento de sua vida, *Psicodélico* viu-se ameaçado a escolher os cultos de determinada igreja evangélica ou ser internado em um manicômio.

A violência perpetrada pela mãe de *Eros* após um suposto relacionamento dele com outro rapaz que residia na vizinhança representa a concepção de inadequação das práticas afetivas com as concepções simbólicas e morais da família. Além disso, o fato de a família ser praticante ativa do catolicismo e o envergonhamento social expresso no momento do espancamento praticado contra ele (2015): “[...] você sabe quem veio aqui ontem? Como fica minha cara?”.

Ele se refere a *Sávio*, o qual não teve o reconhecimento de sua identidade mesmo após sua morte, visto que seus pais são pastores evangélicos. O tabu familiar endógeno tem relação com o desafio que representa ao líder religioso manter sua autoridade e, ao mesmo tempo, reconhecer socialmente ter um filho LGBT. O preconceito exógeno, por outra via, determina em muitos casos os atos de exclusão endógena. No prólogo do trabalho inseri a questão da *honra* que compõe a gama de elementos que nos ajudam a compreender a violência contra LGBT's. Aqui a honra pode ser pensada como reforço do preconceito familiar, ou seja, a não aceitação ou não reconhecimento por parte de parentes é justificada pelo envergonhamento que pode representar, na percepção de um parente, ter um filha(o), irmã(o), tia(o), pai, mãe, neta(o), avó(ô), prima(o) LGBT.

Se considerarmos as experiências de violência simbólica, moral e física que ocorreram fora da instituição familiar, estas não excluem a presença desses fundamentos simbólicos tornados *habitus* em grande parte da sociedade, que busca a todo custo reverter os processos de afirmação de gênero e sexualidade. Amazonas (2015), ao relatar o processo que culminou no abandono de sua casa, registrou intensamente o fato de seu algoz ser pastor de igreja evangélica. A tortura policial sofrida por *Dionísia* trouxe em seu bojo a violência moral praticada por uma oficial da polícia militar que afirmava “*que gay tinha que morrer, que gay era uma vergonha, que gay não era para existir*”. O discurso de ódio da policial possui carga teleológica e escatológica a despeito do princípio de que a existência LGBT é um erro, um desvio, um pecado, uma doença a ser curada.

4.2.1.1.1 Os evangélicos e o ideal teocrático

Expus nas seções iniciais deste texto que o foco de análise das questões inseridas no campo religioso esteve sempre mais direcionado para o papel desempenhado pelos segmentos (neo)pentecostais evangélicos, objeto do trabalho de mestrado sobre neoconvertidos em Manaus com o título “*O processo de ressignificação na prática religiosa pentecostal e neopentecostal: um estudo de caso no contexto sócio religioso da Zona Leste da cidade de Manaus*”.

Após esse estudo, apresentei dois ensaios sobre o tema. O primeiro na ABA de 2012 intitulado “*O combate ao mal nas noites da Zona Leste da cidade de Manaus: interfaces do profano e do sagrado na ação (neo)pentecostal*”. O segundo na REA ABANNE, em 2013, intitulado: “*Homofobia pentecostal e seus reflexos entre ‘homossexuais’ na cidade de Manaus*”. Dessa forma, é possível

afirmar que nesta seção tratarei de analisar mais elementos dentro deste segmento religioso com base em minha trajetória acadêmica. Por último, é ponto pacífico afirmar que esses grupos desempenham articulações e ações que visam à ampliação da ocupação do espaço político adotando pautas fundamentadas nas interpretações extraídas do cristianismo, embora seja fácil verificar que esses combates possuem caráter de verdadeiros “bodes expiatórios” que mascaram o poder e a acumulação de capital, principalmente quando diz respeito aos interesses patrimonialistas.

A presença protestante no Brasil é registrada desde o período colonial, inicialmente com os franceses Huguenotes que invadiram o Rio de Janeiro no século XVI na busca pelo pau-brasil e de refúgio religioso (SILVA, 2006). Posteriormente com holandeses no século XVII que criaram a Igreja Reformada no Brasil sob o comando do pastor Enoch Sterthenius, oferecendo escola dominical e evangelização aos povos indígenas e negros africanos. Após a expulsão dos holandeses, instaura-se período de intolerância contra os protestantes, tratados pela pecha de herege invasor, como dizia o padre Antônio Vieira. Somente no século XIX com a aliança entre Portugal e Inglaterra, marcada pelo “Tratado de Aliança e Amizade de Comércio e Navegação” é que a presença de protestantes se intensifica no território brasileiro (PEREIRA, 2008).

Os reformistas que desde o século XVI vinham para o Brasil, como os anglicanos e os luteranos, são classificados como protestantes de imigração (CONRADO, 2006). Na sequência, temos os protestantes de missão, oriundos dos Estados Unidos, como os congregacionais, os presbiterianos, os metodistas, os batistas, os episcopais, os luteranos e os adventistas. Os pentecostais surgem nos Estados Unidos no início do século XX e chegam ao Brasil em 1910, de forma que sua principal fundamentação teológica é experiência com o Espírito Santo, confirmado pelo dom das línguas – a glossolalia – e o dom das curas, este último herdeiro direto da reforma metodista Wesleyana (PASSOS, 2005). Esse segmento é representado por igrejas como Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo e Deus é Amor. Na década de 1970 surge o movimento neopentecostal brasileiro caracterizado pela

Incorporação da lógica do mercado religioso e de uma racionalidade empresarial, onde é vendida a possibilidade de felicidade aqui mesmo na terra, advinda da prosperidade econômica. Este segmento teve como primeira representante a Universal do Reino de Deus e, a posteriori, pela Internacional da Graça, Renascer e Mundial do Poder de Deus como grandes indústrias paradigmáticas do neopentecostalismo[...]. Os neopentecostais, além de trazerem marcas nitidamente católicas e

afro-brasileiras, adotam modelos institucionais bastante diferentes, até mesmo daqueles das igrejas pentecostais clássicas. A partir do final da década de 1980 e dos anos 90, o modelo neopentecostal surge e expande-se de forma desenfreada no Brasil. (PEREIRA, 2008, p. 58-59).

Até pouco tempo os pentecostais e neopentecostais mantinham claras distinções. Todavia, aqueles, em sua grande maioria, passaram por verdadeiro processo de atualização e adaptação, flexibilizando aspectos morais como o corte de cabelo das mulheres, o uso de determinadas indumentárias, o fim da percepção de que o conhecimento científico seria uma ameaça a fé, o investimento pesado em tecnologia de comunicação e o forte apelo à teologia da prosperidade, que anteriormente, no Brasil, era atribuído ao *ethos* neopentecostal. Nesse sentido, o jargão “meu reino não é desse mundo” mundanizou-se profundamente entre os pentecostais, de forma que os dois segmentos estão mais próximos atualmente. Mesmo assim ainda é possível perceber que os neopentecostais possuem maior desenvoltura sincrética e são mais flexíveis com as interpretações teológicas.

Possivelmente, além do fato de que o segmento evangélico cresce de forma vertiginosa no Brasil, o elemento que tem marcado esse grupo é a proliferação de “microempreendimentos” religiosos, igrejas autônomas e fragmentadas e, por outro lado, o surgimento das igrejas segmentadas, a exemplo das denominações inclusivas, abertas ao público LGBT’s, sendo a maioria liderada por eles.

A experiência de estudo no campo da religião, em especial da cristã, evidenciou que a afirmação do campo religioso requer sempre a demarcação de fronteiras morais que separam aquilo que pertence ao campo do bem e seu reverso, o mal. Ou seja, as práticas do maniqueísmo permanece como eficiente ferramenta das práticas religiosas cristãs – os LGBT’s são bons inimigos da fé; difícil mesmo foi a opção pela teologia da libertação que elegeu o capital e a propriedade como inimigos de Cristo.

Weber (2002, p. 190) afirma haver relação entre a ética econômica e a formatação religiosa. A percepção mais notória é de que, ao invertemos os dois polos, possivelmente chegaremos a uma relação direta que alimenta a cortina de fumaça que elege os LGBT’s e suas práticas como um mal a ser combatido, ou seja, as formações religiosas evangélicas atuais, suas formas organizacionais, seus repertórios linguísticos e semânticos apontam para uma relação direta ao campo da dominação econômica.

Aqui faço a crítica ao próprio caminho que tomei ao escrever minha

dissertação de mestrado, influenciado principalmente pelo trabalho como os de d'Épinay (1970) *O Refúgio das massas: estudo sociológico do protestantismo chileno*, precisamente por não ter realizado a crítica necessária no que diz respeito ao repertório simbólico que, na sua percepção, pautavam-se por outros valores, distintos daqueles que marcaram o estudo weberiano sobre o protestantismo na Europa e nos Estados Unidos. Ora, é evidente que o discurso da prosperidade, que marca determinadas relações dialógicas com contextos mais amplos da economia, a exemplo do avanço de instituições como as igrejas Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e Mundial do Poder de Deus, erigiu-se no mesmo período em que tivemos a maior ascensão social das classes subalternas da história recente do Brasil. Nesse sentido, houve uma guinada protagonizada pela maior denominação evangélica brasileira – a Igreja Assembleia de Deus – rumo ao repertório da prosperidade de forma contundente:

Resultado da pesquisa realizada pelo *Pew Fórum on Religion & Public Life*, organização norte-americana voltada para o estudo da relação religião e causas públicas, divulgado em 2006, conclui que uma das marcas dos pentecostais atualmente é a crença de que a fé é muito importante para o sucesso econômico: o percentual alcançou 99% (noventa e nove por cento dos entrevistados) e 89% (oitenta e nove por cento) afirmam que Deus premia com saúde e prosperidade os que nele acreditam. (PE-REIRA, 2008, p. 64).

Nessa perspectiva, a possibilidade de baixo crescimento econômico ou até mesmo de recessão no Brasil pode representar maior acirramento do discurso de muitos setores evangélicos, haja vista suas necessidades de construir novos inimigos e, assim, continuar o processo de ramificação e crescimento. No entanto, as divergências internas não os impedem de estabelecerem algumas pautas comuns e, a considerar que estas instituições estão inseridas de forma direta nas esferas de poder político, o quantitativo de “fíéis” é visto internamente como aumento das doações de dízimo e, externamente, pelo poder de eleger candidatos alinhados aos interesses destas instituições, aumentando assim o poder de barganha nas alianças locais e nacionais. A bancada evangélica na Câmara Federal, liderada pelo dep. João Câmara, de Goiás, conta, na atualidade, com 92 deputados dos mais variados partidos. Eles se definem como Frente Parlamentar Evangélica. No Senado são reconhecidos três parlamentares representantes dos interesses dessas denominações religiosas.

No início da década de oitenta, os evangélicos eram representados por apenas 2 (dois) deputados federais, em 1986 já possuíam uma banca-

da de dezoito parlamentares, além de 14 (quatorze) protestantes. Nas eleições seguintes progrediram para 23 (vinte e três) e depois 26 (vinte e seis), além de 4 (quatro) senadores. Em 2003, ano da fundação da Frente Parlamentar Evangélica, eles já eram sessenta (60), formando a terceira maior bancada; em 2007 a bancada foi reduzida para quarenta deputados, possivelmente pelo envolvimento da bancada anterior no escândalo das 'sanguessugas'. (PEREIRA, 2008, p. 70).

Todavia, nos últimos pleitos, esses segmentos cristãos voltaram a ampliar o número de deputados, como vimos no parágrafo acima. Neste sentido, a organização dessas forças é reproduzida nos estados e municípios da federação. Assim, no Amazonas temos quatro deputados que se autodenominam representantes de igrejas evangélicas, incluindo o líder do governo no parlamento. A *Pew Forum on Religions & Public life* afirmou que 73% (setenta e três) dos evangélicos concordam com a importância de os líderes políticos terem fortes crenças religiosas e confirmam a inserção dos evangélicos no mundo da política (PEREIRA, 2008.)

No capítulo anterior apresentei as consequências da organização das forças políticas e religiosas nos parlamentos para os LGBT's e suas organizações sociais. No entanto, de acordo com o trabalho etnográfico desta pesquisa, o avanço das práticas religiosas reacendeu o conflito no campo da sociedade e de suas instituições, especialmente na instituição familiar. A rejeição dos LGBT's por parte da cristandade é histórica. Na atualidade, essas instituições têm empreendido forte combate à afirmação identitária. Neste sentido, os parentes adeptos são os primeiros a fazer o combate dentro de casa. Taylor (1994, p. 45) pontua essa dimensão ética do não reconhecimento:

A tese consiste no fato de nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvos de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletem uma imagem limitativa, de inferioridade, ou de desprezo aos mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto podem afetar negativamente, pode ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira falsa, distorcida, que a restringe.

O trabalho apresentado na IV REA e XIII ABANNE, realizada em Fortaleza em 2013, refletindo sobre a modalidade de "homofobia" teísta, tendo como foco as ramificações evangélicas, baseou-se na experiência de vida de três LGBT's da cidade de Manaus que se autodenominavam evangélicos. O intento tinha

como transfundo a lgbtfobia endógena, pois estava tratando de jovens gays-praticantes (pois mantinham vida afetiva e sexual gay), pertencentes a famílias evangélicas e que, pelo *habitus* adquirido, frequentavam igrejas evangélicas de seus pais. Os relatos inevitavelmente foram repletos de paradoxos e contradições, considerando que eles tinham na fé elemento fundamental de suas vidas e, ao mesmo tempo, revelavam em suas expressões dificuldade em conciliar suas identidades *gays* como a fé. Esse exercício foi produzido no processo de desenvolvimento do trabalho de campo, que tem nessa tese seu desfecho.

A inclusão dessa reflexão se justifica pela vontade de demonstrar outras dimensões dessas relações de complementaridade e conflito que se relacionam com a vida dos *agentes de resistência*, portanto, como dilemas particulares, e para reafirmar o encadeamento que explica a força política que estes segmentos religiosos têm adquirido nas últimas décadas no Brasil.

Os agentes que contribuíram para a construção deste trabalho e para a produção do artigo possuíam elementos comuns: todos são jovens de 20, 24 e 26 anos. Dois residiam na Zona Leste e um na Zona Sul, membros de famílias evangélicas, sendo que o primeiro se congrega na “Igreja Internacional da Graça de Deus” e o segundo na “Comunidade Evangélica de Manaus”, ambos de origem adventista. O terceiro frequenta a “Igreja Vida com Deus”. Característica comum entre eles, é que, no momento da pesquisa, todos possuíam parceiro estabelecido, namorados. Nessa pesquisa, irei reeditar apenas breve resumo dos diálogos, das impressões e interpretações de um desses jovens gays evangélicos.

A consciência da autopercepção “homossexual” contrasta com a dificuldade em sentir-se pecador, por reconhecer na “homossexualidade” um erro condenatório. O fato de todos possuírem parceiro estável se revelou como uma tentativa de minimizar a gravidade do pecado, visto que um deles expressou que quando estava na condição de estabelecer relações sexuais esporádicas com parceiros distintos, o sentimento de culpa era maior – *me sentia imundo*. Esse mesmo agente que entrevistei durante a pesquisa expressou:

[...] sentia que as práticas homossexuais possuíam caráter de ser apenas uma ‘curtição, uma questão de tempo’, daí que constantemente coloca em oração ‘para que ele retire esse sentimento, que Deus coloque algo melhor, uma esposa, filhos, porque quero a comunhão com Deus’. (PE-REIRA, 2013).

A força simbólica da religião é avassaladora. No momento em que ouvia este relato, eu relembrei as inúmeras orações que realizei, em missas, procissões ou em minha rede, solicitando o fim do desejo “homossexual”. O fragmento abaixo expressa o duplo mal-estar de um jovem evangélico e *gay*:

[...] o receio que tem em relação à reação da família caso venha saber de suas práticas afetivas homossexuais. Segundo a que teve um amigo líder de célula e de grupo de dança que namorava “uma mulher de Deus”, inesperadamente assumiu que era *gay*: *a mãe dele passou mal e foi bater no pronto socorro, depois ele foi expulso de casa e mora hoje em Curitiba, tenho medo que minha família faça o mesmo, meu pai pode enfartar e minha mãe passar mal*. O mesmo deixa claro que a preocupação com a rejeição da família é maior que uma possível rejeição religiosa, mesmo que a última seja a causa da possível rejeição familiar. *Sinto muita culpa por praticar uma fé, e ter relações homossexuais, tenho preocupação com minha família me expulsar e ter uma vida ilícita*. (PEREIRA, 2013).

A partir desse esboço da experiência de vida de um rapaz que vive um dilema interno, consciente de sua “homossexualidade” e ao mesmo tempo se sentindo em condição de pecado, podemos imaginar seus conflitos internos e de inúmeros LGBT’s que se encontram nessa condição. Com a predominância cristã no país, até os que superam a angústia existencial do paradoxo criado pelo ethos cristão, por vezes, sofrem com a negação, com a exclusão promovida pelos familiares e/ou amigos inflados de valores religiosos preconceituosos.

Dessa forma, além do reconhecimento de que o conflito social é objetivamente político, a exposição realizada aqui dialoga com o intuito do trabalho em sua integridade, isto é, dar visibilidade à luta, ao conflito em determinada dimensão, sem deixar de refletir a condição subjetiva dessa constituição do LGBT como portador do mal a ser combatido.

4.2.1.2 Os Católicos Renovados no ardor do conservadorismo

A pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado no PPGSCA/UFAM sobre o processo de adesão ou “conversão” de fiéis às denominações evangélicas, no contexto da Zona Leste da cidade de Manaus, possivelmente tenha, relativamente, ofuscado minha percepção enquanto pesquisador para a análise do conflito entre os LGBT’s e a moral social dominante, pois este capítulo postulava-se como o que ligaria, em determinados pontos, com a dissertação de mestrado. Isso significaria exclusivamente explicitar as incongruências

entre as doutrinas religiosas defendidas por denominações evangélicas, difundidas midiaticamente de um lado como prática política parlamentar, e de outro, por reafirmar as formas de *resistência e enfrentamento* dos LGBT's. Todavia, durante o trabalho de campo em 2015, deparei-me com forças organizacionais de setores da Igreja Católica vinculadas ao pentecostalismo e ao neopentecostalismo.

Esses momentos nevrálgicos se deram no processo de aprovação do Plano Municipal de Educação e do Plano Estadual de Educação na Câmara Municipal de Manaus e na Assembleia Legislativa do Amazonas, respectivamente. Dentre a gama de questões a serem debatidas e aprovadas que visavam à melhoria da educação, o único tema que mobilizou politicamente os dois lados do conflito estava circunscrito à manutenção ou retirada de itens que versavam sobre as políticas de gênero e sexualidade.

Minha expectativa era encontrar parlamentares evangélicos junto a fiéis organizados com o fito de frear a aprovação que incluísse a temática. Todavia, em ambas as casas parlamentares, foram os membros da Renovação Carismática Católica (RCC), que de forma organizada, mobilizaram seus fiéis para pressionar os vereadores e deputados estaduais. Eram mais de cinquenta membros desse segmento católico, munidos de terço, praticando orações e pregações. Os plenários de ambas as casas legislativas ficaram explicitamente divididos entre os religiosos, que lutavam pela não aprovação da manutenção dessas temáticas, e os LGBT's, apoiados por outros movimentos sociais e acadêmicos, e que desejavam que as referidas temáticas fossem mantidas. Tanto na Câmara Municipal quanto na Assembleia Legislativa a pressão religiosa conduziu os parlamentares ao alinhamento com a posição dos representantes da Igreja Católica.

Na Assembleia Legislativa, os parlamentares que compuseram a Comissão de Educação realizaram audiência pública para debater previamente as diretrizes do plano. Revezaram-se na discussão militantes a favor de que os temas gênero e sexualidade fizessem parte da transversalidade da educação, e grupos contrários à temática, classificando a pauta como propaganda à “ideologia de gênero”. Foram discursos marcados por forte emoção de ambos os lados: os membros da RCC demonstravam enorme preocupação com a formação das crianças ao relativizar o peso biológico para a construção da identidade, inclusive desconsiderando outros aspectos da temática, a exemplo dos direitos das mulheres cis; enquanto o discurso dos movimentos sociais e pesquisadores fundamentaram seus argumentos em questões como o preconceito e a violência sofrida pelos LGBT's, no machismo e na violência

contra a mulher. O discurso, até certo ponto fundamentalista do movimento RCC, pode não ter sido o mais convincente, mas impôs aos parlamentares a noção de força simbólica que ele possui.

A RCC tem sua origem nos Estados Unidos no final da década de 1967 e se torna um movimento com grande força no Brasil ainda na década de 1990, reconhecidos como pentecostais católicos. Mesmo que respeitem a doutrina e as práticas devocionais, os atos religiosos deles se assemelham aos do segmento evangélico, como a crença nos dons do Espírito Santo, como curas divinas, libertação espiritual e o falar em outras línguas – glossolalia. Na atualidade, o termo RCC tem perdido seu protagonismo como segmento que pretendeu frear a migração de católicos para as igrejas evangélicas. No entanto, um de seus grupos mais proeminente, a Comunidade Canção Nova, ainda tem despontado como representante desse segmento. Ela é detentora de espaços na mídia, inclusive com canal próprio, e proprietária de produtoras e editoras. Esse movimento que agrega verdadeira diversidade de grupos pentecostais católicos tem ocupado espaço de outros segmentos católicos mais ortodoxos e tradicionais, a exemplo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), e de movimentos ligados ao catolicismo popular e das Cebes – Comunidades Eclesiais de base, ligadas à teologia da libertação. Assim, não restam dúvidas que a Igreja Católica se tornou bastante pentecostal nas últimas décadas.

Reginaldo Prandi, ao realizar levantamento em 1994, revela que o Brasil naquela época já contava com mais de quatro milhões de carismáticos. Na atualidade, esse número já supera 14 milhões. A proporção de pentecostais e neopentecostais evangélicos e católicos explicam o seu nível de organização política e o entrave que eles representam para as pautas LGBT's. Isso significa que, mesmo com o avanço organizacional dos LGBT's e com o processo mais amplo de resistência, estes ainda urgem por maior empoderamento político frente ao conflito instaurado. Assim, o discurso teísta teocêntrico de ideal teocrático das bancadas evangélicas e católicas impõem aos LGBT's intensa necessidade de organização, articulação política e social.

Considerações Finais

Esta pesquisa antropológica pautou-se em tomadas de decisões empíricas e teóricas que determinaram *hylerformicamente* esta reflexão: no princípio da reflexividade, no preceito de que os LGBT's configuram-se dentro da categoria *povo*, no sentido proposto por Agamben (2015), na noção de violência como categoria dispositiva de mobilização, na atribuição agenciológica aos indivíduos que contribuíram com a pesquisa, como *agentes sociais de enfrentamento e de Estado*, na noção de violência como indissociável das construções culturais e políticas, na compreensão da violência como reação à afirmação identitária LGBT como constructo coletivo marcado por narrativas do campo do direito e que gera conflitos sociais. A violência *simbólica, moral e física*, intensamente descrita neste trabalho, por mais que afete o lado emocional daqueles que possuem proximidade com essas dores ou que possuam sensibilidade solidária – alteridade plena ao processo genocida e etnocida dos LGBT's – não foi etnografada com o objetivo de se circunscreverem ao campo da subjetividade ou ao campo da biografia, pelo contrário, teve por finalidade transpor esses campos intersubjetivos e caminhar para a dimensão coletiva desses acontecimentos.

A lgbtobia se concebe como dimensão individual de ordem afetiva, cultural e cognitiva (BORRILLO, 2010), distinção advinda da psicologia. Pontuamos, nessa tese, a relação entre *habitus e campo*, de Bourdieu (2007), com o objetivo de estabelecer o elo entre a distinção proposta por Borrillo (2010). Isso significa que histórias de vida e os acontecimentos narrados pelos *agentes sociais* neste trabalho expressam situações de violência produzidas socialmente e inculcadas pelo *habitus*. Assim, as experiências relatadas pelos agentes de resistência e pelos agentes de enfrentamento possuem distinções contextuais, mas fazem parte de uma mesma problemática essencialmente social. A cultura da lgbtobia atua na construção simbólica dos indivíduos e determina, pragmaticamente, a construção de regras morais e civis que buscam moldar as condutas e aplicar as punições aos transgressores das normas preestabelecidas.

Os crimes contra LGBT's em Manaus possuem elevado teor de “lavar com sangue a honra masculina”. No caso narrado no prólogo do trabalho, a violência está diretamente relacionada com a não aceitação da possibilidade de um *gay* pôr fim a um relacionamento afetivo. Constatei que esse processo se assemelha aos casos de violência contra as mulheres no Brasil. A honra aparece de diversas maneiras na reação lgbtóbica, como proposto por Rohden

(2006), de que homens têm honra e mulheres têm vergonha. Dessa forma, pude verificar que muitos homens cometem crimes por honra e muitos LGBT's têm vergonha de sua condição, desonra que se intensifica geometricamente quando são vítimas de violência. Aqui pontuo apenas uma dimensão que justifica um dos postulados desse trabalho, que é a relação entre a lgbtfobia, androcentrismo e o machismo.

Esta pesquisa esteve entrelaçada com a trajetória do pesquisador em sua dimensão intelectual e política. O trabalho desenvolvido no mestrado sobre neoconvertidos ao pentecostalismo e ao neopentecostalismo na Zona Leste de Manaus se mostrou fundamental para compreender a dimensão reativa do conservadorismo brasileiro na atualidade, tanto na prática e legitimação da violência quanto nas ações impetradas contra leis que pudessem atribuir igualdade de *status* aos LGBT's. Essa constatação se tornou fundamental para que o trabalho, que desde seu nascedouro já transcorria por diversos campos da antropologia, adentrasse de forma mais explícita ao campo da antropologia da religião. Dessa maneira, o trabalho desenvolvido no curso de mestrado sobre a ressignificação a partir da adesão às igrejas pentecostais e neopentecostais, assim como o projeto apresentado na seleção sobre a dinâmica noturna na Zona Leste de Manaus, protagonizadas pelas percepções do sagrado e do profano, a mundanização da religião e a sacramentalidade do profano, estiveram coadunados em cada momento das vivências etnográficas. Afinal, em diversos recortes de trajetórias de vida dos LGBT's neste trabalho, pôde-se observar explicitamente o campo simbólico-religioso determinando ou legitimando processos de violência que afetam *agentes de resistência, de enfrentamento e de Estado*.

A pesquisa que inicialmente pretendia etnografar a violência contra LGBT's, elegendo o homicídio como objeto de análise, passou por verdadeiro processo de ressignificação frente às diferentes formas de violência que afetam estes *povos*. Com o propósito de alcançar a diversidade e a dinâmica da violência cotidianamente relatada no trabalho de campo, introduzi a noção de violência simbólica, fundamentada por Bourdieu (2007) como espécie de violência consentida. Em relação à violência moral, busquei inspiração nos trabalhos de Durkheim em sua reflexão sobre a coercibilidade desempenhada pela sociedade como uma consequência da fragilização do poder simbólico.

O postulado teórico do *reconhecimento e redistribuição* fundamentado por meio de textos de Taylor e Frase (1994, 2009) antecedeu o desenvolvimento da pesquisa em suas demandas de campo, todavia, eles se mostraram bastante plausíveis frente aos dramas e tragédias enfrentados por LGBT's em Manaus.

Reconhecimento e atenção às demandas materiais são pautas dialeticamente prementes entre os LGBT's, principalmente daqueles que são mais afetados pela exclusão social. Todavia, o principal ponto que se colocou foi que a violência visibilizada no país e em Manaus trata-se de uma problemática de cunho sociocultural e político, desencadeada pela saída do *armário*, que, nesta síntese, extrapola o sentido proposto por Sedgwick (2008) ao acrescentar mais um sentido semântico: *a saída do armário do movimento social LGBT*.

A categoria conflito teve função elucidativa para fundamentar a dimensão social desse fenômeno, ou seja, a violência que afetou *agentes* como *Tulipa, Amazonas, Hefesto ou Dionísia* não está circunscrita a uma causa isolada e subjetiva, mas faz parte do conflito que passa a existir no momento que um LGBT se afirma como *agente social* dotado dos mesmos direitos isonômicos que deveriam nortear materialmente a vida social.

A frase de Fernando Pessoa “*só se abre caminho caminhando*” coaduna com a trajetória da pesquisa, pois mesmo tendo condição de apresentar nos parágrafos categorias que perpassaram por toda a pesquisa, é verdadeiro também que muitas premissas e arcabouços teóricos tenham sido suplantados, visto que o campo nos direcionava para outras “estradas” bem distintas daquelas inicialmente planejadas e mapeadas. Neste sentido, utilizei inclusive o aforisma do *phanta réy* de Heráclito de Éfeso para demonstrar como, em cada pesquisa que desenvolvemos, temos experiências que se assemelham analogicamente a minha única experiência *de montar um cavalo, que estando sem sela, ao montar por um lado, fui deslizando pelo lado oposto e caindo no barro duro do planalto santareno, experiência que me fez desistir definitivamente de repetir a experiência*.

Definir a categoria que representaria todos e todas que de alguma maneira contribuíram na construção deste exercício foi desafiador. Todavia, a adoção da categoria *agente* possibilitou verdadeira epifania neste trabalho, pois a partir desta definição o fluxo do cogitar parece ter deslanchado por “águas menos turbulentas”, mesmo que isto não me tenha distanciado em nenhum momento da insegurança do erro, da confusão teórica e da inabilidade de realizar um trabalho de campo. Todos ganharam agência no trabalho, inclusive os mortos, que ajudaram a construir este artesanato por meio das narrativas de determinados *agentes* vivos. Observo que a dinâmica da construção relacional entre o pesquisador – *eu e eles* – foi marcada por diversos entraves e desafios que exigiram estratégias de aproximação, persistência e negociações.

A atribuição de pseudônimos aos agentes representa a gama de interações, condicionantes que impedem a livre exposições de seus nomes neste trabalho

acadêmico. Pudemos observar alguns exemplos de violência contra *agentes de resistência* com entrelaçamentos com policiais criminosos – *Dionísia*; com pessoas ligadas ao tráfico de drogas, como foi o caso de *Amazonas*; com parentes empresários influentes na cidade de Manaus, *Tulipa*. Nesse sentido, o trabalho passa ser visto como hagiográfico por atribuir nomes edificantes, heroicos e míticos a muitos de seus agentes. Todavia, não vejo isso como um problema, pois nunca utilizei de subterfúgio do *ponto de vista* de onde observava este fenômeno, nem de minha inclinação em fazer deste trabalho um instrumento de denúncia frente à assimetria do conflito entre os que defendem o direito de ser diverso, de quebrar com o princípio social de que existe uma ordem a ser seguida, e os conservadores que desejam naturalizar, sacramentar e eternizar a ordem dominante do heterocentrismo/cis. Mesmo assim, o trabalho etnográfico não se furtou de buscar demonstrar a concretude e as contradições existências e sociais desses agentes que compõem o quadro de produtores desse exercício.

A tese deste trabalho pauta-se na constatação empírica da prática social de distintas formas de violência contra LGBT's, todavia, esta violência reflete de forma dialética o processo de afirmação identitária coletiva que os agentes têm empreendido no contexto nacional e local nas últimas décadas, atestando tratar-se de um *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*, em que a violência constituiu-se como o *dispositivo normatizador e mobilizador* primordial, suplantando inclusive o dispositivo desencadeado pelas DST-AIDS e às demandas de atendimento de gênero às travestis e transexuais.

As demandas por *reconhecimento* encontram-se dentro de contexto internacional de avanço do conservadorismo, do fundamentalismo alinhado a outros grupos políticos que possuem em sua natureza a defesa de alguma forma de exclusão social ou identitária. No contexto brasileiro, apropriei-me da exposição de Apple (1996) sobre as forças conservadoras que avançam sobre o país: neoliberais, neoconservadores, a nova classe média e os populistas autoritários, procurando adaptar ao contexto nacional em três grandes blocos políticos que atuam no parlamento: *patrimonialistas, punitivistas e religiosos*.

Dentro deste contexto, pude inserir as histórias de alguns agentes que contribuíram com a pesquisa, como os agentes de *resistência e de enfrentamento*, ou seja, a violência que os afeta é produzida por determinadas forças ideológicas que, ao perceber a ineficiência do poder simbólico sobre a formatação dos padrões de gênero e sexualidade, preparam o arsenal de combate aos insubordinados. Lembro-me das palavras da deputada Erika Kokay (PT): “[...] quando morre um LGBT por esfaqueamento, não podemos esquecer que

alguém afiou a faca antes” (informação verbal)¹.

Ao chegar nesta etapa do trabalho, reconheço que atrever-se a falar de violência contra LGBT tornou precária as condições de dar conta de se realizar um trabalho de doutoramento com o devido aprofundamento, considerando que ao me colocar com o desafio de realizar uma pesquisa com distintas identidades coletivas, tive o compromisso metodológico e ético de buscar dar visibilidade ao maior número possível de *agentes* que compõem a diversidade identitária atreladas a estas quatro letras.

Possivelmente o estudo dos bissexuais seja uma lacuna neste trabalho, todavia, cabe enfatizar que no contexto nacional e local a bissexualidade possui o dilema da sua própria invisibilidade interna, visto que a maioria daqueles que possuem prática bissexual assumem de forma comum a identidade heterossexual, fato que deixa, enquanto afirmação coletiva de uma determinada identidade, grande lacuna à pesquisa e à luta pelo direito de ser bissexual. A isso soma-se a apropriação da discussão desenvolvida por Bourdieu sobre *campo e habitus*, possibilitando compreender como as relações sociais produzem simbolicamente agentes dotados de determinados padrões de consciência e de ação no mundo, sem qualquer essencialismo.

As marcas impregnadas pela dor da *violência simbólica e moral* parecem invisíveis aos olhos da sociedade. As travestis que trabalham na prostituição no bairro do Aleixo, no entorno do Tribunal de Justiça do Amazonas – Zona Sul, e na Grande Circular, Zona Leste de Manaus, para ilustrar, são vistas socialmente de maneira descontextualizada, naturalizada, sem que se faça nenhuma reflexão sobre os processos que as conduziram a este trabalho. As violências que marcam suas trajetórias de vida, portanto, não são enxergadas. Dessa forma, particularizando os *agentes sociais* que participaram desta pesquisa, entendi ser fundamental dar visibilidade à estas marcas, aparentemente invisíveis, das modalidades de violência que prescindem do uso da violência física, mas que ferem, por vezes, de forma mais brutal a alma. Assim, a explicitação das várias formas de *violência física* foi organizada em itens distintos, mas complementares.

A evidência de que a violência familiar tem a capacidade de afetar de forma radical a formação do ego, do caráter e da identidade me fez classificar a violência praticada no interior das relações de parentesco como *violência privada*, e as que ocorrem fora destas relações, de *violência pública*. A violência nefasta dos homicídios foi justaposta ao fim das exposições de *violência simbólica e moral*. Todavia, o fato de a pesquisa ter evidenciado que os homicídios são

1 Palestra de abertura da III Conferência de Direitos Humanos LGBT, 2006.

desfechos de processos de violência, o modelo organizativo e classificatório não objetivou estabelecer uma espécie de evolucionismo da violência, pois empiricamente suas diversas formas – simbólica, moral e física – não estão postas numa relação de causa efeito entre si.

Realizar uma espécie de arqueologia pautando-se no trabalho de Clastres (2004), em *O arco e o cesto*, na obra “*Sociedade contra o Estado*”, e a considerar que existem poucos trabalhos clássicos que deram algum valor à questão entre os povos da América pré-colonial tornou-se importante não somente como complementação das narrativas sobre história da “homossexualidade”, de Naphis (2006) e Foucault (1984, 1985), no sentido de inserir os indígenas e demonstrar a universalidade dessas práticas, como também possibilitou compreender os estereótipos culturais incutidos no senso comum sobre as identidades LGBT’s.

Os dramas e tragédias vividos por LGBT’s reflete a aguda carga de preconceito, machismo e androcentrismo, classificado neste trabalho como lgbtfobia. Neste sentido, o trabalho de campo demonstrou como a manutenção de indivíduos dentro do *armário* permanece como estratégia para os que precisam conservar o anonimato. Todavia, para aqueles que optam por assumir-se e afirmar-se, seja por consciência ou por ausência de condições de caber dentro de um *armário*, a violência é a única certeza, pois como vimos, ela pode ser praticada de diversas formas, algumas pelas próprias estruturas simbólicas, resultando no processo de inculcação do preconceito que forja indivíduos que concebem os LGBT’s como inferiores, errados, pecadores, aberrações, subcidadãos e que, portanto, podem ser alvos da violência.

O desafio posto frente à cultura da violência exige que os LGBT’s deixem de ser apenas “átomos” isolados e que, por esta condição, não conseguiriam fazer força antagônica ao preconceito, afinal, este possui força simbólica e organizacional. Dessa forma, o *movimento social LGBT* configura-se como uma saída da perspectiva individualizada de afirmação para a noção coletiva de afirmação, resistência e enfrentamento contra a dominação heteronormativa-cis. Ainda que a história do *movimento LGBT* no Amazonas seja marcada por processos de clivagens, crises e estagnações, não se pode deixar de afirmar que em períodos de altivez este movimento conseguiu introduzir sua pauta na sociedade e na política de Manaus e do Amazonas.

Portanto, quando se coloca a cadeia linear de classificações da “homossexualidade” a partir da dominação hebraica-cristã como pecadores, criminosos e doentes, pode-se incorrer no equívoco da linearidade. É sabido que em pleno processo de construção da cidadania LGBT as narrativas

do pecado ganham novamente mais expressão no Brasil. Muitos países permanecem criminalizando práticas sexuais e performances de gênero distintas do padrão hétero-cis, e há pouco tempo tramitava projeto de lei no Congresso Nacional que visava classificar os LGBT's pelo viés do adoecimento. Frente a isso, é premente que o *movimento LGBT* Amazonas e de Manaus retome as trincheiras de luta em defesa da vida dos LGBT's, todavia isto exige mudanças profundas que vão do campo da subjetividade – ou seja, das lideranças – à esfera objetiva, na reorganização do *movimento social* como ente de interesse coletivo, formado por todos os segmentos e organizados em plena e consistente democracia.

Isso significa que enquanto o *movimento social* se basear no personalismo e na vaidade, nos conchavos políticos, na supremacia dos cargos públicos individualizados, na gestão antidemocrática, na mesquinha e ausência de ética para com os próprios companheiros etc., em detrimento da alteridade e solidariedade no seio da própria diversidade interna LGBT, teremos como marca o desafio da própria existência real enquanto movimento minimamente unificado.

O clamor ensejado acima se dá pela percepção clarividente de que os movimentos conservadores – *patrimonialistas, punitivistas e religiosos* – estão associados na construção de dispositivos que produzem um discurso de verdade que exclui os LGBT's do *status* de cidadania, orquestrando a eleição de gestores públicos e parlamentares das três esferas de poder como porta-vozes de interesses morais fundamentalistas. Nesse sentido, a *interseccionalidade* torna-se fundamental, haja vista que além da unidade e organização interna, é necessário considerar, pragmaticamente, que os conservadores estão alinhados. É certo que, ao solicitar de patrimonialistas e punitivistas um voto contra LGBT's ou contra religiões de matrizes africanas, pela lógica da dádiva, eles retribuem votando contra direitos trabalhistas, contra o meio ambiente, contra direitos étnico-raciais e qualquer forma de Direitos Humanos. Isso significa que a pauta desse grupo é ampla e, mesmo que em alguns aspectos possam divergir, o capital possui a capacidade de reuni-los em construir certa convergência política.

O reflexo dessa unidade encontra-se na vasta recodificação empreendida em diversos campos e que, de forma comum, tem restringido direitos sociais, a exemplo dos projetos de leis que foram apresentados com a finalidade de garantir acesso aos direitos elementares dos *povos* LGBT's – PL N° 1151- 1995, PL N° 612, de 2011, PL N° 122, PL N° 5.002/2013, PL N° 7582/2014. Todas as propostas anteriormente citadas não se efetivaram como conquista de

direitos. Enquanto isso, vimos iniciativas como o PDL 234/2011 que visava restabelecer a classificação e conceituação da patologia LGBT. Vimos também que o panorama do Congresso Nacional é geometricamente mais conservador. Quando nos referimos à Câmara Municipal de Manaus e à Assembleia Legislativa do Estadual, vemos que a pauta voltada aos direitos das minorias é minada por forças conservadoras. Se for possível afirmar que o poder judiciário é a esfera da manutenção de injustiças perenes da sociedade brasileira, pode-se, pelo menos no campo dos direitos LGBT's, constatar que o CNJ, STF e a OAB têm se colocado como instituições fundamentais na concretização de alguns direitos *desses povos*. Avalio, porém, que explicação da posição do judiciário não se encontra em nenhum apreço institucional à igualdade, à liberdade e ao direito das minorias, mas por um simples fato empírico: existem LGBT's em todas as camadas sociais, haja vista que a *força do direito* (2007) tem clara posição de classe.

No decorrer do trabalho pôde-se observar o avanço, o recrudescimento das forças conservadoras e a consolidação orgânica dos grupos patrimonialistas, punitivistas e religiosos. Se no início da pesquisa, no ano de 2012, compus a coordenação estadual de greve dos servidores federais em educação, dentro de um processo de enfrentamento contra a precarização do trabalho, pela reorganização da carreira e reajuste salarial, em 2013 tive que me posicionar criticamente ao movimento que se intitulava não partidário e que ocupou as ruas do país, em visível onda conservadora que passou a avançar no Congresso Nacional. Naquele contexto, a mídia se tornou a maior força mobilizadora da alienação política, culminando no processo golpista de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ao tomar o poder executivo federal, o governo Temer atacou de forma direta todas as políticas progressistas, em especial as ligadas aos Direitos Humanos. Nesse sentido, a Secretaria de Direitos Humanos perdeu seu *status* de ministério. Atualmente, a política para a “população LGBT” encontra-se totalmente ameaçada, ou seja, nos indica que o panorama descrito no terceiro capítulo tornou-se pior para todos e todas que defendem a vida em sua plenitude.

Seguimentos católicos pentecostais e neopentecostais são detentores do discurso que legitima a exclusão salvacionista de LGBT's, todavia, inconformados com a expulsão do reino dos céus, esses segmentos desejam estabelecer fronteiras mundanas aos infiéis, relegando os LGBT's à subcidadania. Todavia, ao excluírem, fomentam preconceito e violência. Na fronteira do maniqueísmo criado, alguém pode imaginar o local que eles pensam estar? Sim! Eles se classificam como legítimos representantes do bem. Inclusive, muitas instituições que compõem este chamado *exército* de Cristo

praticam a *cura gay* por meio de métodos espirituais, enquanto suas bancadas parlamentares propugnam a cura pelo viés do adoecimento a ser encampado pelo Sistema Único de Saúde.

A considerar a perspectiva de Dumont (1985) de que o projeto moderno deixou de forma residual marcas da ausência de autonomia do sujeito, pode-se inferir que a liberdade e a equidade não podem ser atributos da individualidade tão somente, muito menos de um sujeito abstrato de cunho filosófico, ao estilo cartesiano, ou mesmo dos liberais, como Locke. Ela deve passar pela conquista do direito coletivo, de agentes sociais em absoluta e concreta realidade. Por outro lado, vimos que Arendt (2014) rompe com a trajetória de vários teóricos que vislumbrava na violência certo germe da transformação social. Ao negar a dimensão política da violência, Arendt instaura nova concepção teórica que este trabalho considerou pertinente aos atos e processos em si da violência, mas que postula nova síntese, no sentido de reconhecer que no estudo sobre LGBT'S a violência constitui-se como dispositivo de mobilização política, sendo que a noção de prática política extrapola as cercas partidárias, mas sem jamais excluí-las.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. O que é um dispositivo? Tradução de: Nilceia Valdati. *Outra Traversia*, n. 5, Florianópolis, SC, 2. sem. 2005.

ALMEIDA, J. R. *Homossexualismo: a libertinagem no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: _____. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. p. 25-131.

AMAZONAS. Conselho Estadual de Educação. *Resolução nº 33/2013 – CEE/AM*, aprovada em 09.04.2013. Estabelece normas para a utilização do nome social nos Registros Escolares Internos das Escolas do Sistema Educacional do Estado do Amazonas. Manaus, 16 abr. 2013.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 12. ed. Rio Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. *Sobre a violência*. Tradução: André de Macedo Duarte. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2008.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro, 2001.

BAUMAN, Zigmunt. *A dominação masculina*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. *Esboço de autoanálise*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Sobre o Estado: cursos nos collège de France (1989-1992). São Paulo: Cia das Letras, 2014.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7582/2014*. Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, 20 maio 2014.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Resolução Conjunta n.1, de 15 de abril de 2014. *Diário Oficial da União (DOU)*, Brasília, DF, n. 74, 17 abr. 2014. Seção 1, p. 1-2.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT (CNCD/LGBT). *Caderno de propostas LGBT: 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília, 2015.

_____. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil*: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble*: in the Routledge book series Thinking Gender. Nicholson: Lind, 2007.

CARDENO Terceira Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT. [S.l.], 2016.

CAMPOS JR, Luís de Castro. *Pentecostalismo*: sentidos da palavra divina. São Paulo: Ática: 1995.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*: pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. *Arqueologia da violência*: pesquisa de antropologia política: Rio de Janeiro: Cosac e Naify, 2004.

_____. *Hannah*: sobre a violência. São Paulo: Cia das letras, 1994.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, aug. 2015.

CRAPANZANO, Vincent. *Tuhami*: portrait of a moroccan. London: University of Chicago Press, 1980.

CONRADO, Flávio. Fé no sucesso: a reinvenção da fé protestante. *Revista Nossa História*, São Paulo, n. 38, p. 30-34, dez. 2006.

COSER, Lewis A. Conflito. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

D'ÉPINAY, Christian Lalive. *O refúgio das massas*: estudo sociológico do protestantismo chileno. Tradução de Waldo A. Cesar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Série Estudos sobre o Brasil e a América latina, 14).

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*: o sistema totêmico na Austrália. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco 1985.

EAGLETON, Terry. *Doce violência: a ideia do trágico*. São Paulo: Unesp, 2013.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução: Diego Gross. Rio de Janeiro: Vitória Ltda, 1964.

_____. *Do Socialismo utópico ao Socialismo científico*. [S.l.]: Edição Soviética, 1880.

ROHDEN, Fabíola. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? *Ensaio Bibliográfico*, Campos, v. 7, n. 2, p. 101-120, 2006.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas: movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/fry_dahierarquiaai-gualdade.pdf>. Acesso em:

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FAVRET-SAAD, J. Ser afetado. Tradução Paula de Siqueira Lopes. *Cadenos de Campos*, n. 13, 2005.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética. *Lua Nova*, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007.

_____. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, São Paulo, v. 77, p. 11-39, 2009.

FREUND, Julien; SIMMEL, Georg (Orgs.). *Tom Bottmore e Robert Nisbet*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. cap. IV, p. 87-114.

_____; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Gaal, 1988.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Gaal, 1984.

GGB. *Relatório 2014 Assassinatos de LGBT no Brasil*. Salvador, 2014.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: ABIA/IMS-UERJ/Relume, 1996. p. 136-145.

HOOKS, B. Recusando-se a ser uma vítima. Disponível em: <<https://we.riseup.net/radfer/recusando-se-a-ser-uma-v%C3%ADtima-bell-hooks>>. Acesso em: [s.d.].

JAMES C. Scott. Dossiê “dominação e contra poder” exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira Ciência Política*, Brasília, n.5, jan./jul. 2011.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Edição: São Paulo: Perspectiva, 2013.

LENIN, V.I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1971.

LUKÁCS, Georg. Posfácio. À memória de G. Simmel. In: SIMMEL, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

MAX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 11. ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999a.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. *Matei porque odeio gay*. Salvador: Editoria Grupo Gay da Bahia, 2003.

_____. *Assassinatos de homossexuais*: manual de coletas de informações, sistematizações e mobilizações e mobilização política contra crimes homofóbicos. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

NAPHY, Wiliam. *Born to be gay*: história da homossexualidade. Lisboa: Edições 70, 2006.

NADER, Laura. “Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1994.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado. *Revista Poiésis*, n. 15, p. 47-71, jul.2010.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidade*: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

PARSONS, Talcott. *La estructura de la acción social*. Madri: Guadarrama, 1968.

PASSOS, João Décio. *Pentecostais, origem e começo*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. *Sexualidades e saberes*: convenções e fronteira. Rio de Janeiro: Germond, 2004.

PEREIRA, D. S. *O processo de resignificação na prática religiosa pentecostal e neopentecostal*: um estudo de caso no contexto sócio religioso da zona leste da cidade de Manaus. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)–Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

_____. Homofobia pentecostal e seus reflexos entre homossexuais na cidade de Manaus. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA (REA), 4., e REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE (ABANNE), 13., 2013. Disponível em: <http://www.reaabanne2013.com.br/anais-admin/uploads/trabalhos/14_trabalho_000594_1373255980.pdf>.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, Miriam et al (Orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PETERS, Gabriel. *Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu**. *RBCS*, v. 28, n. 83, out. 2013.

ROCHER, Guy. *Talcott Parsons e a sociologia americana*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.

RODRIGUES, Alberto T. *Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria Queer/Sara Salih*. Tradução e notas Guacira

Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SANDER, Beno. *Consenso e conflito: perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação*. São Paulo: Pioneira, 1984.

SANTOS, José Vicente dos. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. *Revista do Programa de Pós-graduação em sociologia da UFRGS*, Porto Alegre, ano 1, n.1, 1999.

SILVA, Elizete. *A presença Protestante no Brasil*. Ver. Nossa História. Rio de Janeiro: Vera Cruz, 2006.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SEDGWICK, Eve. *A epistemologia do armário*. *Cadernos Pagu*, n. 28, 2008.

SCOTT, J. *Los dominados y el arte de la resistência*. México: Ediciones Era, 2000.

_____. *Exploração normal, resistência normal*. Dossiê “Dominação e Contra-poder”. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 5, jan./jul. 2011.

SPIVAC, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Alameida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAYLOR, Charles (Org.). *A política de reconhecimento*. In: _____. *Multi-culturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

Violência contra LGBT: resistência e enfrentamento

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista*. Lisboa: Presença, 1996.

_____. *Ação Social e relação social: sociologia e sociedade*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1997.

_____. *Psicologia Social das Religiões Mundiais*. In: ENSAIOS de Sociologia. Rio de Janeiro: LCT Editora, 2002.

WOLF, Eric R. *A seita Protestante e o espírito do Capitalismo*. In: ENSAIOS de Sociologia. Rio de Janeiro: LCT Editora, 2002.

_____. *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



UFAM

ISBN 978-855260075-6



9

788552

600756